



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ÁLVARO JARDEL C. SANTOS DE OLIVEIRA

**O RIO, O ANEL E A ESTRELA:
Interfaces Socioantropológicas do Movimento Sindical
de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
do Estado do Amazonas**

MANAUS/AM

2015

ÁLVARO JARDEL C. SANTOS DE OLIVEIRA

**O RIO, O ANEL E A ESTRELA:
Interfaces Socioantropológicas do Movimento Sindical
de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
do Estado do Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickadt.

Área de Concentração: Povos, Dinâmicas Populacionais e Dimensões Simbólicas

MANAUS/AM

2015

ÁLVARO JARDEL C. SANTOS DE OLIVEIRA

**O RIO, O ANEL E A ESTRELA:
Interfaces Socioantropológicas do Movimento Sindical
de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
do Estado do Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA:

.....
Prof.^a Dra. Kátia Helena S. Cruz Schweickardt – PPGS/UFAM (Presidente)

.....
Prof.a. Dra. Sandra do Nascimento Noda – PPGCASA/UFAM (Membro)

.....
Prof.a. Dra. Marilina C. Oliveira Bessa Serra Pinto – PPGS/UFAM (Membro)

.....
Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski – PPGS/UFAM (1º Suplente)

.....
Prof. Dra. Kátia Viana Cavalcante – PPGCASA/UFAM (2º Suplente)

MANAUS/AM

2015

*Aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais.
À minha mãe, Maria do Socorro Santos de Oliveira,
Dedico.*

Agradecimentos



Na solidão habitada do meu ofício de Sociólogo, ora pesquisando, ora lendo, ora escrevendo, muitos estiveram comigo: no pensamento, no afeto, na palavra amiga, nos gestos. Não poderia deixar de agradecer por essas diferentes formas de presença.

Minha gratidão:

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Amazonas onde tenho dedicado parte de minha vida e estudos. À minha querida e paciente orientadora, Profa. Dra. Kátia Helena S. Cruz Schweickardt e aos demais Professores/as do PPGS/UFAM, admiráveis mestres e mestras. Aos dirigentes sindicais e demais lideranças do MSTTR/Fetagri-AM que partilharam comigo suas histórias de vida. Em especial, quero agradecer: à D. Lúcia, D. Izete, ao seu Macena, ao Aldo, ao seu Antônio “Jacaré”, ao seu Artur Nazaré e ao seu Joaquim Campos Cruz. À missionária, filósofa e escritora Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro. Ao então presidente do PT de Itacoatiara, o trabalhador rural Antônio Peixoto de Oliveira. À minha família: mãe Socorro, pai Sancler (*in memoriam*), vovó Altair e as manas Angélica e Andréia. À minha família de afeto: Cleber Duarte, Joana, Iguastemi e vovó Quequel e à presença silenciosa e lúdica de *Stella*, *Cartola* e do mais novo *Pixinguinha*. À Márcia Maria Oliveira, *hermanita mayor*. Aos queridos/as amigos/as: Denison, Thaís Helena, Juscélio, Crico, Juliana, Kátia, Fran, Paulo, Rebeca, André, Regina, Ely e Katy, Janaína, Fabi e Daniel, João, Erlando, Silvio, Rônisson, Prof. Davyd e Profa. Sâmia, Bruna e Pe. Claudio Perani (*in memoriam*), Rosane e Daniel. À presença confortadora de Ed, Ellen, Fatinha, Inara, Andréia, Ir. Gleide, Profa. Josane, Ir. Guará, Pe. Aldomárcio, Raimunda e Ray, Maria. À Associação D. Jorge Marskell. Ao NUSEC, onde aprendi o ofício de pesquisador nesse imenso Amazonas, na pessoa da Profa. Dra. Teca Fraxe. À SECTI, etapa de um novo caminho profissional, espaço de grande aprendizagem, na pessoa de Domingos Sávio Oliveira. À Marluce Lima, secretária do PPGS/UFAM, sempre atenta e disponível a nos atender e até a nos aconselhar. À CAPES, pela bolsa de estudos concedida, condição de existência nesses últimos dois anos. E por fim, se me esqueço de nomear, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma habitaram esse tempo de solidão que me possibilitou criar o trabalho que agora apresento.

Muito obrigado!

Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros [...]. [...] De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido, desgovernado.

[...] é por atenção no que contei, remexer vivo o que vim dizendo. Porque não narrei nada à toa: só apontação principal, ao que crer posso. Não esperdiço palavras. [...] O senhor pense, o senhor ache. O senhor ponha enredo. [...] Do jeito é que retorço meus dias: repensando.

(Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*)

RESUMO

OLIVEIRA, Álvaro Jardel de Oliveira. *O Rio, o Anel e a Estrela: Interfaces Socioantropológicas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

Este trabalho teve como objetivo investigar a formação histórica e social do sindicalismo de trabalhadores rurais no estado do Amazonas com destaque para as condições sociais que foram necessárias para essa formação, os sentidos construídos e atribuídos, os efeitos no plano social e político tendo como chave de interpretação a própria dinâmica social encontrada no interior do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e a memória construída dos seus dirigentes e demais lideranças sociais. A questão principal que norteou esse trabalho foi: quais são os possíveis elementos interpretativos por meio dos quais podemos compreender parte da formação histórica e social do MSTTR no estado do Amazonas? As demais questões acabaram explicitando a maneira como percorri os espaços oficiais e difusos do MSTTR em vista de estabelecer algumas chaves interpretativas em torno de sua formação social e histórica, tendo como a realidade social do ecossistema da várzea o principal lócus pesquisado. Ao mesmo tempo, me ocupo das questões em torno dos elementos que caracterizam mais de perto a dinâmica sindical que chamei de planos organizacionais de significância. Em cada plano, vamos encontrar outras dinâmicas que se intersectam (interfaces) e que foram interpretadas à luz da teoria social e antropológica. Veremos que o MSTTR é um movimento social do campo que pode ser entendido como um mosaico onde retrata no tempo presente as diferentes veredas da organização dos trabalhadores rurais. Num só tempo e espaço, ele se caracteriza por ser heterogêneo, polissêmico e multifacetado, pois reflete a dinâmica social da própria classe trabalhadora rural. Nesse sentido, o MSTTR no estado do Amazonas segue sua trajetória como movimento social do campo procurando, em meio às contradições próprias da dinâmica social a que está inserido, eliminar os fossos econômicos e sociais existentes entre homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, assalariados (as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG, 2014).

Palavras-chave: Amazonas; Movimento social; Sindicalismo rural; Trabalhadores/as rurais
Memória coletiva.

RESUMEN

OLIVEIRA, Álvaro Jardel de Oliveira. *O Rio, o Anel e a Estrela: Interfaces Socioantropológicas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

Este trabajo ha tenido como meta investigar la formación histórica y social del sindicalismo del trabajadores rurales en el estado del Amazonas, especialmente, sobre las condiciones sociales necesarias, los significados construidos e atribuidos, los efectos en el plan social y político teniendo como luz las dinámicas sociales encontradas dentro de lo Movimiento Sindical de Trabajadores y Trabajadoras Rurales (MSTTR) y la memoria incorporada de sus líderes. La principal pregunta que guió este trabajo fue: ¿cuáles son los posibles elementos interpretativos por el cual podemos entender parte de la formación histórica y social de MSTTR el estado de Amazonas? Las demás preguntas son una simple explicación de cómo me monté los oficiales y espacios difusos MSTTR con el fin de establecer algunas claves interpretativas en torno a su formación social y histórica en el estado de Amazonas, con la realidad social del ecosistema llanura de inundación principal lugar buscado. Al mismo tiempo, me preocupan las cuestiones en torno a los elementos que caracterizan más a la unión dinámica que llama planes de significación de la organización. En cada plan, encontraremos otras dinámicas que se entrecruzan (interfaces) y fueron interpretadas a la luz de la teoría social y antropológica. Veremos que lo MSTTR es un movimiento social del campo que puede ser entendido como un mosaico, representa la actualidad de los diferentes caminos de la organización de los trabajadores rurales. En un tiempo y el espacio, que se caracteriza por la heterogeneidad, polisémico y multifacético ya que refleja la dinámica social de la clase trabajadora rural. En este sentido, el MSTTR del estado de Amazonas sigue su trayectoria como movimiento social del campo en busca de, en medio de las contradicciones de la dinámica social que se inserta, la eliminación de las diferencias económicas y sociales existentes entre hombres y mujeres en el campo y el bosque, que son agricultores (la) familia, camping (as) y los colonos (la) reforma agraria, los empleados (el) país, aparceros, comodatários, extractiva, marrón, la artesanía y los pescadores costeros (CONTAG, 2014).

Palabras clave: Amazon; Movimiento social; Sindicalismo rural; Trabajadores/as rurales; Memoria colectiva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planos Organizacionais de Significância do MSTTR do Amazonas.....	26
Figura 2 – Planos Organizacionais – Formação do MSTTR.....	34
Figura 3 – Rios amazônicos no município de Autazes.....	35
Figura 4 – Abertura de estradas na Amazônia na década de 1970.....	41
Figura 5 – Subida das águas nas várzeas do Amazonas/Rio Madeira.....	50
Figura 6 – Algumas Sedes e Dirigentes Sindicais.....	52
Figura 7 – Sr. Joaquim Campos Cruz sócio fundador do STTR de Autazes e primeiro presidente eleito.....	54
Figura 8 – Sr. Francisco Macena dos Santos, primeiro presidente eleito da FETAGRI/AM	69
Figura 9 – Ilha da Marchantaria. Município de Iranduba/AM.....	77
Figura 10 – Rotina nos STTR’s.....	80
Figura 11 – Sede do STTR de Urucurituba e o dirigente Antônio “Jacaré”... ..	81
Figura 12 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Manaus	83
Figura 13 – Sra. Izete Rodrigues na Sede da FETAGRI/AM	86
Figura 14 – Algumas Reuniões e Plenárias.....	89
Figura 15 – 6º Congresso Estadual do MSTTR do Amazonas	90
Figura 16 – Sede da FETAGRI/AM.....	93
Figura 17 – Diferentes objetos biográficos	96
Figura 18 – Antônio Peixoto de Oliveira em sua casa/gabinete.....	97
Figura 19 – Interface Socioantropológica I – Organização Social.....	101
Figura 20 – Plano Religioso – Ampliação e Consolidação do MSTTR.....	108
Figura 21 – Croqui do mapa da Prelazia de Itacoatiara	130
Figura 22 – Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro.....	131
Figura 23 – Entrada do Memorial dedicado à D. Jorge Marskell	150
Figura 24 – Carta de D. Jorge Marskell sobre os trabalhadores rurais e sua luta, 1995	163
Figura 25 – Registro sobre o dia do “trabalhador rural” e convite para celebrar, 1978.....	167
Figura 26 – Registro das primeiras mobilizações que tempos depois originaram o “Grito da Terra”, 1985.....	168
Figura 27 - Registros das primeiras mobilizações que tempos depois originaram o “Grito da Terra”, 1987.....	169

Figura 28 – Iconografia com elementos que representavam a pauta da luta dos trabalhadores rurais, 1988	174
Figura 29 – Registros do “Grito pela Vida” que tempos depois originou o “Grito da Terra”, 1990/1991/1992/1993	179
Figura 30 – Cartazes do 19º (2013) e 20º (2014) Grito da Terra Brasil.....	184
Figura 31 – Cartazes de mobilizações no estado do Amazonas	185
Figura 32 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Itacoatiara/AM	186
Figura 33 – O anel de tucum	189
Figura 34 – Interface Sociantropológica II – Plano Religioso	193
Figura 35 – Plano Político Representativo – Segmentação do MSTTR	198
Figura 36 – Panfleto de propaganda durante o PED/PT de Manaquiri/AM	209
Figura 37 – Reunião de preparação para o PED/PT de Autazes	227
Figura 38 – Adesivo de propaganda partidária de Raimundo Aldo França nas eleições de 2008	229
Figura 39 – Interface Sociantropológica III – Político Representativo	256
Figura 40 – Plano Geral do MSTTR como Arena Socio/Religiosa/Política.....	260

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos municípios onde foram fundados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais no estado do Amazonas.....	17
Mapa 2 – Localização dos municípios onde realizei trabalho de campo	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFEAM – Agência de Fomento do Amazonas
- ASCOPE – Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Paraná da Eva
- CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
- CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
- CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base
- CELAM – Conferência Episcopal Latino Americana
- CENTREPI – Centro de Treinamento da Prelazia de Itacoatiara
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CIPO – Caderno Informativo do Povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara
- CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CONTAG – Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura
- CPDA – Centro do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRB – Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- EI – Equipe Itinerante
- ENFOC – Escola de Formação da CONTAG
- FETAGRI/AM – Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do estado do Amazonas
- FETRAF/BRASIL – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

PAA – Projeto de Assentamento Extrativista

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PDLS – Programa de Desenvolvimento Local Sustentável com Ênfase na Agricultura Familiar

PED/PT – Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores

PIES – Programa Integrado de Educação Sindical

PIM – Polo Industrial de Manaus

PIN – Plano Integração Nacional

PNAD – Pesquisa Nacional por Mostras de Domicílios

Pro Várzea – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PT – Partido dos Trabalhadores

RESEX – Reserva Extrativista

SAFs – Sistemas Agroflorestais

SARES – Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEARP – Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SPU – Superintendência do Patrimônio da União

SPU/PA – Superintendência do Patrimônio da União do Pará

SPVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STTR – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TAUS – Termo de Autorização de Uso

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

PREÂMBULO	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O RIO:	32
FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NAS VÁRZEAS DO AMAZONAS	32
1.1 A conversão do posseiro em trabalhador rural: A Efetivação da luta pela terra e seus recursos na Amazônia	34
1.2 A várzea no Amazonas: Lugar de vivência do mundo e de socialização.....	47
1.2.1 Comunidade Eclesial de Base – CEB’s	58
1.2.2 Comunidade do Movimento de Educação de Base – MEB	60
1.3 Entrando na arena sindical: O processo histórico e a formação social do MSTTR no estado do Amazonas	65
1.3.1 Lembrando	68
1.3.2 Dirigindo e Lutando	72
1.3.3 Reunindo	87
1.4 Uma arena difusa: Entre <i>Objetivos Biográficos</i>, amigos e parentes.....	92
CONCLUSÃO.....	100

CAPÍTULO II

O ANEL:	104
IGREJA E SINDICALISMO RURAL NO AMAZONAS.....	104
2.1 Redescobrimo a eclesialidade: Igreja e sindicalismo rural	108
2.2 O Cristianismo e sua face libertadora na América Latina	114
2.2.1 A II Conferência Episcopal de Medellín (1968)	115
2.2.2 A III Conferência Episcopal de Puebla (1979)	122
2.3 “A Igreja arma sua Tenda na Amazônia”	126
2.4 A prelazia de Itacoatiara.....	130
2.4.1 Formando lideranças	137
2.4.2 Reunindo o povo: As assembléias de povo de Deus	141
2.4.3 Organizando o povo: as CEB’s	143

2.4.4 D. Jorge Marskell: Missionário, bispo e “mano”	147
2.5 Memória dos trabalhadores: Contribuição dos arquivos de memória da prelazia de Itacoatiara	152
2.5.1 Comissão Pastoral da Terra	153
2.5.2 CIPO: Caderno Informativo do Povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara	160
2.6 Igreja e Sindicalismo Rural do Amazonas: Entre símbolos e mudanças	186
CONCLUSÃO	192

CAPÍTULO III

A ESTRELA:	195
ETNOGRAFIA, COTIDIANIDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO MSTTR DO AMAZONAS	195
3.1 A pesquisa enquanto experiência: Uma etnografia com trabalhadores rurais	199
3.1.1 “a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita”	201
3.1.2 “uma tradução da experiência para a forma textual”	202
3.1.3 “O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades...”	202
3.1.4 “...e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor “	203
3.1.5 “a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade”	204
3.2 Partilhando momentos etnográficos: Política Partidária e sindicalismo rural	205
3.2.1 “Deu capim na palheta...”	206
3.2.2 “Eu levava duas pastas: Uma pasta com os documentos do sindicato e outra do PT”	213
3.2.3 “A gente que veio da catequese temos que nos conscientizar de uma coisa: a política não é como a catequese é coisa diferente”	217
3.2.4 “Como pode ter tanta briga entre companheiros do mesmo partido?”	222
3.2.5 “Podre não gosta de pobre”	227
3.3 Dilemas, Tramas, Mediações e Formas Simbólicas das Representações Políticas no MSTTR do Amazonas	231
3.3.1 Dilemas e Tramas	233
3.3.2 Mediações e formas simbólicas	246
3.4 De volta a arena: Concentrada-Difusa-Segmentar	249
3.5 Em casa, ao redor da mesa entre familiares e amigos: sindicalismo rural e representação política nas várzeas do Amazonas	252

CONCLUSÃO	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	263

PREÂMBULO

A feitura do texto: seu *mundo* e seus interlocutores

“[...] a colheita é comum, mas o capinar é sozinho [...]”
(Guimarães Rosa, 2001)

Os cientistas sociais são particularmente conscientes de quanto a circunstância é coadjuvante do trabalho que fazem. Embora, não raro, subestimem a interferência das adversidades em suas pesquisas e na exposição dos resultados de suas investigações. No fina

lmente, tudo parece linear e limpo, sem incertezas nem relutâncias (MARTINS, 2013, p.11).

“Para eu entender o que é o sindicalismo fui falar com os velhos”: essa frase pronunciada dentro do contexto de um grupo de trabalho formado por militantes e dirigentes do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR¹ do estado do Amazonas, reunidos em assembleia, poderia ser apenas uma frase de efeito retórico para persuadir os demais dirigentes sobre a importância que os velhos dirigentes sindicais têm na história do movimento.

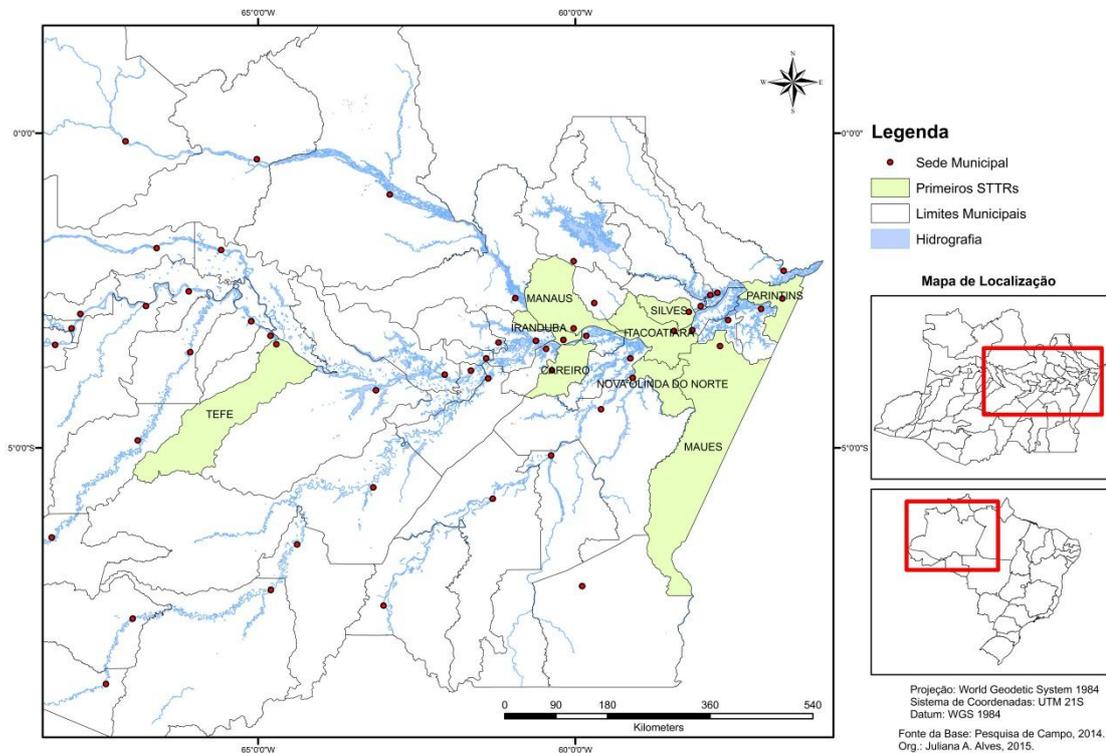
Uma frase, aparentemente, pronunciada como tantas outras no espaço de uma plenária², onde o calor da discussão sempre toma conta de todos e onde alguns dirigentes tentam, de diferentes maneiras, ganhar a adesão da maioria dos participantes usando a estratégia de falar “bonito” ou de falar mais “alto” na defesa dos seus pontos de vista. Seria simplista demais pensarmos que essa frase é apenas uma expressão de retórica da dirigente³ que a pronunciou em vista de alcançar adesões políticas no movimento.

¹ Durante a pesquisa pude constatar que a nomenclatura utilizada para a designação do movimento opta em marcar a diferença entre *trabalhadores* e *trabalhadoras* rurais. A justificativa é a linguagem inclusiva suscitada pelas questões de gênero. Nesse projeto fiz a opção de usar as duas nomenclaturas: *Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais* um determinante para o uso de qualquer uma das formas é a estética e estrutura do próprio texto. A pesquisa abordará um movimento social do campo que se desdobrou, ao longo de sua existência, em diferentes frentes representativas, mas todas elas tendo um projeto comum que é a defesa dos direitos do trabalhador rural. O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais se configura em Confederação, Federações e Sindicatos espalhados por todas as regiões do Brasil. No Amazonas a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura - é a principal forma de organização do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se constituiu historicamente a partir da organização de sete sindicatos nos municípios de: *Itacoatiara, Silves, Nova Olinda do Norte, Parintins, Maués, Tefé, Careiro (Manaus e Iranduba)*

² A 11ª Plenária Estadual da FETAGRI tinha por objetivo principal a preparação das lideranças sindicais para o 11º Congresso da CONTAG realizado em Brasília entre os dias 4 e 8 de março de 2013.

³ Maria Lucinete Nicácio de Lima/ “D. Lúcia”. STTR’s do Careiro, Manaus e Iranduba.

Mapa 1 – Localização dos municípios onde foram fundados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais no estado do Amazonas.



Fonte: Trabalho de Campo, Manaus, 2014.
 Organização: Juliana A. Alves, 2015.

Esse tipo de interpretação não captaria a substância do movimento, quase não perceptível no espaço da plenária, mas que é importante quando tomado à luz das trajetórias de vida e militância daqueles que precederam a luta no mundo sindical. O empenho da dirigente durante o grupo de trabalho que tinha como temáticas a “Formação Político-sindical e Educação no campo” e a “Participação da Terceira Idade no MSTTR” era de sensibilizar pela ideia de que, na atualidade, havia um lugar social a ser ocupado pelas velhas lideranças por guardarem consigo a vivência da história do movimento sindical no estado. Ela defendia a ideia de que os velhos dirigentes deveriam permanecer na formação sindical repassando todo o conhecimento e a experiência obtida durante os anos da militância possibilitando aos adultos e mais jovens, ligados ao movimento, o acesso à história que nem todos buscam se inteirar.

Mas confesso que se tivesse me detido apenas ao momento dessa plenária não teria compreendido de todo o motivo pelo qual essa frase fora expressa. Também não iria entender

o porquê dessa fala ter chamado tanto minha atenção a ponto de algumas vezes me surpreender repetindo-a mentalmente no decorrer dos dias. Restava-me então ver um meio de aprofundar os sentidos dessa frase. Nesse caso, marquei uma conversa com a sua autora.

Foi na sede do STTR de Manaus que entrevistei D. Lúcia autora da referida expressão. E já de pronto, ela me explicara os motivos que levou a sintetizar naquela frase o que ela chamou de angústia de ver os companheiros desconhecem a história do movimento e nem fazerem questão de saber dela. Ao mesmo tempo, me narrara que quando ainda muito jovem passou a fazer parte do movimento e nada sabia sobre ele e, com isso, precisava se inteirar da história do sindicalismo no Brasil e de como funcionava, no dia-dia, um sindicato formado por trabalhadores rurais. Nesse sentido, recorreu ao que ela denominou de “velhos dirigentes” para alcançar essas informações. Desde esse momento, reconheceu a importância social dos dirigentes já aposentados como aqueles que poderiam narrar a história da vida sindical no estado, principalmente, às novas gerações de dirigentes sindicais.

Fui também tomando consciência dos efeitos que a dita expressão tomara sobre minha pessoa. A circunstância que me levou a escutá-la atribuo ao acaso. O motivo que me levou àquela plenária do MSTTR foi o trabalho de pesquisa que na época desenvolvia com Territórios Rurais onde parte dos envolvidos na pesquisa era formada pelos dirigentes dos STTR's. Estava ali para organizar uma agenda de visitas nos municípios que formavam o Território Rural Manaus e Entorno e esses dirigentes seriam nossos principais interlocutores durante o trabalho de campo.

Esse era o único plano e o que aconteceu depois não estava programado. Acontece que, nesse tempo, me encontrava bastante angustiado, pois as questões que deveriam me levar a empreender a pesquisa para a feitura dessa dissertação de mestrado não estavam, suficientemente, objetivadas. Já vinha de uma sucessão de mudanças de tema, lugar da pesquisa, sujeitos a serem pesquisados e, cada dia que se passava, mais questões se apresentavam. De certa maneira, estava envolto a um conjunto de adversidades que não me permitiam construir respostas a essas questões. A única certeza que me acompanhava era que deveria pesquisar alguma dimensão da dinâmica social, organizacional e simbólica do “mundo rural” amazônico.

Percebi que ao escutar a frase de dona Lúcia – “Para eu entender o que é o sindicalismo fui falar com os velhos” – ganhara consciência de alguns elementos que estavam ligados a minha trajetória de vida, como o trabalho que desenvolvi junto aos diferentes

movimentos sociais nas zonas rural e urbana⁴ em tempos remotos. Essa fala permitiu religar a minha trajetória de vida com as vidas das lideranças sociais que fui encontrando no decorrer do trabalho que desenvolvi com elas.

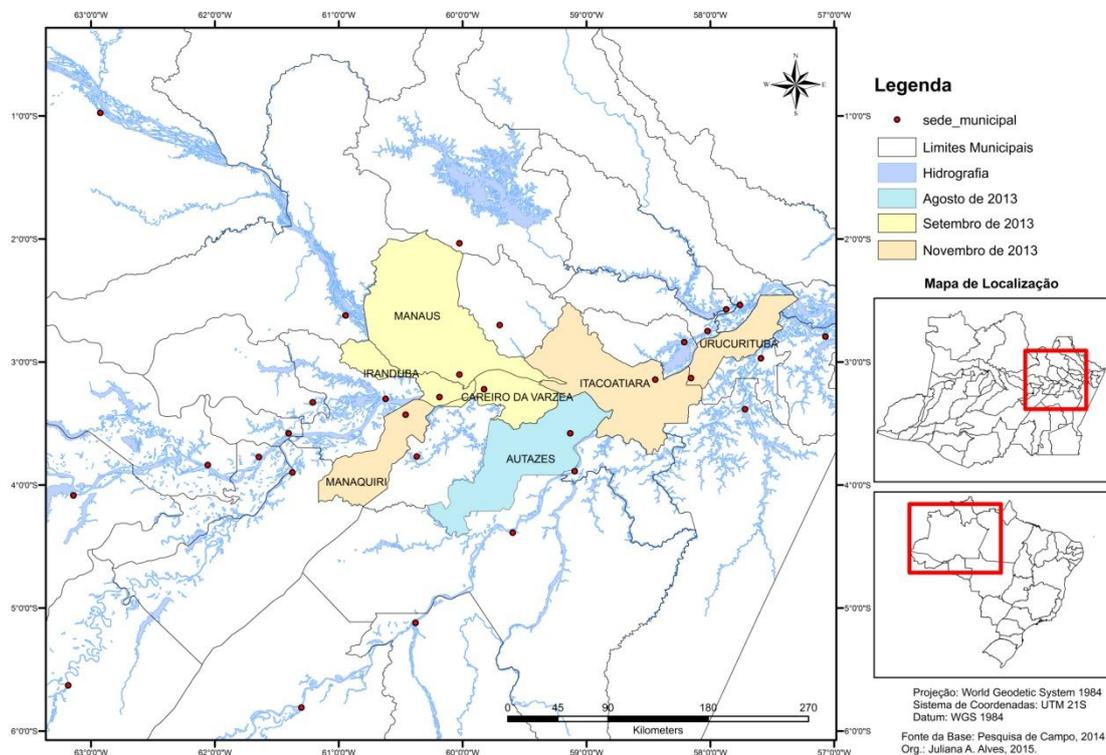
De certa maneira, a fala de dona Lúcia e o encontro com os dirigentes sindicais na plenária do MSTTR me ajudaram a recuperar essa memória e me levaram a compor as questões que tanto estava buscando para amadurecer a pesquisa durante o Mestrado em Sociologia. Por isso, atribuo ao acaso a construção do projeto de pesquisa que resultou nesse texto dissertativo. Embora a participação no evento com os dirigentes sindicais estivesse planejada, eu não esperava que as primeiras ideias para essa pesquisa do mestrado surgissem nesse espaço sobre a inspiração da fala de dona Lúcia.

Os desdobramentos dessa experiência são o que vocês acompanharão neste texto. Ele narra os resultados da pesquisa que teve como foco a formação histórica e social do sindicalismo de trabalhadores rurais no estado do Amazonas com destaque para as condições sociais que foram necessárias para essa formação, os sentidos construídos e atribuídos, os efeitos no plano social e político tendo como chave de interpretação a própria dinâmica social encontrada no interior do MSTTR narrada pela memória de seus dirigentes e militantes. Parte desses dirigentes participou da fundação do movimento no estado e, outra parte, compõe o quadro atual de presidentes e diretores dos STTR's e da FETAGRI/AM que no seu conjunto formam o MSTTR.

Hoje observo o conjunto de dados coletados durante o trabalho de campo, sobretudo, as entrevistas que realizei com o auxílio de gravador de áudio e vídeo, além dos textos registrados no caderno e diário de campo, e concluo que os meses dedicados a essa pesquisa foram descontínuos, no entanto, os anos foram consecutivos.

⁴ No Relatório do Exame de Qualificação expus no memorial alguns trabalhos que desenvolvi junto a esses movimentos sociais, dentre eles destaco o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no município de Marabá (PA) nos anos 2000 e 2001. Além dos trabalhos pastorais junto aos diferentes grupos sociais do campo e de grandes centros urbanos – juventude, mulheres – desenvolvidos ao longo de quase dez anos quando pertencia à congregação religiosa Companhia de Jesus – Jesuítas.

Mapa 2 – Localização dos municípios onde realizei trabalho de campo



Fonte: Trabalho de Campo, Manaus, 2014.
Organização: Juliana A. Alves, 2015.

A entrada no campo deu-se de forma inesperada em dezembro de 2012 quando participei pela primeira vez de uma Plenária da Fetagri-AM. No ano seguinte, busquei aprofundar as questões para um novo projeto de dissertação tendo como ponto de partida a construção da memória social dos velhos dirigentes sindicais.

Para isso, em janeiro de 2013 visitei a sede da Fetagri e do STTR de Manaus onde pude entrevistar a Sra. Izete Rodrigues, que naquele período⁵ era presidente da federação, e a Sra. Maria Lucinete Nicácio de Lima, que estava à frente da direção do STTR Careiro, Manaus e Iranduba. Essas entrevistas me ajudaram a redesenhar a pesquisa para a organização da dissertação e me forneceram os dados iniciais para a composição do relatório de qualificação apresentado em junho de 2013.

O que se seguiu foram os meses de trabalho de campo nos demais municípios onde pude encontrar os dirigentes e demais interlocutores que de alguma maneira se envolveram na construção do MSTTR no Amazonas.

⁵ O 6º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Amazonas realizado entre os dias 21 a 23 de fevereiro de 2014 foi de caráter eletivo o que alterou o quadro de representantes tanto da FETAGRI quanto dos demais STTR's. Entretanto, boa parte da pesquisa se realizou com o quadro de dirigentes composto antes das eleições de fevereiro de 2014.

Em agosto de 2013 visitei o município de Autazes; no mês de setembro, do mesmo ano, estive em dias alternados acompanhando os trabalhos do STTR nos municípios de Manaus, Careiro da Várzea e Iranduba. Em outubro dediquei alguns dias de trabalho de campo na sede da FETAGRI em Manaus. No mês de novembro estive no município de Manaquiri e Iranduba (Praia do Açutuba) e, ainda, nesse mesmo mês, realizei o trabalho de pesquisa nos municípios de Itacoatiara e Urucurituba.

Encerrei o trabalho de campo em fevereiro de 2014 quando participei do 6º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Amazonas em Manaus. Após esse tempo já conseguira reunir os dados sobre o MSTTR, os quais precisavam ser analisados à luz da bibliografia organizada concomitante com a pesquisa de campo.

Disponho de dados a respeito da construção histórica do MSTTR colhidos nesses diferentes tempos, tendo como principal mediação a memória social dos seus dirigentes e demais lideranças sindicais e não sindicais⁶. Já antecipei acima que parte desses dirigentes participou da fundação do movimento sindical no estado e a outra parte compõe, na atualidade, o quadro de presidentes dos sindicatos e da direção da FETAGRI/AM. Também pude entrevistar outros trabalhadores rurais apenas sindicalizados sem nenhum cargo representativo, além dos parentes e amigos dos dirigentes que na pesquisa aparecem no que chamei de arena difusa sindical, mas que revelaram importantes dados para a compreensão da história do movimento sindical.

Organizando esses dados da pesquisa tomo consciência que o trabalho se realizou, ou melhor, foi sendo construído em etapas que me exigiram (e de minha orientadora também) alguma paciência. Começando pelo despertar da ideia central da pesquisa por meio de uma simples frase, passando pela mediação dos interlocutores em campo além dos *insights* obtidos no decorrer das leituras e dos fichamentos da bibliografia reunida para a composição desse texto dissertativo.

Foi um exercício de recolher aqui e ali narrativas, fotografias, boletins informativos, cartilhas, vídeos, anotações, mapas mentais com a esperança de encontrar, nesses diferentes caminhos, algum conteúdo que me ajudasse a compor e a sintetizar a história do sindicalismo rural nas várzeas do Amazonas.

⁶ Citando alguns interlocutores da pesquisa: Izete Rodrigues Rabelo (FETAGRI/AM); Maria Lucinete Nicácio de Lima (D. Lúcia/STTR Careiro, Manaus e Iranduba); Raimundo Aldo França (STTR de Autazes); Joaquim Campos Cruz (STTR de Autazes); Artur Nazaré (STTR Careiro, Manaus e Iranduba); Francisco Macena dos Santos (FETAGRI/AM); Antônio de Oliveira Castro (STTR Urucurituba); Antônio Peixoto de Oliveira (Partido dos Trabalhadores/STTR de Itacoatiara) e Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro (Prelazia de Itacoatiara). É importante ressaltar que todos eles autorizaram, por meio do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, a citação de seus nomes, bem como, de suas narrativas que iremos encontrar ao longo dos capítulos da dissertação. Tais narrativas foram os principais dados coletados ao longo da pesquisa de campo.

Ao mesmo tempo, sou consciente que mesmo me debruçando por sobre um vasto material de campo não poderei estabelecer uma total e completa compreensão acerca desse movimento social formado por trabalhadores rurais. Nem foi minha pretensão tal empreita. Apenas fiz o esforço de considerar que as histórias narradas têm um valor e que apresentam um saber sobre o mundo sindical construído por esses trabalhadores.

O caminho teórico e metodológico percorrido

Nessa tarefa introdutória, julgo necessário apontar alguns pontos acerca das categorias teóricas e metodológicas que foram pontos de partida, em diferentes momentos, para dar corpo e sentido ao trabalho proposto. Os textos e os autores que formaram o conjunto do referencial teórico me possibilitaram amadurecer e desenvolver uma visão mais crítica da realidade pesquisada, me levando a concebê-los como importantes mediadores para a composição desse texto.

Com a revisão das obras de Alain Touraine (1925) a respeito dos movimentos sociais, percebi que para esse trabalho as abordagens teóricas do final da década de 1980 do referido autor foram as mais pertinentes para a compreensão do tipo de movimento sindical rural instaurado nessa região. Tomo como obra base *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina* (1989), onde encontraremos a definição de movimento social que considero, a saber:

Um movimento social, como já foi lembrado, define-se através da luta de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento. Um movimento social combina [...] um princípio de identidade, de um princípio de oposição e um princípio de totalidade, quer dizer, a definição de um campo de interesses (TOURAINÉ, 1989, p.233).

Seguindo e aprofundando a tradição empreendida por Alain Touraine, a autora Maria da Glória Gohn propõe em seu trabalho *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos* (2012), alguns elementos e categorias básicas para a análise e compreensão dos movimentos sociais brasileiros, afirmando que devemos partir do princípio de que cada movimento social é construído a partir de duas dinâmicas, ou seja, uma dinâmica

interna e outra externa. No mesmo trabalho, a autora aponta uma série de elementos⁷ que podem compor as análises dedicadas aos movimentos sociais em vista de identificarmos nas suas diferentes dimensões a totalidade e a construção social empreendida pelos diferentes movimentos. Ao longo do texto, vamos encontrar alguns desses elementos sendo analisados, embora desenvolva a análise a partir das demandas apontadas pelos dados de campo, o que poderá significar a presença de alguns deles e ausência de outros.

As leituras sobre a Socioantropologia (1995), abordagem teórica e metodológica elaborada por Jean-Pierre Olivier de Sardan (1941), me ajudaram amadurecer minha postura reflexiva sobre o trabalho. A socioantropologia busca estudar empiricamente os grupos sociais contemporâneos, suas interações, práticas e representações numa perspectiva diacrônica, multidimensional e multidisciplinar (OLIVIER DE SARDAN, 1995). Busca aliar a tradição da etnologia e da sociologia da escola de Chicago (CARNEIRO, 2012) para compreender os processos de desenvolvimento empreendidos, sobretudo, nos países do continente africano.

Nesse tipo de abordagem, chama nossa atenção as proposições de ferramentas de investigação e categorias, que apesar de serem aplicadas para a compreensão dos processos de desenvolvimento, uma vez aplicadas a outras realidades, nesse caso, dos movimentos sociais, nos ajuda a compor algumas inovações metodológicas e teóricas para análise de outros processos sociais construídas em distintos espaços. O viés de aplicação dessas ferramentas e categorias passa pelo rigor analítico, bem como, pelo diálogo respeitoso com os interlocutores da pesquisa.

Considerando as mudanças ocorridas no interior do MSTTR, e mesmo a evolução das teorias acerca dos movimentos sociais, a categoria *Arena* (OLIVIER DE SARDAN 1995) tornou-se uma importante chave de compreensão e de concepção para o movimento social que estamos tratando. Nesse sentido, o MSTTR é uma expansiva arena, pois se encontra numa “escala mais restrita e [manifesta] uma consciência mais clara dos enfrentamentos por parte dos atores. Uma arena, no sentido que nós entendemos, é um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação acerca de questões comuns. Ela se refere a um espaço local” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, pp. 178-179).

Quando afirmamos que o MSTTR é uma arena, não estamos apenas abstraindo um conceito. O que me levou a tal afirmação se deveu às observações e aos registros presentes no

⁷ Para citar alguns desses elementos: 1) As demandas e os repertórios da ação coletiva; 2) A composição; 3) O princípio articulatório interno; 4) Força social; 5) Ideologia; 6) Cultura Política; 7) Organização; 8) Práticas; 9) Projeto sociopolítico; 10) Identidade; 11) Cenário sociopolítico; 12) Os opositores e 13) As conquistas e derrotas (GOHN, 2012).

material etnográfico da pesquisa onde pude relatar a dinâmica interna e externa do MSTTR do Amazonas. Uma arena que não é configurada como única, linear e coerente, mas permeada de confrontações, diferenças e contradições entre os sujeitos que a constrói.

Por ser dinâmica, conseguimos identificar nela diferentes configurações. Ela se mostra concentrada quando falamos dos elementos oficiais que formam o MSTTR. Quando ela se revela difusa estamos tratando dos elementos encontrados no cotidiano do movimento que ultrapassam as relações oficiais. E ela é segmentar porque comporta outros elementos que a ultrapassam enquanto arena indo ao encontro de outras realidades que se soma a ela, mas sem que essas diferentes realidades se confundam.

Aos poucos, partindo da abordagem socioantropológica, fui me cercando e propondo outras categorias teóricas e metodológicas da Sociologia e da Antropologia que me ajudassem a compor o conjunto da análise sobre o MSTTR. Dentre elas, destaco a categoria *memória coletiva* (HALBWACHS, 2003).

Nessa categoria me ancoro para captar a compreensão sobre a construção do movimento sindical no estado do Amazonas a partir dos elementos da tradição incorporados pelos dirigentes sindicais que, com o passar do tempo, foram formando as novas configurações do movimento sobre seu próprio passado. Por outro lado, o passado que existe de dada realidade social apenas poderá sê-lo caso seja reconstruído continuamente no presente. Para isso, em vista de explicitar tal relação, é preciso captarmos a *fala* e a *escrita*, isto é, o discurso, o *mundo do texto* (RICOUER, 2011) daqueles que assumem a missão de *lembrar* (BOSI, 1994).

Em vista disso, privilegiei os discursos dos interlocutores da pesquisa como as principais fontes de reconstrução histórica do MSTTR. Busquei identificar nesses discursos os sentidos da linguagem do mundo sindical que, ao final, nos mostra o tipo de construção social que se realizou manifestada diante do discurso de quem nela esteve envolvido.

A contribuição da Antropologia ao trabalho se realiza partindo da tese de doutorado da Profa. Kátia Helena S. Cruz Schweickardt: *As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá* (2010).

Nesse trabalho, ao etnografar os processos sociais que provocaram o (re)ordenamento territorial no município de Carauari (AM), nas margens esquerda (RESEX) e direita (RDS Uacari) do Médio Rio Juruá, Schweickardt (2014), reinterpreta o modelo de análise que Clifford Geertz (1991) concebe para estudar a sociedade balinesa, para compreender as diferentes faces do Estado e do socioambientalismo na Amazônia, tendo como centralidade da

análise a dinâmica social da relação entre o Estado e as populações locais do médio Juruá. Assim, tomando o modelo de Geertz, ela estabelece alguns *planos organizacionais de significância* e suas diferentes intersecções (2014) que revelaram a complexidade da configuração do Estado nessa região.

O modelo interpretativo de Geertz mostra os sentidos que os balineses estabelecem sobre si mesmos, analisando as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – cujas expressões são representações das pessoas para si mesmas e para os outros (GEERTZ, 2012). Ao propor o objetivo de identificar como as pessoas definem seu *eu*, Geertz está procurando também descobrir sobre que pontos de vista e sentidos se organiza a sociedade. Nesse caso, a sociedade balinesa é compreendida pelo olhar multicêntrico do seu povo que há um só tempo comungava de diferentes tradições culturais e religiosas como o hinduísmo, o budismo e das tradições herdadas da Polinésia.

Num primeiro olhar, poderia se conceber tal sociedade como um espaço carente de instituições que possibilitassem certa coesão social entre seus indivíduos. Por outro lado, esse mesmo olhar mostrou-se equivocado, pois, na concepção de Geertz, para compreendermos a sociedade balinesa devemos tomar o ponto de vista de sua gente, concebendo-a como um lugar onde as pessoas assumem um repertório elaborado por diferentes designações e variados títulos⁸.

Assim, procurar compreender qualquer realidade nessa sociedade sem considerar os papéis assumidos pelas pessoas que a formam, poderia ser uma tarefa mal sucedida. Dito de outra maneira, em Bali compreender, por exemplo, a dinâmica do Estado e suas instituições e demais organizações sociais, requer antes de tudo, voltar-se para essas designações ou esses títulos assumidos pelos balineses, pois eles revelam as estruturas fixas, a ocupação, ainda que temporária, de determinado espaço na sociedade e nas suas instituições de maneira permanente e específica.

Disso resulta o modelo de Geertz em elaborar *Planos Organizacionais de Significância* (1991; 2012) em vista de captar essas diferentes realidades da sociedade balinesa tomando como ponto de partida os múltiplos títulos e designações que recebem os balineses desde o seu nascimento e que os acompanham até suas mortes. O esforço de captar os significados desses títulos e designações acabara revelando os sentidos da sociedade como

⁸ Os balineses têm pelo menos meia dúzia de títulos principais, atribuídos, fixos e absolutos que uma pessoa usaria para designar uma outra [...] como parte do seu grupo. Existem marcadores para ordem do nascimento, termos de parentesco, títulos que determinam a casta, indicadores de sexo, e tecnônimos, e muitos outros mais, e cada um deles constitui, não um mero conjunto de etiquetas úteis e ocasionais, mas sim um sistema terminológico distinto, delimitado e internamente muito complexo (GEERTZ, 2012, p. 67).

num todo formada por diferentes planos de organização, cujos sentidos estavam centrados nos múltiplos títulos e designações das pessoas que os formavam.

Transpondo esse modelo de análise para a compreensão da dinâmica concentrada e difusa do MSTTR, veremos também que as múltiplas identidades assumidas dentro do movimento por seus dirigentes e demais lideranças acabam apontando para a constituição de diferentes planos organizacionais de significância, que uma vez intersectados, revelam como se deu a construção histórica e social do MSTTR.

Ao todo, identificamos três planos organizacionais de significância sobre o movimento (Figura 1). O primeiro plano diz respeito aos elementos próprios de uma organização social (movimento social), sua formação e consolidação. O segundo plano mostra como a dimensão religiosa vivida pelos trabalhadores rurais possibilitou a construção de suas identidades organizacional e política sobre a premissa do engajamento pastoral. E o terceiro plano – o político partidário – revela a expansão da dinâmica do MSTTR para outras arenas de disputa e de luta como a dos partidos políticos.

Figura 1 – Planos Organizacionais de Significância do MSTTR do Amazonas



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

Outra categoria antropológica que tomamos foi *experiência etnográfica* (CLIFFORD, 2011) vivida durante o trabalho de campo. A vivência do campo me possibilitou atentar para outras chaves interpretativas acerca do sindicalismo dos trabalhadores rurais nas várzeas do Amazonas que somente com o passar dos dias vividos no pós-campo é que pude tomar consciência. Graças à experiência etnográfica posso encarar essa etapa da escrita como partilha de vivências de diferentes sujeitos que se encontraram, que construíram relação, comungaram do afeto e que compartilharam verdades e compreensões a respeito de determinada realidade social e histórica.

Foi também graças à experiência etnográfica que compreendi mais de perto os processos, como o político, dentro do movimento sindical e para além dele, que por algumas vezes apenas a oficialidade da disciplina Política não me ajudava a alcançar os possíveis significados das relações que estão no quadro político oficial. Tais significados poderão ser alcançados pelas *tramas* e pelos *dramas* (PALMEIRA, GOLDMAN, 1996) tecidas e vividas no cotidiano das relações manifestadas e mediadas por diferentes *formas simbólicas* (GOLDMAN, 2003).

A socioantropologia nos ajuda a compreender que a mescla das categorias analíticas tanto da Sociologia como da Antropologia nos possibilita agregar um elenco maior de estratégias de interpretação da realidade social nos levando a interpenetração de suas estratégias e lógicas.

Os resultados dessa mescla são as diferentes *interfaces* (OLIVIER DE SARDAN, 1995) sobre o MSTTR que denominei de Socioantropológicas porque foram captadas a partir dos elementos teóricos e metodológicos expostos acima, principalmente, pela memória coletiva e pela etnografia. Essas interfaces expressam a maneira como os sujeitos pesquisados compreendem a formação do sindicalismo rural, extraindo deles uma leitura que explicita suas capacidades de intervir no mundo social do trabalho, conferindo especial atenção às formas de luta e às identidades sociais construídas por meio da dinâmica da organização social.

Por fim, gostaria de retomar as contribuições de Maria da Glória Gohn quando destaca o conceito de *luta social* em *História dos movimentos e lutas sociais – a construção da cidadania dos brasileiros* (2012). Porém, mais do que dizer o conceito, nos interessa aqui apontar o que inspira a construção do conceito de luta social.

A autora destaca a importância do “agir humano, das mentalidades, da forma que a história política, a história dos eventos e a narrativa dos acontecimentos se entrelaçam, construindo o processo. Estrutura e conjuntura se entrecruzam, totalidade e cotidianidade se complementam” (GOHN, 2012, p. 17).

Tomo para esse trabalho essa mesma noção de luta para compreender, como afirma John Comerford (2003), a “agonística” dos trabalhadores e trabalhadoras das várzeas do Amazonas que uma vez se entrecruzando com as lutas cotidianas de outros grupos sociais veio a constituir o sindicalismo rural no estado. Portanto, luta, nesse trabalho, refere-se a todo o universo agonístico desses trabalhadores quando buscam empreender a defesa da vida e sua reprodução no território varzeano tornando esse um lugar de vida, de trabalho e de construção da organização social camponesa.

As dinâmicas sociais analisadas pela pesquisa

Para o desenvolvimento dessa pesquisa tive que aprender a lidar com algumas tensões que caracterizam o ofício da investigação social. Dentre elas, a identificação do conjunto de questões que deveria nortear o trabalho de pesquisa. Algumas dessas questões, pude formular assim que entrei em campo, tendo um limitado planejamento de atividades. Outras questões, a própria dinâmica do campo foi me propiciando formular.

Aos poucos, constatei que duas dinâmicas animavam a vida dos sindicatos e dos seus dirigentes. Uma dinâmica de caráter institucional centrada nos elementos próprios da organização sindical, como: estrutura estatutária; relação dirigentes e sócios de base; as frentes e bandeiras de luta; o acesso aos benefícios sociais e às políticas públicas direcionadas ao setor primário; as formas de mobilizações; a relação com os “inimigos” dos trabalhadores rurais; a relação com as estruturas sindicais nacionais como as centrais sindicais e confederações.

A outra dinâmica, menos institucional, me levava a constatar que a vida nos sindicatos e dos seus dirigentes estava para além das sedes. Ou seja, aos poucos, me dava conta que também as questões sindicais estavam sendo tomadas na sala de visita, na cozinha, no quintal, ao redor da mesa no decorrer das refeições envolvendo outros sujeitos como familiares e amigos desses dirigentes. As tramas do cotidiano me apontavam um viés de compreensão do MSTTR que até aquele momento não havia alcançado.

Essas duas formas de compreender um mesmo movimento sindical me expôs a uma tensão: sobre que ponto de vista orientar ou continuar orientando a pesquisa? Tive que buscar outras referências sobre sindicalismo rural no estado do Amazonas e confesso que foram poucos os trabalhos que encontrei, alguns apenas passavam pela discussão e outros

documentos eram de caráter institucional como os da CONTAG e os da CPT que mais serviam como fonte de pesquisa.

Com isso, procurei assumir com coragem a tarefa de compreender a história do MSTTR considerando essas duas dinâmicas: uma institucional (concentrada) e a outra menos institucional (difusa), sobretudo, porque não consegui identificar um trabalho acadêmico que me possibilitasse ao menos uma dessas realidades sobre o movimento pesquisado como ponto de partida.

De qualquer modo, esse dilema que me tencionava acabou favorecendo o desenvolvimento da pesquisa. As questões que norteiam a construção desse texto explicitam a maneira como percorri os espaços oficiais e difusos do MSTTR em vista de estabelecer algumas chaves interpretativas em torno de sua formação social e histórica tendo como a realidade social do ecossistema da várzea o principal lócus pesquisado.

Ao mesmo tempo, me ocupo das questões em torno dos elementos que caracterizam mais de perto a dinâmica sindical que chamei de planos organizacionais de significância. Em cada plano vamos encontrar outras dinâmicas que se intersectam (interfaces) e que foram interpretadas à luz da teoria social e antropológica.

As pretensas que esse trabalho se propõe

A questão principal que norteará esse trabalho será: quais são os possíveis elementos interpretativos por meio dos quais podemos compreender parte da formação histórica e social do MSTTR no estado do Amazonas?

No Capítulo I - *O rio: formação do sindicalismo de trabalhadores rurais nas várzeas do Amazonas* – buscarei aprofundar a conjuntura histórica e as condições sociais que possibilitaram a formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no estado do Amazonas como um tipo de organização sociopolítica entre os camponeses amazônicos. O capítulo constitui-se numa tentativa de compreender o significado sociopolítico desse movimento social e estabelecer de que maneira a questão organizativa camponesa na Amazônia se configurou a partir do sindicalismo rural.

No Capítulo II – *O anel: igreja e sindicalismo rural no Amazonas* – me proponho a pensar de que maneira o MSTTR amplia sua formação e se consolida como um movimento de trabalhadores rurais no estado tendo como argumento central de que tal empreita somente foi

possível dado o lugar que a religião passara a ocupar, principalmente a partir da década de 1960 em diante, na vida dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil.

Por fim, veremos no Capítulo III – *A estrela: etnografia, cotidianidade e representação política no MSTTR do Amazonas* – a maneira como os dirigentes sindicais constroem suas trajetórias de vida política pelo caminho da militância partidária e veremos até que ponto essas trajetórias oferecem a tônica a dinâmica sindical.

Um adendo:

Enveredando sertões, navegando por entre rios

Como tudo isso começou? Desde quando comecei a me dedicar a feitura dessa dissertação de mestrado me percebi muitas vezes angustiado pelo fato de não ter presente uma imagem, a qual denomino de literária, que me ajudasse no desenvolvimento da escrita. Pois me habituei a escrever textos sempre com uma imagem literária de fundo que me permitisse inspirar e até servir de guia para o que desejava escrever, por devaneio ou por obrigação do ofício de Sociólogo.

De qualquer forma me obriguei a começar a redação, considerando o adiantar do tempo e a densidade dos dados obtidos no decorrer do trabalho de campo que pediam uma sistematização e análise. Acabei por aceitar tal circunstância de não estar munido de uma vigilância oriunda da Literatura – imagem. De repente, me habituar a tal realidade poderia me apresentar um caminho, mas antes deveria sentir a falta dele e, nessa ausência, encontrá-lo.

Com o passar dos dias, fui avançando na escrita. Mas a sensação que me acompanhava era ainda o de uma ausência: no interior da escrita faltava um ícone que possibilitasse a tomada de consciência e de lucidez desse momento a qual passava a me dedicar.

Compreendi aos poucos e a duras penas que o “objeto do conhecimento” a que me propunha pesquisar me pedia lançar um olhar de retrocesso. Foi na recordação de minha trajetória de vida que aos poucos foi se apresentando à minha reflexão pequenas peças que hoje reconheço que formam um mosaico e que esse constitui o plano de fundo desse adendo. Dessas pequenas peças trazidas pela memória uma reconheço ter uma importância significativa na minha trajetória: o contato com o mundo rural amazônico.

Foi no ano de 2000 que tive a oportunidade efetiva de vivenciar o dia-dia num acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST no município de Marabá no sul do Pará. Essa mesma experiência se repetiu no ano seguinte mas num acampamento diferente. Esse contato efetivo modificou minha maneira, não somente de enxergar “aquele mundo”, como também a leitura da realidade brasileira como num todo.

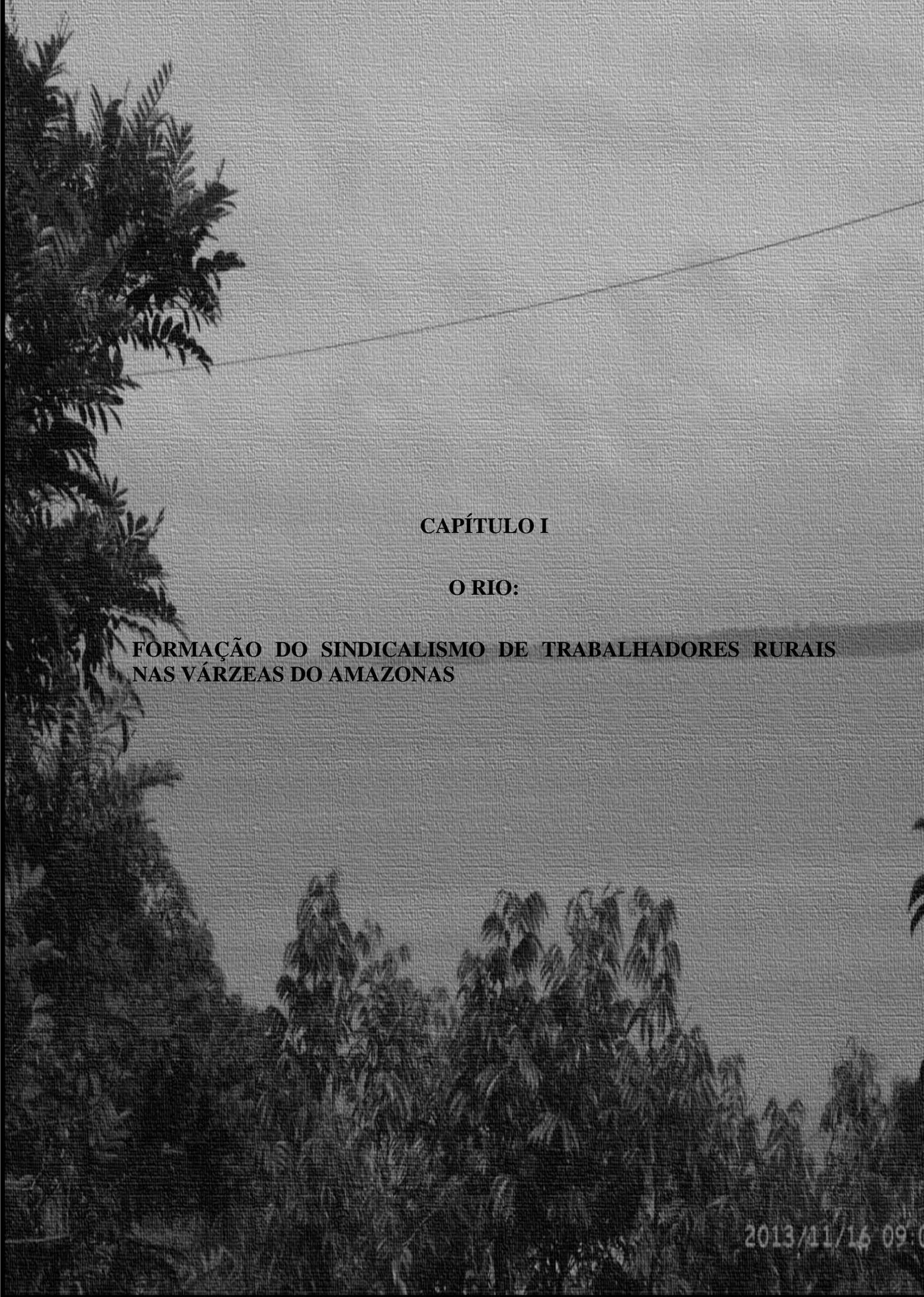
Mesmo ainda sendo muito jovem – tinha completado meus 18 anos - foram aqueles dias, mediados pela convivência entre os trabalhadores sem terra, que identificava a possibilidade de ler a realidade social considerando uma “outra perspectiva” desde os sujeitos, desde “aqueles sujeitos”.

Essa experiência acabou por iluminar o que se sucedeu em minha vida no decorrer dos anos. Chego até o presente com essa mesma sensação. Sempre ouvi as histórias sobre as lideranças camponesas da Amazônia. Tais histórias também me moviam a pensar como seria, de fato, a organização social dessas lideranças desde dentro. Penso que os resultados encontrados nessa dissertação buscam mostrar a forma concreta de ser de um movimento social do campo a partir do ponto de vista dos seus dirigentes e demais interlocutores.

Encontrar essas lideranças – algumas já bem idosas – com vida e saúde posso considerar como um exemplo de “sorte”. São pessoas de grande generosidade que inspiram e nos encorajam a seguir em frente. A tarefa de pesquisar suas trajetórias de vida no MSTTR e para além dele tornou-se uma experiência única. Hoje reconheço que é o tipo de coisa pelo qual esperei. E é algo muito raro que acontece uma vez na vida.

Em Marabá no estado do Pará, nos acampamentos do Movimento dos Sem-Terra aprendi que o *sertão* é um lugar de enorme espera. Nas várzeas do Amazonas, nas sedes sindicais e nas casas dos dirigentes sindicais, compreendi que o *rio* é um lugar de realização de esperanças concretas, renovadas no ato de memorar.

O sertão e o rio são as imagens que me acompanham na maneira pela qual busco narrar a formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no estado do Amazonas.

A black and white photograph of a rural landscape. In the foreground, there is a dense thicket of tall, leafy plants, possibly a field of crops or a natural growth. In the background, a wide river flows through a valley, with more vegetation on the banks. A thin power line or cable stretches across the upper portion of the image. The overall scene is misty or overcast, with a soft, diffused light.

CAPÍTULO I

O RIO:

**FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS
NAS VÁRZEAS DO AMAZONAS**

INTRODUÇÃO

“Só na foz do rio é que se ouvem os murmúrios de todas as fontes.”

“O mundo do rio não é o mundo da ponte.”
(Guimarães Rosa)

O tema central deste capítulo é a formação histórica e social do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais⁹ (MSTTR) no estado do Amazonas como um tipo de organização sociopolítica entre camponeses amazônicos. Inserindo-se, sobretudo, dentro dos estudos de Sociologia Rural¹⁰ constitui uma tentativa de compreender o significado sociopolítico desse movimento social e estabelecer de que maneira a questão organizativa camponesa na Amazônia se configurou a partir do sindicalismo rural.

Essa leitura será realizada considerando os discursos que serão acionados pela memória social de alguns líderes sindicais. O campo empírico escolhido para tal discussão foi a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do estado do Amazonas – FETAGRI/AM¹¹ e parte dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR no estado onde pude estabelecer um contato direto com as lideranças que formaram o universo dos sujeitos da pesquisa. Fundada na década de 1960, a FETAGRI/AM, se constitui a principal base organizativa e de representação dos trabalhadores rurais congregando, atualmente, mais de 50 sindicatos no estado do Amazonas.

Como questão de fundo destacamos a seguinte: que semânticas podemos identificar e analisar na formação do MSTTR no Amazonas partindo da construção da memória coletiva dos seus líderes e dirigentes sindicais que levam à compreensão do mesmo movimento como arena sociopolítica?

⁹ Durante a pesquisa pude constatar que a nomenclatura utilizada para a designação do movimento opta em marcar a diferença entre trabalhadores e trabalhadoras rurais. A justificativa é a linguagem inclusiva suscitada pelas questões de gênero. Nesse projeto fiz a opção de usar as duas nomenclaturas: Trabalhadores Rurais e Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais um determinante para o uso de qualquer uma das formas é a estética e estrutura do próprio texto.

¹⁰ A principal disciplina estruturante desse projeto será a Sociologia Rural, mas somando a esse campo do conhecimento teremos ainda as importantes contribuições da Antropologia, da Ciência Política, da Socioantropologia, da História e demais disciplinas que no decorrer da pesquisa julgarmos importante considerar.

¹¹ A pesquisa abordará um movimento social do campo que se desdobrou, ao longo de sua existência, em diferentes frentes representativas, mas todas elas tendo um projeto comum a defesa dos direitos do trabalhador rural. O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais se configura em Confederação, Federações e Sindicatos espalhados por todas as regiões do Brasil. No Amazonas a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura - é a principal forma de organização do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se constituiu historicamente a partir da organização de cinco sindicatos nos municípios de: Careiro (Manaus e Iranduba), Itacoatiara, Nova Olinda do Norte, Autazes, Silves.

Apono como pressuposto que a compreensão da objetivação do modo de vida camponês (produção e reprodução) na Amazônia passa pelos diferentes significados atribuídos às suas organizações sociais e políticas a exemplo do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Evidenciar a questão organizativa dos camponeses amazônicos pode nos possibilitar compreender esses sujeitos desde a condição de protagonistas dos seus processos sociais e políticos.

Abaixo temos o destaque ilustrativo do Plano Organização Social de que vamos tratar mais de perto.

Figura 2: Plano Organização Social – Formação do MSTTR



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

1.1 A conversão do posseiro em trabalhador rural: a efetivação da luta pela terra e seus recursos na Amazônia

Não foi totalmente espontâneo. Foi uma iniciativa, uma promoção da CONTAG sobre um planejamento da dívida que enxergava lá com uma questão do Amazonas, a questão fundiária, principalmente, que era a maior que provocou mais em conhecer como é que as pessoas não terem acesso à terra, como até hoje [...]. Isso provou com que a CONTAG tivesse essa

iniciativa e era um desafio [...]. O coordenador regional andou todos esses municípios. Eu acho que devido o tamanho da perna, questão de dinheiro e financiamento, ele fez essa estratégia: mobilizou 5 municípios para fundar sindicatos. Após 5 sindicatos fundados fundou a Federação. Foi andando no interior mesmo, embarcando na canoa, no barco. Foi andando dentro dos rios desses 5 municípios para fundar os sindicatos. É um negócio que foi histórico (RAIMUNDO ALDO FRANÇA, STTR de Autazes, trabalho de campo, 2013).

Quando iniciei as pesquisas de campo para o desenvolvimento desse trabalho dissertativo muitos elementos, próprios da pesquisa, ainda não estavam maduros dentro do meu processo de concepção, como por exemplo, a espacialidade da pesquisa, os sujeitos a serem entrevistados, as categorias a serem eleitas para a análise no momento do confronto com os dados.

Entretanto, um elemento se revelava claro e distinto na pesquisa: a memória coletiva (HALBWACHS, 2003; SANTOS, 2003) como documento histórico da construção social. E como imagem que acompanhava e sintetizava a referência a essa memória como documento histórico recorri a do rio, dos rios amazônicos que nas idas e vindas do trabalho de campo me levou a diferentes cidades onde se encontram as sedes dos sindicatos dos trabalhadores rurais para captar os diferentes momentos da história sindical no estado do Amazonas.

Figura 3 – Rios amazônicos no município de Autazes



Uma imagem que não é simplesmente ingênua ou puramente natural. O rio para nós amazônidas carrega consigo diferentes significados que a região foi tomando ao longo de sua

formação social (TOCANTINS, 1972; 1982). Essa imagem nos religa a história dos agrupamentos humanos estabelecidos nesse espaço e mesmo aos tipos de organizações do trabalho que aqui se desenvolveram. Marca a maneira específica e distinta, em relação aos outros espaços nacionais, de como a construção social, cultural e econômica se realizaram e marcaram para sempre a região (RIBEIRO, 2010).

Nos rios repousam “deuses imaginários” que alimentam as mentes e os corações transcendentais do povo quando suas razões já não mais acompanham e explicam os fatos vividos. Foram os rios as principais testemunhas das cidades fundadas nessa imensa região e a porta de chegada de muitos que se estabeleceram. Nesse estabelecimento, os sujeitos que se fixaram tiveram que obedecer ao ritmo das águas e dele se alimentarem, produzirem e se reproduzirem. As atividades praticadas são mediadas pelo movimento das águas. Sujeito e natureza se criando e se recriando numa interação contínua, e também, marcada por descontinuidades, mas sempre em movimento.

Como se percebe, o esforço criador do homem na Amazônia obedeceu em parte o ritmo das águas; os rios foram decisivos para uma atividade econômica, que exigia uma mobilidade contínua dos homens, como o extrativismo. Sem as vias fluviais que cortam toda a região, seria muito difícil a penetração dos homens e, conseqüentemente, a exploração econômica extrativa [...] Sem os rios navegáveis a economia extrativa não teria obtido êxito na região amazônica (RIBEIRO, 2010, p. 103).

Apesar de Ribeiro (2010) chamar atenção para a atividade extrativa como dependente da mediação dos rios navegáveis para seu pleno desenvolvimento, desejo apontar outros tipos de atividades econômicas desenvolvidas ao longo da história na Amazônia, em parte, que dependeram ou dependem das condições de navegação dos rios. Dos insumos necessários para a indústria aos produtos fabricados nessas terras e até mesmo no processo de organização social, o rio foi um grande mediador para o sucesso ou o insucesso de tais atividades.

Mesmo a luta pela terra, pela organização comunitária, a objetivação do uso dos recursos naturais presentes conduz a Amazônia para a inserção nacional de uma maneira nova tomando outras perspectivas para a compreensão de seus processos sociais. Suas populações, muitas vezes invisibilizadas pelo discurso dominante assumido pelo estado nacional, acabam por nos oferecer as possibilidades de interpretação dessa significativa porção do espaço brasileiro. São trabalhadores da cidade e do campo, posseiros, migrantes vindos do sul, sudeste e nordeste brasileiros, seringueiros, pescadores que nos ajudam a estabelecer as possibilidades de compreensão da história e da sociedade amazônica (SILVA, 2012), ainda

que tais possibilidades venham carregadas de imperfeições e contradições, mas não deixam de ser uma luz na batalha da inserção nacional.

Considero então que a memória coletiva - simbolizada na imagem do rio - de um grupo de trabalhadores rurais organizados a partir da luta sindical é a minha mediadora em narrar algumas páginas da história política e social da Amazônia, e em particular, do estado do Amazonas, no que tange a organização sindical. A memória coletiva de um grupo pode ser tomada como um documento histórico daqueles que de alguma maneira se sentem a margem, mas ao mesmo tempo, sujeitos dos processos sociais. Ela deve ser tomada como um arquivo histórico dos grupos humanos, dos trabalhadores rurais e demais trabalhadores. A pesquisa com a memória não é um simples exercício de lembrar algo, mas de interrogação, de investigação. Ela necessita ser instigada e descoberta, pois repousa oculta lá no fundo das pessoas (MARTINS, 1997).

Com isso, a história da fundação dos sindicatos pioneiros no Amazonas que inicia o movimento sindical dos trabalhadores rurais culminando na organização da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura – FETAGRI - é narrada em três tempos que em alguns momentos estão em diacronia.

Num primeiro instante temos como foco a narrativa dos próprios dirigentes sindicais sobre a perspectiva de como essa história atravessou a vida bem concreta desses líderes. Num segundo momento tomo o que narram os estudiosos da questão, sobretudo, de como a Amazônia e o governo brasileiro pensaram e desenvolveram as estratégias de inserção dessa grande porção do Brasil num cenário mais abrangente da sociedade brasileira bem como da própria economia.

E o terceiro instante se caracteriza como as duas faces anteriores se misturam e se complementam e nos situam numa história que pode ser recontada sobre uma visão muito própria, a saber, dos sujeitos que nela estiveram mais perto.

Raimundo Aldo – STTR de Autazes – narra que havia “uma dívida com a questão do Amazonas, a questão fundiária” o que fez a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG se interessasse pela situação do trabalhador rural no Amazonas para entender como, de fato, ocorria o acesso a terra, as condições de posse, de trabalho, de produção e reprodução da vida dessa classe trabalhadora.

Por outro lado, essa narrativa de Aldo liga-se a grande narrativa dos estudiosos brasileiros sobre a questão fundiária na Amazônia. Esses estudos (IANNI, 1979; 1986; VELHO, 1979) nos remontam para as décadas de 1960 e 1970 onde a Amazônia brasileira passa a ser uma área de expansão da fronteira agrícola motivada principalmente pelas

políticas econômica e agrícola do governo brasileiro na época (IANNI, 1986). As décadas iniciais do governo civil e ditatorial vão ser marcadas pela efetivação de uma política econômica que visara subordinar a agricultura ao grande capital. A agricultura passa a estar a serviço das indústrias nos grandes centros urbanos. As pequenas atividades agrícolas passam agora a sofrer incentivos para a extensa produção e aquelas já consideradas extensivas o governo induz a concentração e a centralização do capital (IANNI, 1986).

A Amazônia também passa a ser subordinada ao desenvolvimento extensivo do capital. Já nesse momento a questão fundiária na região se mostrava um importante desafio para o governo, uma vez que iremos encontrar uma colcha de retalhos fundiários, como caracteriza Otávio Ianni (1986, p.16): “terras sem fim, devolutas, tribais ou ocupadas”. O que poderia provocar no Estado brasileiro uma postura diferenciada para a inserção da região no cenário político e econômico. Entretanto, o que se assistiu foi a “mão” pesada do estado ditatorial favorecendo o desenvolvimento extensivo do capitalismo de maneira agressiva e repressiva.

Em boa parte, foi o tipo de capitalismo dependente, ou “modelo econômico”, adotado pela ditadura que estabeleceu as condições do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. Foi inclusive esse tipo de capitalismo dependente, no qual o capital monopolista captou amplamente o aparelho estatal, que estabeleceu as condições básicas da intensa e generalizada monopolização das terras do sem fim, devolutas, tribais ou ocupadas da Amazônia. Tudo isso ocorreu e ocorre sob condições econômicas e políticas altamente agressivas e repressivas (IANNI, 1986, p.16).

Diferente dos espaços do sul e sudeste brasileiros a Amazônia surgia como o “novo espaço” a ser ocupado pelos investimentos capitalistas. Mais precisamente os anos de 1964-1978 irão concentrar as principais mudanças percebidas no extrativismo, na agricultura e na pecuária que até esse momento eram consideradas pouco expressivas para o mercado nacional, por outro lado, fundamentais para o mercado local¹², mas que agora, diante da nova política econômica, passa para um regime extensivo. Somada a essa mudança temos a integração da política estatal de ocupação fundiária, “a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e

¹² Segundo Ianni (1986, p.56), “Toda a região estava fortemente impregnada e permeada de atividades econômicas voltadas para a subsistência das próprias unidades produtoras: comunidades indígenas, famílias, margens, centros, lugarejos, povoados, vilas etc. E acrescida, a tudo isso, o fato de que a vida econômica, estava definida, ou conformada, por um sistema de transportes e comunicações construído com base nos rios e igarapés”.

titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida” [...] (IANNI, 1986, p. 55). Inaugurava-se na Amazônia uma nova fronteira (VELHO, 1979) que no imaginário governamental seria a retomada do desenvolvimento de uma porção do país ainda não efetivado.

Considerando a história econômica da Amazônia se identifica que o extrativismo sempre teve um papel preponderante na inserção dessa região nas economias nacional e internacional. Das chamadas “drogas do sertão”, passando pela extração da seringa e produtos da floresta como madeira, castanha e babaçu o extrativismo para a Amazônia significou tanto a glória para alguns como o colapso para muitos. Entretanto, não podemos negar que o extrativismo foi um setor que durante décadas movimentou o mercado interno e externo na Amazônia o que nos leva a reconhecer sua importância para a região.

Tal movimento não se caracterizou como apenas financeiro e mercadológico. Havia também uma preocupação do governo em atrair trabalhadores para a região convencidos pelo discurso do desenvolvimento, do acesso a terra, da “batalha” em torno de uma atividade extrativista. A vinda desses trabalhadores era mediada pela promessa do acesso à educação para os filhos, moradia digna, saneamento, saúde, sistema de transporte, comunicações etc (IANNI, 1986). De fato, muitos trabalhadores vieram e poucos conseguiram se manter com suas famílias nessa dinâmica.

Por outro lado, os contínuos esforços para a manutenção desse mercado diante das cíclicas crises do mercado extrativista e, no caso da Amazônia o mercado da borracha, fez com que o governo, desde a década de 1940, viesse a fomentar políticas especiais para mediar as operações de compra e venda da borracha para exportação, bem como, para o mercado interno movimentado pelas indústrias.

Esse papel foi atribuído ao Banco de Crédito da Borracha S.A.¹³ criado em 1942. Em meio ao fim da II Guerra Mundial, em 1945, a economia da borracha entra numa intensa crise devido à concorrência do mercado asiático que oferece a borracha ao mercado externo a um preço mais baixo tornando mais rentável seu cultivo naquele continente. Nesse sentido, a borracha produzida nos seringais da Amazônia perde espaço econômico obrigando ao governo a criar novas estratégias em vista de assegurar as condições financeiras para o extrativismo na Amazônia para manter-se ativo no mercado.

Com isso, o Banco de Crédito da Borracha S.A. torna-se em 30 de agosto de 1950 Banco de Crédito da Amazônia S.A.¹⁴ na tentativa de assegurar a dinamização das atividades

¹³ Decreto de Lei n.º 4451 de 09 de julho de 1942.

¹⁴ Decreto de Lei n.º 1164.

produtivas na região. Notava-se com essas ações que as atividades produtivas na Amazônia necessitavam de uma maior dinamização, sobretudo, o extrativismo da borracha o que levou o governo federal a tomar novas medidas como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) ¹⁵. Parecia um plano mais ousado, pois considerava a atuação em todos os setores econômicos presentes na região. Porém, essas intervenções pontuais somente irão ter consequência na medida em que se tomam medidas mais estruturais em vista da dinamização efetiva da economia na Amazônia. É sobre essa perspectiva que temos as fortes intervenções do capitalismo financeiro na região a partir da década de 1960 e 1970. Como bem salienta IANNI (1986):

Em 1967 criou-se a *Superintendência da Zona Franca de Manaus*, ou SUFRAMA, conforme Decreto-lei n.º 288, de 26 de fevereiro. Em junho de 1970 o governo federal adotou o *Plano Integração Nacional*, PIN, de acordo com o Decreto-lei n.º 1.106. E o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, INCRA, foi criado a 09 de julho do mesmo ano, conforme Decreto-lei n.º 1110. Em 1971 criou-se o *Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste*, PROTERRA, de acordo Decreto-lei n.º 1179, de 06 de julho. Em 1971 e 1978, construíram-se várias rodovias importantes: *Transamazônica*, *Perimetral Norte*, *Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracarái* (BRH-174), entre outras estradas. E cabe registrar, ainda, dentre as iniciativas federais rurais importantes para a Amazônia, dois planos nacionais de desenvolvimento: I PND, para 1971-74, e II PND, para 1975-79 (IANNI, 1986, p.61).

A implantação dessas estratégias de reordenamento político, econômico, social e territorial na Amazônia logo teve seus efeitos na vida de quem havia se estabelecido e daqueles que pensavam em migrar em direção a essas terras. Se não diretamente pelos efeitos, que apesar de tudo não foram imediatos, sentia-se, ao menos, o espírito que conduzia tal reordenamento que estava orientado agora pela grande empresa extrativa, mineradora, agrícola e industrial. Até enxergou-se, em dado momento, que a implantação da grande indústria na Amazônia seria a chave para romper com o atraso extrativista e inaugurar uma nova era do desenvolvimento na região. Superando os males do extrativismo com ele se superaria também outras mazelas que a região por muito tempo ficou fadada a padecer como os surtos de expansão sem planejamento, crises e regressões; a dispersão das fontes de matérias primas; o “vazio demográfico”; o “vazio econômico”; despovoamento das fronteiras (IANNI, 1986).

¹⁵ Decreto de Lei n.º 1806 de 06 de janeiro de 1953.

Figura 4 – Abertura de estradas na Amazônia na década de 1970



Essa era a ideologia que povoava as mentes dos governantes envolvidos nessa fase de planejamento em vista do desenvolvimento da Amazônia. A tese da industrialização como a salvadora econômica da região se confirmava, na visão deles, em cada empreendimento estabelecido.

Planejamento ideológico ou não, as tentativas de mutação e dinamização da economia na Amazônia para a reinserção no mercado nacional e internacional acabou se revelando como um esforço de conciliar (RIBEIRO, 2010), velhos arranjos institucionais e sociais com a novidade intervencionista do estado. Por outro lado, se havia algo de “novo” nessa nova forma de inserção econômica ela não alcançaria a todos de maneira igual. A novidade era para uns poucos, mesmo que a propaganda dos governos revelasse a Amazônia como terra de oportunidades para todos os que desejassem se fixar e trabalhar pelo desenvolvimento. No fundo a “ilusão do fausto” logo se converteu em luta pelas condições mais básicas, inclusive pela posse da terra.

“Os posseiros¹⁶ estão chegando” (IANNI, 1979, p.11). Trabalhadores rurais e seus familiares vindos, sobretudo do sul e sudeste do Brasil, agora marcham em direção às terras do sul do Pará, norte de Goiás, norte do Mato Grosso, aos então territórios do Amapá, Roraima e Acre além de outras terras. Animados pela promessa da “terra prometida” e do desenvolvimento com condições garantidas pelo estado brasileiro. Se no passado remoto eram os trabalhadores da seringa, os “soldados da borracha” advindos do nordeste brasileiro, que

¹⁶ Tomando as considerações de Octávio Ianni (1986, p. 144): “[...] o posseiro não é um personagem recente na Amazônia. De fato [...], desde 1970, ele se torna cada vez mais numeroso, generalizado, econômica e politicamente notável. Mas o campesinato de posseiros já vinha se formando na região desde os diversos “ciclos” anteriores de expansão e refluxo das atividades econômicas [...]. Daí porque foi se formando uma camada de posseiros antigos, muito antigos, ou recentes. Em muitos casos, os cablocos amazônicos, sitiantes, os habitantes de centros e beiras, são posseiros de distintas épocas, com as suas roças e criações localizadas a acaso do seu gosto, interesse, proximidade do centro ou da beira, facilidade de navegação pelos rios e igarapés, de transporte pelas estradas e caminhos etc”.

ocupavam os grandes seringais em vista de defenderem e combaterem em nome da economia da Amazônia, agora, a nova leva de trabalhadores rurais marcha para Amazônia a fim de ocupá-la e desenvolvê-la.

O que se sucedeu no decorrer dos anos com esse movimento de trabalhadores rurais foi uma espécie reforma agrária espontânea (IANNI, 1986), nas terras devolutas do estado e nas terras indígenas ainda não reconhecidas como tais. Esse tipo de posse da terra, considerada como um tipo de colonização espontânea (IANNI, 1986) favoreceu a um tipo de reforma agrária de fato, a “reforma agrária do posseiro”. Logo houve uma combinação entre posse da terra espontânea e modo de vida e reprodução de acordo com esse tipo de posse.

Apesar da marginalidade, os “posseiros” (MEDEIROS, 1989) vindos de outras regiões do Brasil buscavam a reprodução de seu modo de vida camponês (VELHO, 1979) nas terras amazônicas. Produziam em vista de contar com a infraestrutura perseguida pelo estado na região como as estradas, banco, projetos econômicos de crédito e assistência técnica e social. Ao mesmo tempo em que tentavam adaptar-se à região aprendiam dela a maneira própria de se cultivar, morar e ocupar. Seja na coleta dos frutos e resinas na floresta, seja na plantação do roçado para subsistência, esses trabalhadores rurais estabeleceram na Amazônia um modo de vida e um tipo de ordenamento territorial que no imaginário de muitos deles estava garantido.

Se pudermos considerar, junto com os estudiosos da questão, “espontânea” a posse da terra, essa mesma visão não tinha o estado totalitário brasileiro que, na verdade, trabalhava para garantir a posse da terra aos grupos exclusivos como grileiros, latifundiários e empresários (IANNI, 1986). Logo, o direito a permanência na terra por parte desses camponeses converteu-se em luta pela posse da terra. A expropriação das terras dos posseiros, por parte do estado brasileiro, na época totalitária, os obrigou a uma intensa e complexa luta (IANNI, 1986). Luta essa que aos poucos, mediados pelas organizações sociais nesse momento atuantes no campo como a Comissão Pastoral da Terra – CPT¹⁷, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG¹⁸ e demais Sindicatos e Federações já fundados em algumas partes da Amazônia, foi convertendo o “posseiro” num tipo de trabalhador rural reconhecido como classe porque organizado e representado por essas organizações sociais do campo.

Se antes “posseiro” era visto como um inexpressivo ocupante/invasor de terra agora sua história de vida e reprodução nessas terras o torna um legítimo trabalhador que goza de direitos porque possibilitou a construção da história profunda da Amazônia e contribui

¹⁷ Fundada em 1975.

¹⁸ Fundada em 1963.

ativamente para o seu desenvolvimento. Caberia agora, de posse dessa consciência, buscar as estratégias de representação para garantir e defender direitos, principalmente, ao da posse da terra.

Narrativas da época sobre a situação dos trabalhadores rurais reconhecidos como “posseiros” revelam um importante diagnóstico de como se encontrava a situação camponesa na Amazônia. Tais narrativas já são mostras concretas que esse tipo de campesinato amazônico ganhara uma notabilidade política em torno de organizações sociais – como a Igreja Católica, Sindicatos, Federação e Confederação sindicais - e com isso ajudavam a tornar evidentes denúncias em torno da situação precária do trabalhador rural e os conflitos em torno da posse da terra. Como bem narra D. Pedro Casaldáliga¹⁹ em 1971:

Os primeiros desbravadores da região são hoje os chamados de *posseiros*. Localizados aqui há 5,10, 15, 20 e alguns há 40 anos. Cultivando o solo pelos métodos mais primitivos, plantando arroz, milho, mandioca. Lavoura de pura subsistência. Criando gado. Sem a menor assistência sanitária e higiênica, sem nenhum amparo legal, sem meios técnicos à disposição. Aglomerados em pequenos vilarejos, chamados Patrimônios [...] ou dispersos pelo sertão afora a uma distância de 12 a 20 km uns dos outros. Após o início das atividades agropecuárias ligadas à SUDAM, uma série de dificuldades surgiram para estes abnegados e sofridos camponeses-desbravadores (CASALDÁLIGA, 1971, p. 15 *apud* IANNI, 1986, p. 145).

Esse reconhecimento político dos “posseiros” na Amazônia como os principais sujeitos deixados à margem do processo de reintegração da Amazônia na arena econômica nacional e internacional ganha ainda maior notoriedade quando os Bispos Católicos da Amazônia reunidos em junho de 1975 em Goiânia, sob o patrocínio conjunto da linha de Ação Missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, resolvem traçar as linhas básicas para atitudes práticas pastorais face ao conflito existente e latente entre empresas agropecuárias e posseiros, bem como diante do fenômeno das migrações internas, decorrentes daqueles conflitos (PERANI,1975; 2009). A questão de fundo desse evento e do próprio relato de D. Casaldáliga nos remete para a questão da terra na Amazônia, o problema da posse e seu uso o que motivava à denúncia, à ação pastoral e mesmo à organização social, cujos protagonistas foram os trabalhadores rurais organizados a partir da Igreja, das comunidades, dos movimentos populares de educação e a CONTAG.

Como bem narra o dirigente sindical de Autazes, Raimundo Aldo, a fundação de sindicatos na Amazônia e, posteriormente, do próprio movimento sindical (e tomando como

¹⁹ Nascido em 1928 (Barcelona). Torna-se Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia em 1971 e fundador da CPT no Brasil em 1975.

ponto de partida para nossa análise o estado do Amazonas), não foi algo “totalmente espontâneo”, se caracterizou como um movimento de parceria que de um lado tínhamos as comunidades rurais e de base, as prelações da Igreja Católica, o próprio Movimento de Educação de Base – MEB²⁰ e de outro a CONTAG que já reconhecia sua dívida com os trabalhadores rurais da região e, com isso, passara a organizar sua ação em vista de mediar as questões da posse da terra e da condição de vida do trabalhador rural bem como estabelecer uma visão da conjuntura de como se encontravam tais trabalhadores na região e sua condição de produção e reprodução.

Trabalhadores rurais de diversas regiões do Brasil, sem condições pela falta de terra, pela falta de emprego, mudam-se para regiões de terras virgens. Vão procurar uma nova terra, uma nova residência. Levam a família, muita coragem e, sobretudo, muita esperança. A caminhada é longa e sofrida [...]. Em muitos lugares eles construíram povoados e fundaram cidades. Sempre se preocuparam em estabelecer sua família e levar progresso para a região [...]. Acontece que ultimamente tem havido abertura de grandes estradas na Amazônia; as terras tem se valorizado bastante e, ainda mais, o Governo concede incentivos fiscais para os grandes capitais se instalarem na região. Então, esses grandes investidores ocupam, requerem ou compram milhares de hectares de terras do Estado ou da União, a preço baixo, e lá encontram os posseiros. O drama se inicia. Os posseiros ali residem e produzem há muito tempo, mas não têm título da terra. Começam os despejos ou ameaças de despejos. As grandes firmas ou empresas agropecuárias querem o terreno livre de ocupantes [...]. Quando (os trabalhadores rurais) alcançam o Sindicato ou a Federação dos Trabalhadores Rurais, já venceu o prazo da justiça (CONTAG, 1974, pp.2-9 *apud* IANNI, 1986, pp. 146-147).

Espontânea ou demandada por diferentes organizações sociais presentes no campo ou mesmo pelos camponeses amazônicos que reconheciam sua situação precária, a CONTAG, nessa época, através das Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais procurava ser uma mediadora das situações conflituosas em que se encontravam os trabalhadores da região amazônica através de estudos, acionando a justiça, apresentação de diagnósticos, memoriais, audiências e congressos regionais e nacionais. Através de todos esses meios chamava atenção para a real situação do trabalhador rural amazônida, o “posseiro” marginalizado pelo processo de desenvolvimento econômico da Amazônia.

²⁰ A Profa. Leonildes Servolo de Medeiros narra em seu trabalho *História dos Movimentos Sociais no campo* (1989) que o MEB “foi criado em 1961 por decreto do governo federal. Através de escolas radiofônicas e orientado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esse órgão passou ser um impulsionador da sindicalização em diversos outros locais, especialmente em Sergipe, Maranhão e Bahia, onde sua atuação foi mais direta” (p.77).

A CONTAG, fiel a seus princípios e em defesa do cumprimento da Constituição Federal e do Estatuto da Terra, tem sempre a necessidade da realização da Reforma Agrária em áreas de muita gente sem terra e de latifúndios antissociais e antieconômicos, para que, a integração com o processo de colonização social, venha aumentar a oferta de produtos agrícolas de consumo interno e de exportação (CONTAG, 1974, pp.2-9 *apud* IANNI, 1986, p. 152).

Com isso, o movimento sindical dos trabalhadores rurais na Amazônia, através da atuação da CONTAG, Federação e Sindicatos, não tardou em reconhecer que seu princípio identitário como movimento (TOURAINÉ, 1989) geraria em torno, principalmente, da defesa pela reforma agrária, a busca pela conquista da posse da terra considerando e respeitando os diferentes processos que passou a região em torno da história dos seus trabalhadores rurais e da sua relação com o espaço rural amazônico respeitando, sobretudo, os processos sociais desenvolvidos.

Seja mediada pelas estradas de “chão” ou pelas estradas de “rios”, a busca pela posse da terra na Amazônia exigia do estado brasileiro uma atenção especial e pedia as organizações locais dos trabalhadores rurais uma vigilância permanente quanto ao tipo de reforma agrária (SCHWEICKARDT, 2012) que o mesmo estado desejava implantar na região.

Apesar de tal orientação a luta ainda estava por ganhar novos contornos. Nada estava garantido. Ao contrário, ainda na década de 1970 os conflitos²¹ fundiários se acirravam cada vez mais. Muitos interesses estavam em jogo nessa época e o grande mediador deles era o próprio estado totalitário brasileiro.

Os trabalhadores rurais e suas organizações sociais viam no conflito agrário a possibilidade da luta por um ordenamento e reconhecimento territorial (HONNETH, 2003) que respeitasse seu direito ao acesso a terra já que eles eram os principais pioneiros na ocupação da região. Por outro lado, contrariamente, o governo brasileiro desrespeitava tal direito favorecendo arbitrariamente aos grupos mandatários da região. Nesse sentido o estado era conivente com o sistema de grilagem de terras que favorecia aos grileiros empresários, latifundiários e fazendeiros que no fim expulsavam índios e posseiros das terras sobre a argumentação da grande empresa agroindustrial e pecuária (IANNI, 1986).

²¹ Tomando a noção de conflito como elemento de socialização e impulsionador das relações sociais considerando a obra sociológica de George Simmel (1983). Também consideramos a obra de Axel Honneth (2003; 2007) quando estabelece uma “gramática moral dos conflitos sociais” apontando que as experiências de desrespeito afetam a identidade pessoal e coletiva. O conflito demarca o campo onde os sujeitos e as coletividades de que participam não são reconhecidos na sua estima pessoal e social e no Direito enquanto reconhecimento e amparo jurídico. Havendo uma ruptura intersubjetiva, uma lesão identitária com o acordo moral entre os sujeitos busca-se a luta por reconhecimento para restaurar os acordos e os consensos morais e em alguns casos estabelecê-lo.

Para se ter uma ideia de tal realidade segundo as observações de Octávio Ianni em 1986:

O problema da posse da terra chega ao Amazonas com a BR 319, Porto Velho – Manaus, a BR 174, Manaus-Caracará e a AM-010, Manaus-Itacoatiara. A região de Maués, produtora de guaraná, que alcança bons preços no mercado internacional, apresenta problema de posseiros e encontra-se na área da BR 080 e está enquadrada como área prioritária de reforma agrária pelo Decreto n.º 67.557/70, que engloba também área da bacia do Madeira, Purus e Juruá, no Amazonas (IANNI, 1986, p. 149).

Não é a toa que as lideranças entrevistadas durante o trabalho de campo chamam sempre atenção para a questão dos diferentes conflitos pela posse da terra que permearam região amazônica e o Amazonas salientando, de maneira especial, que esses conflitos agrários sempre se configuraram como motor da luta social do movimento sindical dos trabalhadores rurais na região.

“- Reforma agrária, já!” “- Quando?” Pergunta D. Lúcia do STTR Careiro Manaus e Iranduba, e ela mesma responde: “- Já!” Mas a história tem revelado que os passos em direção à posse da terra ora são largos, ora são curtos. Se um dado momento da história da Amazônia a migração e a colonização espontânea provocaram o governo a buscar soluções para a questão fundiária, mesmo que contrariado pelo grande capital, a questão é que até o presente o ordenamento fundiário na Amazônia se apresenta ainda como um desafio a ser perseguido.

Entretanto, o que se buscou mostrar é que essa luta forjou sujeitos que foram capazes de questionar o próprio estado brasileiro provocando, assim, uma reposta do mesmo a essa dada situação. Esses sujeitos acabaram sendo legitimados por seu modo de vida e de reprodução e através da inserção bem concreta em determinadas organizações sociais do campo como o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Assumir a identidade camponesa de trabalhador rural, uma identidade de classe, poderia significar, nesse momento, a tomada de um lugar social e político na sociedade e perseguir ao mesmo tempo a visibilidade social e política antes marginalizada. Como afirma Martins (1983):

Camponês e latifundiário são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade as lutas dos camponeses [...] Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra “camponês” não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico (campo/cidade), mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1983, p. 22 *apud* LEROY, 2009, p. 246).

Leroy (1991; 2009), destaca que o termo “trabalhador rural” seria uma expressão institucionalizada e carregada de sentido um tanto autoritário. O estado brasileiro “de cima para baixo” denominara os camponeses que viessem a buscar sua organização social a partir do sindicato rural, por exemplo. De fato, vamos encontrar essa expressão cunhada no Estatuto do Trabalhador (1963), nos estatutos e escritos da CONTAG (1964), quando se institui o Funrural e o Prorural (1971).

Nesse sentido, a denominação “trabalhador rural” acabara por se sobrepor ao termo camponês expressão política que nos remete as lutas históricas das Ligas Camponesas do Nordeste no pré 1964 (BASTOS, 1983; 1984; LEROY, 2009). De qualquer maneira, essa sobreposição foi tomada pelos camponeses amazônicos como uma forma identitária. Ser trabalhador e trabalhadora rural significa estabelecer um elo com as diferentes instituições e, ao mesmo tempo, rompimento com elas, pois demanda também um universo de novas lutas.

Cabe agora, nessa narrativa, perseguir os elementos da luta desses trabalhadores rurais considerando sua herança e reprodução de seus modos de vidas a partir do ambiente onde vivem que irão, de alguma maneira, marcar ainda que pontualmente, a vida do movimento no estado.

1.2 A várzea no Amazonas: lugar de vivência do mundo e de socialização

Foi andando no interior mesmo, embarcando na canoa, no barco. Foi andando dentro dos rios desses 5 municípios para fundar sindicatos (RAIMUNDO ALDO FRANÇA, STTR de Autazes, trabalho de campo, 2013).

A (re) produção do espaço e dos lugares “varzeiros”²² (CANTO, 2007) tem se utilizado, ao longo da história, do uso polivalente dos recursos naturais. O homem varzeano traça diferentes estratégias para o usufruto do espaço a que pertence. Estratégias essas que envolvem agricultura, extrativismo de recursos florestal e animal, pesca e pecuária (WITKOSKI, 2007). Esses espaços são marcados pelo tempo das águas, das chuvas, da colheita que permite manejar diferentes atividades ao longo do ano. Esse espaço com diferenciadas estratégias de produção e reprodução, sobre o tempo das águas, de atividades polivalentes assistiu ativamente a emergência do sindicalismo rural como uma importante forma de socialização, mobilização e organização social.

²² Tomarei como referência espacial a várzea do complexo Solimões-Amazonas (PEREIRA, 2011).

Se considerarmos a historiografia da Amazônia veremos que os estudiosos (D'AZEVEDO, 1999) narram que já no século XVI as grandes expedições (ex. Orellana em 1541 a 1542) conquistavam o rio Amazonas abrindo uma importante rota que tornava esse mesmo rio navegável através da ligação da bacia Amazônica ao oceano atlântico. Uma rota de conquista considerada invasora que logo provocou os efeitos drásticos sobre as civilizações autóctones que se encontravam dispersas ao longo dos rios, isto é, na várzea. “A várzea foi, portanto, a primeira fronteira de expansão da colonização europeia na Amazônia” (PEREIRA, 2011, p. 11).

Espanhóis e portugueses lançaram-se a aventura sobre o “grande rio” inspirados pelo pretexto da conquista e da ocupação. Esses aventureiros, dentre eles Pedro Teixeira (expedição de 1637 a 1639), partindo da foz da hoje conhecida Baía do Guajará em Belém do Pará relatam a imensidão de povoados organizados em expressivas cidades ao longo das margens do rio Amazonas. Cidades que se caracterizavam pelo seu abundante cultivo de alimentos e com uma “sofisticada organização social” (PEREIRA, 2011).

Esse contato entre viajantes europeus com as populações dispersas ao longo do Amazonas provocou uma profunda transformação geográfica e no próprio modo de vida dessas populações. O contato fez com que muitos se retirassem das margens e buscassem o interior das densas florestas e as altas cabeceiras dos afluentes para de alguma maneira se protegerem das investidas dos “invasores”.

Tudo isso foi destruído a uma velocidade espantosa. As populações que sobreviveram fugiram do contato europeu, internando-se nas altas cabeceiras dos rios afluentes ou migraram para o interior, transformando os seus modos de vida e adaptando-se a um novo ambiente, a terra-firme. O habitante atual da várzea, possível herdeiro da cultura indígena de várzea, constitui a maior parte da população rural da Amazônia (PEREIRA, 2011, p. 12).

A várzea amazônica, e especial a do Amazonas, é um ecossistema de alta complexidade que exigiu de seus habitantes também uma complexa adaptabilidade. Em outras palavras, o homem radicado na várzea reconhece essa paisagem como um complexo ambiente que exige dele a dinâmica de lidar com “microambientes”. O sujeito estabelece um contínuo diálogo com o espaço onde habita e se reproduz possibilitando o reconhecimento do ambiente e o transformando. Nesse sentido, cada vez mais chama atenção de pesquisadores e dos gestores públicos essa capacidade que o habitante varzeano possui em tornar a várzea um espaço agrícola produtivo.

A várzea do complexo Solimões-Amazonas²³ é formado por uma heterogeneidade de ambientes referenciados como terrestres, extrativos e aquáticos (WITKOSKI, 2007). A Amazônia torna-se com isso um “mosaico de ecossistemas e paisagismos” se tomarmos, em contrapartida, à várzea os ambientes de terra firme²⁴. Tal diversidade de espaços favorece também a diferenciação ecológica e social da Amazônia.

Um aspecto importante a ser destacado considerando essa diferenciação ecológica e social é o regime fluvial (PEREIRA, 2011) que marca a diferença entre o ápice e a depressão das águas na região de influência do rio Amazonas.

Estas inundações (e vazantes) periódicas fazem da várzea uma paisagem “anfíbia”. Durante um período do ano (4 a 5 meses), a maior porção dessa planície está submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, participa do ambiente terrestre. A falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro “estações climáticas” no ecossistema da várzea, que regulam o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, o bioma e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos (PEREIRA, 2011, p. 15).

Com isso, podemos afirmar que nas várzeas do Amazonas há um tempo da água e há um tempo da terra e dessa relação temporal há um momento que ambas periodicidades se misturam como efeito consequente. Isso se dá quando o ambiente, outrora inundado, passa a ser altamente produtivo, mas que somente pode ser cultivado no momento posterior à vazante dos rios. O calendário agrícola da várzea é regido pelos dias de enchente, cheia, vazante e seca dos rios (regime fluvial) e as estações amazônicas “inverno” (dias de intensas chuvas) e “verão” (poucos dias de precipitações), denominado como regime pluvial (PEREIRA, 2011).

Nesse sentido, os meses de maio, junho e julho se configuram como o trimestre da estação da cheia é nessa fase “quando uma parte das áreas cultiváveis está submersa, causando uma redução drástica nas atividades da fase terrestre” (PEREIRA, 2011, p. 16). O mês de agosto é caracterizado pelo início da vazante é nesse momento que os trabalhadores da várzea retomam as atividades agrícolas considerando que boa parte das terras, até então submersas, estão fertilizadas pelos nutrientes e sedimentos depositados quando da enchente dos rios. Agosto, setembro e outubro marcam o trimestre da correspondente estação da seca.

²³ Segundo Pereira (2011), a várzea do complexo Solimões-Amazonas corresponde a aproximadamente de 1,5 a 2% do território da Amazônia brasileira, isto é, de 75 a 100 mil quilômetros quadrados.

²⁴ Porções de terras mais elevadas nunca inundadas pelo rio.

Nesse período vemos conjugadas diferentes das atividades que são manejadas nos ambientes terrestres, extrativos e aquáticos.

Esta estação se caracteriza por um menor nível das águas, mínimas mensais de precipitação máximas de insolação e evapotranspiração. Conhecido localmente por “verão”, este trimestre é marcado pelo aumento da oferta de áreas cultiváveis de preparo do solo e as atividades pecuárias. Durante esta fase, a redução da superfície dos corpos d’água permite também a intensificação das atividades produtivas aquáticas, entre elas a pesca lacustre e de canal (PEREIRA, 2011, p. 16).

Já o trimestre novembro, dezembro e janeiro é considerado mais “ameno” do ponto de vista climático apresentando condições ideais para o desenvolvimento das espécies agrícolas. Nos meses de fevereiro, março e abril o que vemos é a intensificação do regime de subidas das águas e um forte período de precipitações superiores a 240 mm mensais, com baixa insolação e evapotranspiração tempo esse conhecido como “inverno amazônico”.

Figura 5 – Subida das águas nas várzeas do Amazonas/Rio Madeira.



O exercício de compreender a constituição do espaço/ambiente da várzea nos permite avançar na compreensão de como esse espaço se traduz em termos de socialização dos seus sujeitos. Tomarei três elementos de socialização na várzea do Amazonas que julgo como

bases fundamentais para a emergência da organização social nesse ambiente como o sindical, a saber: família, comunidade, e trabalho.

Elementos constitutivos da teoria do campesinato²⁵, *família, comunidade e trabalho* os tomarei como importantes categorias teóricas, por outro lado, os considero como chaves interpretativas para o tipo de sindicalismo que se desenvolveu nas várzeas do Amazonas. O intento não é realizar uma discussão a respeito de tais categorias, penso que tal empreita já foi investigada com muita propriedade pelos estudiosos da questão já apontados. Minha questão central ao retomar esses elementos é como eles ganham importante referência para a constituição do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Logo, buscarei identificar, partindo das narrativas das lideranças, como *família, comunidade e trabalho* formarão as bases do sindicalismo no estado. No fundo o que está em questão é que por detrás das falas e das ações expressas são motivos que levam determinada pessoa a optar por certa militância e/ou engajamento político.

Essas motivações acabam encontrando justificativa no universo familiar, comunitário e na labuta diária. Homens e mulheres formam essa teia onde não encontraremos líderes políticos de tradição sendo forjados, mas indivíduos se tornando sujeitos políticos conforme os pertencimentos familiares pela mediação das relações de parentesco e comunitárias/amizade (COMERFORD, 2003) e não esquecendo que a “luta” sinônimo de “lida” e trabalho acaba por forjar sujeitos também. Esse é o “pano de fundo” que procura desvendar significados implícitos ou não ainda alcançados.

Família no universo camponês é um termo carregado de diferentes semânticas. Dependendo de como é formada podemos ter família nucleada (pai, mãe e filhos); família extensa que carrega consigo um sobrenome comum e família consanguínea onde os membros são aproximados pelo laço de sangue, portanto, genético que envolve os lados paterno e materno (COMERFORD, 2003).

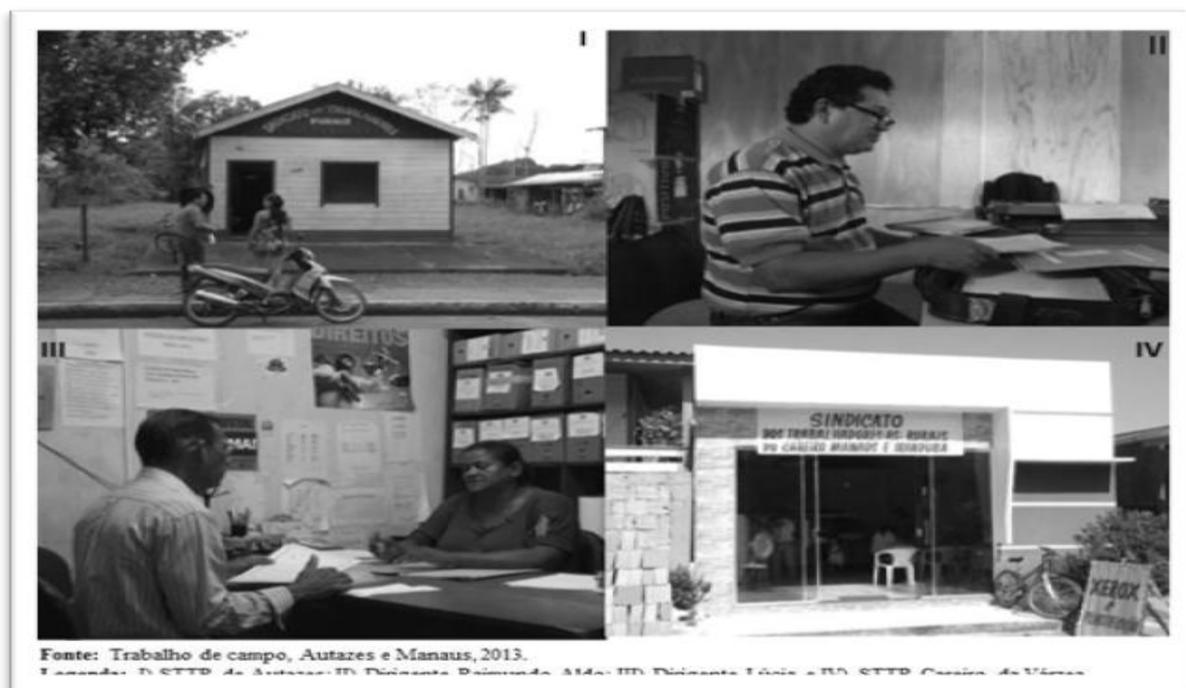
No caso da família camponesa amazônica notamos certa predominância de um tipo de família nucleada formada pelo pai, pela mãe e os filhos cujo número varia conforme o casal. Por outro lado, em geral, essa família nuclear está ligada a outras famílias também nucleares formando, portanto, um tipo de família ampliada configurada por um conjunto de núcleos familiares cuja reunião se dará num único lugar (comunidade) ainda que em diferentes casas. Apesar de que também é possível encontrar duas ou mais famílias nucleadas coabitando numa

²⁵ QUEIROZ, 1963; 2009; MENDRAS, 1969; WOLF, 1976; CARVALHO, 1978; WANDERLEY, 1996; CARNEIRO, 1998; ABRAMOVAY, 2007.

mesma casa. O fato de se habitar na mesma casa ou morar próximo na comunidade faz com que as relações tornem-se um tanto estreitas.

A estima e a consideração estão sempre presentes e vão contornando e alterando as relações entre os membros familiares a ponto de uma irmã mais velha se tornar comadre da irmã mais nova (relação de compadrio); sobrinhos que por ventura moram na mesma casa se tornarem filhos dos donos da casa; de um primo e uma prima tornarem-se marido e mulher (relação matrimonial) e mesmo um parente, que ganha a conotação de um membro consanguíneo da família que não mora na mesma casa ou na mesma localidade, pode vir a tornar-se membro efetivo e afetivo da família (relação de parentesco) caso ele passe maior tempo na convivência da mesma.

Figura 6 – Algumas Sedes e Dirigentes Sindicais.



O universo familiar ao mesmo tempo em que pode se configurar como um arranjo ou um rearranjo entre as pessoas (compadrio, matrimônio e parentesco) ele pode ser uma referência ou base para a organização social e política dos seus membros. Essa referência é dedicada pelos familiares mais velhos que detém o patrimônio familiar, as áreas do plantio, gerenciam a produção e são líderes religiosos da comunidade ou cuidam da educação formal dos mais novos como professores. As famílias nucleadas provocam uma ressignificação delas

mesmas quando pensadas a partir da lógica da organização social e política. Essa transmissão é realizada pelos mais velhos aos mais novos. Um encontro de gerações que já não cabe mais no simples universo familiar cercado pelas paredes da casa. O “avô”, o “pai”, a “mãe”, o “sogro” ganham novos significados. Já não mais familiar, tornam-se “pioneiros”, “fundadores”, “líderes”. A “casa” ganha a extensão da “igreja”, da “escola”, do “salão comunitário”. A família antes apenas nuclear agora se torna comunidade formada pelas famílias e também pela igreja, pela escola, pela associação.

Diferentes gerações vão se encontrando nesses espaços comunitários e não apenas familiares. Os mais novos vão tomando para si uma missão que está permeada do universo e dos interesses comunitários. No caso da seguinte narrativa, por exemplo, ao descrever como nasce o movimento sindical no estado, José Aldo e dona Lúcia se colocam como aprendizes dos mais velhos também líderes naquele momento:

- Como nasce o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no estado do Amazonas?
- Olha, primeiro antes de te responder eu não me acho a pessoa mais adequada para essa pergunta, porque eu não participei diretamente desse tempo, dessa época. Mas eu tenho bastante noção depois eu refletir sobre isso e vi até mais do que muita gente que estava próximo do que eu em função de ser um jovem agricultor ainda na base da minha família e a minha família estava ligada a esse nascimento e a esse momento. Meu pai, meu sogro. Meu sogro é um ainda vivo hoje, Joaquim Campos Cruz, ele faz parte do movimento pioneiro inicial da fundação dos 5 sindicatos que fundaram a Federação/FETAGRI/AM (RAIMUNDO ALDO FRANÇA, STTR de Autazes, trabalho de campo, 2013). (grifo meu).

Aproximadamente no começo dos anos de 1980, 1983 mais ou menos foi quando eu ingressei diretamente no movimento sindical. Eu ia perguntando, eu era aquela menina na idade de 13 para 14 anos já nessa faixa etária. E eu era muito curiosa, eu não me reunia com jovens da minha idade eu sempre me reunia com pessoas de idade de sessenta, cinquenta. Tinha vezes que até me expulsavam eu voltava e ficava escutando pelas “beiras” as conversas de adultos como eles chamavam de pessoas antigas, de “pajé”. (MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / ‘D. LÚCIA’, STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013) (grifo meu).

É interessante notar nas narrativas que os possíveis familiares mais velhos já não são mais identificados como tais. Escrito de outra maneira, o componente norteador familiar, que não é negado, ganha nova composição de sentido. O “parentesco” é tomado como referência de líder do lugar, comunitário aquele que fomentou alguma ação organizativa e que merece, portanto, o reconhecimento oficial de ser o primeiro, o pioneiro, o fundador, o “pajé”. Cabe

aos demais comunitários, digam-se os mais novos, aceitem e reconhecerem tal posição e, mais, apreenderem deles como se exerce a missão da organização social.

Os “mais velhos” na sociabilidade dos camponeses amazônicos tem uma importância fundante. Essa sociabilidade pode ser encarada como herança das relações sociais das sociedades autóctones que tinham nos seus “velhos” a máxima expressão da autoridade e da sabedoria. Quando Raimundo Aldo responde a indagação que lhe fora feita afirmando não ter os elementos suficientes para narrar a história do movimento está reconhecendo que no fundo o sabedor da história é “seu sogro” que ainda está vivo. Aldo nos provoca pensar na autoridade histórica que repousa sobre o senhor Joaquim Campos Cruz que foi um dos sócios-fundadores e o primeiro presidente do STTR de Autazes. Autoridade no sentido positivo do termo, alguém que carrega consigo uma vivência que se traduz numa narrativa mais carregada de sentido e de testemunho.

Figura 7 – Sr. Joaquim Campos Cruz sócio fundador do STTR de Autazes e primeiro presidente eleito.



A mesma reflexão vale para dona Lúcia quando ela afirma que seu anseio de menina era se reunir com pessoas de idade mais avançada, em vista, de apreender deles o “preceito da luta”. A autoridade histórica também é requerida e apontada como um elo formativo e

organizacional. O reconhecimento de que os mais velhos são aqueles que sabem como se deve agir para lutar, como se deve organizar a comunidade. Daí recorrer a eles, às suas memórias, às suas lembranças, às suas ações, ficar escutando pelas “beiras”. Nesse sentido Bosi (1994), nos diz que nas lembranças das pessoas mais velhas:

Nelas é possível verificar uma história social (memória coletiva) bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1994, p. 60).

E mesmo depois de menina dona Lúcia viera a recorrer aos mais velhos para compreender como funcionava o sindicalismo. Em diferentes momentos de sua entrevista sempre afirmava que para entender o que era o sindicalismo ela foi falar com os mais velhos e justifica tal postura pela necessidade de manter-se ligada à história pretérita do movimento que pode lhe favorecer nas ações do presente. A memória dos mais velhos é tomada como fonte de aprendizado e lugar para motivar a ação, a luta. E quem são eles? Outrora os avôs e avós, pais e mães de família, sogros e sogras, que aos poucos foram saindo do seio familiar para tornarem-se professores e professoras, agentes pastorais, líderes comunitários, líderes sindicais, líderes políticos. Nesse sentido, a vida familiar não é estranhada pela vida como liderança, apenas ganha novos contornos e se complementa porque o que está em jogo é a defesa pela própria família e a vida dos seus membros.

É no universo agonístico (COMERFORD, 2003) das famílias camponesas que repousa o sentido do lutar pelas questões de melhoria do modo de vida. Os acontecimentos cotidianos se realizam primeiro no plano familiar e das relações que lhe pertencem, ou seja, “em alguma medida, sempre dizem algo sobre as qualidades e fraquezas de cada família e sobre a qualidade das relações entre elas [...]” (COMERFORD, 2003, p. 33). Como se refere a narrativa abaixo que mostra os diferentes momentos da família de lidar com a “dificuldade” do seu local de vida e moradia. A várzea com seus rios, ilhas e igarapés e sua dinâmica de vida e de reprodução no cotidiano pede uma maneira muito própria para garantir a manutenção da qualidade de vida e das relações sociais que são mediadas por um conjunto de componentes: educação, saúde, saneamento, acesso à terra, condição de produção, transporte, comercialização do que se produz.

E isso foi cada vez mais me inteirando, me identificando com o preceito da luta até pela dificuldade de onde eu sempre morei nessa região do Tarumã-Açu. Vim de outras regiões também, aqui da Ilha das Onças passando pela Marchantaria (ilha), passando pela Ilha da Paciência foi nossa última localização fora do município de Manaus e nos alojamos especificamente na faixa de 1979 para 1980 dentro do igarapé do Jacaré onde estou até hoje (MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / 'D. LÚCIA', STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013).

Nem sempre é possível ter todos esses componentes naturalmente garantidos. É um equívoco pensar que toda política pública e de Estado atinge de maneira igual os diferentes grupos sociais, isso ressoa até ingênuo. O que ocorre é que o *lutar* “pelas possibilidades de viver e de sobreviver” [...] (WEBER, 2004, p.23), como na várzea amazônica, muitas vezes, somente pode ser alcançado quando os sentimentos de proteção, solidariedade e pertença intrafamiliar tornam-se interfamiliar. Isso se dá quando um dos seus membros ou mesmo, um conjunto de familiares, incorporam a missão de líderes os levando a perseguirem como tarefa a busca por melhores condições de realizar a existência no espaço do cotidiano. Portanto, a família que se reconfigura como base da organização social e política se funda, ainda que permeada de contradições, em laços afetivos de proteção, solidariedade e pertença e a efetividade encontra ação nos sujeitos que tomam para si a missão de líderes.

Foi nesse período que começou a crescer a necessidade de ter uma liderança, uma representatividade que falasse sobre a voz do campo, nós chamávamos a “luz do campo”. Eu sentia muito isso essa necessidade de saúde, de educação, de projeto, de tudo que melhorasse nossa qualidade de vida no interior para que a gente não ter que vir para a capital (MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / 'D. LÚCIA', STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013).

Não muito diferente da família camponesa o termo *comunidade*, que visa expressar um tipo de organização social presente no ambiente camponês, também possui inúmeros significados. Isso se dá porque comunidade e família estão muito próximas e quando tratamos do ambiente do camponês amazônico essa relação se estreita mais. Podemos considerar como ponto de partida para a compreensão sobre comunidade as abordagens mais clássicas que explicam a dinâmica comunitária em que vivem as famílias tomando como localidade espacial a várzea no Amazonas.

Em seu trabalho *Uma comunidade amazônica: estudo do homem no trópico* (1988), Charles Wagley destaca a cultura e as suas diferentes manifestações materiais e imateriais como aspectos norteadores da convivência intrafamiliar o que acaba determinando realidades como economia, religião, política que estão para além do espaço circunscrito comunitário.

Para Wagley a comunidade é uma parte da realidade que se conecta a um sistema mais geral da cultura (1988). Tal interpretação acaba possibilitando pensar o espaço comunitário como um lugar de relativa permanência e estática determinado, portanto, por um ente maior como a cultura hegemônica e mesmo o estado.

Contrapondo a tal ideia, recorro aos argumentos de SCHWEICKARDT (2012) quando mostra, a partir de sua pesquisa²⁶ de doutorado entre as comunidades na calha do Rio Juruá (AM), que a comunidade como um modo de organização social nos remete a um espaço de sujeitos cujo pertencimento favorece ao conhecimento mútuo e esse provoca a inquietude do viver juntos, ou seja, ao mesmo tempo em que provoca as afinidades pode também gerar conflitos o que possibilitará a dinâmica da vida e do cotidiano.

Os sentimentos de proteção, solidariedade e pertença que são estreitos na família ganham novas dimensões e significados quando os mesmos são expandidos para um conjunto de famílias que formam a comunidade. Podem constituir-se elos norteadores que agregam, como também, dependendo do que motiva a comunidade a agir, transformam-se em rupturas provocando mudanças no sentido de viver, de se organizar e de habitar. Dando mostras de que a comunidade antes de tudo, nas palavras de SCHWEICKARDT (2012):

[...] É uma construção social, cuja característica crucial é o fato do pertencimento gerar direitos especiais que os membros partilham entre si, e que não se estendem a quem não pertence à mesma comunidade. Isso não significa que as comunidades sejam uma entidade estática, congelada no tempo e no espaço. [...] o que nos induz a pensar a comunidade não como uma unidade dada, como um processo em constante reelaboração e recriação (SCHWEICKARDT, 2012, P. 47).

O trabalho de pesquisa de SCHWEICKARDT (2012) entre comunidades da calha do Rio Juruá mostrou que a dinâmica social é um fato bastante concreto na vida dos moradores daquela região quando percebem que a permanência no interior dos seringais, já entregues a falência financeira por causa da decadência da economia da borracha na Amazônia, apenas geraria mais miséria social e econômica. O que possibilitou, aos poucos, esses moradores primeiro à mudança física para as proximidades da calha dos rios e dos igarapés e, logo depois, mediados por outras organizações sociais como a Igreja Católica²⁷ e pelo Movimento de Educação de Base - MEB, à organização social tendo como principal referência a comunidade para, assim, passarem a reivindicar direitos e se auto representarem nas instâncias oficiais junto ao Estado e ao governo.

²⁶ SCHWEICKARDT, Kátia Helena Cruz. *Faces do Estado na Amazônia: entre as curvas do Rio Juruá*. São Paulo: Anna Blume; Manaus: FAPEAM, 2012.

²⁷ Paróquia Católica de Carauari.

Nesse sentido, a dinâmica comunitária gera as bases para a organização social e política se estabelecer. Essa relação entre “espacialidade e famílias” (COMERFORD, 2003) que uma vez combinadas e refundadas em vista da luta social agrega em si elementos que fundam novas perspectivas de organização social. Elementos presentes no plano familiar que conforma espaço territorial, parentesco e gerações à missão de *lutar* e elementos que são identificados no plano narrativo da própria luta que recorre às explicações sobre a vida e a história da organização social enfatizando as relações que ai se estabeleceram entre aqueles que se envolveram na luta numa conformação entre passado, presente e trajetórias de vida.

Na Ilha da Paciência quando eu comecei me envolver com a comunidade e através da ação comunitária que nós chegamos ao sindicato. Aliás foi através das comunidades que nós criamos o sindicato com a influência da Igreja Católica. Na época 1972, existia as comunidades tradicionais com o apoio da Igreja na parte do Movimento de Educação de Base depois veio a alfabetização do governo (FRANCISCO MACENA DOS SANTOS, ex presidente da FETAGRI/AM, pesquisa de campo, 2013. Grifo meu).

A conjugação dos elementos acima acaba gerando novas perspectivas organizacionais. A comunidade passa a ser concebida sobre novas perspectivas já não mais limitadas ao plano unicamente familiar que se mantem como elo referencial, mas conjugado a outras formas de organização. Considerando a realidade que estamos tratando nesse trabalho a comunidade passa de uma agregação familiar para ser um grupo organizado em torno de uma Igreja e, em outro momento, se organiza em função da educação dos pais, filhos e netos da comunidade. É nesse sentido, que a semântica do termo *comunidade* se diversifica e toma novas proporções fazendo com que os sujeitos acionem novos códigos e criem para si novas possibilidades para seu modo de vida camponês. Nesse caso, destacaremos duas tipologias em torno da expressão *comunidade* sobre essa perspectiva.

1.2.1 Comunidade Eclesial de Base – CEB’s

Minha luta no movimento começa pela Igreja (Católica), pela questão das CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base), e lá fui começando um trabalho de base que a Igreja constrói com muita seriedade (IZETE RODRIGUÊS RABELO, FETAGRI/AM, trabalho de campo, 2013).

Tanto na narrativa do seu Francisco Macena como na narrativa de dona Izete Rodrigues vemos a referência direta às Comunidade Eclesiais de Base como fomentadoras de lideranças sociais e do próprio sindicalismo nas várzeas do Amazonas. Uma comunidade

eclesial de base enquanto comunidade, integra: famílias, adultos, jovens, numa íntima relação interpessoal e de significância cujo elo agregador é a experiência da fé (MEDELLIN, 1968;2010 e PUEBLA, 1979;2009). Na Amazônia, tais comunidades ganharam renovado sentido a partir das décadas de 1960 e 1970 quando os Bispos católicos da região interpretaram os Documentos Eclesiais de Medellín e Puebla²⁸ à luz da realidade amazônica.

Historicamente, as comunidades de cunho religioso na Amazônia eram heranças da colonização onde a Igreja assumia uma expressão de poder centralizador que estava nas mãos dos seus representantes oficiais. Nessa época, o lugar dos “fiéis” se resumia a participação nas missas e nas cerimônias sacramentais (Batismo, Crisma e Matrimônio) que eram realizadas nas missões de *desobriga*, uma espécie de incursão a campo dos sacerdotes católicos nas comunidades para o exercício sacramental. Tal prática lembra as missões colonizadoras portuguesas que deram origem às inúmeras cidades da Amazônia que eram fundadas sobre a benção católica e permaneciam sobre a proteção de um padroeiro (D’AZEVEDO, 1999).

Tal realidade é alterada no momento em que a Igreja Latino-americana incorpora para sua interpretação como instituição a realidade onde está inserida e, com isso, passa a optar por uma série de ações que privilegiam as camadas populares, os “rostos” que formam a história do continente latino: indígenas, camponeses, marginalizados urbanos. Propõe um projeto eclesial que privilegie a base, a comunidade onde os sujeitos podem exercer determinado tipo de liderança também eclesial.

É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. “Quando merecem o seu título de eclesialidade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana” [EM 58] (PUEBLA, 1979; 2009, p. 236).

A tarefa que os participantes das comunidades deveriam empreender nesse “novo jeito de ser Igreja” já não mais se resumia as ações puramente “católicas”. Havia uma nova orientação nesse projeto. Os “fiéis” agora eram chamados também a transformarem o mundo com sua atuação social e política por isso, nesse sentido, era crucial a formação de lideranças ou dirigentes (MEDELLIN, 1968; 2010). Com isso, muitas lideranças sindicais começam suas

²⁸ Esses documentos contém as principais conclusões emitidas pelos Bispos latino-americanos durante as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Tais conferências foram as duas grandes reuniões que procuraram interpretar os documentos do Concílio Vaticano II à luz das diferentes realidades encontradas entre os povos da América Latina e Caribe. Os resultados é que essas “conclusões” tornaram as principais orientações pastorais da Igreja Católica no continente latino que são seguidas até hoje, mesmo que durante o tempo posterior já se tenha realizado outras Conferências Episcopais como em Aparecida no ano de 2007 no Brasil.

trajetórias de militância dentro das comunidades eclesiais de base e essa referência de organização é sempre apontada em suas narrativas.

1.2.2 Comunidades do Movimento de Educação de Base - MEB

Na época 1972, existia as comunidades tradicionais com o apoio da Igreja na parte do Movimento de Educação de Base depois veio a alfabetização do governo (FRANCISCO MACENA DOS SANTOS, ex presidente da FETAGRI/AM, pesquisa de campo, 2013).

O Movimento de Educação de Base conhecido popularmente como MEB é criado no ano de 1961 pelo governo federal, mas que teve amplo apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (MEDEIROS, 1989). O objetivo do MEB era proporcionar aos trabalhadores rurais espalhados nas regiões brasileiras a alfabetização de jovens e adultos a partir de pequenos grupos escolares. Aliava a essa atividade central outras atividades de formação social e política conforme a realidade local (SCHWEICKARDT, 2012). Considerava as comunidades de base um espaço agregador para a educação formal, para a organização social e formação de lideranças. Com isso, as comunidades ganham uma nova referência e um novo componente definidor que é a educação.

Nas várzeas do Amazonas o MEB também proporcionará a organização dos trabalhadores rurais. SCHWEICKARDT (2012) destaca em seu trabalho de pesquisa a importância da atuação do MEB no município de Carauari a partir de 1975 com a organização social e política dos seringueiros daquela região. Ao mesmo tempo, encontramos registros de que o MEB foi um importante “impulsionador da sindicalização” Brasil a fora (MEDEIROS, 1989).

Identificamos esse reconhecimento também na fala do seu Francisco Macena que constatamos ser uma espécie de desdobramento da face da comunidade eclesial. São interfaces de um projeto eclesial, social e político que, nesse caso, buscou-se fortalecer o componente político tendo como estratégia a educação formal e a formação política e social das futuras lideranças que mais tarde assumiriam a tarefa de representantes da comunidade em vista de alcançar melhorias de vida dos membros da comunidade em geral. E isso logo foi alcançado.

O que se alcança, nesse caso, é a sindicalização dos trabalhadores rurais como expressão organizacional. A comunidade acaba por sintetizar os anseios dos trabalhadores rurais. As faces *família, eclesialidade e educação* acabam por se mesclar assentando-se as

bases para a constituição do sindicalismo rural, nesse caso, entre os trabalhadores das várzeas do Amazonas. Por outro lado, não podemos deixar de agregar a essas faces o *trabalho* ou o *componente produtivo* como elemento de base que forma o sindicalismo rural no Amazonas.

O *trabalho* enquanto componente produtivo é requerido como uma importante base interpretativa para a formação do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no estado do Amazonas. É através do *mundo do trabalho* do camponês amazônico que vamos identificar as estratégias de vida e de organização sendo reproduzidas. O lutar pela vida se concretiza no trabalho diário o qual transforma o ambiente em que se vive utilizando instrumentos de trabalho apropriados que servirão para manusear a matéria prima obtida no próprio espaço de produção através da força do trabalho humano que, nesse caso, se constitui essencialmente familiar (WITKOSKI, 2007).

O trabalho na unidade familiar camponesa irá se constituir também como familiar (CHAYANOV, 1974), nesse caso, convertendo-se em unidade familiar de produção. A reprodução da vida é garantida em diferentes graus por todos os indivíduos que partilham da unidade familiar das crianças aos mais velhos. O que está em questão, primeiramente, é a produção de alimentos para a subsistência do grupo doméstico e num segundo momento ocorre também a prática de comercialização do que fica como excedente da produção.

Quando pensamos nas unidades familiares de produção nas várzeas do Amazonas identificamos uma diversidade produtiva muito rica por se tratar de um ecossistema que oferece uma rica biodiversidade como vimos no item 2.2 desse capítulo. A produção familiar é fruto do trabalho e manejo nos “ambientes de terra, floresta e água” (WITKOSKI, 2007, p. 169), conformados também às atividades domésticas. Produção e consumo fazem parte de uma mesma dinâmica na unidade familiar. Produz-se para consumir e, em última instância, para se comercializar o que garante uma maneira muito própria de viver e reproduzir.

Como já afirmamos, na unidade familiar de produção todos os seus indivíduos dedicam-se diferentes tempos de trabalho para garantirem a manutenção de todos. Nesse sentido, quem decide a divisão social do trabalho e sua quantidade é a própria família quando pensa o necessário para se viver num determinado tempo e nisso está também incluso a produção do excedente que se comercializará.

[...] Enquanto alguns trabalham na produção, outros estão no processamento dos resultados da produção. Enquanto alguns trabalham no cultivo, outros labutam na criação de animais ou na pesca. Durante o tempo em que alguns carregam água do rio para atividades domésticas, outros extraem madeira ou frutos da floresta (WITKOSKI, 2007, pp. 169-170).

Quanto à divisão sexual do trabalho vemos que ela ocorre no interior da unidade de produção camponesa. Embora a expressão “alguns” da citação acima ressoe um tanto ampla, o que percebemos, partindo de recentes estudos²⁹ sobre as relações de gênero nos ambientes camponeses, é que cada vez mais ocorre uma importante diferenciação do trabalho masculino e feminino no interior das unidades produtivas camponesas e isso inclui as várzeas do Amazonas. Essa diferenciação revela importantes conquistas alcançadas pelas mulheres camponesas que têm seu trabalho reconhecido como tal além da ocupação de novas tarefas, antes consideradas apenas masculinas, como a gerência da unidade familiar para além das atividades domésticas.

Nesse sentido, percebemos que *família e trabalho* são elementos constitutivos na dinâmica de produção e reprodução da vida camponesa. Nas várzeas amazônicas vemos esses laços mais extremados porque muitas das relações de trabalho aí praticadas têm como fundamento a ajuda mútua e familiar que se traduz como uma maneira de se garantir a produção e, mesmo, a comercialização do excedente num tempo propício. Na literatura revisada tanto NODA (1997) e WITKOSKI (2007) apontam que atividades regionais de ajuda mútua e familiar conhecidas como *mutirão, ajuri ou puxirum* revelam-se como importantes estratégias para a manutenção da vida, da qualidade do espaço onde se habita e da reprodução através do trabalho com a venda do excedente que se produz.

[...] mutirão, ajuri ou puxirum, apresentam-se como sendo o produto das necessidades econômicas dos camponeses amazônicos. Dão-se através de sentimentos profundos de pertença a um grupo familiar, a processos de contramobilidade ou resistência à expropriação, efetivada pelos agentes sociais capitalistas, representados nos lugares onde habitam os camponeses pelos diversos agentes de comercialização [...]. A principal característica é o conhecimento dos processos de trabalho nos subsistemas agrícola e no extrativismo vegetal (madeira) e animal (caça e pesca), bem como o de trabalhos ligados à cultura regional, como a farinhada, a manutenção das comunidades, a conservação do folclore e festas comunitárias religiosas ou esportivas (WITKOSKI, 2007, p. 178).

As relações de ajuda mútua e familiar conferem ao camponês amazônico a responsabilidade de estender as experiências de solidariedade, proteção e pertença,

²⁹ Considerando: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs). *Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2006. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Organizadores). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010. TORRES, Iraíldes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. *O trabalho das mulheres no sistema da Várzea Amazônica*. In: SCOTT, Parry (Org.), *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010.

apreendidas ainda no seio da família nuclear, para a natureza do trabalho e para a dinâmica comunitária, mesmo que isso se configure como um processo carregado de contradições e tensões. Por outro lado, realizam-se sobre a pretensão de se estender valores de um grupo e não simplesmente uma dada atividade produtiva. O que se deseja é a transmissão de um determinado modo de vida que acompanha uma lógica, uma utopia.

Isso justifica porque o trabalho nas várzeas do Amazonas torna-se uma importante base para a prática do sindicalismo. Pois, os primeiros dirigentes entenderam, desde o princípio, que não se tratava em criar e defender os direitos dos trabalhadores rurais simplesmente orientados por questões de cunho economicistas. De alguma maneira, o projeto de desenvolvimento para a Amazônia do estado brasileiro, em diferentes épocas, já havia pensado isso e não foi feliz. A questão de fundo é que se tratava de aprofundar a relação do trabalhador, do camponês varzeano com seu ambiente e retirar daí uma maneira própria de se fazer um projeto sindical, mesmo que houvesse um projeto nacional de sindicalismo da CONTAG mediando essa construção. Os primeiros dirigentes perceberam que o processo deveria ser construído a partir de outras demandas, através de outras metodologias.

Tal novidade pode ser interpretada à luz da relação que os camponeses amazônicos têm com a “terra” ou o seu “território camponês” varzeano (WITKOSKI, 2007) que é concebida por eles como uma somatória de outros espaços. O território não possui os limites das cercas, ao contrário, ganha novas dimensões quando consideramos outros limites como os rios, os quintais, os igapós, os igarapés, as densas florestas. São nesses espaços que os camponeses exercem suas atividades que os permitem serem reconhecidos como trabalhadores polivalentes (WITKOSKI, 2007) ou multifacetados.

O território do camponês, a várzea amazônica, é o lugar onde as identidades são construídas e requeridas politicamente. Na atualidade, tal fato tem sido amplamente recorrido porque se tem vinculado a construção identitária à constituição e defesa do espaço territorial (SCHWEICKARDT, 2012). A relação com o território pode também legitimar ou não as lideranças sociais, nesse caso as sindicais. Seja no momento da fundação do movimento sindical no estado, seja hoje em sua plena consolidação. Nesse sentido, dona Lúcia chama atenção em sua narrativa que algumas lideranças ligadas a CONTAG perdem legitimidade com sua ação por não estarem vinculadas as atividades de vida e de reprodução camponesa, cuja mediação é estabelecida através da relação com o território:

Porque é assim: se você entra no movimento e não têm os cuidados, [...] se você não tiver o cuidado com o conceito familiar, se você não respeitar, você

finda separando, você finda ficando sem nada, você finda perdendo. Outro dia estava falando com o “presidente” (do STTR) de Autazes que o pessoal da CONTAG a maioria não sabe mais a essência da terra, não sabe mais nem quando entrou um “barrinho” debaixo da unha, mexer na terra, o cheiro da terra (MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / ‘D. LÚCIA’, STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013).

O que notamos é que há uma questão de fundo no trecho da narrativa da dona Lúcia que nos possibilita indagar como é possível um “sujeito histórico” não ser portador de um “princípio identitário” (TOURAINÉ, 1989), nesse caso o que define é a diversificada relação com o território (terra) não constituir-se como tal? De que maneira ele lutará contra os “adversários” (TOURAINÉ, 1989) que fazem predominar outros tipos de possibilidades de relação com a terra marcada pela dominação e pela hegemonia do grande capital? Como é possível tratar de questões comuns se o princípio identitário não o define como tal?

Porque você tem que fazer as duas: tem que ser agricultor e você tem que ser o dirigente. Você não pode ser o “dirigente” (apenas), porque dirigente não é profissão, a profissão é de agricultor familiar, ele é de lavrador ou ele é pescador ou ele é assalariado rural ou ele é safrista alguma profissão vinculada à terra. Ele não é dirigente sindical de carteirinha. Ninguém tem uma categoria de dirigente sindical. Eu via isso em alguns relatos: - Sim, qual a tua profissão? – De dirigente sindical. Não, não existe a profissão de dirigente sindical. Dirigente sindical é uma liderança que foi escolhida por uma assembleia para defender os interesses da categoria, das categorias dos trabalhadores (MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / ‘D. LÚCIA’, STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013).

O risco que dona Lúcia aponta é que esses dirigentes podem vir a tornarem-se “dirigentes de carreira” abrindo margem para a concepção de projetos que não correspondam à realidade do próprio movimento, pois suas perspectivas não carregam consigo princípios norteadores e mesmo valores apreendidos no dia a dia da relação com o território, com a terra, com o cultivo, com a pesca, com o extrativismo e mesmo que essas atividades estejam mediadas pela questão salarial, como é o caso dos assalariados rurais, a identidade comum prevalece que é a vida camponesa e seu modo de produção e reprodução num dado território, isto é, uma “composição complexa de terra, floresta, água e homens” (WITKOSKI, 2007, p. 112).

A relação desses atos e narrativas com o território é uma das chaves importantes na interpretação, fazendo do território do camponês varzeano um tipo de “ser-no-mundo” manifestado diante do texto que é narrado (RICOUER, 2011), da retórica e da hermenêutica apontada para a constituição do movimento sindical rural, mais do que recorrer à ordem

puramente topográfica, jurídica ou economicista (COMERFORD, 2003). As formas de sociabilidade dos camponeses varzeanos delimitam territórios, que eu denomino de “varzeano” porque são nas vivências e nas narrativas sobre a várzea do Amazonas que eles se definem como lideranças do movimento sindical e porque têm a *família, comunidade e trabalho* na várzea como referências discursivas básicas.

1.3 Entrando na arena sindical: o processo histórico e a formação social do MSTTR no estado do Amazonas

A imagem da ausência de pertencimento do homem a terra e da terra ao homem pelas condições históricas e sociais da formação nacional: a luta é pelo fincar da raiz e fazer da terra morada e o lugar da reprodução da vida diante do trágico desencontro e descompasso que retira do pequeno a autonomia de definir seu destino. (Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro, exceto de sua fala durante o meu exame de qualificação em junho de 2013).

Realizar trabalho de campo na Amazônia e, em especial nas áreas de várzeas do Amazonas, nos exige disposição e fôlego físico. Temos que estar com o projeto suficientemente claro na cabeça, pois a partir do momento que começamos a jornada fica difícil voltar atrás e quando aparece algum imprevisto esse acaba se incorporando à pesquisa. Tal afirmação se deve aos percursos por onde fui: rua, rio, estrada, rio, rua. Ônibus, lancha, ônibus, lancha, pés. O que vejo é toda essa dinâmica se tornar apenas um caminho configurado em muitos trajetos e com possibilidades diversas nos seus meios de locomoção.

O encontro com a várzea me impôs à dinâmica. Manhãs e tardes chuvosas. Em outros momentos um intenso calor. O Rio Negro a minha vista, cenário de algumas travessias apressadas por sobre um rio que corre sereno, porém cortado pela pressa de quem nele navega sem a consciência de sua grandeza. Logo depois, bem ao lado, sem se misturar, o Rio Solimões, amarelado, caudaloso, furioso, apressado já me direcionando e levando a outras estradas de chão, de asfalto, de barro.

Desvelar parte da história de um movimento social na Amazônia significa entrar em contato com todos esses elementos e, mais, considerá-los como importantes mediadores desse processo histórico. Conjugada a essa mediação temos os dirigentes sindicais e demais lideranças que trazem as marcas conscientes das disputas que se desenrolam e se desenrolaram no interior dessa arena ao longo do seu tempo de vida. A dinamicidade se

traduz na familiarização que há entre os elementos dessas diferentes narrativas, disputas e mediações.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais, nascido a partir das várzeas do Amazonas, é como uma arena (OLIVIER DE SARDAN, 1995) porque seu funcionamento se realiza conforme os poderes relacionais entre seus sujeitos em interação. Tenho consciência dos riscos que corro ao afirmar isso, por outro lado, a inserção tida nos últimos meses em parte do interior do referido movimento me motiva a concebê-lo assim.

Entrar nessa arena significa transpô-la para se estabelecer e tomar a liberdade para interpretá-la conforme sua dinâmica. Acabei por reunir expressões da arena conforme as entrevistas que fui realizando ao longo do trabalho de campo. Com isso, *entrar* na arena e nela *permanecer* significou entrar em contato com fatos e ações apontados pelos velhos dirigentes (Lembrando), pelos atuais dirigentes (Dirigindo e Lutando) e pelas assembleias, reuniões e plenárias (Reunindo).

Esse conjunto e seus desdobramentos considero como a arena do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Nesse caso, parte de uma arena apresentada como “oficial”, concentrada porque sua dinâmica está assentada em meios que são próprios para o funcionamento do movimento sindical, embora essa não seja uma expressão uniforme.

O SINDICALISMO RURAL NO BRASIL

No Brasil, embora haja notícias de alguns sindicatos de trabalhadores rurais criados já na década de 1930, somente no início dos anos 1960 é regulamentado o direito à sindicalização da categoria, numa conjuntura em que eles emergiam como atores na cena política. Essa regulamentação tem sua origem quer nos conflitos que ocorriam em diversas locais no campo brasileiro, quer na ação de diferentes agentes de mediação que impulsionaram a organização dos trabalhadores e os apoiaram na criação de sindicatos. Entre eles, destacaram-se o Partido Comunista e a Igreja Católica. As Ligas Camponesas, embora inicialmente mostrando-se críticas à organização sindical, endossaram-na no momento em que se intensificou a criação de sindicatos, em especial em Pernambuco.

Os conflitos que então possuíam maior visibilidade tinham diversas vertentes: lutas pela posse da terra, envolvendo posseiros *versus* pretensos proprietários; disputas em torno de prazos de contratos de arrendamento; tensões entre os trabalhadores que moravam com suas famílias no interior das propriedades e trabalhavam numa determinada cultura comercial (cana-de-açúcar, café etc.), mas tinham acesso à moradia e a um pedaço de terra para plantio de víveres. Nesse caso, tratava-se de lutas por melhor remuneração, mas que, em algumas situações, envolviam também o acesso à terra.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, esses segmentos se organizaram em associações locais, reuniram-se em encontros regionais, estaduais e mesmo nacionais, e começaram a consolidar algumas bandeiras de luta: Reforma Agrária, direitos trabalhistas, regulamentação de contratos de parceria e arrendamento e direito à sindicalização. Em torno deste último ponto, havia grande disputa, uma vez que as entidades patronais então existentes – principalmente a Confederação Rural Brasileira (CRB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – argumentavam que havia uma unidade de interesses entre todos os que viviam no campo, fossem patrões ou empregados, e, portanto, bastava uma única organização que os representasse. Assim, essas entidades reagiram fortemente à ideia de que os trabalhadores pudessem se organizar em sindicatos, pois consideravam que, se criados, trariam para o meio rural tensões classistas que até então, segundo eles, só existiam nas cidades.

Quando, no início dos anos 1960, num contexto de ampliação e fortalecimento das lutas, foi regulamentada pelo governo federal a sindicalização dos trabalhadores rurais, foram também definidas quatro categorias de enquadramento: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na produção extrativa rural, trabalhadores na pecuária e produtores autônomos (aqueles que exerciam a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar). A partir daí, houve um grande esforço de transformar as associações já existentes em sindicatos e de criar essas entidades onde não havia nenhuma organização prévia. Tratava-se de buscar condições legais para fundar federações estaduais e, depois, uma confederação nacional. Como diversas forças políticas atuavam no campo tentando organizar os trabalhadores – Partido Comunista Brasileiro (PCB), diferentes vertentes da Igreja Católica, Ação Popular (AP), Ligas Camponesas –, elas concorriam pelo controle dos sindicatos, de forma a obter a direção das federações, e da confederação nacional que seria criada posteriormente. Essa disputa permeava o próprio Estado, uma vez que o Ministério do Trabalho tinha a prerrogativa de reconhecer sindicatos, federações e a confederação. Assim, quem tinha maior influência na Comissão Nacional de Sindicalização Rural também tinha maior possibilidade de ter “seus” sindicatos reconhecidos (Medeiros, 1989; Novaes, 1987; Stein, 1991).

Fruto desse processo e expressando determinado arranjo de forças, em final de 1963 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Nela, o PCB ficou com a presidência (Lyndolpho Silva, que também era presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, criada em 1954, e que agregava associações de lavradores de diversos pontos do país) e a tesouraria (Nestor Veras), além da maioria dos cargos. A AP ficou com a secretaria (Sebastião Lourenço de Lima). Na composição geral, a Igreja Católica, que tivera importante papel na criação de sindicatos no Nordeste e no Sul do país, ficou com dois cargos pouco importantes (MEDEIROS, pp. 706-707, 2012).

1.3.1 Lembrando

Ecléa Bosi na sua obra *Memória e Sociedade – lembrança de velhos* (1994), persegue a tese de que as pessoas idosas são aquelas que manifestam propriedade social e psíquica para narrarem as diferentes etapas da história que atravessamos. Porque elas já se anteciparam a essa travessia o que lhes permite ter a autoridade de narrarem a história social de maneira mais definida, ainda que tomem para essa narrativa um ponto de vista que possa parecer subjetivo. Por outro lado, tal subjetividade ganha autonomia e reconhecimento pelo simples fato do velho ter vivido a sua vida o que lhe autoriza a narrar ela da maneira como ele a enxerga e a compreende (BOSI, 1994).

O que poderia ser um exercício passivo torna-se, sobre esse ponto de vista, uma tarefa de extremo engajamento. Precisando melhor, as lembranças dos velhos não estão estáticas no tempo elas acompanham seus autores, são ressignificadas por eles quando narradas. Trata-se de uma tarefa concreta, de uma atividade que exige esforço e dedicação, em síntese, é um tipo também de luta. Nas palavras de Bosi a pessoa idosa quando se lembra e narra o que recorda ela “está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da vida” (1994, p. 60).

Consigo sentir esse espírito na tese de Bosi quando escuto os velhos dirigentes sindicais do MSTTR no Amazonas. As narrativas deles são tentativas de precisar páginas de suas histórias, de uma história coletiva de trabalhadores rurais. Nas narrativas encontramos interrogações; o esforço de precisar datas, locais, nomes, instituições; questionamentos direcionados às instituições e às pessoas; coloca em suspenso papeis assumidos; revela registros materiais de cartas às fotografias, de livros às máquinas de escrever de tipo ‘Olivetti’, de cartazes de mobilizações às Cartas de Milho que reconhece oficialmente o sindicato como tal.

Figura 8 – Sr. Francisco Macena dos Santos, primeiro presidente eleito da FETAGRI/AM



Abaixo destacamos um importante trecho da narrativa do Sr. Francisco Macena dos Santos, conhecido no meio sindical como Macena, que foi o primeiro presidente eleito da FETAGRI/AM em 1976 como ele mesmo narra. Essa narrativa mostra alguns detalhes das condições encontradas para a formação do movimento sindical dos trabalhadores rurais no estado, revela também como esse movimento social logo se consolidou e que questões viera a enfrentar no começo de sua existência. Nesse sentido, tomamos essa narrativa como uma importante página da história do sindicalismo rural no Amazonas, cuja autoridade narrativa repousa sobre um velho dirigente sindical.

NARRATIVA sobre a FUNDAÇÃO do MSTTR no ESTADO do AMAZONAS

“Meu nome é Francisco Macena dos Santos. No sindicato sou conhecido como Macena. Nasci no município de Manacapuru na Ilha do Barroso. Depois, pequeno sai de lá com 5 anos para o Jandira, comunidade do Jandira. Morei no Arapapá. Depois na Ilha da Paciência. Na Ilha da Paciência foi que eu comecei a me envolver com comunidade e através da ação comunitária que nós chegamos ao sindicato. Aliás, foi através das comunidades que nós criamos os sindicatos com influência também da Igreja Católica. Na época, isto era 1972, na época existia as comunidades tradicionais com o apoio da Igreja na parte do Movimento de Educação de Base (MEB) e depois veio a alfabetização através do governo. Todos esses locais que eu mencionei onde eu nasci e vivi é o ‘beiradão’ do Rio Solimões que hoje é conhecido como Rio Amazonas [...]

A nossa comunidade rural, Nossa Senhora da Conceição da Ilha da Paciência, juntamente com

outra comunidade da Vila do Jacuratu e buscamos outra comunidade da Vila do Jaraqui, que hoje é Manaquiri, as três formaram uma comissão de seis pessoas, ao mesmo tempo, tinham mais seis em Itacoatiara com as comunidades de lá nós formamos dose. E com o apoio da CONTAG que já estava em Manaus. Ela não tinha conhecimento, mas nós buscamos a CONTAG, a delegacia regional no estado para a implantação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no estado. E isso foi no ano de 1972.

A comissão fez um trabalho pré-sindical nas outras comunidades. E quando foi no dia 26/11/1972 nós criamos o nosso sindicato aqui. Na época, era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Careiro da Várzea. Chamava-se apenas Careiro porque não havia o Careiro Castanho, era Careiro, hoje é Careiro da Várzea. Pegava todas essas comunidades ribeirinhas, das ilhas, das costas, Manaquiri, Curari, Janauacá. Era um grande município depois que foi dividido. Depois veio Manaquiri como município, veio Iranubá. Essa comissão de seis agricultores, eu e mais cinco, fomos para a fundação do Sindicato de Itacoatiara fundado antes do nosso no dia 10/10/1972 o nosso foi fundado no dia 26/11/1972.

Praticamente esse grupo foi semente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no estado. Agora, por que nós criamos os sindicatos? Porque havia uma necessidade. A gente não sabia como interagir com os nossos problemas, como buscar nossos direitos para melhorarmos. Embora a gente vivesse mais feliz que hoje naquela época.

Não havia organização do pequeno agricultor aqui. Havia somente do empresário (patronal) que era o 'Sindicato Rural' filiado a CNA e na época eles estavam cobrando 30 cruzeiros para assinar um encaminhamento médico; cobrando para assinar uma aposentadoria e fichando os pequenos agricultores como empregadores que era um contrassenso da própria legislação e da realidade. Se nós não agíssemos nós iríamos nos misturar 'gato com rato' e ia ser comido. E a gente encontrou grande apoio da Igreja Católica e da CONTAG que foram as únicas instituições de movimento que nos apoiaram nessa implantação e na luta também [...].

E nós criamos outro sindicato. Depois veio o Sindicato de Nova Olinda do Norte que foi o terceiro no outro ano em 1973. O quarto foi Autazes no mesmo ano. O quinto foi Parintins. O sexto foi Silves. Depois veio Itapiranga, Urucará, Manacapuru, Anori [...].

A gente tinha o conhecimento de que em outros estados havia Federações e que nós íamos chegar a Federação depois de 10 ou 12 sindicatos reconhecidos. Porque nós não podíamos criar a Federação dos Trabalhadores da Agricultura com sindicatos não reconhecidos pelo na época Ministério do Trabalho, eles tinham que ser reconhecidos.

Depois de 3 anos, em 1975, foi que nós criamos a Federação com os sindicatos reconhecidos. Inclusive a CONTAG agiu muito bem. Interagiu muito bem lá com o então Ministério do Trabalho na época que os sindicatos logo foram reconhecidos. Nós atingimos números importantes. Naquela época tínhamos que ter, o sindicato tinha que ter 2/3 da classe do município filiados ao sindicato. Tinha que atingir 2/3, pegar uma certidão da prefeitura para comprovar e acompanhar o processo. Fizemos um bom trabalho porque atingimos. Hoje era mais difícil conseguir os 2/3.

Criamos a Federação dos sindicatos. Eu fui da primeira diretoria provisória, eu fui o tesoureiro. Já na primeira diretoria eleita eu já fui como presidente isso em 1976. Nós continuamos o trabalho com a CONTAG ainda ao nosso lado. Até essa eleição definitiva ela não saiu antes. Ela somente saiu quando nós ficamos com a Federação com a diretoria definitiva amparada pela legislação. E uma parte que nós tivemos êxito na implementação e na continuidade dos trabalhos da CONTAG.

Nós continuamos com a mesma filosofia na promoção, defesa e libertação da classe. A CONTAG tinha essa linha de ação. Todas as ações que a CONTAG tinha a gente continuou com ela que era: efetivação da posse da terra dos posseiros; ocupação de terras públicas ociosas; produção de alimentos. Na época, se produzia muita juta, mas juta não é alimento. A gente teve o cuidado de tirar o pessoal do extrativismo, ele é bastante incerto, você tira e ele acaba. E chegou esse tempo que não se pode mais fazer extrativismo. Continuamos com as questões sobre a posse da terra, os grileiros, grilagem, questões grandes que graças a Deus vencemos!

A Federação ganhou expressão na época exatamente pela filosofia de atuação e pela defesa e pelos resultados da época. A CONTAG jogou a semente e nós continuamos zelando a planta e os frutos vieram” (FRANCISCO MACENA DOS SANTOS, ex-presidente da FETAGRI/AM. Fonte: Pesquisa de Campo, 2013).

Nosso intuito não é apontar possíveis interpretações sobre a narrativa do seu Macena e muito menos confrontá-la com os fatos histórico apontados na literatura dita oficial sobre sindicalismo rural. Queremos evitar cair num excesso de interpretação (RICOUER, 2013) sobre o que narram os sujeitos da presente pesquisa.

Apenas vale pontuar algumas considerações advindas da reflexão em torno do que lemos na narrativa do seu Macena. Primeiro, tomamos essa narrativa como chave para compreender de que maneira se dá a construção social e histórica do movimento sindical dos trabalhadores rurais no estado do Amazonas.

Segundo, identificamos uma simbiose entre elementos da região (dinâmica da várzea, comunidade, família, trabalho, Igreja popular) e da nação (CONTAG) na presente narrativa, embora não haja nos trabalhos impressos pesquisados³⁰ sobre a história da CONTAG, nos seus 50 anos de confederação, uma menção significativa sobre o movimento sindical rural que se desenvolveu no estado do Amazonas. E mesmo, e essa é a terceira consideração, que seja apontada claramente a “unidade sindical” na narrativa do seu Macena, no sentido de permanecer a FETAGRI/AM unida a CONTAG e, por conseguinte, a CUT como central sindical, não conseguimos identificar um reconhecimento simbólico da “nação” pela “região” (SILVA, 2012).

Quarta e última consideração, isso nos provoca a pensar também nos estudiosos da questão sindical no estado que como aponta RICCI (2009), pensando no contexto nacional, “os estudos sobre sindicalismo rural raramente superaram um restrito círculo de especialistas” (p.322). Restritos ou não os estudos, quando existe, ainda dão pouca visibilidade ao sindicalismo rural no estado do Amazonas. O que vemos são trabalhos focados no estado do Pará³¹ e trabalhos que discutem a emergência do ambientalismo³² na conformação de identidades coletivas. A impressão que temos é que pulamos uma etapa do conhecimento sobre a organização social do camponês das várzeas do Amazonas.

O pano de fundo dessas considerações, a narrativa do seu Macena, nos situa na concretude da história que atravessa a vida de um grupo de trabalhadores rurais e que as

³⁰ Livros sobre o 40º e o 50º aniversário da CONTAG; Cartilhas de Formação Sindical; Boletins Informativos; Cartilhas do ENFOC (Escola Nacional de Formação da CONTAG; Documentos Base de Congressos e Assembleias. Em alguns Anais dos Congressos Nacionais da CONTAG vamos encontrar alguma referência direta sobre a Amazônia e sobre o Amazonas considerando a luta histórica de seus trabalhadores, porém isso também se revela tímido ao pensarmos a história do movimento na região.

³¹ Considerar: LEROY, J. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/Fase, 1991.

³² Considerar autores como: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008ª. e SCHWEICKARDT. Kátia Helena Serafina Cruz. *Faces do estado na Amazônia: entre as curvas do Rio Juruá*. São Paulo: Annablume; Manaus: FAPEAM, 2012.

consequências dessa travessia possibilita outros a tomarem o mesmo caminho, ainda que de maneira distintas.

O fato posto é que não se pode deixar de requerer o reconhecimento e o aprendizado assimilado. Não se pode romper sem unir começo e fim, sem considerar o que foi para pensarmos o porvir. De alguma maneira nos antecipamos em afirmar que na atualidade o MSTTR no estado do Amazonas padece de uma crise identitária.

Numa tentativa, de certo ponto pretenciosa, afirmamos que tal padecimento advém de cisões internas passadas que até o presente não foram assimiladas pelo próprio movimento o que abre a possibilidade de pensarmos num tipo de conciliação (RIBEIRO, 2010) entre o começo e o presente do movimento no estado. Trata-se de uma intervenção bem concreta para a compreensão do presente do próprio MSTTR.

A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desapareceram apenas na aparência. Se não fosse assim, teríamos o direito de falar de memória coletiva, e que serviços nos prestariam contextos que subsistiriam apenas na qualidade de noções históricas, impessoais e despojadas? (HALBWACHS, 2003, p.86).

Reter o passado, recorrer a ele na figura dos velhos dirigentes sindicais significa estabelecer sentidos para o presente na história do movimento sindical. Não há nada de artificial nesse exercício, nem é um sonho ufanista. Apenas reconhecer através deles o que ainda está vivo na consciência do próprio MSTTR como organização social para que seja capaz de conduzir ou reconduzir a missão como movimento social em defesa dos trabalhadores rurais. No fundo, é uma tentativa de reconhecimento e de autoconhecimento do próprio grupo em questão (HALBWACHS, 2003).

1.3.2 Dirigindo e Lutando

Recorro ao termo agonística³³ para evocar a centralidade da luta que a sociabilidade assumida nas várzeas do Amazonas exige dos trabalhadores rurais que lá vivem e labutam. A

³³ John Cunha Comerford (2003, p. 23) chama atenção para alguns significados da palavra “agonística”, a partir do dicionário Aurélio: “do grego *agonistiké*, i. e., *techné agonistiké*, ‘arte da luta’. Entre os gregos antigos, parte da ginástica que tratava da luta dos atletas”; “**agonístico**, 1. Relativo à agonística. 2. Relativo à luta, em particular a luta pela vida (...)”. E ainda aponta os autores da Antropologia que se apropriaram tal expressão e a usaram para suas análises: Mauss, 1974; Friedl, 1962; Peristiany e Pitt-Rivers, 1992; Pitt-Rivers, 1977; Campbell, 1974; Black-Michaud, 1975; Gilmore, 1987.

sociabilidade agonística na várzea do Amazonas possibilita uma maneira muito própria de dirigir e de lutar.

A sociabilidade cotidiana nesse espaço é agonística, de relações agonísticas construídas a partir das diferentes formas de lutar com o ecossistema da várzea o que envolve espaço e pessoas se construindo no dia-dia e lutando (COMERFORD,1999) de maneiras distintas e em graus diferentes, pelo território, pelos meios de vida, pela mobilidade espacial, pela organização social, pela agricultura familiar, pelo acesso e posse da terra, pela produção de alimentos, pelo reproduzir da vida e nesse sentido os STTRs constituem meios para isso.

O núcleo dessa sociabilidade agonística (COMERFORD, 2003) que considero são as ações da luta pelo viver narradas pelos dirigentes sindicais em diferentes momentos da pesquisa. Suas narrativas me motivaram a pontuar questões, descrever, narrar o cotidiano, enumerar intervenções, revelar a burocracia presente no dia-dia dos atendimentos realizados que passam pelo espaço da várzea, mas que estão mais marcados pelo universo da representação dos que se achegam aos STTRs.

O camponês amazônico e sua família “lutam” no ecossistema da várzea. Seu trabalho é polivamente porque ele desenvolve atividades na terra, na floresta e na água (WITIKOSKI, 2007). Por isso, a luta do trabalhador rural amazônico ganha essas diferentes dimensões e em cada uma delas encontramos maneiras muito próprias de se constituir sociabilidades considerando o ambiente onde se vive e trabalha.

[...] circunscrito pela dinâmica dos ciclos das águas: o período do plantio pode ser favorecido ou prejudicado; as configurações dos lagos e paranás, com suas singulares vegetações que se relacionam com a produção e reprodução da fauna aquática; os animais e chavascas, com suas respectivas vegetações; a criação animal – suínos, aves, gado (estes necessitando de grandes quantidades de forrageiras); a localização para enterrar seus mortos; o sucesso ou não das festas juninas que casam com o ápice da cheia; a criação ou recriação das hidrovias que facilitam o deslocamento na busca do mercado etc [...] Nesse contexto, a paisagem da várzea e o homem que com ela se relaciona parecem ter, ambos, uma dimensão inescapavelmente anfíbia (WITKOSKI, 2007, pp.120/124).

Para o MSTTR a agricultura familiar³⁴ tem se constituído uma das principais atividades com que lidam os trabalhadores rurais no estado do Amazonas. Por isso, o

³⁴ Nos apropriamos do conceito de agricultura familiar que encontra na família sua principal proprietária dos meios de produção e a protagonista central no estabelecimento produtivo. Nesse sentido, a família no trabalho e na produção não é um mero acessório. O que temos é uma complexa associação entre família-produção-trabalho onde a centralidade familiar pontua um caráter particular em termos econômicos e sociais (WANDERLEY, 1996). Embora genérico, esse conceito de agricultura familiar nos ajuda a pensar na diversidade de formas sociais encontradas nos estabelecimentos familiares conjugando seus tempos e seus espaços. Como afirma

movimento desde sua criação se sente vocacionado a defender tal atividade em vista de garantir a produção de alimentos para as famílias envolvidas na produção, a comercialização do excedente e, de certa maneira, a proteção do ambiente onde se produz.

A agricultura familiar no Amazonas é desenvolvida a partir de sistemas agroflorestais (SAFs³⁵) diversificados (CASTRO, *et al.*, 2011). Nesse sistema são garantidos mecanismos, técnicas e habilidades pelo trabalhador rural que possibilitam o uso e o manejo dos diferentes recursos naturais presentes nos diferentes ambientes (terras, florestas e águas) nas áreas de várzea. Ao mesmo tempo, se conjugam diferentes práticas e ritmos de tempo para a lida com o ecossistema em questão considerando o regime fluvial (enchente, cheia, vazante e seca dos rios) e o regime pluvial (inverno e verão amazônicos) que influem diretamente no calendário agrícola da região conforme descrição no item 1.2 do presente capítulo.

Combinar espacialidades, tempos e saberes consisti numa característica da agonística do trabalhador rural varzeano. Essa combinação não está isenta de conflitos e impermanências. Há um contínuo esforço do camponês amazônico em compreender o ambiente em que vive e se reproduz para buscar formas de produção de maior qualidade. E mesmo uma organização social como o STTR no Amazonas também procura traduzir ações que provoquem uma maior qualidade de vida e de produção do trabalhador rural.

Lamarche (1993 *apud* WANDERLEY, 1996, p. 3): “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”. Considerar a diversidade como um ponto de partida para a compreensão da agricultura familiar desenvolvida nas várzeas do Amazonas pode ser um caminho de compreensão das lutas empreendidas pelas organizações sociais camponesas a exemplo dos STTR. A tensão em que a Amazônia foi envolvida a partir das décadas de 1960 e 1970 entre integração e subordinação econômica nacional e internacional fez com que as coletividades camponesas buscassem formas de resistência frente à marginalidade a que foram expostas econômica e socialmente nesse avassalador processo de integração. Tais coletividades buscaram, de diferentes formas, defender suas organizações sociais, seus sistemas de valores e suas formas de sociabilidade. A Amazônia foi enxergada pela sociedade global e, ao mesmo tempo, enxergou as suas coletividades locais. Por outro lado, esse despertar do olhar nacional e local não foi de todo convergente e isento de conflitos. Ao contrário, a tensão foi instalada e o que se constatou foram as coletividades locais buscando maneiras de preservarem sua originalidade e tentativas de mudar o próprio campo de visão da sociedade nacional sobre a local. O que estava em jogo, portanto, era a defesa do patrimônio familiar, o uso dos recursos naturais, a estruturação de um espaço de trabalho da família ainda que fosse de uso coletivo. O MSTTR no Amazonas vê nessa tensão a possibilidade de marcar seu espaço na luta em nome dos trabalhadores rurais que consideravam a agricultura familiar lugar de trabalho e de sustento da vida. Hoje já conseguimos identificar importantes conquistas a ponto de tornar a agricultura familiar uma instituição jurídica (Lei 11.326/2006). A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pode ser considerado na atualidade um expressivo resultado das pressões exercidas pelos movimentos sociais no campo (Sindicatos Rurais, Associações Comunitárias, Cooperativas) para se obter o acesso a fontes públicas de financiamento para o trabalhador e trabalhadora da agricultura familiar (ANJOS; CALDAS, 2004). Tal reivindicação já levava a crer que desde sempre a agricultura familiar se constituiu como um projeto consequente para o modo de vida camponês guardada as devidas proporções e singularidades das áreas rurais brasileiras.

³⁵ Segundo Castro (2011), os SAFs são definidos como sistemas de uso da terra em que os cultivos de espécie agrícolas de ciclo são combinados de forma simultânea ou sequencial com o cultivo de espécies arbóreas sobre a mesma unidade de manejo da terra (AMADOR; VIANA, 1998), podendo ser associado ao manejo de criação de animais (NAIR, 1993; DUBOIS, 1996; SMITH, *et al.*, 1998) (p. 59).

Considerando o que narra o Sr. Francisco Macena desde a criação da FETAGRI/AM em 1976 a questão alimentar, a insalubridade do trabalho com a juta e a malva e a posse da terra eram pautas de luta que a FETAGRI/AM se ocupou desde sua fundação porque enxergava aí um conjunto de possibilidades e também de dificuldades que passava o trabalhador rural junto com sua família. Nesse sentido, a Federação buscava incentivar seus filiados a prática de atividades cujo resultado da produção seria primeiro em vista da alimentação dos membros da unidade produtiva familiar e o excedente para o abastecimento do mercado local e/ou regional.

O que motivava a FETAGRI/AM a implementar tal prática era em vista de buscar uma solução viável em termos econômicos e sociais para os trabalhadores que tinham no manejo da juta e da malva³⁶ sua principal atividade produtiva. A Federação percebia que o trabalho com a juta e a malva era uma atividade de extrema insalubridade, com forte exploração financeira do mercado sobre o trabalhador o que, conseqüentemente, lhe trazia pouco retorno financeiro. Na visão do seu Macena, o retorno financeiro nas décadas de 1970 e 1980 era muito escasso que limitadamente dava para garantir o sustento alimentar das famílias.

A solução que a FETAGRI/AM encontrou para tal contexto foi elaborar campanhas nos sindicatos que despertassem os trabalhadores rurais para a fertilidade da várzea possibilitando outros cultivos e outras práticas de produção que viessem aos poucos a substituir a manejo da juta e da malva pela produção familiar de hortaliças, legumes, frutas e ervas medicinais algumas já até cultivadas pela unidade produtiva familiar, porém apenas para a sua manutenção sem grandes excedentes.

De alguma maneira o sindicato foi ouvido. Alguns juticultores e malvacultores passaram à prática exclusiva de alimentos (hortaliças, frutas e legumes) além de ervas medicinais. As áreas de várzeas dos municípios³⁷ que estão próximos de Manaus hoje se destacam como importantes polos produtores de alimentos que abastecem a capital do estado

³⁶ A juta – *Corchorus* - é uma fibra vegetal da família Tiliacea. Na Amazônia a espécie mais cultivada é a *Corchorus Capsularis*. Após a sua aclimação pelos japoneses em 1937 nas várzeas da Vila Amazônia no município de Parintins (HOMMA e FERREIRA, 2011), o cultivo da juta torna-se uma importante atividade produtiva nas áreas de várzea em vista de abastecer o mercado nacional de sacarias para o acondicionamento de produtos agrícolas. No Amazonas vemos o sucesso da juticultura nas várzeas dos municípios de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Manaus. Associado ao cultivo da juta temos o cultivo da malva – *Urena lobata L.*- originária da Amazônia, a malva é uma planta semi-arbustiva que pode alcançar, quando adulta, cerca de 4 metros de altura. Torna-se juntamente com a juta um importante cultivo nas áreas de várzea do Amazonas em vista de abastecer a indústria têxtil para a produção de sacarias (CANTO, 2007). Não podemos deixar de comentar que esses cultivos exigem grandes esforços de quem se dedica a eles muitas vezes acarretando riscos de vida, pois o manejo dessas espécies se realiza em grande parte em áreas inundáveis obrigando o trabalhador a passar parte do seu tempo na água o que o expõe a constantes perigos como o contato com bichos peçonhentos, poraquês, e o risco de contrair doenças como a pneumonia.

³⁷ Destaque para: Iranduba, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Itacoatiara, Urucurituba, Manaquiri, Silves, Itapiranga, Autazes, Nova Olinda do Norte.

e mesmo o mercado local de cada município. Apesar dessa importante mudança a juta e malva constituem importantes atividades produtivas para o estado que tem buscado agregar tecnologia à produção que torne essa atividade um pouco menos insalubre para os trabalhadores rurais (HOMMA *et al.*, 2011).

A ocupação, o uso e a defesa da várzea amazônica como território camponês (WITKOSKI, 2007) configuram algumas das faces da sociabilidade agonística na várzea amazônica. O acesso e as formas de uso da terra na história de luta do MSTTR no Amazonas se constituem como questões centrais. Ainda que a questão fundiária e a reforma agrária no país tenha sido o grande motor para a emergência, formação e consolidação de movimentos sociais no campo (MEDEIROS, 1989) o que poderia gerar certa unicidade nas formas de luta, no Amazonas a luta pela posse da terra teria uma importante peculiaridade.

Embora nosso foco não seja discutir de forma aprofundada a regularização fundiária no estado do Amazonas (GUIMARÃES, 2013). Direcionamos essa discussão para a maneira como a ocupação e o uso das terras de várzea tornou-se uma bandeira de luta na formação do movimento sindical rural no estado. Como exemplo, tomamos mais uma vez trechos da narrativa do seu Macena que destaca como a Ilha da Marchantaria se tornou um importante espaço de produção rural que foi conquistado pela atuação das comunidades e sindicatos dos trabalhadores rurais.

Localizada no município de Iranduba e distante a 20 Km da capital Manaus, a Ilha da Marchantaria, segundo seu Macena, era uma terra grilada por duas famílias (Queiroz e José Nascimento). Entretanto, pesquisas empreendidas nos arquivos da SUFRAMA pelos dirigentes sindicais do STTR do Careiro, Manaus e Iranduba e também pelos dirigentes da FETAGRI/AM na década de 1980 apontaram que as terras da Ilha da Marchantaria eram de dominialidade³⁸ jurídica federal sendo pertencentes à SUFRAMA.

³⁸ A dominialidade das terras de várzea é pública e de uso comum. Segundo Guimarães (2013): “juridicamente podemos entender estas áreas como o leito maior sazonal do rio, que é definido pelo art. 2º, letra c da Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1987 como sendo “a calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia”” (GUIMARÃES, 2013, p.53).

Figura 9 – Ilha da Marchantaria. Município de Iranduba/AM.



Tal dado animou os dirigentes sindicais a negociaram com a Superintendência uma possível ocupação, permanência e uso daquela várzea por famílias que estavam dispostas a constituírem nesse espaço comunidades agrícolas. A SUFRAMA concedeu a posse para o uso da Ilha em vista da produção familiar. O projeto pretendido pelas famílias era a produção direta de alimentos em vista de se constituir uma espécie de “cinturão verde” que viesse a abastecer, sobretudo, a capital Manaus. Seu Macena afirma que o projeto de ocupação e uso da Ilha da Marchantaria acabou se tornando “um projeto de reforma agrária do nosso jeito”, no sentido que procurou respeitar a maneira de viver, morar e produzir na várzea do Amazonas.

A organização produtiva das famílias e logística para viabilizar o escoamento dos produtos se deu a partir da FETAGRI/AM o que resultou num alcance expressivo de produção agrícola na década de 1980. A Ilha em pouco tempo tornou-se um lugar produtivo e modelo de organização social formada pelas famílias, comunidades com o apoio direto da FETAGRI/AM.

Apesar do emergente sucesso logo houve uma queda significativa nos números alcançados. Quando a Federação se retirou, as comunidades da Ilha da Marchantaria passariam a assumir todo o processo produtivo que envolveria também a etapa de comercialização. O que acarretou certa desmotivação por parte das famílias produtoras, pois muitas sentiam dificuldades de estabelecer contato comercial com a capital e não se viam

amparados, naquele momento, por nenhuma política de escoamento da produção que os motivassem a venda do excedente produzido.

Aliada a essa questão tínhamos a intensificação da migração, principalmente, dos mais jovens para Manaus atraídos pelos postos de trabalhos disponíveis no Polo Industrial de Manaus – PIM acarretando numa fuga de mão de obra familiar. Ainda vamos identificar outras dificuldades enfrentadas pelas famílias da Ilha da Marchantaria como o fenômeno natural das “terras caídas” que acabava por “expulsar” essas famílias de seus lugares restando a elas irem a outras partes da Ilha ou mesmo migrando de vez para Manaus.

E por fim, grande parte dos acordos estabelecidos entre os moradores da Ilha com a SUFRAMA não foi consolidado por essa, como o acesso a crédito e a financiamento, para o fomento dos projetos dos trabalhadores rurais, fazendo com que esses buscassem recursos próprios para o investimento nas suas áreas de cultivo. No fundo, algumas famílias se desmotivaram a continuar e permaneceram produzindo apenas para sua manutenção.

Entre sucessos e insucessos produtivos e comerciais o que se quis mostrar com esse exemplo, partindo da narrativa do seu Macena, é que a FETAGRI/AM assume para si a luta pela ocupação e uso das terras localizadas nas áreas de várzeas tornando esse espaço num território de vida e de trabalho para camponeses amazônicos. Num tempo em que ainda não se discutia institucionalmente a função social da propriedade³⁹.

Com isso, o uso coletivo do espaço passa a ser, como nesse exemplo, um importante precedente para a ordenação territorial. Embora, naquele momento, o instrumento jurídico

³⁹ Guimarães (2013), chama atenção para o fato de que “historicamente, as várzeas vinham sendo ocupadas sem que houvesse critérios legais sobre seu ordenamento, no entanto a partir das ações de mudança nos padrões de atuação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e do INCRA, abre-se um precedente para que as terras localizadas em áreas de várzea pudessem atender ao critério da função social da propriedade pelo Estado. Com o processo de ambientalização do INCRA e da SPU, ocorre uma abertura legal para o reconhecimento dos ocupantes de várzea a partir de critérios específicos. Essa mudança começa a se desenhar a partir de 2003 quando no estado do Pará, um programa coordenado pelo INCRA e pela SPU/PA buscou o reconhecimento da posse de aproximadamente 500 ilhas, exploradas secularmente por populações tradicionais ribeirinhas que viviam basicamente da pesca e do extrativismo. Intensificado a possibilidade de reprodução da proposta, em janeiro de 2005, o Pro Várzea/IBAMA apresentou ao INCRA e à SPU uma proposta de regularização fundiária da várzea, por meio do estabelecimento de contratos de concessão de uso coletivo do território com as associações de moradores. A terra continuaria sendo da União, mas a SPU repassaria ao INCRA a competência para legalizar a posse das populações locais e proceder com os projetos de reforma agrária (BRIANEZI, 2006). A partir de então se cria o Acordo de Cooperação Técnica entre a SPU e o INCRA, publicando-se a Portaria SPU Nº 284/2005, que cria o Termo de Autorização de Uso (TAUS) para a legalização de atividades tradicionais típicas da Amazônia (desbaste de açazais, colheita de frutos, manejo de outras espécies). Em 2007 o governo promulga a Lei Nº 11.481/2007 aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e que traz como inovação a aplicação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para uso sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais. O INCRA passa então a pensar em modelos sustentáveis para a várzea, e estabelece o Projeto de Assentamento Agroextrativista, criado pela Portaria - INCRA 627/1987, com base nos modelos das Reservas Extrativistas (RESEX), como o ideal para a regularização dos tradicionais moradores de várzea, o que se via era um verdadeiro processo de ambientalização do Estado (SCHWEICKARDT, 2010)”. (GUIMARÃES, 2013, pp. 55-56).

formalizado entre as famílias da Ilha da Marchantaria, FETAGRI/AM e SUFRAMA apresentasse importantes lacunas jurídicas o que inviabilizou a continuidade da ocupação e do uso da referida área. Por outro lado, não impediu que ela permanecesse ocupada por famílias formadas por agricultores cujos cultivos de hortaliças, legumes, frutas e ervas medicinais permanecem como suas principais atividades produtivas e de sustento.

Dirigir e lutar parecem ser as faces de uma mesma moeda quando tratamos da história de um movimento social como o movimento sindical rural. Porém há algumas sutilezas que ocupam o universo de quem dirige e luta em determinado sindicato rural. De alguma maneira, o dirigir esta na ceara das sedes dos sindicatos que se preenchem na rotina dos atendimentos aos trabalhadores rurais, emissão de documentos e abertura de processos⁴⁰, assessoria jurídica, orientação de como proceder diante dos órgãos públicos, bancos em vista da obtenção de créditos e financiamentos até mesmo ter seus “documentos” guardados de maneira segura nos arquivos do sindicato.

Há por traz dessa rotina um número significativo de pessoas que se dedicam a essas diferentes atividades. O trabalho sindical acaba se desdobrando em diferentes áreas como a financeira, previdência social, política para mulheres e jovens, questão fundiária e questão salarial. Uma parte da contribuição sindical dos filiados é destinada ao pagamento da remuneração de todas as pessoas que ocupam essas diferentes pastas sindicais são em vista de atenderem aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que contam com os STTRs como um mediador dos processos burocráticos nem sempre bem vistos ou suficientemente não compreendidos, porém julgados necessários para a obtenção dos “benefícios” como trabalhador rural.

Durante o tempo que acompanhei a rotina dos diferentes sindicatos rurais pude perceber que essas atividades burocráticas eram realizadas de maneira tranquila sem grandes entraves para quem procurava. O filiado se via contemplado pela possibilidade de ter acessos aos seus direitos como trabalhador rural e os dirigentes reconhecem que as atividades de assistência social são imprescindíveis para a missão sindical, mesma que ela não se resume a isso. Nesse sentido, vemos que para o exercício democrático se faz necessário à colaboração de órgãos especializados – como os sindicatos - para o desenvolvimento dos atos

⁴⁰ Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), Certidões e cadastros em vista da aposentadoria rural, (nesse caso os homens quando atingem a idade de 60 anos e as mulheres com a idade de 55 anos), e demais benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença. Além de documentos que podem auxiliar os processos de posse e regularização fundiária previstos, no caso do Amazonas, por órgãos como o ITEAM, INCRA e o Programa Federal “Terra Legal”.

administrativos em função até de não tornar esses serviços uma forma de dominação como bem analisou Max Weber em *Economia e Sociedade* (1999).

Essa face burocrática dos STTRs revela uma expressão mais técnica, composta por pessoas preparadas para atuarem em diferentes funções administrativas, mas que não estão, ao mesmo tempo, distantes da luta política sindical. Por isso, são eleitas pelo voto direto dos filiados e por eles legitimados. No dia-dia exercem as tarefas que lhes competem e as tomam como um exercício de lutar pela classe trabalhadora, ainda que Weber (1999) identifique tal atividade como profissão, pois essas pessoas necessitam de um tipo de qualificação profissional perseguida através de uma preparação formal⁴¹.

Figura 10 – Rotina nos STTR's.



O lutar, considerando as diferentes narrativas dos dirigentes sindicais, assume um aspecto da rotina sindical que se difere da rotina burocrática, por exemplo. Nesse caso, o termo luta serve para ilustrar a *lida* cotidiana, os embates de todos os dias. Não identificamos

⁴¹ É importante registrar que a CONTAG disponibiliza para os dirigentes sindicais espaços formativos em vista de uma atuação mais qualificada na direção sindical. A Escola Nacional de Formação Político Sindical da CONTAG – ENFOC assume desde 2005 a tarefa de ser um lugar de reflexões permanentes sobre o fazer educativo e sobre a prática sindical considerando diferentes áreas do conhecimento (ENFOC, 2010). A Escola possui em cada estado um grupo formativo de base que se reúne a cada semestre em diferentes capitais de cada região e anualmente é realizado um encontro nacional com esses mesmos grupos. Antes do ENFOC a CONTAG contava com os seguintes programas para a formação sindical: Programa Integrado de Educação Sindical – PIES (1968) e o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável com Ênfase na Agricultura Familiar – PDLS (1995) (ENFOC, 2010).

uma relação direta com o sentido de *trabalho* enquanto atividade produtiva, a luta sindical é narrada num sentido mais amplo que nos sugere a reflexão sobre a prática sindical, conquistas, igualdade de direitos, definição de identidades coletivas, representações que são assumidas.

A entrevista com o Sr. Antônio “Jacaré” apontou que sua compreensão do termo *luta* se deu pela associação da inoperância que estava acometido o trabalho sindical quando ele ainda era apenas um filiado na década de 1990: “Era no tempo do pote”⁴². Ele descreve que nessa época o STTR de Urucurituba encontrava-se endividado, com poucos filiados e limitadamente se mobilizada para promover a assistência sindical aos trabalhadores daquela região. Os dirigentes que estavam à frente pouco se interessavam em constituir uma dinâmica para funcionamento do STTR.

Figura 11 – Sede do STTR de Urucurituba e o dirigente Antônio “Jacaré”.



O “pote” com água, segundo seu Antônio, era o único benefício concreto que se poderia oferecer aos trabalhadores que procuravam a sede do STTR, fora isso, apenas dívidas e um espaço físico que estava ruindo. Diante dessa realidade, seu Antônio tomou para si a missão de lançar uma chapa em vista de concorrer às eleições para a direção do STTR de Urucurituba o que se realizou através de um expressivo número de votos. Em pouco tempo de atuação, como ele mesmo narra, o sindicato conseguiu se reerguer, reorganizando o espaço da

⁴² ANTÔNIO DE OLIVEIRA CASTRO, STTR de Urucurituba, pesquisa de campo, 2013.

sede, pagando as dívidas, fazendo campanhas de filiação e de refiliação, promovendo atendimentos jurídicos e de assistência social, além da organização da produção rural através da mecanização das áreas produtivas dos agricultores familiares através dos incentivos oferecidos pelos governos estadual e federal.

A busca por operacionalidade no contexto onde o STTR de Urucurituba encontrava-se praticamente falido qualifica o termo *luta*. O trecho da entrevista revela a inoperância que muitos sindicatos são acometidos quando não se tem a frente da gestão pessoas que são comprometidas com a causa da organização sindical dos trabalhadores rurais restando aos seus filiados lutarem em causa própria, uma vez que seus dirigentes não mais se interessam pelas demandas apresentadas. Também podemos associar, considerando tal narrativa, que termo *luta* expressa a dimensão do sucesso, da identificação com a causa, da qualidade do trabalho desenvolvido (o “pote” com água há tempos foi substituído por um bebedouro elétrico), o que autorizam dirigentes como seu Antônio a se reconhecerem, por um bom tempo, como legítimos representantes dos trabalhadores rurais sem que muitas vezes sejam questionados por tal permanência, ainda que haja os meios legais para isso, como as Assembleias Sindicais. *Luta*, nesse sentido, se configura como conquista, desempenho, permanência, perpetuação social.

“Quem está no entorno todo mundo tem que está bem, se ele não estiver eu não estou”⁴³. Esse trecho da entrevista aponta para um conjunto de ações e atuações diversas que configuram a *luta* que extrapola o espaço da sede sindical. De acordo com o conjunto da narrativa, a situação muitas vezes crítica que se encontram as famílias dos trabalhadores rurais que acorrem ao STTR e o descaso a que são acometidas nos seus municípios de origens sensibilizam a tal ponto a dirigente sindical restando tomar para si a tarefa de possibilitar que todos fiquem e permaneçam “bem” assumindo outras “direções” que não seja aquela sindical.

Na base desse tipo mobilização está a atuação em diferentes Conselhos Municipais, Estaduais e Federais⁴⁴ como uma forma de lutar institucionalmente em outras esferas e com outros sujeitos que possibilita a visibilidade da situação social das famílias camponesas.

⁴³ MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / ‘D. LÚCIA’, STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013.

⁴⁴ A política pública de Conselhos Paritários nos âmbitos municipal, estadual e federal tem buscado se consolidar e desenvolver nesses últimos 20 anos na forma de gerir as políticas públicas nas suas diferentes dimensões. Segundo GENRO (2003, p. 35) os Conselhos Paritários são “espaços que estão entre a sociedade civil e a estrutura estatal, sendo, portanto, uma instituição pública, de caráter público, de caráter não estatal, na qual o governo – o Estado representado pelo governo – comparece sem a potestade do Estado, sem a autoridade sobre os indivíduos que ali estão”. Os conselhos que estamos nos referindo tomando por base a entrevista da D. Lúcia são: Conselho Federal contra Violência no Campo, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CEDRS e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Municipal dos municípios de Manaus, Careiro da Várzea e Iranduba.

Ainda que haja um sentimento de solidariedade, identificação e pertença percebidas no trecho narrado busca-se trazer à tona justificativas legais em torno da finalidade da *luta*, além de ampliar os espaços de *luta* em nome dos trabalhadores rurais.

Dirigentes sindicais como D. Lúcia tem buscado os espaços dos conselhos paritários em vista de exercerem a gestão, o controle social, a formulação, a adequação e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para o ambiente rural. Inseridos nesse espaço que também se configura como arena de *luta*, pois reconhecem que os limites que lhe são impostos quanto ao trabalho que desenvolvem como conselheiros. Parte dos desafios, na visão dos conselheiros, são impostos pelos diferentes governos como estadual e municipal o que provoca certo distanciamento do Estado das questões cruciais para o desenvolvimento rural, ou reforça a unilateralidade das decisões negando toda a proposta da gestão participativa nesse tipo de política pública.

Figura 12 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Manaus



A ação de *lutar* pelo bem dos demais ganha uma noção de enfrentamento que aponta “tanto para episódios localizados de enfrentamento [...] como para o conjunto dos enfrentamentos em determinada área e época” (COMERFORD, 1999). Considerando esses aspectos podemos tomar os enfrentamentos localizados como os municipais e os enfrentamentos em seu conjunto os federais e estaduais cujas ações e intervenções vão desde a mecanização das atividades em torno da agricultura familiar até a discussão sobre a

regularização fundiária em áreas de conflitos agrários como a área considerada “o arco vermelho”⁴⁵ do estado do Amazonas. Em todas essas ações identificamos um agir pelo “nós”, vemos a busca pelo “bem” comum o que nos remete para o laço comunitário e de pertencimento que ganha a dimensão da *luta* sindical.

Na entrevista realizada com o dirigente Raimundo Aldo do STTR de Autazes identificamos uma metáfora que estabelece alusão a um tipo de oposição sindical dentro do próprio MSTTR no estado. Nesse aspecto a *luta* se realiza dentro do interior da arena que é o movimento sindical. “Lembra de uma história que diz que alguém colocou de vigia a raposa para tomar conta do galinheiro?”⁴⁶. Aldo faz referência a um grupo que hoje se confronta com a FETAGRI/AM que é a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF/AM⁴⁷. Nosso intento não é aprofundamos os aspectos políticos da representação citada, apenas queremos considerar o aspecto da luta na arena entre as representações dos trabalhadores rurais.

No caso da FETRAF/AM a *luta* que eles têm reivindicado para si é a disputa pela representação política e sindical dos trabalhadores e trabalhadoras cujas atividades produtivas centram-se na prática da agricultura familiar. Esse grupo coloca em questão a ação da CONTAG e tem a CUT como a principal norteadora do seu projeto político de organização sindical, embora a CONTAG considere o sistema da CUT no seu projeto sindical. Outra questão levantada é que o sistema CONTAG⁴⁸ e suas Federações reúnem grande diversidade de trabalhadores rurais onde cada um exigiria um tipo de organização representativa sindical o que faz com que o sistema não dê conta de representar todos de maneira legítima e nem

⁴⁵ Região que tem como principal afluente o Rio Madeira formada pelos municípios de Apuí, Lábrea, Humaitá, Manicoré e Boca do Acre onde se concentra os principais conflitos agrários do estado do Amazonas com altos índices de violência rural em decorrência da disputa da terra e seus recursos entre fazendeiros, grileiros, madeireiros e trabalhadores rurais.

⁴⁶ RAIMUNDO ALDO FRANÇA, 50 anos, STTR de Autazes, trabalho de campo, 2013.

⁴⁷ A FETRAF-BRASIL/CUT - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - nasceu de uma decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Julho de 2004 em Brasília. A FETRAF-BRASIL/CUT tem sua origem na luta efetiva dos Agricultores e Agriculturas Familiares numa fase muito rica de debates e proposições baseadas no novo sindicalismo CUTista. Com a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no início dos anos 80, cresce o movimento de oposição sindical de linha CUTista, que tinha como principais objetivos superar o peleguismo e resgatar os princípios da liberdade e autonomia sindical suprimidos pela intervenção da Ditadura Militar(1964-1984). Os objetivos principais da FETRAF-BRASIL/CUT são: Fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; Unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar; Construir um projeto de desenvolvimento Sustentável e Solidário. A Federação trabalha com os princípios de liberdade de expressão, pela democracia e por mais espaço de participação (FETRAF/BRASIL/CUT, 2014).

⁴⁸ Nos dias atuais a CONTAG apresenta a seguinte configuração: com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG, 2013).

respeite as formas que são peculiares da organização social e política de cada trabalhador resultando no final não defendendo e representando nenhum deles.

Na visão de Raimundo Aldo a FETRAF/AM é formada por uma elite de agricultores que não se identifica com a causa do trabalhador rural no estado do Amazonas, pois eles desenvolvem suas atividades a partir de uma racionalidade produtivista que mais se aproxima da lógica da agricultura empresarial que não tem relação alguma com a produção familiar. É nesse sentido que Aldo compara esse grupo como “raposas no galinheiro” porque eles se autodenominam agricultores familiares e apreenderam o “fazer” sindical dentro da própria FETAGRI/AM, mas em vista de estabelecer outra organização sindical.

Fica evidente que a *luta* interna entre representações sindicais se dá pela qualidade da representação e pelo enfrentamento entre essas representações. Tanto a FETAGRI/AM como a FETRAF/AM se reconhecem como legítimas organizações dos trabalhadores rurais da agricultura familiar, porém fica claro na disputa dentro dessa arena sindical que o que está em jogo é o desempenho da representação nesse *lutar* pelo trabalhador rural. Para ambas as Federações quem merece ser reconhecida como legítima organização aquela que de fato demonstra um concreto desempenho na missão e na lida do dia-dia sindical, aquela que garante aos trabalhadores rurais as verdadeiras conquistas. Essa disputa permanece em aberto, mas ilustra bem que a *luta* sindical também possui uma característica interna, de enfrentamentos entre os seus sujeitos que no fundo são iguais porque perseguem projetos que lhes são comuns.

O trabalho empreendido para o desenvolvimento das atividades sindicais, os esforços dispensados no cotidiano dos/as dirigentes e militantes nos sindicatos como nas longas viagens em barcos, lanchas e avião, no atendimento nas sedes, nas reuniões se configuram como *luta*. Ao avaliar sua atuação como presidenta da FETAGRI/AM, a Sra. Izete Rabelo afirma: “Eu consegui trabalhar sem nenhum arranhão.”⁴⁹ A *luta* ganha sentido de trabalho. As atividades desempenhadas são tarefas que compete à *luta* que se empreende.

⁴⁹ IZETE RODRIGUÊS RABELO, 58 anos, FETAGRI/AM, trabalho de campo, 2013.

Figura 13 – Sra. Izete Rodriguês na Sede da FETAGRI/AM.



Nesse sentido, Izete Rabelo diz que saiu ilesa de uma espécie de “batalha” diária vivida no cotidiano sindical que deve ser enfrentado com todas as armas possíveis. Ela *luta* com as tarefas que lhes são próprias como presidenta de uma Federação sindical conjugadas com as tarefas de mãe de família, esposa e líder comunitária no seu município de origem e de militante política pelo seu partido político, o Partido dos Trabalhadores. “Esse cotidiano sindical tornou-se em si mesmo algo a ser enfrentado, um sacrifício, algo que ocasiona sofrimento” (COMERFORD, 1999, p.38).

O “sair sem nenhum arranhão” nos aponta para os riscos assumidos nesse cotidiano, nos sacrifícios tomados, nos sofrimentos sentidos. Apesar de todo esse peso, há o reconhecimento de conquistas cuja principal expressão se dá no fato de compatibilizar as tarefas como dirigente sindical com as tarefas de “mãe de família”, ainda que em ambos os papéis haja as devidas contradições que são próprias dos processos sociais vividos.

Dirigir e lutar se apresentam como faces de uma mesma missão assumida pelos dirigentes sindicais cujos trechos narrativos de suas entrevistas foram tomados. O que observamos é que há uma imbricação do discurso narrativo considerando essas duas faces. Por outro lado, os discursos também mostram que a *luta* possui uma importância central na práxis sindical que se caracteriza por ações e mobilizações pontuadas nas narrativas de

maneira localizadas e baseadas na experiência de dirigir de cada liderança sindical. A importância desses registros narrativos sobre a *luta* está em apontar o registro dos diferentes campos semânticos identificados em que “a *luta* assume um caráter propriamente sindical ou político” (COMERFORD, 1999, p.35) e ao mesmo tempo para além desse caráter.

1.3.3 Reunindo

Um aspecto sempre apontado nos estudos sobre organizações camponesas, como os Sindicatos, é a importância das *reuniões* e as formas de sociabilidade que elas geram entre os que delas participam (COMERFORD, 1999). Cada reunião possui uma dinâmica⁵⁰ muito própria que, em geral, é marcada por uma oficialidade que está sempre prestes a ser tensionada, pois os elementos considerados como fixos correm o risco de serem alterados ou mesmo subvertidos dependendo do grau de interação do grupo que se encontra reunido.

O que temos é sempre o oficial e o difuso juntos se friccionando o que revela que para além da sua dimensão instrumental e formal, *as reuniões* são importantes espaços de compreensão dos elementos que constituem a arena sindical e daqueles que a marcam de uma maneira mais difusa e que acabam por oferecer uma tônica muito própria no fazer político, na constituição das representações dos trabalhadores rurais, na disputa pelo poder entre os dirigentes sindicais pela manutenção nas direções sindicais ou na permuta nas mesmas, na relação com as instituições do governo.

O termo *reunião*, considerando o universo da pesquisa empreendida⁵¹, refere-se aos diferentes tipos de convocatórias que os dirigentes e lideranças sindicais⁵² recebem

⁵⁰ Comerford (1999) define *reunião* conforme sua pesquisa de dissertação de mestrado (1996), “como um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida, em torno de um objetivo previamente definido, contando com uma pauta e uma coordenação, que é um grupo responsável pelo andamento dos trabalhos. O local para sua realização geralmente é público, ou seja, ligado a alguma instituição, mas costuma ser relativamente retirado. A *reunião* deve necessariamente ter discussões e chegar a alguma conclusão. Faz-se o uso da palavra falada como da escrita e costuma haver a produção de documentos como relatórios, cartas e outros documentos de base. Uma *reunião* pode envolver a presença de todas ou algumas das seguintes categorias de participantes: dirigentes ou lideranças, assessores, convidados e os demais participantes” (COMERFORD, 1999, p. 48).

⁵¹ Durante o trabalho de campo pude acompanhar, em diferentes momentos, a 11ª Plenária Estadual da FETAGRI/AM, o 6º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Amazonas, duas reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável onde a FETAGRI/AM tem um assento como representante, duas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Manaus onde o STTR do Careiro, Manaus e Iranduba tem um assento como representante, uma reunião de preparação do Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores no STTR de Autazes cujo os principais mobilizadores eram os dirigentes sindicais daquele município além de reuniões “informais” nas sedes dos diferentes STTRs que pude acompanhar.

⁵² Trabalhadores e trabalhadoras rurais com cargos de direção ou atuação destacada nos seus sindicatos rurais e federação sindical (COMERFORD, 1999).

motivando-os para reunirem-se. Essas convocatórias podem ser para a participação em reuniões dentro do ambiente sindical ou fora do ambiente sindical, em ambas as situações os convocados se esforçam em tomar a perspectiva dos trabalhadores rurais para explicitar suas reais demandas em vista de tomada de decisões o que muitas vezes exige o confronto entre os diferentes pontos de vista e perspectivas.

Nesse sentido, é no ato de *reunir* dos dirigentes sindicais e demais lideranças que vemos a explicitação do movimento sindical como arena política (OLIVIER DE SARDAN, 1995). Pois vemos os dirigentes e lideranças em diferentes grupos estratégicos confrontando seus interesses – materiais e simbólicos - que podem ser ou não compatíveis em alguns momentos revelando graus diferenciados de poderes, mesmo que o lugar ocupado por esses dirigentes e lideranças seja comum – o sindicato - tornando-os “iguais” nesse aspecto espacial. Eles se encontram numa relação de poder desigual e é na maneira como se desenrola tal relação que vemos explicitada a tônica da arena que nesse sentido se conforma como oficial.

Nas Plenárias e Assembleias de caráter estadual vemos reunidos com os dirigentes e representantes sindicais representantes do governo federal (Delegacia do MDA; INCRA; Programa “Terra Legal”) representantes do governo estadual (AFEAM; ITEAM; SEARP), representantes da prefeitura de Manaus (SEMMAS), representante nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT e representante nacional da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e ainda Instituições Financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) Organizações não Governamentais e Institutos de Educação e Universidades todos trazendo nos seus diferentes discursos alguns temas que ao final tornam-se comuns em maior ou menor grau, como: os entraves das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; a busca pelas causas desses entraves; os “inimigos invisíveis” do movimento sindical hoje e dos movimentos sociais do campo como num todo; a regularização fundiária no estado do Amazonas que se constituiu um desafio ainda presente; o papel atual dos movimentos sociais; a disputa por um lugar no modelo de desenvolvimento rural do Brasil.

Figura 14 – Algumas Reuniões e Plenárias.



As questões a serem pontuadas em face dessa expansão da arena política sindical é que fica evidente o conjunto de sujeitos e instituições oriundos de mundos diferentes e “cujos comportamentos são orientados por lógicas múltiplas” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.125) e que o desafio da arena sindical consiste em tornar os interesses de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais um projeto consequente em vista de persuadir tais sujeitos e instituições da validade desse projeto sabendo que o diferencial é que, nesse caso, ninguém é apenas expectador, todos são envolvidos em maior ou menor grau, isto é, todos são levados ao confronto na arena política e sindical e “cobrados” considerando os papéis assumidos. No fundo, ressoa a questão em que medida cada um poderá contribuir efetivamente em tornar o projeto sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais um projeto concreto e válido nas suas diferentes instâncias.

É nesse envolvimento que notamos a explicitação dos “poderes relacionais distribuídos de forma desigual” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.174) e é essa desigualdade, aparentemente negativa, que permite a construção efetiva de projetos societários caso cada instância de poder assuma para si a tarefa que lhe compete. O que faz com que sujeitos e instituições assumam suas tarefas mediante seu “poder” é que na arena política todos estão em interação ainda que em escalas diferentes. No caso pesquisado, os representantes e instituições apontadas interagem na arena sindical (FETAGRI/AM e STTRs), pois dela

dependem em algum aspecto, para se justificarem e existirem como representantes e instituições restando, assim, a disputa por um espaço de visibilidade nessa arena.

Figura 15 – 6º Congresso Estadual do MSTTR do Amazonas.



Para fora do ambiente sindical a arena continua se expandindo quando os dirigentes assumem a tarefa de representantes oficiais em diferentes instituições como secretarias de estado, comissões, conselhos, partidos políticos, universidades. Nesse sentido, o ato de reunir-se assume um caráter participativo, paritário e reivindicatório. Notamos, nesses últimos dez anos, que as políticas públicas voltadas para os ambientes rurais amazônicos têm gerado algumas mudanças na configuração da governança local onde sociedade civil organizada e estado (GRAMSCI, 1931; 2011) passam a se articularem de maneira permanente, mesmo dentro de sérias limitações. Notam-se a constituição de processos de territorialização das

políticas públicas voltadas à agricultura familiar⁵³ através dos processos políticos participativos cuja base representativa está formada em sua maioria por dirigentes e lideranças sindicais.

São experiências de gestão pública compartilhada no centro das arenas políticas, como os Sindicatos rurais, entre o estado e a sociedade civil. Nessa perspectiva, ganha especial atenção o local acionado como concepção física e organização política que pode ser sinônimo de território rural, terra indígena, município, ou outra configuração.

O que se deseja ressaltar é o caráter da ação política direta e indireta dos sujeitos onde a participação nos seus diferentes graus define questões como a noção de território e a gestão dos recursos. Nas palavras de Mathis: “É um campo... privilegiado para os estudos das políticas e das ações do Estado, num recorte que prioriza a dinâmica de atores sociais e as mudanças na relação público-privado” (MATHIS, 2007, p. 9).

Por outro lado, os arranjos políticos e institucionais do estado e da sociedade civil organizada tem revelado um duplo sentido dos processos políticos participativos. De um lado, a abertura dessas arenas no desenho político-administrativo não é necessariamente observada por todos os governos e formuladores de políticas, por outro, quando elas existem, mesmo limitadas à sua dimensão estritamente formal, não garantem a participação de todos os sujeitos com os quais se pretende dialogar.

Nas reuniões dos conselhos paritários de desenvolvimento rural, por exemplo, os dirigentes sindicais têm apontado que apesar de ter havido uma mudança significativa nesses últimos vinte anos na relação entre Estado e Sociedade Civil organizada no que tange a criação e desenvolvimento dos programas de governo, políticas de estado e políticas públicas (nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal), essa relação ainda é pautada pelos órgãos executivos de governo (ministérios, secretarias etc) e não pela mediação e diálogo dos processos participativos proporcionados nos Conselhos, Colegiados, Câmaras, Comissões etc.

Por fim, não podemos deixar de considerar as “reuniões informais” que acabam por ganhar essa adjetivação pelo fato de estarem fora dessa oficialidade própria de uma convocação. Em geral, são encontros espontâneos que se realizam nas sedes dos sindicatos onde os dirigentes costumam visitar outros dirigentes para também discutirem e avaliarem o rumo do movimento. São reuniões que embora não programadas acabam se tornando momentos de articulação, de estabelecimento de críticas da gestão sindical, de construção da visão de futuro que o movimento sindical deve assumir.

⁵³ Como exemplo, consideramos o Programa Territórios Rurais da Cidadania do Governo Federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

É interessante perceber como essa informalidade acaba adentrando também nas reuniões formais. Por isso, afirmamos que o oficial e o difuso acabam se friccionando quando esses dirigentes e lideranças sindicais estão reunidos. É perceptível nas plenárias e assembleias como as conversas de corredores, os ruídos ao “pé do ouvido” e as conversas através dos aparelhos de telefonia móvel acabam por romper o tom programado previsto na pauta. Essas “conversas” paralelas, na verdade, são extensão das reuniões “informais” e espontâneas vividas nas sedes dos sindicatos e servem para recordar os acordos previamente feitos, os consensos afirmados, os rumos pré-estabelecidos que agora, no momento dito “oficial”, devem apenas ser explicitados e comungados, pois a decisão sobre os rumos da arena sindical já foi tomada muito antes.

Como notamos as *reuniões* composta por dirigentes e líderes sindicais tomam um conjunto de dimensões e variações de modos e de espaços. As diferentes formas de *reuniões* acabam por sintetizar de que maneira a arena sindical se caracteriza: oficial e difusa, poderes desiguais e projetos comuns, disputa e comunhão, paridade, participação e exclusão, “ruídos” e consensos.

De alguma maneira, tal arena tem nos revelado que essa maneira de representar e ser representado politicamente na Amazônia pode ser o vislumbamento de um processo criativo de aprofundamento da diferenciação social no interior do país. É possível intuir um tipo de força social onde a possibilidade e a contradição trabalham juntas em busca de um denominador comum que permita “mudar as velhas estruturas de significação social da sociedade brasileira por meio do estabelecimento de relações inéditas com o Estado e seus agentes” (ROSA, 2011, p. 14).

1.4 Uma arena difusa: entre Objetivos Biográficos, amigos e parentes

Já antecipamos em afirmar que a arena sindical é um tipo de arena sociopolítica onde a oficialidade e o difuso estão em uma relação de fricção. Há uma expressão da arena sindical que afirmamos ser concentrada que articula os elementos oficiais do movimento sindical. Mas há outra expressão da mesma arena que definimos como difusa por constituir elementos que estão para além do oficial, mas que acabam por mediar e, em alguns momentos, até definir o rumo do movimento sindical. Isso torna a arena sindical um espaço de interação social dinâmico.

Durante a pesquisa de campo quando estive na sede da FETAGRI/AM observei que o espaço físico da Federação era dividido pela ocupação de duas casas. A primeira casa mais deteriorada pelo tempo, foi o primeiro espaço da sede quando a Federação foi constituída e que, atualmente, a funcionalidade do ambiente se resume a um depósito abrigando arquivos e outros materiais e objetos não mais utilizados que a Federação não pode se desfazer. E a segunda casa, que fica bem ao lado da antiga, é a atual sede onde são desenvolvidas as atividades administrativas, atendimento aos dirigentes sindicais, trabalhadores rurais e demais público. Também vamos encontrar nesse espaço a documentação e os arquivos mais recentes da FETAGRI/AM organizados e disponíveis para a consulta.

Chama atenção de quem chega e observa, num primeiro momento, essas duas casas é o aspecto de abandono e quando se adentra nelas nota-se certa improvisação devido a alguns objetos espalhados pelas casas e outros fora do lugar. Com o tempo, ao nos ambientarmos nos espaços vamos percebendo que essa “lógica de improvisação” quer expressar algo, quer indicar alguns sentidos.

Figura 16 – Sede da FETAGRI/AM.



O improviso pode ser expressão de um tipo de sindicalismo que aos poucos foi se formando partindo do princípio de que mais importante que se ter uma grande estrutura que simbolizasse um movimento altamente institucionalizado e “engessado” fez-se a opção por um movimento que buscava manter a presença constante nas diferentes bases sindicais. Seu Macena – primeiro presidente eleito da FETAGRI/AM – definia tal postura como “sindicato missionário” onde o mais importante era os diferentes dirigentes da Federação irem ao encontro dos seus filiados e dos demais dirigentes nos municípios. Tal postura acabou possibilitando a organização mínima de uma sede para suprir apenas o necessário em termos de organização administrativa.

Atualmente, muitos dirigentes reconhecem que a FETAGRI/AM já deveria ter sua sede reconstruída, mais organizada para oferecer um espaço de prestação de serviço acolhedor e com melhores acomodações para seu público. Por outro lado, os mesmos dirigentes reconhecem que a Federação no Amazonas passa por dificuldades financeiras, pois a receita gerada por meio da contribuição sindical recolhida pelos diferentes sindicatos no estado não consegue suprir esse tipo de investimento, mas apenas as despesas que já fazem parte da rotina da Federação.

Nesse sentido, a sede e seu improviso físico acabam revelando o minguado “poder financeiro” da Federação no estado e, recordando a observação de alguns dirigentes, significa também uma fraca expressão do “poder político” dentro e fora da CONTAG quando comparado com as demais Federações espalhadas pelo Brasil. Os dirigentes sindicais reconhecem que, ao longo da existência da FETAGRI/AM as lideranças sindicais formadas no seu interior nunca conseguiram, de fato, ocupar um cargo representativo na CONTAG⁵⁴ que desse visibilidade e reconhecimento político para a Federação no Amazonas, o máximo que se consegue são cargos de suplentes. Apenas os estados do Pará e Rondônia conseguiram essa visibilidade em termos de representação política. A luta como apontam muitos desses dirigentes é ainda alcançar essa notoriedade política, em vista de se alcançar melhores condições financeiras e políticas para o movimento. Pois, eles acreditam que a ocupação de

⁵⁴ Atualmente a CONTAG conta na sua diretoria com 16 cargos representativos e eletivos e mais um Conselho Fiscal. Cada representante eleito possui um suplente também representativo e eletivo. A escolha da diretoria é realizada por votação durante a Assembleia Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Nesse caso, é realizado um amplo debate em torno dos projetos apresentados pelas lideranças, bem como, são avaliados as diferentes gestões onde cada representante atua como dirigente sindical. Há uma forte disputa entre as regiões para a manutenção das diretorias, por isso, pesa muito a votação por “blocos” regionais o que revela quanto maior a articulação política da delegação de dada região, maiores são as chances dela garantir determinada diretoria na CONTAG. Apesar de se buscar nessas últimas Assembleias a igualdade regional e de gênero entre os representantes o que se observa é a predominância do nordeste e do sudeste na ocupação dessas diretorias. Nesse momento, a única representante na diretoria da CONTAG do Amazonas é a Sra. Izete Rodrigues Rabelo que faz parte do Conselho Fiscal como Suplente.

cargos estratégicos e políticos na CONTAG possibilitaria ampliar a rede efetivando o acesso aos recursos necessários para a manutenção da Federação e seus sindicatos no estado.

O imprevisto que caracteriza o espaço físico da FETAGRI/AM acaba por sintetizar o “não oficial” na arena sindical, portanto, o difuso. Revelando que há outros aspectos desse difuso que acabam por revelar a dinâmica no interior dessa arena. Visitando outras sedes sindicais percebi também esse aspecto que estou chamando de improvisado, em alguns momentos, chego a notar certo deterioramento dos espaços sindicais. Foi interessante notar também que em muitas dessas sedes há objetos que acabam por revelar a tensão entre temporalidades (MARTINS, 2012), onde vemos assentado o passado e o presente que acabam se encontrando quando vemos numa mesma bancada de atendimento uma máquina de escrever tipo “Olivetti” e ao seu lado diferentes aparelhos de telefonia móvel, alguns deles com tecnologia 3G.

Ainda que implícito tais objetos acabam por revelar um tipo de movimento social do campo, conforme afirmação de José de Souza Martins (2012), onde a não oficialidade revela o tradicionalismo e o conservadorismo questionando a modernidade da realidade social e as formas que dela fazem parte e a mediatizam.

Mesmo que as temporalidades – passado/moderno – estejam tensionadas pela permanência desses objetos – antigos/novos – nas sedes sindicais o fato de estarem assentados num mesmo lugar e comungando de um mesmo tempo eles acabam revelando “a opressão e os absurdos do moderno, da racionalidade, da quantidade, do modismo, do transitório e passageiro como maneira de viver e de ser” (MARTINS, 2012, p. 22).

Com isso, o espaço sindical como “difuso” torna-se um espaço expressivo no sentido de valorizar o que lhe é próprio e a materialidade da sua história ao longo dos anos. Nas sedes que visitei pude perceber alguns prédios considerados históricos⁵⁵ se deteriorando, mas nos mesmos, abrigando um conjunto de objetos de alta tecnologia como computadores, notebooks, tablets, com internet banda larga, televisores de grandes polegadas e, ao mesmo tempo, máquinas de datilografia, mimeógrafos, arquivos de ferro, telefones analógicos, bancos de assento feitos madeira.

⁵⁵ Prédio da Casa do Trabalhador situado na Rua Marcílio Dias, 256 Centro de Manaus/Am.

Figura 17 – Diferentes objetos biográficos



Seria uma oposição entre *objetos de status* versus *objetos biográficos*? (BOSI, 2003). Prefiro apontar um tipo de conformação entre objetos e história. Os objetos narram a história daquele espaço. Com isso, as lideranças sindicais reconhecem a importância desses objetos fazendo-os permanecer nas sedes intocados, como relíquias, como materialidade do simbólico, como um recurso de narrar o vivido no passado e no presente.

Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles (os objetos) nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal [...]. A ordem desse espaço nos une e nos separa da sociedade e é um elo familiar com o passado (BOSI, 2003, p. 26).

Recordo a entrevista que realizei com um dos primeiros dirigentes sindicais e ex-prefeito da cidade de Itacoatiara Antônio Peixoto de Oliveira na sala de sua casa que aparentava ser a reprodução do seu antigo gabinete na prefeitura: sofá, uma larga mesa com tampa de vidro, cadeira reclinável, arquivo em MDF e uma moldura contendo sua foto quando prefeito. Eis aí os *objetos biográficos* (BOSI, 2003), pois narram um pouco da

trajetória de vida do seu possuidor, envelhece com ele e se incorpora a ele, mesmo que o presente narre outra fase dessa biografia.

Figura 18 – Antônio Peixoto de Oliveira em sua casa/gabinete.



“Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador” (BOSI, 2003, p. 26). O MSTTR como arena difusa acaba por mostrar a inteireza dos objetos que são também biográficos, pois narram trajetórias de vidas que envelhecem em meio a espaços que se deterioram, abrigos improvisados. Mas esses mesmos objetos nos dão também a sensação de que se pode crer numa continuidade entre o devir e porvir da agonística sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais enquanto arena difusa é marcado também por um forte sentimento de amizade entre seus membros e pela intensa relação familiar. Ambos - amizade e família- acabam determinando os tipos de processos de sucessão sindical que deve sofrer o movimento. Nos trechos das narrativas abaixo vemos bem demarcada esses tipos de relações que acabam por oferecer ao movimento sindical contornos e sociabilidades distintos, nem sempre perceptíveis num primeiro momento influenciando diretamente na dinâmica interna da organização:

[...] a gente tem muita história! A gente ainda tem muita gente que pode (...) o Macena seria uma pessoa que você também pode está marcando com ele, Francisco Macena ele foi o primeiro Presidente da FETAGRI mesmo aqui no Estado do Amazonas, foi o fundador do Sindicato. E ele hoje está no Açutuba (Praia do Açutuba), lá no Iranduba, na Praia do Açutuba, ali mesmo, ele cria abelha. Ele é apicultor, pequeno apicultor da agricultura familiar.

Além dele ser nosso Secretário Sindical (...) porque é assim, eu entendo assim: porque dele ter essa essência da história ele é um grande formador. Se alguma formação eu tenho nessa área do meio sindical foi ele. Ele foi o meu 'patrono' nessa história de ter me trazido para dentro dessa situação. Então até a minha ficada aqui no mandato nesse Sindicato (Careiro, Manaus e Iranduba), é por causa dele. Ele me colocou na parede e disse; - "Não, você tem que ir lá para dentro. Você tem que dá continuidade no trabalho que nós não podemos mais exercer" (MARIA LUCINETE NICÁCIO DE LIMA / 'D. LÚCIA', STTR Careiro, Manaus e Iranduba, trabalho de campo, 2013. Grifo meu).

Na narrativa da D. Lúcia chama nossa atenção a gradação que se forma em torno da expressão de amizade entre ela e seu Francisco Macena. Há o reconhecimento explícito de que ele traz consigo as bases do sindicalismo que ela denomina de "essência" o que dá a ele autoridade de ser um "grande formador". Ela o elege seu "patrono" porque além da experiência na organização sindical há uma explícita predileção pela velha liderança por D. Lúcia o que acaba determinando na sucessão de cargos do próprio movimento.

Apesar de ser uma escolha "não oficial", porque oficialmente um dirigente sindical é escolhido pelos diferentes militantes numa assembleia de votação, vemos uma indicação para votação difusa onde os critérios que estão postos não são aqueles pedidos pela arena oficial. Há outros traços desenhados onde a amizade é a grande mediadora. O sentimento de pertença, o tempo de escuta e de aprendizagem, a paciência histórica e o reconhecimento por alguém mais velho autoriza a candidatura do futuro dirigente. São traços que apontam para a construção de um significado coletivo da sucessão sindical onde todos os que almejam algum "cargo" na direção do movimento deveriam de alguma forma incorporá-los. Mais do que uma capacidade meramente técnica, habilidades e competências profissionais do futuro dirigente espera-se dele, sobretudo, o *respeito* pela história de vida dos dirigentes mais antigos. Nesse sentido, tanto no laço de amizade como no de parentesco a noção de respeitabilidade tornou-se um critério definidor para medir a capacidade dos futuros dirigentes.

Pesquisador: Como nasce o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no estado do Amazonas?

ALDO: Olha, primeiro antes de te responder eu não me acho a pessoa mais adequada para essa pergunta, porque eu não participei diretamente desse tempo, dessa época. Mas eu tenho bastante noção depois eu refletir sobre

isso e vi até mais do muita gente que estava próximo do que eu em função de ser um jovem agricultor ainda na base da minha família e a minha família estava ligada a esse nascimento e a esse momento. Meu pai, meu sogro. Meu sogro é um ainda vivo hoje, Joaquim Campos Cruz, ele faz parte do movimento pioneiro inicial da fundação dos 5 sindicatos que fundaram a Federação/FETAGRI/AM (RAIMUNDO ALDO FRANÇA, STTR de Autazes, trabalho de campo, 2013. Grifo meu).

A narrativa de Raimundo Aldo bem expressa esse sentido da sucessão ainda que em outro nível de sociabilidade, nesse caso, o *familiar*. Os critérios de sucessão sindical se radicalizam, pois além do sentimento proteção, solidariedade intrafamiliar e pertença que são definidores também, o que poderá definir a inserção de uma futura liderança sindical na direção é a *herança* sindical, nesse caso, repassada entre gerações: do sogro para o pai do pai para o filho.

A noção de *herança* não é permeada pela disputa entre os mais novos pelo cargo da direção, ainda que, como já afirmamos, anteriormente, há critérios oficiais para a eleição de um dirigente sindical, mas isso na arena afirmada como concentrada, sendo que na arena difusa as lideranças mais velhas reconhecem a vocação dos mais novos para com as lides do movimento sindical e os elegem simbolicamente para aquele cargo e os preparam para isso. A sucessão sindical ganha ares simbólicos, pois se constrói a realidade sindical pelas conformidades estabelecidas e já incorporadas pelos grupos sem que haja espaço para a dúvida e questionamento.

Como afirma Aldo, ele por ser mais jovem se sente incapaz de narrar a história do sindicato a qual é dirigente, não por incompetência e desconhecimento, mas por reconhecer que apenas seu sogro, ainda estando vivo, teria a autoridade para narrar tal empreitada. O repasse da herança supõe um “dono”, portanto, uma autoridade que dela emana o poder, ainda que simbólico.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, <<uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre inteligências>> (BOURDIEU, 2011, p. 9).

O que acaba determinando quem tem autoridade para narrar a história dos sindicatos rurais nas várzeas do Amazonas, bem como quem deverá ser os futuros dirigentes sindicais. O poder simbólico dos mais velhos possui grande força e é legitimado pelos mais novos que estão à frente da direção sindical como no caso de Raimundo Aldo. Por outro lado, isso torna-

se, um empecilho para o ingresso de novas gerações na direção sindical. Pois se a legitimação ainda esta com assentada na percepção dos mais velhos e no seio familiar, isso implica no não reconhecimento simbólico daqueles que estão fora desses tipos de sociabilidades.

Recordo as queixas de Aldo considerando a sua luta no sindicato, entre elas, a solidão era uma questão recorrente, o “sentir-se sozinho na luta”. O que revela que os jovens – mesmo os filhos e netos – já não estão mais interessados nessa sucessão dos seus pais e avós denotando que a arena sindical difusa quando se fecha em si mesma poderá encolher-se a ponto de acabar ou fundar uma gama de outras possibilidades de organização social.

CONCLUSÃO

Vimos, ao longo deste capítulo, que a memória coletiva é documento vivo e presente na vida de diferentes grupos sociais a qual também podemos recorrer para a compreensão da construção histórica e social dos movimentos sociais. No caso, estudado recorreremos às narrativas de um grupo de lideranças sindicais, alguns participantes da fundação do MSTTR no estado do Amazonas e outros atuais participantes da luta a frente da direção sindical.

Ao mesmo tempo, essas memórias nos levaram a evocar parte da história da formação social da Amazônia tendo como acontecimentos centrais a luta pela posse da terra e o uso dos recursos naturais da região. Temporalmente nos situamos a partir das décadas de 1960 e 1970 onde vemos se estabelecer uma tensa relação entre estado e população rural acarretando em inúmeros conflitos fundiários, tentativas frustradas de reordenamento político, econômico, social e territorial, subordinação econômica da agricultura ao grande capital, migração de trabalhadores do nordeste, sul e sudeste para a Amazônia além dos já estabelecidos na região.

A novidade que irá se constituir nesse momento é que muitos desses trabalhadores irão buscar formas de organização para diante do estado exigirem direitos, sobretudo, o da posse da terra, e mais, irão propor um tipo de ordenamento territorial que as agências oficiais do estado por muito tempo mantiveram os olhos fechados, haja vista, que estavam voltadas a fomentar e dar apoio a grande empresa capitalista. Esses trabalhadores, inicialmente vistos apenas como posseiros, foram construindo sua identidade coletiva de trabalhadores rurais a partir da inserção nessa luta de organizações de base da Igreja Católica e da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura – CONTAG.

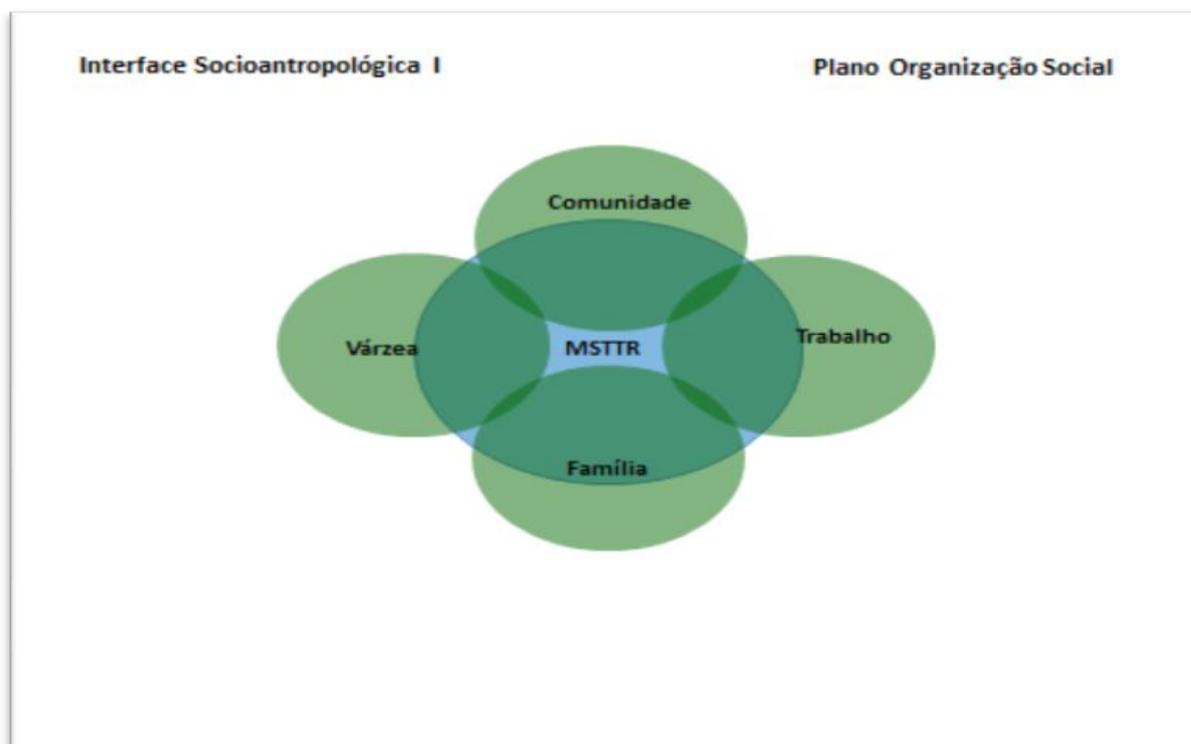
Os sindicatos são fundados na Amazônia como entidades de classe com o intuito de defender socialmente os trabalhadores rurais e suas famílias diante de uma política e social

que desfavorecia esses mesmos trabalhadores. Logo se espalham em diversos municípios da região e, em alguns casos, são os principais mediadores entre trabalhadores rurais e estado.

No estado do Amazonas os primeiros sindicatos – Careiro (Manaus e Iranduba), Itacoatiara, Nova Olinda do Norte, Autazes, Silves – surgem sobre a dinâmica das águas, no vai vem dos barcos e das canoas que levavam e traziam as primeiras lideranças para as assembleias de fundação. O que nos leva a argumentar que o tipo de movimento sindical fundado no estado do Amazonas se constitui como um movimento social varzeano, pois irá se caracterizar por formas de sociabilidades marcadamente vividas e reproduzidas no ecossistema da várzea do Amazonas.

As várzeas do Amazonas irão testemunhar a formação e a consolidação de um tipo de sindicalismo cuja base formativa está para além de marcos oficiais do sindicalismo, pois nascem da sociabilidade vivida na família, nas formas comunitárias de sociabilização e na vivência do trabalho que produz e reproduz um modo de viver. Aliás, o amazônida reconhece que é no universo agonístico (COMERFORD, 2003) que repousa o sentido do lutar pelas questões de melhoria do modo de vida.

Figura 19: Interface Socioantropológica I – Organização Social



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.
Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

A comunidade também ganha importância no processo de formação sindical uma vez que ela acaba interpelando muitos trabalhadores à organização, seja a partir de atividades pastorais e eclesiais como no caso das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, seja a partir de atividades educativas através do Movimento de Educação de Base – MEB. Já o trabalho inspira o sindicalismo no Amazonas a estabelecer laços de solidariedade, proteção e pertença entre os trabalhadores mesmo que essa relação seja permeada de contradições.

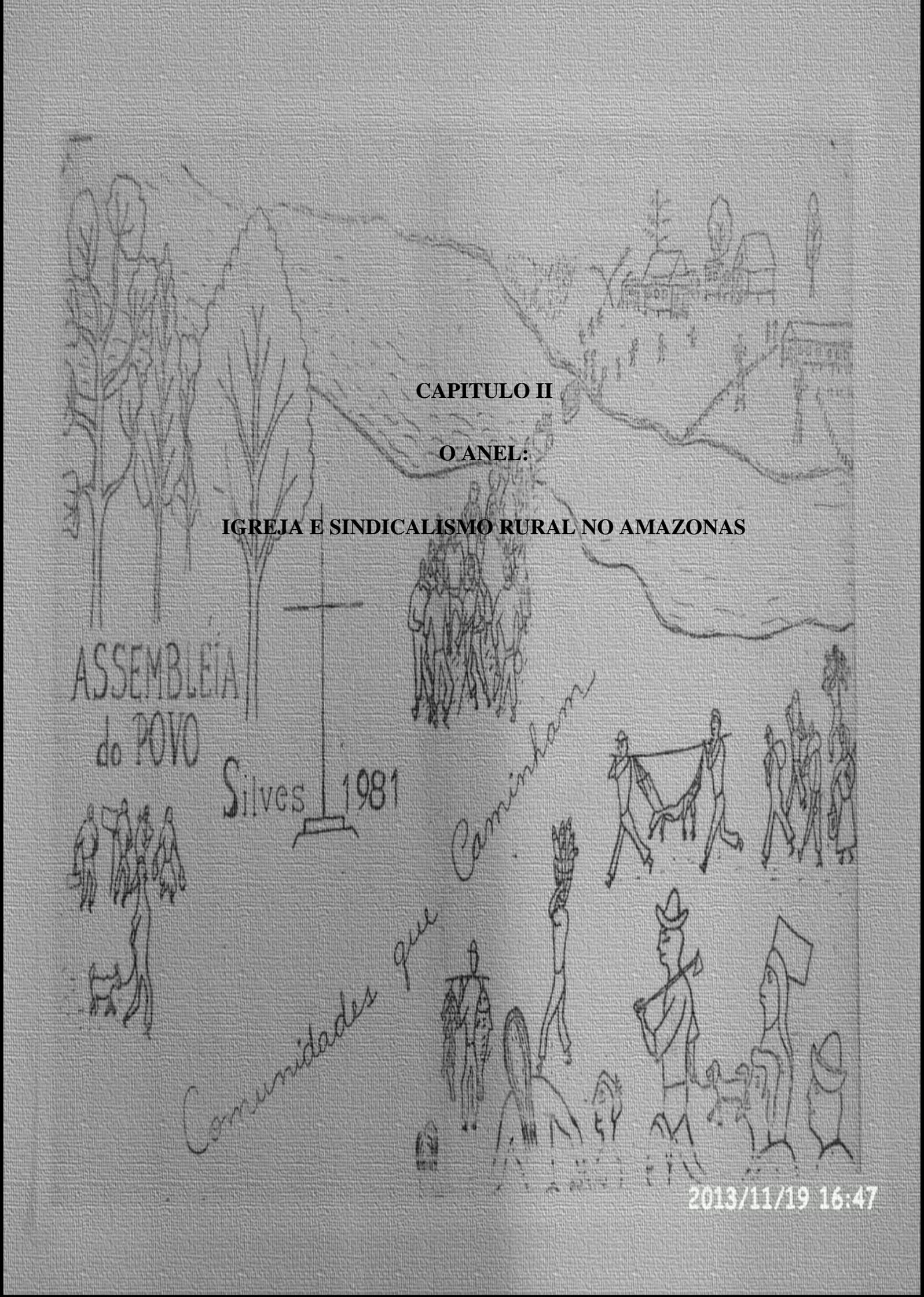
Diante desses elementos de base histórica e social ficou mais claro identificar os elementos do mundo do texto narrado pelas lideranças que fizeram parte da pesquisa. Entrar na arena sindical significou aprender das lideranças a maneira como ocorreu o processo histórico e a formação social do MSTTR no Amazonas o que exigiu do pesquisador identificar momentos específicos desse processo histórico que marcam a fundação do movimento como o próprio ato de lembrar desse processo; a maneira de dirigir e lutar e as formas de reunir suas lideranças no interior dessa arena. Seria essa uma arena marcadamente concentrada? Sim, aquela narrada sobre olhar dos elementos constitutivos de um movimento social do campo, sobre categorias que classificam, fases que situam no tempo e no espaço.

Entretanto, percebemos ao longo da pesquisa, que havia uma expressão dessa mesma arena que não aparecia num primeiro momento, por não estar revelada pelos marcos oficiais, pois tais elementos somente vêm à tona no cotidiano do movimento, no dia-dia de suas lides. Essa expressão do MSTTR denominei de arena difusa, pois temos nela outros elementos narrados pelas lideranças e, mesmo os observados por mim, que irão condensar outras maneiras de compreender o movimento sindical no estado sintetizados em objetos biográficos, nas relações de amizade e de parentesco. Para além de julgamentos, achamos pertinente relacionar que nessa arena difusa há uma tensão entre o vivido e o presente, entre o desejo de sucessão e as tentativas de se manter o poder, ainda que simbólico, como liderança sindical e a manutenção de influência sobre às presentes gerações.

O capítulo procurou demonstrar as primeiras interfaces formadoras do MSTTR no Amazonas, a saber: formação social da Amazônia, sociabilidade na várzea, comunidade, família, trabalho, arena concentrada, arena difusa que no seu conjunto e nas linhas de suas intersecções acabam por revelar as primeiras compreensões do tipo de movimento sindical de trabalhadores rurais que se formou por entre os rios nas várzeas do Amazonas.

Cabe agora avançarmos mais alguns passos examinando de que maneira a relação entre Igreja e o sindicalismo rural na Amazônia foram cruciais para a constituição, desenvolvimento e consolidação desse movimento social do campo. No caso do estado do Amazonas, explicitaremos como a Prelazia de Itacoatiara foi pioneira na formação dos

trabalhadores rurais em vista da organização social e eclesial que culminou na inserção desses trabalhadores em muitos postos de representação social como sindicatos, partidos políticos e cargos públicos.



CAPITULO II

O ANEL:

IGREJA E SINDICALISMO RURAL NO AMAZONAS

ASSEMBLEIA
do POVO

Silves 1981

Caminham

Comunidades que

INTRODUÇÃO

O tempo, quando não é capacidade concreta de fazer, é capacidade perigosa de recordar, de temer e de desejar. Matar dignamente o tempo é, às vezes, uma difícil virtude. (D. Pedro Casaldáliga, 1970)

Após nos determos sobre a formação social e política do sindicalismo dos trabalhadores rurais nas várzeas do Amazonas, avançaremos mais alguns passos em direção a pensarmos de que maneira o MSTTR amplia sua formação e se consolida como um movimento de trabalhadores rurais tendo como argumento central de que tal empreitada somente foi possível dado o lugar que a religião passara ocupar, principalmente, a partir da década de 1960 em diante, na vida dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil.

O que ocorreu, nesse período, é que a Igreja passara a ser mentora na formação de identidades políticas de inúmeros grupos sociais dentre eles o dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, tal formação se realiza, conforme Regina Reyes Novaes (1997) nos chama atenção, dentro da noção de processo histórico e na experiência social desses trabalhadores o que nos exige um olhar mais focado no conjunto da luta empreendida por eles junto às suas organizações.

A questão a ser tratada nesse capítulo é a de que maneira a religião – o cristianismo libertador – como parte importante da cultura favoreceu a construção de identidades sociais entre trabalhadores rurais por meio da crença e dos símbolos que motivaram e respaldaram a luta social nas várzeas do Amazonas?

Veremos como no médio e baixo Amazonas os trabalhadores rurais, que ao mesmo tempo eram catequistas e agentes de pastoral, foram incorporando um tipo de discurso universal – característica peculiar do cristianismo - para dar sentido, coesão e uniformidade à luta da classe trabalhadora rural, favorecidos também pelo fato de que boa parte da estrutura, do discurso e dos religiosos cristãos, nessa época, estava comprometida com o projeto de uma Igreja popular e politicamente engajada o que favoreceu a constituição de identidades políticas na Amazônia.

Com isso, fez parte dessa reflexão o redescobrimto de um tipo de eclesialidade que se colocou ao lado da classe trabalhadora criando significativas bases para sua formação e organização. Trata-se de uma eclesialidade e de um cristianismo específico que também teve que adentrar no campo de luta e de disputa dentro da própria hierarquia da Igreja em vista de consolidar as opções que aos poucos foi tomando considerando a realidade latino-americana.

Sabemos que o cristianismo não é uma religião uniforme e coesa por apresentar uma gama de possibilidades interpretativas – dogmática, teológica e estrutural – algumas delas em conflitos e também conflituosas. Nesse caso, apresentamos o cristianismo da libertação como aquele que lançou as primeiras ideias em torno de uma fé que unia os apelos da transcendência com a necessária libertação social na imanência. Com a constituição da Teologia da Libertação criaram-se os pressupostos necessários para se mostrar que na América Latina, por exemplo, a compreensão e a vivência da fé cristã passaria antes de tudo pela experiência de libertação, onde o plano salvífico divino de todos os homens e mulheres não poderia estar em oposição ao processo que libertaria esses homens e mulheres (LIBANIO, 2000).

Por se tratar de uma experiência concreta ligada a dado processo histórico era necessário criar novas estruturas e estabelecer renovadas chaves interpretativas que explicitassem da melhor maneira possível essa opção pela libertação. Veremos essa concretude nos encontros episcopais e pastorais onde se buscava explicitar, esclarecer e julgar à luz da Palavra de Deus, as estruturas e os processos que eram socialmente injustos que geravam a exclusão social (LIBANIO, 2000). Ao mesmo tempo, essa reflexão voltava-se para dentro da própria Igreja, que uma vez sendo elemento da cultura, ela também estava impregnada de “elementos ideológicos do sistema dominante” (439) fazendo com que ela também necessitasse libertar suas estruturas e suas ideias.

A Prelazia de Itacoatiara no baixo e médio Amazonas será uma importante referência espacial para constatar o esforço desse tipo de eclesialidade em traduzir as opções pela libertação entre os cristãos e não cristãos da Amazônia. Tendo como principal liderança pastoral dessa época, D. Jorge Marskell (1935-1998), a Prelazia unirá esforços em promover ações em torno da organização social do trabalhador rural por meio de sua inserção na vida comunitária, no engajamento pastoral e na sindicalização assegurando o reconhecimento institucional desses trabalhadores como trabalhadores rurais sindicalizados. É importante destacar o trabalho que a Comissão Pastoral da Terra – CPT – fará com esses trabalhadores e as diferentes parcerias institucionais que estabeleceu ao longo de sua existência, além dos conflitos sociais – agrários e pesqueiros – que veio a mediar na Prelazia.

Na sua dimensão teórico-metodológica, busquei as contribuições de estudiosos em torno da religião como elemento norteador da cultura e de como essa construção se realiza na Amazônia. Ainda me fiz valer dos autores já apontados no capítulo anterior que mostram como em outras partes do Brasil a interface Igreja e sindicalismo rural se deu procurando estabelecer uma releitura desses estudiosos da questão considerando a experiência dos

trabalhadores rurais no Amazonas. Para isso, utilizei os arquivos de memória que encontrei durante o trabalho de campo e que aqui ganharam um expressivo destaque, pois eles nos fornecem a materialidade de como se empreendeu as experiências dos sujeitos considerando seus universos agonístico, as normas, os padrões, as concepções morais e religiosas que nessa conjuntura eclesial gerou resistências e consolidou lutas (NOVAES, 1997).

A metodologia procura dar corpo ao esforço de interpretar os discursos dos envolvidos na pesquisa tendo como chave hermenêutica a própria experiência daqueles que estiveram mais envolvidos na citada conjuntura. O caminho tomado foi a análise das entrevistas, dos arquivos de memória catalogados e das anotações feitas durante e pós trabalho de campo.

O texto se desenvolve procurando mostrar o quanto essa proximidade entre Igreja e sindicalismo rural alterou de maneira significativa a vida daqueles que nos dois lados institucionais circulavam considerando o pressuposto de que essa proximidade não se efetivou em nome puramente da fé e sim da realidade daqueles que acreditavam. A vivência da fé fornecia uma maior qualidade na maneira de lutar e organizar tornando algumas experiências mais duradouras, pois se buscava concretizar as opções políticas na expressão da fé, por ser essa vivida por um sujeito político.

Finalizo o capítulo chamando atenção para a busca de elementos simbólicos que sintetizassem e traduzissem toda essa experiência analisada. Dentre esses elementos, o anel de tucum me pareceu um símbolo que nos ajuda a compreender um tempo em que na Igreja a luta por justiça e a vivência da fé estavam fortemente ancorados. Esse anel, feito do ouriço de uma palmeira amazônica, acabara se tornando a aliança de compromisso de todos aqueles que desejassem assumir as diferentes causas sociais que pediam libertação. Era um ato de fé e também de promoção da justiça social.

Esse anel, ainda hoje, o identifico entre os dedos de muitas das lideranças sindicais os quais entrevistei. De alguma maneira, ele tornou-se um objeto biográfico (BOSI, 1994), síntese das trajetórias de vida dos que tomaram o caminho eclesial como possibilidade de sacralizar a política e as formas de organização social.

Por outro lado, sabemos que esse processo não estaria isento de contradições e insucessos o que me levou a narrar, ao final dessa etapa, algumas contradições que identifiquei ao longo da pesquisa considerando a interface aqui tratada. Embora não aprofunde o tema, considero esse dado como integrante da história comum entre Igreja e movimento social que na Amazônia e no restante do país continuará a ser narrada sobre diferentes perspectivas e que as tensões presentes a essa história prometem manter-se e o mais

importante, nesse caso, não é explicá-las, mas considerá-las como parte integrante ao processo histórico tomado.

Figura 20 - Plano Religioso – Ampliação e Consolidação do MSTTR



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

2. 1 Redescobrimo a eclesialidade : Igreja e Sindicalismo Rural

Reconstruir a história socioantropológica (OLIVIER DE SARDAN, 1995) de dado movimento social do campo significa recuperar, de um lado, narrativas da grande história nacional e, por outro lado, situar essa mesma história numa perspectiva regional, porém com o cuidado e atenção de não perder os elementos narrativos da nação naquilo que é identificado como local.

No caso do movimento social tomado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, repousa certa tensão narrativa onde nação e região (SILVA, 2012) estão tensionadas e, ao mesmo tempo, imbricadas. Tensão porque vamos identificar na ação dos sindicatos rurais lutas sociais que se desenvolveram no campo brasileiro e que acabam por oferecer diferentes maneiras de compreender a própria sociedade nacional se tomarmos a perspectiva das

populações rurais e suas organizações sociais. A imbricação se dá quando passamos a compreender a história nacional considerando o ponto de vista da região, inquietando a “história dos que mandam”, como diria José de Souza Martins (1997).

Cada região brasileira tem algo a dizer e tem uma perspectiva a apresentar quando se trata das lutas camponesas. Do Nordeste das Ligas Camponesas (BASTOS, 1983; 1984) a Amazônia do Movimento dos Seringueiros (SCHWEICKARDT, 2012) vamos notar elementos interpretativos que irão marcar decisivamente um tipo de narrativa que acaba por se distinguir das demais regiões que narram a história de suas lutas do ponto de vista hegemônico, sobre o olhar dos “vencedores”.

Redescobrir a eclesialidade⁵⁶ que marca em diferentes tempos a trajetória da formação, da organização e da consolidação dos trabalhadores rurais na sindicalização rural consiste em estabelecer uma semântica distinta que se esforça em tecer a história social do campo brasileiro do ponto de vista de quem se encontra e/ou se encontrou à margem dos processos sociais e políticos. Significa equacionar os aspectos tensionados e imbricados da região na nação e vice e versa.

Desde a década de 1950 (MEDEIROS, 1989; ZACHARIADHES, 2010) vemos a Igreja Católica, através de suas diferentes vertentes pastorais e organismos, atuar no sentido de apoiar a organização dos trabalhadores rurais em grupos representativos de classe. Nessa primeira década o que identificamos é o tema “posseiros, trabalhadores rurais e reforma agrária” entrar na pauta de discussão das assembleias pastorais e episcopais⁵⁷ e sendo importantes referências para análise de conjuntura social presente nos documentos eclesiais⁵⁸.

⁵⁶O sentido de “eclesialidade” (LIBANIO; LÖWY, 2000) considerado expressa de maneira mais ampla a ação da Igreja que está para além da instituição católica, pois há o reconhecimento de formas distintas de expressar a fé, mesmo dentro da mesma instituição. Nesse caso, vamos considerar os diferentes organismos eclesiais que trataram das questões camponesas, sobretudo, a organização dos trabalhadores rurais nos sindicatos rurais.

⁵⁷ Reportamo-nos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - fundada em 1953 e a Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil – CRB ambas fundadas por D. Hélder Câmara (1909-1999). A I Assembleia Geral da CNBB no ano de 1953 realizada em Belém do Pará teve como um dos temas de pauta a questão da reforma agrária e a situação de vida e trabalho dos posseiros e trabalhadores rurais na Amazônia. A CRB veio a desenvolver metodologias de inserção dos religiosos – padres, freiras e irmãos consagrados – em ambientes populares urbanos e rurais permitindo uma troca de experiências o que possibilitou forjar diferentes organizações de promoção humana da justiça e de outros direitos sociais. Também devemos nos ater, ainda na década de 1950, para a reformulação dos grupos formados por leigos como a Ação Católica Brasileira - ACB que se voltaram e se inseriram nas diferentes realidades urbanas e rurais para o desenvolvimento de trabalhos pastorais e organização política (ZACHARIADHES, 2010).

⁵⁸ Os documentos e as orientações oficiais da Igreja no meio social estão organizados numa obra comum intitulada *Compêndio da doutrina social* nele encontraremos um quadro completo das linhas fundamentais do *corpus* doutrinal do ensinamento social católico. Com uma estrutura simples e linear o *Compêndio* é formado por três partes e mais uma conclusão: a primeira parte trata em quatro capítulos dos pressupostos fundamentais da doutrina social; a segunda parte trata dos conteúdos e dos temas clássicos da doutrina social em sete capítulos (a família, o trabalho humano, a vida econômica, a comunidade política, a comunidade internacional, o ambiente e a paz) e a terceira e última parte formada apenas por um capítulo contém uma série de sugestões para a utilização

Essa primeira década podemos situá-la como aquela em que a Igreja despertou sua atenção para as lutas do mundo rural concretizadas na situação de vida e de trabalho dos posseiros e dos trabalhadores rurais.

Nas décadas de 1960 e 1970 a Igreja no Brasil passa a efetivar sua atuação juntos aos trabalhadores rurais e demais classe de trabalhadores através da criação de distintos organismos eclesiais, mas todos com a incumbência de criar condições efetivas para a constituição e defesa dos direitos dos camponeses, sobretudo, daqueles que estavam numa situação de maior vulnerabilidade no campo.

Nesse período, vemos surgir o Movimento de Educação de Base – MEB (1961). No nordeste na cidade de Salvador/BA temos a fundação do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS⁵⁹ (1968). Nesse mesmo ano da fundação do CEAS é realizada na Colômbia a Conferência Episcopal de Medellín. No ano de 1972 é realizado no município de Santarém/PA o Encontro Pastoral dos Bispos do Norte. Em Goiás no ano de 1975 é fundada a Comissão Pastoral da Terra – CPT⁶⁰. No ano de 1979 é realizada a Conferência Episcopal de Puebla. Todos esses eventos davam ênfase à atuação junto as diferentes realidades sociais do Brasil e da América Latina, mas havia uma especial orientação para a atuação junto aos camponeses, posseiros, trabalhadores rurais e suas demandas provocando-os no sentido de sua organização social como a filiação nos sindicatos rurais.

Essas duas décadas, em especial, vamos encontrar a prática de um tipo de eclesialidade que se fará distinta de outros setores da Igreja. Vamos identificar uma importante oposição ao Regime Civil e Militar (1964-1985). Alguns autores mostram que “mesmo no período mais repressor do governo dos militares, os chamados *Anos de Chumbo* (1969-1974), o clero continuou fazendo uma oposição destacada ao Governo” (ZACHARIADHES, p. 24, 2010). Tal postura eclesial acabou gerando consensos que a Igreja

da doutrina na práxis pastoral da Igreja pelos seus membros e comunidades de modo geral. A conclusão do *Compêndio* tem por título “Para uma civilização do amor” que agrega a compreensão geral de todo o documento (PASSOS; SOARES, 2007).

⁵⁹ O Centro de Ação e Ação Social foi criado pelos Jesuítas e leigos atuantes na cidade de Salvador com o intuito de difundir e traduzir as orientações da Doutrina Social da Igreja considerando a realidade brasileira a partir do nordeste. Tal intuito se desdobrou num lugar de reflexão sobre as questões socioeconômicas e políticas do país em vista de provocar uma atuação dos envolvidos em tal reflexão para superar os problemas sociais evidenciando as causas e os meios para tal empreita.

⁶⁰ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasce em junho de 1975 durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, “os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista” (Fonte: www.cptnacional.org.br. Acessado em 06/04/2013).

tornara-se nesse período a “voz dos que não tinham voz” e refúgio para aqueles que vieram a sofrer perseguição.

As décadas que seguirão 1980, 1990 e 2000 marcadas pela redemocratização política do Brasil a Igreja irá continuar sua atuação junto aos trabalhadores rurais através das diferentes organizações citadas acima além do surgimento de novas demandas sociais a partir das mulheres, migrantes e refugiados, jovens etc. Na Amazônia surgem organizações da Igreja que irão se dedicar mais especificamente aos seus povos (indígenas, ribeirinhos, trabalhadores urbanos e rurais), como exemplo temos a Equipe Itinerante – EI⁶¹ iniciada em 1998 e o Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social⁶² – SARES no ano de 2003. Tanto a EI como o SARES surgiram em Manaus/AM, mas sua área de atuação consistiu em todo o estado do Amazonas e nos países que fazem fronteira com a Amazônia brasileira porção norte.

Como vimos na cronologia acima a eclesialidade no Brasil irá fazer surgir importantes iniciativas que irão contribuir de maneira significativa na organização camponesa. Na Amazônia tal realidade não será diferente, aliás, algumas dessas iniciativas nasceram no chão amazônico o que oferecerá ao longo da história uma singular contribuição para a organização social a exemplo do movimento sindical.

Partindo dessa afirmação e perseguindo o objetivo desse capítulo, a Prelazia de Itacoatiara no médio Rio Amazonas irá se revelar na história da Igreja e da sindicalização rural um importante espaço de formação de lideranças sociais formadas no interior das comunidades de base e da atomização da luta dos trabalhadores rurais no estado gerando as condições que possibilitaram a fundação de parte dos sindicatos e, posteriormente, do movimento sindical dos trabalhadores rurais no estado do Amazonas.

Desde quando iniciei essa pesquisa, o município de Itacoatiara/AM sempre foi recorrente nas narrativas dos entrevistados. Era quase unânime ao se referirem a esse município como um importante espaço de formação de lideranças sociais oriundas do ambiente rural. Ao mesmo tempo, chamavam a atenção para as grandes mobilizações e

⁶¹ A Equipe Itinerante foi um grupo idealizado pelo padre Cláudio Perani (1932-1998) que logo foi incorporada como uma importante iniciativa dos Jesuítas que atuavam na Amazônia e por demais missionários. A EI nasce com o intuito de se inserir e itinerar entre os diferentes povos da Amazônia numa postura de escuta atenta, observação e registro da realidade e participação da vida cotidiana das pessoas fomentando a importância do trabalho de base (DINNELY *et al*, 2012).

⁶² O Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social - SARES “é um serviço que visa criar possibilidades para um maior exercício de cidadania nos processos históricos da Amazônia hodierna, tendo como mediação: uma reflexão sobre a realidade histórica atual a partir de uma perspectiva multidisciplinar; uma metodologia da práxis sócio-política e uma pedagogia para a intervenção social” (Fonte: www.sares.org.br. Acessado em 15/05/2014).

manifestações sociais dos trabalhadores rurais que acabou culminando em experiências definitivas para o movimento sindical rural no estado do Amazonas.

Já havia programado uma visita ao município com o intuito de verificar documentos do STTR local que me ajudasse a recompor a história, sobretudo, dessas mobilizações e manifestações dos trabalhadores rurais. E, ainda, entrevistar algumas lideranças que foram testemunhas dessas experiências como construtores e participantes.

No entanto, um dado de campo me fazia despertar mais ainda para a importância de Itacoatiara na formação do movimento sindical dos trabalhadores rurais no estado. O fato da Prelazia de Itacoatiara ter possibilitado, definitivamente, a formação de lideranças sociais locais definidos como agentes pastorais, mas que tiveram uma atuação para além dos muros da Igreja Católica. A Prelazia formou agentes pastorais nas Comunidades de Base que mais tarde se destacaram na atuação das organizações sociais no município de Itacoatiara e até no estado e entre elas nos sindicatos rurais, bem como, na FETAGRI.

De certa maneira, as narrativas das lideranças entrevistadas até aqui, sempre destacaram a importância da Igreja Católica na formação de lideranças de base que mais tarde se destacaram em outros ambientes não eclesiais como a política. Algumas lideranças são até mais ousadas em dizer que graças à atuação das Comunidades Eclesiais de Base muitos sindicatos rurais tiveram base e espaço para surgirem e se consolidarem e que sem esse trabalho de evangelização libertadora o MSTTR não poderia ser uma realidade no estado do Amazonas.

Um importante dado de campo se descortinava à minha frente e que foi logo ratificado por minha orientadora de pesquisa que destacava a importância da Igreja Católica como uma interface do movimento sindical no estado. Assim, ela me motivava a ir à busca dessa face da Igreja que possibilitou esse tipo de organização entre os trabalhadores rurais. Numa das reuniões de orientação sai como uma espécie de missão de campo: buscar compreender como a Igreja tornou-se uma aliada na formação sindical dos trabalhadores rurais. E já tínhamos o lugar para isso: a Prelazia de Itacoatiara. E, nesse sentido, outra biografia de vida se descortinava: a de D. Jorge Marskell.

Saí de Manaus rumo à Itacoatiara numa manhã chuvosa do inverno amazônico. Tinha uma tarefa a cumprir que era encontrar os “arquivos de D. Jorge”. Mas ainda estando em Manaus, já tinha pesquisado quem poderia me fornecer tais informes e arquivos. Nesse curto intervalo de dias encontrei uma importante referência que foi contemporânea de D. Jorge e que se encontrava morando no município de Itacoatiara seu nome: Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro.

As primeiras informações coletadas foram obtidas de um dos livros de Sylvia de Oliveira sobre a história da Prelazia de Itacoatiara. Em seguida, escrevo para a Associação D. Jorge pedindo autorização para a pesquisa nos arquivos da instituição e obtenho resposta positiva. Já percebia que ao chegar a Itacoatiara encontraria um conjunto de dados relevantes para a pesquisa que por seu tamanho e conteúdo correria o risco de não dar conta devido aos poucos dias em campo. Assim, prevendo tal realidade, no ônibus mesmo, durante a viagem, fiz um pequeno planejamento do que poderia eleger como fonte de pesquisa. Decidi entrevistar Sylvia de Oliveira como uma importante testemunha da época de D. Jorge e me debruçar em algum informativo gerado na Prelazia que me forneceria informes dos acontecimentos do cotidiano dos trabalhadores rurais em torno de sua organização social como num todo. E, ainda, reservaria tempo para dados “novos” que possivelmente surgiriam a partir daqueles dias.

Depois de 4 horas de estrada chego à Itacoatiara no início da tarde. E para otimizar o tempo, já estou na pequena e organizada biblioteca da Associação D. Jorge conhecida como Biblioteca Terezinha Peixoto. Sou acolhido pela equipe de trabalho da associação que me deixou à vontade e me deu a liberdade para manusear os arquivos que quisesse e me interessasse. E foi o que fiz. À minha frente se descortinava importantes documentos e narrativas documentais da época de atuação de D. Jorge, desde quando ele chega ao município como padre missionário até quando se torna bispo, atua e falece tornando-se um dos principais líderes religiosos do médio rio Amazonas.

Começo a seleção dos documentos. Logo sou informado que a principal responsável pela catalogação daquele material, ao longo dos anos, foi Sylvia Aranha com ajuda de outros colaboradores. Pergunto por ela, mas somente será possível conhecê-la no outro dia. Prossigo a pesquisa documental e encontro catalogado um pequeno informativo mensal que nos seus primeiros números era chamado de o “Semeando” que objetivava fornecer ao “povo de Deus”, numa linguagem simples e acessível, informações sobre a Prelazia de Itacoatiara, suas paróquias e Comunidades de Base espalhadas ao longo do médio Rio Amazonas. Faço uma pré-catalogação para o registro, mas o fim da tarde chega e tenho que interromper a tarefa.

A linguagem das informações que se descortinavam à minha frente era bem simples, porém com um conteúdo bastante consistente, revelava principalmente, uma Igreja que se esforçava em caminhar ao lado de sua gente, do seu povo, do povo marcado pelas lides do cotidiano: trabalhadores rurais, ribeirinhos, pescadores, operários, mulheres e jovens agricultores.

Isso me levava a pensar onde encontrar a fonte dessa postura sócio pastoral. Haveria um caminho perseguido pelas lideranças católicas que impulsionou um tipo novo de eclesialidade, cuja orientação maior era essa maneira carismática (WEBER, 2004) de estar ao lado das pessoas e na defesa de suas causas mais urgentes? Que “espírito” e ética (WEBER, 2004) impulsionavam a Igreja na América Latina e que levava seus fieis à práxis de uma doutrina que via na libertação integral de seus povos uma forma de cumprir um tipo de missão eclesial?

Olhando parte dos arquivos da Prelazia de Itacoatiara percebi que a história vivida nesse espaço ligava-se a um projeto maior de Igreja. Os discursos encontrados nos arquivos da Prelazia mostram bem que “história e ação” se articulam para a construção da noção do mundo do texto (RICOUER, 2011). Isso significa dizer que por detrás de cada fato narrado e tornado texto e posteriormente, arquivo temos a descoberta de um dado da realidade numa combinação de ações significantes, embora, muitas vezes, tensionadas pela mesma realidade e carregadas de contradições⁶³.

Nesse sentido, para melhor compreender que tipo de eclesialidade formou a Prelazia de Itacoatiara se faz necessário recuar alguns passos em vista de considerar o cristianismo e sua face libertadora na América Latina e, assim, estabelecer algumas conexões de que maneira essa face libertadora se construiu na Igreja presente na Amazônia.

2.2 O Cristianismo e sua face libertadora na América Latina

Na América Latina o cristianismo da libertação tornou-se um expressivo movimento social e eclesial dada a um conjunto de mudanças internas e externas que a Igreja como num todo estava sofrendo desde a década de 1950. Novas leituras teológicas sobre a experiência e a vivência da fé começaram a serem propostas por teólogos europeus, especialmente de países como Alemanha e França. A práxis social da Igreja também começa a ganhar novos rumos com a atuação dos “padres operários”, com a economia humanista e com uma sensível abertura para a leitura da realidade social considerando outras disciplinas como a filosofia moderna e as ciências sociais.

De alguma maneira, tanto o pontificado do Papa João XXIII (1958-1963) como o Concílio Vaticano II (1962-1965) acabaram por lançar importantes bases para a renovada

⁶³ “A linguagem narrativa, portanto, não se fechou em si mesma, pois se refere à ação dos homens segundo uma relação sem equivalentes – a *mimese* –, que não é uma mera imitação, no sentido de uma cópia, uma réplica, uma duplicação, mas uma reorganização num nível mais elevado de significância e de eficiência” (RICOUER, 2011, p. 33).

atuação da Igreja na América Latina pautada agora por outra lógica de eclesialidade baseada na ideia-chave da libertação dos seus povos.

Nos acontecimentos que marcaram a vida social, política e econômica da América Latina nesse período identificamos a intensa industrialização do continente com uma forte política econômica desenvolvimentista que relegará a poucos o privilégio econômico e a grande maioria da população a exclusão econômica e social. O continente dentro da economia mundial sofre uma maior dependência financeira. Esse tipo de projeto econômico de desenvolvimento acabou aprofundando as divisões sociais, “estimulou o êxodo rural e o crescimento urbano e concentrou uma nova classe trabalhadora bem como um imenso ‘proletariado’ nas cidades maiores” (LÖWY, 2000, p.70).

Outro importante acontecimento que irá marcar a vida política do continente será a Revolução Cubana em 1959 com forte apelo para a luta social, além do aparecimento de movimentos de guerrilhas urbana e rural, os sucessivos golpes civis e militares em diferentes países latinos e a crise de legitimidade do sistema político representativo o que levou a muitas das organizações sociais, dentre elas, a Igreja a tomar partido por diferentes causas como a justiça, a democracia, a distribuição de renda, a luta pelos mais “pobres” de maneira sistematizada desde seus centros especializados de reflexão até as bases a partir das pequenas comunidades eclesiais.

2.2.1 A II Conferência Episcopal de Medellín (1968)

Três anos após as conclusões do Concílio Vaticano II⁶⁴, nos meses de agosto e setembro, fora realizado na cidade colombiana de Medellín a II Conferência Geral do Episcopado latino americano evento popularmente conhecido como Conferência de Medellín⁶⁵. O lugar da importância de tal encontro se deve ao fato de que pela primeira vez

⁶⁴ Oficialmente denominado Concílio Ecumênico Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII a 25 de dezembro de 1961, inaugurado no dia 11 de outubro de 1962 por esse mesmo papa. Teve como objetivo central: “renovar a Igreja, passá-la a limpo, colocá-la em dia, *aggiorná-la* [...] apreender a lição da história, mestra da vida” (CATAO, 2010, p.255). Para isso, foram estabelecidos quatro períodos conciliares de 1962 a 1965. O Concílio Vaticano II encerrou-se no dia 08 de dezembro de 1965 já sobre o papado de Paulo VI.

⁶⁵ Podemos considerar uma Conferência Geral Episcopal como uma espécie de grande assembleia que reúne os bispos católicos de determinado continente associados em Conselhos ou em Conferências regionais. No caso da América Latina, os bispos estão organizados a partir da Conferência Episcopal Latino-Americana – CELAM que até o presente reuniram-se cinco vezes a partir das Conferências Gerais: Rio de Janeiro (1955); Medellín (1968); Puebla (1979); Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007). Ao final dessas assembleias é organizado um Documento Final contendo as principais conclusões do evento e que servem para a orientação e ação pastoral. Nele também encontramos as sínteses daquilo que pensam os bispos da Igreja latina considerando a história e a realidade do momento em que ocorre a conferência, bem como, a visão de futuro que se tomará para a ação da

uma instituição tradicional como a Igreja se volta para a história e a realidade do continente latino-americano como num todo em vista de tomar decisões internas e assumir um projeto eclesial que refletisse a realidade dos diferentes povos dessa porção do mundo relegada naquele momento ao “subdesenvolvimento”.

Havia com a abertura dos trabalhos da Conferência de Medellín um convite claro e distinto convocando a todos os cristãos para a transformação efetiva da realidade latino-americana.

Pode-se dizer que Medellín é a carta magna da pastoral comprometida com a transformação da sociedade, cujos desenvolvimentos nada fizeram senão retomar, numa perspectiva nem sempre feliz, é verdade, a orientação do episcopado latino-americano para aplicação do concílio ao continente (CATÃO, 2010, p. 254).

Com isso, uma nova forma de “ser igreja” no continente estava se expondo para alegria de algumas lideranças religiosas e resistência de outras, embora houvesse entre esses líderes, naquele momento, certo consenso de que mudanças eram necessárias dentro da dinâmica da Igreja no continente. Era claro o reconhecimento de que a América Latina passava por importantes mudanças em todos os campos: social, político e econômico. Tais mudanças acabaram por gerar estruturas e lógicas de exclusão dos povos latinos que pediam uma resposta urgente de diferentes instituições dentre elas as religiosas.

A resposta dada pelos bispos latino-americanos foi o compromisso de possibilitar o desenvolvimento de uma *ética* que promovesse a libertação integral e o desenvolvimento justo dos povos latinos que comungavam de uma experiência comum da fé cristã e daqueles que não comungavam a mesma fé, pois se tratava de lançar um olhar libertador global e integral do homem latino-americano dentro do desenvolvimento também integral (CATÃO, 2010).

Sob este fundamento de fé, reconhecem e proclamam sua responsabilidade comum [os bispos latinos] de “comprometer-nos com a vida de todos os nossos povos na busca angustiada de soluções adequadas para os seus múltiplos problemas. Nossa missão é a de contribuir para a promoção integral do homem e das comunidades do continente” (CATÃO, 2010, p. 263).

Observamos que a experiência de *fé* sofre um movimento dialético onde a *razão histórica* se junta a ela [a fé] ao mesmo tempo gerando tensões no limite da negação e da comunhão, pois a Igreja – lugar de sociabilidade da fé – reconhece-se parte da história latino-

Igreja. É baseado nesse Documento Final que estabeleço a reflexão sobre o que motivou a aproximação da Igreja ao mundo dos trabalhadores rurais e, posteriormente, ao sindicalismo rural a partir da década de 1960.

americana, portanto, não é algo vindo apenas de fora, uma religião promotora de uma cultura importada, mas fruto da construção comum de todos os que aqui estão, os povos latinos, que ofereceram uma lógica distinta da comunhão e da sociabilidade da fé no continente.

Reunida em Medellín, “a Igreja latino-americana situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Assim sendo, não se acha desviada mas voltou-se para o homem, consciente de que para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem” (CATÃO, 2010, p.266).

Esse ser humano, vinculado à dada realidade histórica e que alimenta determinada experiência de fé, acaba também agindo numa perspectiva de transformação da sua realidade. É nesse sentido que os bispos latinos afirmam que foi promovida a libertação integral. Com isso, se estabelece uma síntese metodológica para a ação: “parte-se sempre da realidade dos fatos e se encaminha, depois de uma avaliação crítica, para a ação efetiva” (CATÃO, 2010, p. 266).

Tal postura nos lembra a 11ª tese de Karl Marx contra *Feuerbach* quando afirma que: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes modos: trata-se agora de transformá-lo⁶⁶”. Semelhante postura assumem os bispos em Medellín quando proclamam que “Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da palavra, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação⁶⁷”. E nesta hora de tomar a “ação” como principal práxis libertadora que deveria ser criado uma metodologia, um caminho que apontasse para a transformação lúcida da realidade conflitante.

Tal caminho tomado para ação ficou conhecido como o método latino americano de compreensão da realidade do *ver-julgar-agir* que acabara se tornando um método adotado por outras instituições sociais não eclesiais como as universidades, os centros de formação social, os partidos políticos, os movimentos sociais em geral para estabelecer análise de conjuntura política e análise social do continente, sobretudo, nas décadas de 1970/80 e 90⁶⁸.

O encontro dos bispos católicos em Medellín acabou por eleger três áreas estratégicas para a ação pastoral e política tendo como pano de fundo as diferentes realidades do continente latino-americano: 1) promoção humana; 2) evangelização e crescimento da fé e 3) Igreja visível e suas estruturas. Reconheciam a organização sindical rural como uma

⁶⁶ MARX, K. Tese 11ª sobre Feuerbach. In: *Teses contra Feuerbach*. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

⁶⁷ CELAM, *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968/ Introdução*, nº 3. São Paulo: Paulinas, 2010.

⁶⁸ Para além de sua tradição sociológica, nesse sentido, as obras de José de Souza Martins são uma importante referência e traz uma expressiva contribuição como: *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989. E também *O peso da cruz e de seus cravos* texto presente na obra: *A sociologia como aventura – memórias*. São Paulo: Contexto, 2013.

importante representação política e organizativa dos trabalhadores rurais para que os mesmos tivessem a possibilidade de efetivarem seus direitos sociais, bem como, a valorização da sua economia no mercado “nacional, continental e internacional” (CELAM, 2010, p. 52).

Percebiam também que os sindicatos eram importantes espaços da representação política onde os trabalhadores rurais e suas famílias deveriam buscar os modos concretos de uma política que almejasse efetivamente ao bem comum nos diferentes setores da sociedade. Por isso, os trabalhadores rurais deveriam ser provocados a se organizarem nos sindicatos em vista da defesa de direitos fundamentais forjando a representação política sobre a perspectiva do campo.

A realidade camponesa e sua acelerada transformação não somente foram tratados como dados relevantes sobre a América Latina como foram vistos com preocupação pelos bispos latinos que compreenderam que o cerne dessas mudanças aceleradas acabava por exigir da Igreja “uma promoção humana para as populações camponesas e indígenas” (CELAM, 2010, p. 53). Tratava-se de uma intervenção concreta, “autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrárias” (CELAM, 2010, p. 53) provocada por diferentes setores da sociedade e na sociedade.

Essa transformação estrutural e suas políticas correspondentes não podem limitar-se a uma simples distribuição de terras. É indispensável fazer uma adjudicação das mesmas sob determinadas condições que legitimam sua ocupação e assegurem seu rendimento, tanto para as famílias camponesas como para sua contribuição à economia do país (CELAM, 2010, p. 53).

Passados mais de trinta anos da conferência de Medellín vemos alguns frutos germinados no mundo camponês no sentido da organização social e da constituição de quadros políticos. Apesar da pouca alteração na estrutura agrária brasileira reconhecemos que já foi possível alcançar, com certo sucesso, espaços na arena decisória em torno das políticas públicas destinadas ao campo brasileiro. Parte dessa conquista deve-se a atuação política de movimentos sociais do campo como o sindical. Os eventos apontados em Medellín que assistimos e estudamos acabam apontando um conjunto inédito, naquele momento, de símbolos e procedimentos que hoje parte deles se apresentam e outros ainda estão em vias de se tornarem realidade.

É preciso insistir que a “libertação” tornara-se um tipo de *ethos* (WEBER, 2004) no ato de “crer” e que esse lugar de referência acabou tomando corpo no pensamento teológico. A Teologia da Libertação nasce como fruto da compreensão de que a *fé* deve ser vivida e refletida considerando o contexto sociopolítico da América Latina. Com essa visão, diferentes sujeitos latinos foram formados, dentre eles os trabalhadores rurais organizados. Daí a

importância de tomarmos o tema do crer na perspectiva da libertação (LIBÂNIO, 2000). Essa aproximação efetiva da Igreja à base popular fez com que o conhecimento sobre a fé sofresse uma profunda mudança.

Prova disso é a maneira como essa forma de fazer Teologia chegou até as bases populares. Lideranças pastorais, mulheres, jovens, trabalhadores urbanos e rurais, líderes sindicais e políticos acabaram incorporando essa maneira de enxergar a realidade humana da fé nas suas práticas cotidianas e suas lutas fato que retroalimentava a epistemologia teologal. Recordando a narrativa: “*Venho da Teologia da Libertação, a única corrente que discutiu o social a fundo, a defesa da vida por inteiro*” (ANTÔNIO PEIXOTO DE OLIVEIRA, presidente do PT de Itacoatiara, trabalho de campo 2013), percebemos até que ponto essa troca de saberes foi construída entre aqueles que pensavam a fé com aqueles que a vivenciavam a partir da atuação de suas bases.

No fundo o que percebemos é que houve por parte da disciplina teológica uma “virada na problemática da fé” (LIBÂNIO, 2000, p. 437). A Tradição⁶⁹ considerava que a disciplina deveria orientar os cristãos a incorporarem os elementos e os princípios da fé na sua vida e lides do cotidiano. A tarefa de interpretar e o que se deveria incorporar como vivência de fé estava reservada apenas aos teólogos. Eles eram constituídos os hermeneutas por excelência que deveriam deduzir os critérios universais da fé para a indução de uma prática concreta entre aqueles que creem.

Com a modernidade, os teólogos⁷⁰, sobretudo os europeus, perceberam que “as verdades tradicionais” sobre a fé deveriam ser reinterpretadas tendo como ponto de partida a filosofia moderna. Isto é, o dado da Revelação⁷¹ deveria ser tomado numa perspectiva existencial conforme as categorias da filosofia moderna encontradas em Kant, Hegel, Heidegger, Escola de Frankfurt (LIBÂNIO, 2000). Com isso, os estudiosos chegaram à conclusão de que o homem moderno melhor compreenderia a Revelação se a linguagem empregada para isso fosse também com apelos modernos. Passa-se de uma Teologia centralizadora e coercitiva (Tradição) para uma disciplina expansiva e compreensiva (Ortodoxia).

⁶⁹ Categoria teologal que se refere à forma de interpretar a fé cristã considerando as ideias dos primeiros Padres da Igreja e seu legado teologal.

⁷⁰ K. Hahner, E Schillebeeckx, H. Küng, J Ratzinger, Y. Congar, J. B. Metz etc. (LIBÂNIO, 2000).

⁷¹ A disciplina Teologia Fundamental se ocupa do fato da “Revelação” e busca estabelecer as diferentes exegeses sobre esse fato tomando os diferentes momentos da história cristã (LIBÂNIO, 2003). O Concílio Vaticano II sintetiza assim o fato da Revelação: “Aproveu a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade (cf. Ef 1,9), pelo qual os homens, por intermédio do Cristo, Verbo feito carne, e no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina” (Concílio Vaticano II, *Dei Verbum*, n. 2).

Aparentemente com tal reinterpretação o problema moderno da fé parece estar solucionado. A tensão encontrada entre “fé e ciência, cultura moderna e tradição cristã, pensamento moderno e Revelação” (LIBANIO, 2000, p. 438) chega a um consenso na medida em que novas categorias filosóficas e teológicas são pensadas pelos teólogos. No fundo a tarefa é puramente intelectual e instrumental de natureza teórica, pois, trata-se da “elaboração de novas categorias, tiradas de diversos sistemas filosóficos, para responder a um questionamento no plano das ideias” (LIBANIO, 2000, p. 438).

Essa Teologia, mais especulativa e compreensiva, acabou por ser praticada num clima alheio à questão social. Nesse tipo de reflexão teológica não cabia pontuar questionamentos sobre o sistema econômico, sociopolítico, onde os que professam a fé estavam inseridos. O avanço que ocorrera, de um lado caminhava na direção da sua atualização enquanto linguagem e, mesmo enquanto, método. Por outro lado, permanecia “ortodoxa” enquanto práxis.

A problemática da fé na América Latina encontra seu lugar na tensão com a práxis. Situa-se numa perspectiva de não determinar os indivíduos a maneira como devem crer considerando os princípios universais da fé (Tradição) e nem estabelece um exercício especulativo e filosófico da fé estabelecendo apenas um diálogo epistêmico e metodológico. A fé na Revelação no contexto latino-americano sofre uma virada hermenêutica que tem como chave interpretativa a *libertação* integral do ser humano que crer aliada como dimensão imperativa do projeto salvífico divino (Ortopráxis). Há aqui a inauguração, embora tensa, da dialética entre a fé e a práxis.

A interpretação da fé é realizada não mais pelos seus especialistas teólogos, esses serão considerados como aqueles que podem oferecer chaves de interpretação da realidade da fé, mas sem estabelecer uma verdade absoluta sobre ela. A mediação hermenêutica se dá pela maneira de agir de cada cristão engajado e inspirado pelo ato de crer que provoca a transformação na realidade a qual se está inserido.

Engajado numa práxis libertadora determinada, já em curso, o cristão procura encontrar aí dentro, seja uma nova compreensão da fé, seja uma luz crítica para esse seu agir. Dentro de opções ético-políticas e de compromissos concretos, na direção de uma transformação radical da sociedade em que vive, ele tenta explicitar de modo crítico a dimensão da salvação, o significado da Revelação, a missão de Cristo, o sentido do cristianismo e da Igreja (LIBANIO, 2000, p. 439).

A outra virada hermenêutica proposta pela práxis libertadora é que a tônica da ação quem oferece é o *sujeito* que crê e não a *fé* em si mesma encarada como um fato social total

(DURKHEIM, 2005). De outro modo, a opção pela libertação é tomada, antes de tudo, pelo sujeito, esse pode crer como também pode não crer, mas reconhece-se que no interior de cada sociedade há realidades injustas que pedem um engajamento libertador.

Por outro lado, agir sobre a perspectiva da fé numa atitude de libertação significa “exercer um peso de reforço no sentido de que mostra a coerência enorme entre os ideais evangélicos e os processo de libertação dos pobres” (LIBANIO, 2000, p. 439). Nesse caso, um tipo de ética determinou o sentido da ação social de quem vive a crença. Mesmo no ambiente católico foi possível identificar uma práxis cujo “espírito” acabou levando à denúncias das profundas contradições do sistema capitalista, que gerava exclusão econômica e social entre os povos latinos.

Com isso, podemos estabelecer uma releitura de Max Weber quanto à religiosidade congregacional (WEBER, 2004) que o autor apenas enxergara no cristianismo protestante. A ortopraxis da Igreja Católica no continente latino acabou aproximando os leigos católicos da estrutura da Igreja e essa foi profundamente alterada com a presença do povo. As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs são a expressão principal dessa mudança, pois nelas observamos uma espécie de elo congregacional onde “todos” poderiam expressar seu modo próprio de rezar, de partilhar o pão, de interpretar a Palavra de Deus presente na Bíblia e de denunciar as mazelas sociais que sofriam a partir de seus lugares de vida e de trabalho. Não havia mais a imposição do “sacerdote” ou da hierarquia religiosa. De alguma maneira, a ideia libertadora apontava para a leveza que a estrutura eclesial deveria manifestar no seu interior.

As CEBs católicas tornaram-se um tipo de congregação (WEBER, 2004) do cristianismo latino onde “sacerdotes e leigos” estreitaram os laços de convivência fazendo com que os representantes da hierarquia tomassem agora como perspectiva de organização a vida e os sentidos colhidos nas “bases”. Não era coerente querer manter uma estrutura de Igreja que promovia a exclusão dos seus fieis era preciso então alterar o espírito e a forma de conceber a hierarquia religiosa considerando a experiência advinda das bases. Nas palavras de Max Weber isso se realiza porque:

[...] a relação entre sacerdotes e leigos assume importância decisiva para atuação prática da religiosidade. Quanto mais especificamente congregacional o caráter da organização, tanto mais a posição poderosa dos sacerdotes enfrenta necessidade de ter em conta, no interesse da conservação e propagação do grupo de adeptos, as necessidades dos leigos (WEBER, 2004, p. 313).

As CEBs com sua “ética” religiosa acabaram gerando “influxos religiosos” que cunharam uma expressiva crítica ao “espírito” do capitalismo (WEBER, 2004). Quando Antônio Peixoto de Oliveira expressa em sua narrativa que a “Teologia da Libertação levou o social a fundo” ele está se remontando a todos os esforços empreendidos por cristãos e não cristãos latinos e não latinos que viram na libertação a chave que abriria as portas para a construção dos consensos justos na sociedade, da democracia da ação comunicativa entre os sujeitos, em vista de derrubar as estruturas injustas. Um processo em construção que buscara o diálogo para superar as barreiras e os entraves encontrados no interior social que naquele momento histórico tinha-se o consenso que eram gerados pelo sistema capitalista⁷².

Como resultado dessa Ortopraxis da fé o que vemos é que muitas lideranças pastorais tornaram-se, com o passar do tempo e como fruto de suas ações, líderes em outras esferas da sociedade que estavam para além da ceara eclesial. Isso demonstra que mais do que no contexto sociopolítico e econômico a prática libertadora também adentrou outras fronteiras como a cultural, étnica, gênero, trabalho, enfim, onde a opressão social pedia uma ação concreta de libertação.

Tornava-se claro que cada realidade pedia uma intervenção específica, com uma orientação muito própria e, em alguns casos, peculiar ao local. Nesse sentido, a Conferência Episcopal de Puebla (1979) pôde oferecer importantes contribuições e que agora vamos nos deter mais de perto.

2.2.2 A III Conferência Episcopal de Puebla (1979)

Seguindo os passos da Conferência de Medellín (1968), as conclusões apontadas na Conferência Episcopal realizada na cidade de Puebla de Los Angeles – México em 1979 explicitaram de maneira mais efetiva as opções que a Igreja latina tomou na última década

⁷² Como exemplos, citamos trechos da reflexão de dois teólogos da libertação que viam no sistema capitalista e no neoliberalismo formas de promoção dos sinais claros de exclusão social e econômica, sobretudo, dos povos latino-americanos: “Ambição é importante para não transformar as estruturas injustas em armadilhas de desculpas, para que não haja necessidade também de mudanças pessoais, mudanças em altos níveis de vida que se consideram como naturais, como normais. O que melhor explica como — “se produz” a pobreza de nosso mundo é a injustiça objetiva que configura a sociedade, por ser uma realidade estrutural, independente no fundamento das intenções de pessoas” (SOBRINO, Jon. *Onde está Deus?* São Leopoldo: Editora Sinodal, 2009, pg. 102). “No entanto os pobres estão aí. Multiplicaram-se desde que se implantou o modelo neoliberal, quase sem resistência, por uma traição das elites que não fazem senão renovar a vergonha do sistema colonial. Os pobres estão aí, não podendo ser escondidos – apesar das muitas tentativas nesse sentido. São demais. Estão aí e existem. Já não podemos esconder essa realidade. Sabemos que, no evangelho, para Jesus, essa existência é o pecado básico da humanidade. Não é fatalidade, má sorte, necessidade natural. A pobreza dos pobres está diretamente ligada à riqueza dos outros que não querem partilhar” (COMBLIN, José. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus Editora, 2005, pág. 14).

desde a Conferência de Medellín que naquele momento se definia pela “libertação dos pobres”. A Conferência de Puebla pontua mais claramente do que se trata essa libertação, como ela se realiza, quem é seu foco e de que matérias ela é composta.

Sempre tomando a perspectiva da fé como ponto de partida, a Conferência de Puebla afirma que “libertar” significa transformar as diferentes realidades sociais marcadas pela opressão social e econômica. Para isso, se faz necessário adotar um método que capte a real situação de cada sociedade que necessita de libertação. Nesse caso, o método teológico-pastoral “de *ver* a realidade analiticamente, *juzá-la* com os critérios da fé e *agir* pastoralmente para transformá-la” (SANTOS, 2009), consistirá no caminho tomado pelos cristãos latino para o diagnóstico das realidades sociais onde estão inseridos.

Nessa conferência foi cunhada uma expressão que acabou se tornando um eixo articulador de toda ação pastoral da Igreja latina: “*a opção preferencial pelos pobres*”. Estava apontado no horizonte o foco para onde as atenções dos cristãos latinos deveriam ser voltadas: os pobres. Longe de ser uma expressão pejorativa, a conferência reúne um conjunto semântico que acaba qualificando de maneira precisa o que significa “ser pobre” no sentido da fé. Ela estabelece alguns sentidos antropológicos da expressão:

[...] o termo “pobre” no sentido bíblico de *anawin*: o curvado, o oprimido. O termo tem, na Bíblia, uma conotação político-social. Designa o escravo, o estrangeiro, o perseguido, o cativo. Não se trata, pois, do simples necessitado, mas do oprimido, do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido (SANTOS, 2009, p. 59).

Ao mesmo tempo, as conclusões de Puebla denominam quem são os pobres na América Latina, que “rostos” concretos eles possuem. O documento destaca:

[...] indígenas e afroamericanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e subempregados, marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher, os migrantes e as prostitutas (SANTOS, 2009, p. 59).

Percebe-se, com isso, que a Igreja muda seu modo de enxergar a realidade a qual esta inserida. Ela faz uma “opção” e provoca seus “sacerdotes” e “leigos” a realizarem o mesmo movimento. “Entre opressores e oprimidos (no caso latino-americano), a Igreja toma o partido dos últimos” (SANTOS, 2009, p. 59). Reconhece que essa decisão é política, pois é sabedora das estruturas sociopolíticas opressoras; é um exercício ético por se tratar de um imperativo

moral e com inspiração de fé e vida, pois essa foi a opção assumida por Jesus de Nazaré na Palestina de seu tempo (SANTOS, 2009).

Com o tempo, as ações da Igreja voltadas para a libertação desses “rostos” acabaram se desdobrando em diferentes *pastorais* que são um tipo de organização social nascidas no interior das CEBs e que expressam um serviço organizado e de intervenção social e política em prol da libertação. Costuma-se reconhecer uma *pastoral* pelo tipo de sujeitos que são atendidos e/ou que formam ela: *Pastoral da Mulher, Pastoral do Migrante, Pastoral da Juventude Pastoral da Criança* para citar as mais conhecidas. Outros serviços pastorais acabaram tornando-se organismos mais complexos em termos organizacionais e com uma intervenção de alcance nacional como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Conselho Indigenista Missionário, a Cáritas Brasileira.

Esses diferentes desdobramentos sociais da intervenção eclesial revelaram como o cristianismo da libertação e seu tipo de teologia conseguiu mudar o lugar social de seus membros levando-os a tomarem como ponto de partida *o lugar social dos pobres* em vista de oferecer-lhes um serviço concreto. Reagindo a todo discurso ideológico, esses líderes da libertação procuraram se manter vigilantes quanto as suas práxis considerando a leitura dialética da realidade (SANTOS, 2009) que traz à tona os conflitos da sociedade, a estrutura geradora de opressores e oprimidos permitindo não somente o diagnóstico dos sintomas de opressão como também suas causas.

Ao analisarmos mais a fundo tal situação, descobrimos que essa pobreza não é uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, que dão origem a esse estado de pobreza, embora haja também outras causas da miséria (CELAM; PUEBLA/30, 2009, p. 94).

Julgamos importantes essas considerações sobre o cristianismo e sua face libertadora na América Latina porque a Igreja no Brasil se tornou um caso emblemático em todo continente no sentido de formar líderes que mais tarde se destacaram em outras formas de organização social e política.

Tais considerações acabam por apontar o lugar social de onde muitos líderes de base se originaram e se formaram. Mesmo que estejamos nos referindo a uma ala da Igreja Católica – ou seja, a ala esquerda - ainda que pontualmente, é inegável que organizações como a Central Única dos Trabalhadores – CUT; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST; Partido dos Trabalhadores – PT nasceram da iniciativa de líderes atuantes nas diferentes bases que alimentaram o cristianismo da libertação nos idos dos anos 1970 e 1980 em diante (LÖWY, 2000).

Quando nos voltamos para o cristianismo libertador na Amazônia identificamos também importantes lideranças políticas e sociais que tiveram suas trajetórias iniciadas nas comunidades de base da Igreja lutando por diferentes causas sociais e políticas, pois a fé libertadora via a luta como um imperativo categórico do ser cristão.

Grande parte dessas lideranças lutou pela defesa da terra e do uso racional dos recursos naturais da Amazônia. Elas atuaram desde os sindicatos rurais até as associações de assentados da reforma agrária. Procuravam no dia-dia mobilizar os trabalhadores rurais, os posseiros, os seringueiros em torno da organização social; faziam denúncias contra os fazendeiros que exploravam os trabalhadores rurais e os ameaçavam de morte; tentavam chamar atenção dos meios de comunicação na época para a questão dos conflitos agrários presentes na Amazônia.

De certa maneira, essa postura combativa das lideranças sociais acabou gerando incômodos, sobretudo, entre fazendeiros latifundiários da Amazônia. Com isso, elas deveriam ser também combatidas o que acarretou no assassinato, em diferentes momentos, da maior parte dessas lideranças. Fato que presenciamos até os dias atuais quando vemos os relatórios sobre os conflitos no campo brasileiro que sempre destacam os conflitos na Amazônia e a morte violenta de muitos de seus trabalhadores rurais e de lideranças sociais (CPT, 2010; 2011; 2012; 2013).

Para citar algumas dessas lideranças históricas e outras recentes: Pe. José Penido Burnier (1917-1976); Chico Mendes (1944-1988); Pe. Josimo Moraes Tavares (1953-1986); João Canuto (1940-1985); Ir. Adelaide Molinari (1938-1985); Ir. Dorothy Stang (1932-2005); José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva; Adelino Ramos (1954-2011) (GOVERNO DO PARÁ, 2012).

Grande parte dessas lideranças estava ligada direta ou indiretamente à Igreja. Elas viviam sobre a inspiração de um tipo de eclesialidade onde a preocupação pastoral e social pelo setor camponês era uma constante. A Amazônia na sua história social acabou se tornando um importante espaço de luta pelas questões camponesas que envolveram os posseiros, migrantes, trabalhadores rurais de modo geral, lideranças políticas e sociais, padres e religiosas.

Em certo momento dessa história, perceberam que as transformações econômicas e sociais que a Amazônia sofria através da abertura de novas estradas, da criação de novos núcleos populacionais, do acesso aos meios de comunicação e energia poderiam conduzir a um futuro mais promissor da região e de sua população. Por outro lado, reconheciam também que o acesso a essas transformações foram aos poucos se limitando para o homem amazônico

ou nunca foram consolidadas de fato o que exigia dessas lideranças religiosas e políticas uma atuação mais crítica frente ao tipo de desenvolvimento que se estabelecia na Amazônia já desde a década de 1960.

2.3 “A Igreja arma sua tenda na Amazônia”

O IV Encontro Regional dos Bispos da Amazônia Legal⁷³ realizada em julho de 1972, que ficou conhecida como “Encontro Pastoral de Santarém⁷⁴” pode ser considerado como uma continuidade dos encontros dos bispos reunidos em Medellín, só que com a peculiaridade do encontro ser na Amazônia. Logo, as reflexões tomadas no encontro mencionado acabaram por ganhar novos significados tendo como chave interpretativa a Amazônia e a vida dos seus povos.

Nessa ocasião, os bispos fizeram uma ampla análise de conjuntura sobre a realidade amazônica com apoio de alguns profissionais oriundos das Ciências Sociais. A metodologia do encontro era composta pelos elementos apontados na conferência de Medellín (1968) conjugados aos temas regionais. Segundo a análise dos bispos, a realidade amazônica na década de 1970 mostrava um contínuo descompasso entre desenvolvimento regional e a situação real de seus povos. Identificaram um conjunto de “limitações e perigos” que serviram como bases para a intervenção pastoral e social.

Antigas e novas marginalizações; estruturas inadequadas importadas ou opressivas; desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem; violação dos direitos básicos, como a posse da terra; injusta distribuição publicitária que, às vezes, altera o enfoque da situação real (SANTARÉM, 1972 *apud* OLIVEIRA; GUIDOTTI, 2000).

Os bispos tomando por base essa análise crítica da realidade consideraram que a tônica da eclesialidade na Amazônia deveria ser tomada por duas diretrizes básicas: 1) Encarnação na realidade e 2) Evangelização libertadora. Como desdobramentos dessas diretrizes foram constituídas cinco prioridades pastorais seguidas de quatro ações de intervenção pastoral e social considerados, respectivamente, como *séries de serviços pastorais*: 1) Formação de agentes pastorais; 2) Comunidade cristã de base; 4) Pastoral indígena; 5) Estradas e outras frentes pioneiras. Serviços pastorais: 1) Organização; 2) Formação política, cultural e social;

⁷³ Bispos do Regional Norte I (norte do Amazonas e Roraima) e Regional Norte II (Amapá e Pará) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

⁷⁴ Na cidade de Santarém no estado do Pará temos a sede da mais antiga Prelazia do Brasil fundada em 1903.

3) Assessoria técnica e jurídica e 4) Meios de comunicação social (SANTARÉM, 1972; OLIVEIRA, 2000).

O encontro pastoral dos bispos em Santarém e a narrativa presente nos documentos gerados por esse evento trazem à tona alguns temas fundamentais para a compreensão da experiência da eclesialidade libertadora que viveu a Igreja na Amazônia pós-conferência de Medellín (1968). São apontadas continuidades e descontinuidades (COMERFORD, 2003) entre desenvolvimento econômico e social e sociedade amazônica que estimulou diferentes formas de sociabilidade e de modalidades de ação da Igreja que deveria se alcançar “em diferentes proporções e articuladas de diferentes maneiras, levando a efeitos distintos” (COMERFORD, 2003) para conduzir o homem amazônico a um futuro de enriquecimento social e político e de libertação integral (SANTARÉM, 1972 *apud* OLIVEIRA; GUIDOTTI, 2000).

As continuidades apontadas no encontro de Santarém entre desenvolvimento e sociedade amazônica se encontram nas ideias de que o desenvolvimento social e econômico dos povos amazônicos é necessário e de extrema importância. Os bispos reconheceram, naquele momento, que fatores como infraestrutura rodoviária e portuária, comunicação, fundação de núcleos populacionais, incentivos financeiros e fiscais possibilitariam as transformações econômicas e sociais na Amazônia.

Entretanto, as descontinuidades foram identificadas pelos bispos na forma e na concepção do desenvolvimento instaurado pelo estado na Amazônia pautado, sobretudo, em projetos e estruturas econômicas não condizentes com os aspectos da região, principalmente, os aspectos ambientais provocando novas marginalizações e reiterando as já presentes; violação de direitos básicos como a posse da terra cada vez mais grilada e concentrada nas mãos da grande empresa capitalista; incentivos públicos dispensados de maneira desigual, além de uma massiva propaganda publicitária que retratava a imagem de uma Amazônia inerte populacional e economicamente apelando para um desenvolvimento urgente, mas com moldes distantes da realidade considerada.

A Igreja da Amazônia, considerando a realidade a qual estava inserida, acaba tomando para si práticas pastorais, formas de sociabilidades e de enquadramentos discursivos (COMERFORD, 2003) que acabavam por ter como base a experiência e os anseios acumulados e desejados entre os povos amazônicos. A opção maior é pela “encarnação” na realidade amazônica e tomá-la como referência principal, como ponto de partida para a ação e libertação. E é nessa questão que identificamos a novidade que repousou na Igreja que acabou por iluminar os passos dados posteriormente.

As lideranças religiosas refazem o mapeamento da prática pastoral na região. Esse remapeamento institucional acaba elegendo frentes prioritárias desdobradas em ações que ofereceram outra possibilidade de leitura do espaço eclesial na Amazônia. No lugar da centralidade clerical toma-se como prioridade a formação de agentes pastorais, em vista, do comprometimento total ou parcial com a pastoral da Igreja com sua diversidade de ministérios.

As comunidades cristãs de base tornaram-se o centro primário para a experiência de fé e consciência da realidade social e política. A Igreja e suas lideranças deveriam caminhar mais ao encontro da realidade, abandonando seus lugares fixos como as paróquias para itinerarem ao encontro dos povos amazônicos como os indígenas e camponeses numa atitude de gratuidade, escuta e solidariedade (SANTARÉM, 1972 *apud* OLIVEIRA; GUIDOTTI, 2000).

Com isso, afirmamos que a Igreja procurava encontrar seu novo lugar na Amazônia com o anseio maior de tornar-se também “amazônica”. As ações no âmbito pastoral e social de organizar socialmente, de formar lideranças a partir dos institutos pastorais, de assessorar com qualidade seus membros e de integrar os meios de comunicação social para promoção da cultura amazônica acabaram por se revelar como ações de um plano agonístico de uma Igreja que se deslocava para uma posição mais regional, mais de dentro. A expressão “A Igreja arma sua tenda na Amazônia” além de ser uma readequação do discurso eclesial aponta, antes, para um remapeamento do lugar social da Igreja na região amazônica.

Passados os vinte e cinco anos do encontro de Santarém, em 1997 na cidade de Manaus/AM as Igrejas da região realizaram um seminário de estudos sobre a região amazônica seguida de uma assembleia pastoral inter-regional que ficou conhecida como Encontro de Manaus. Nesse ano, já se tinha claro que a Igreja mudara seu lugar social enquanto instituição. Um novo mapa e novas formas de sociabilidades eclesiais tinham sido experimentadas.

O encontro de Manaus serviria para avaliar essas experiências e ampliá-las. Foram identificadas continuidades, descontinuidades, contradições, avanços e permanências. Porém, os bispos consideraram esse conjunto de dados como as etapas de um processo em pleno curso onde o passo maior dado fora o lugar de onde se partira, ou seja, a própria realidade amazônica.

Nessa ocasião, as lideranças eclesiais reunidas decidiram manter os traços principais da Igreja definida como amazônica. Tomam para si de maneira renovada a tarefa de agirem conforme o lugar social dos sujeitos sociais amazônicos e consideram a “terra” como o lugar

teológico por excelência, aquele que oferece a chave hermenêutica para a compreensão da realidade e sua transformação. Reafirmaram o apoio integral às organizações sociais dos indígenas, trabalhadores rurais, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, migrantes, sem terra e diversos grupos de mulheres (MANAUS, 1997 *apud* OLIVEIRA; GUIDOTTI, 2000).

Desde o encontro de Santarém em 1972 e no encontro de Manaus em 1997 as Igrejas amazônicas enxergaram que somente pelo fortalecimento das organizações de base dos povos amazônicos é que se poderia chegar a uma transformação embora gradual, porém efetiva da região como num todo. Por isso, desde o encontro de Santarém se fomentou a “missão de fazer a gente do povo crescer em consciência de sua cidadania” (MANAUS, 1997 *apud* OLIVEIRA; GUIDOTTI, 2000, p. 282) através da formação de dirigentes populares para atuação no campo sócio-político.

É importante que a conquista dos direitos dos cidadãos se inicie com o poder local, questionando a partir daí o poder global. “Agir localmente e pensar globalmente”. Na medida que dá primazia à lei de mercado, o neoliberalismo deve ser questionado pelas comunidades cristãs e superado, em favor de uma economia que dê primazia ao Bem Comum (MANAUS, 1997 *apud* OLIVEIRA; GUIDOTTI, 2000, pp. 282 - 283).

Embora essas orientações tenham sido construídas por dado grupo social, a saber, os bispos, tinha-se a consciência de que elas se originavam desde a base popular considerando as diferentes análises de conjuntura apresentadas durante o encontro. A tarefa deles consistiu apenas em dar inteligibilidade à realidade já sentida pelos povos amazônicos. Uma vez cumprida essa tarefa as orientações voltam ao povo, o principal protagonista da transformação da realidade. Se não ocorresse tal movimento de retorno, as ações correriam o risco de ficarem apenas no plano das ideias. De outro modo, as ações eclesiais e seus planos pastorais somente se tornaram significativas se houvesse a mútua mediação entre a Igreja e o povo numa relação horizontal no plano institucional.

Uma ação terá mais sucesso e influência na determinação dos rumos das ações que a ela se contrapõem ou com ela se compõem se conseguirem trazer alusões simultâneas a esses vários planos (COMERFORD, 2003, p. 159).

As decisões, orientações e planos pastorais nesse contexto das lutas “religiosas” e “políticas” não cabem apenas na fala: “precisam se tornar escritas para que possam ser reapropriadas em outros contextos, e na medida em que são escritas, não tem senão como se tornar objeto de reapropriações” (COMERFORD, 2003, p. 159). No fundo, se apela para um tipo novo de linguagem de maneira que o povo, seu principal alvo, tenha a possibilidade de ter

acesso. Com isso se anseia que as “ideias pastorais” sejam de fato efetivadas como “ações pastorais”.

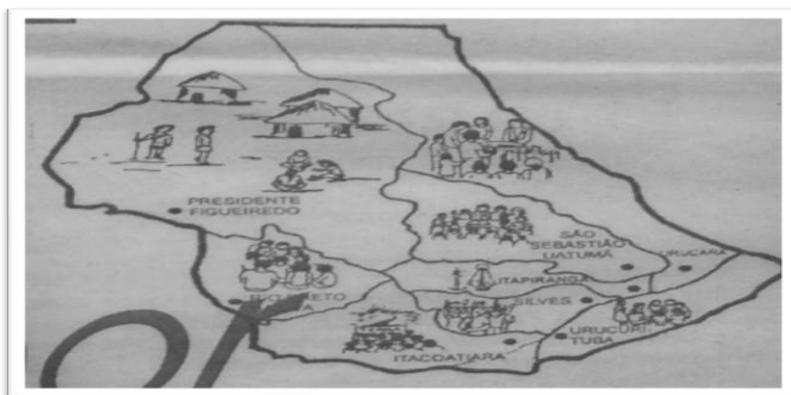
A experiência do sindicalismo rural com a Igreja no Amazonas acaba por ilustrar bem essa relação e a busca por uma linguagem que efetivasse uma forma nova de reapropriação da eclesialidade como fomentadora da organização social e política.

O sindicalismo rural no Amazonas atomiza sua luta graças à articulação entre famílias, comunidades e Igreja. Isso não deixa de ser uma forma de remapear a própria constituição do movimento no estado. Por outro lado, é preciso se acercar geográfica e temporalmente a um espaço concreto que bem expresse as nervuras do “mundo” sindical tornado linguagem⁷⁵. Nesse sentido, nos acercamos à Prelazia de Itacoatiara e sua ação pastoral junto aos camponeses amazônicos.

2.4. A prelazia⁷⁶ de Itacoatiara

Como já expressei na abertura desse capítulo, a realização de uma pré-pesquisa em Manaus sobre a Prelazia de Itacoatiara me ajudou a identificar alguns possíveis interlocutores e interlocutoras que poderiam narrar essa efetiva aproximação entre Igreja e trabalhadores rurais no Amazonas.

Figura 21 – Croqui do mapa da Prelazia de Itacoatiara.



Fonte: CIPO, nº 129, jan/mar 2000. Trabalho de campo, 2013.

⁷⁵ Paul Ricouer afirma em *Tempo e Narrativa* que: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna condição da existência temporal” (RICOUER, 2010, p. 93).

⁷⁶ “Prelazia territorial: criada para organizar eclesiasticamente território que ainda não tinha elementos mínimos para se constituir em diocese, com clero próprio e suporte econômico. Confiada a um prelado, que a governança à semelhança do bispo diocesano” (RIBEIRO, 1991, p. 11).

Uma dessas interlocutoras identificadas foi Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro. No segundo dia do trabalho de campo pude entrevistá-la na sede da Associação D. Jorge Marskell⁷⁷ conforme seu desejo. Revelou que ali estão guardados quase todos os arquivos de D. Jorge e que a criação da Associação permitiu resgatar e manter viva a memória da vida do bispo.

Figura 22 – Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro



Fonte: Trabalho de campo, Associação D. Jorge Marskell, Itacoatiara, 2013.

Desde quando chegou a Itacoatiara em 1977, Sylvia sempre teve a preocupação de escrever suas experiências, não é de se estranhar que hoje ela acumula expressivo número de publicações o que revela seu esforço, ao longo desses anos, de registrar os fatos que mais lhe marcaram estando na Prelazia de Itacoatiara.

Filósofa de formação e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro chega ao Amazonas em julho 1977 para se dedicar ao trabalho na

⁷⁷ Entidade civil, sem fins lucrativos que realiza atividades socioculturais inspiradas na vida e na obra de D. Jorge Marskell. Atende principalmente a crianças e adolescentes através do ensino regular de artes, música, atividades lúdicas. Possui um projeto de uma biblioteca itinerante nos bairros mais carentes de Itacoatiara, além de oferecer o acervo presente na biblioteca “Terezinha Peixoto” para a consulta da comunidade. A Associação é a principal detentora dos arquivos e da memória material deixados por D. Jorge Marskell.

Prelazia como voluntária leiga. O que mediou sua vinda para essa porção do Amazonas era um projeto das Igrejas-Irmãs⁷⁸, São Paulo-Itacoatiara. Encanta-se pelo modo de vida amazônico e estabelecendo sua morada, inicialmente, em Itacoatiara e, logo depois no município de Silves, passa a acompanhar a equipe de D. Jorge nas visitas junto às comunidades da região.

Pôde dar formação catequética e popular aos agentes pastorais da Prelazia. Em pouco tempo, torna-se uma importante liderança. Narra suas memórias como animadora pastoral chamando atenção para a comunhão de experiências que permitiram oferecer aos agentes pastorais e catequistas estima, formação catequética e perspectiva de organização social sempre com certa descrição, nunca se impondo sempre indo ao lado, acompanhando.

Na sua visão, a Prelazia sobre a liderança de D. Jorge tinha a preocupação de construir junto com os trabalhadores rurais um projeto de Igreja formada pelo povo e para o povo. Ele queria a autonomia daquela gente, apesar dos sérios limites que havia, mas ele – D. Jorge – nunca deixou de acreditar na capacidade de sua gente. As visitas às comunidades eram constantes. A vida do povo tentava ser a inspiração da ação pastoral, por isso, muitas questões do cotidiano eram tratadas no espaço comum da Prelazia. Unia-se Fé e Vida e sobre essa inspiração se atuava.

Ao longo da entrevista, fui percebendo que as repostas de Sylvia às perguntas que fazia eram bem curtas e precisas. Acho que sua simplicidade também se expressava na maneira de tratar sua memória de vida e esse mesmo estilo acompanha seus escritos também. Não há grandes construções frasais, parágrafos rebuscados, axiomas filosóficos. Escutando Sylvia Aranha lembrei-me dos escritos de José de Souza Martins (1992, 1997, 2012) quando narra que muitas vezes a história atravessa a vida das pessoas bem concretas e é por essa causa que a história torna-se concreta. Na presença de Sylvia tive essa sensação. Em determinada aula inaugural, Antônio Cândido afirmava que “o tempo é o tecido da nossa vida” (KEHL, 2009). As memórias de Sylvia Aranha me confirmaram também tal expressão de Cândido. A história e o tempo são marcas definitivas daquilo que Sylvia narra seja através da fala, seja por meio da escrita.

A partir de agora vejo que se faz necessário me debruçar mais demoradamente sobre as “práticas da memória feminina” (PERROT, 2005) de Sylvia Aranha na crença de que perscrutando suas lembranças narradas e escritas poderemos compreender como se realizou,

⁷⁸ O Projeto Igrejas Irmãs Prelazia de Itacoatiara e Arquidiocese de São Paulo foi acordado no ano de 1974 e objetivo central era promover um intercâmbio, sobretudo de pessoas, entre as duas Igrejas particulares em vista de se alcançar uma ação pastoral mútua e solidária (RIBEIRO, 1991).

na Prelazia de Itacoatiara, a interface trabalhadores rurais, sindicalismo rural e Igreja na Amazônia. É uma opção que faço, pois reconheço que apesar de haver um conjunto de outras fontes que poderiam também nos oferecer elementos que nos levariam a compreender essa interface.

A opção aqui tomada possui uma importante distinção: “entre fugacidade dos traços e oceano do esquecimento” (PERROT, 2005, p. 31), os caminhos da memória de Sylvia Aranha são fortes, precisos e permanentes. Antes de estreitos são alargados como a lona de uma tenda e devem, portanto, serem tomados por si mesmos como importantes fontes históricas de parte dos processos sociais construídos nas várzeas do Amazonas no que tange a organização social e da Igreja na Amazônia.

Michelle Perrot em *As mulheres e os silêncios da história* (2005) tomando como referência temporal o século XIX e a discussão entre a memória da vida pública e privada, destaca a sombra que recobre a memória das mulheres e suas manifestações na história. Há ausência de espaço, de fontes primárias, de temas específicos às mulheres, uma vez que boa parte da historiografia da memória privilegia os espaços públicos como a política e a guerra construídos, ao longo da história, como masculinos.

Os arquivos históricos – conforme literatura do século XIX – pouco faz referência às vozes femininas e quando elas estão presentes a referência é mínima. Os arquivos privados seriam um lugar de manifestação permanente das mulheres? Em parte a resposta é sim. Na compreensão de Michelle Perrot (2005), “na medida em que as mulheres se expressam muito mais abundantemente neles (nos arquivos privados), e até mesmo devido ao fato que, como secretárias da família, elas foram produtoras destes arquivos” (PERROT, 2005). E aqui temos um conjunto de itens que formam esses arquivos particulares: correspondências familiares, escritos domésticos, memoriais, diários.

Tal conjunto bem expressa que as mulheres, ainda que no espaço reservado, nunca deixaram de falar, de escrever e de se expressar, mesmo que essas manifestações fossem vistas com certa desconfiança e até expressão de uma histeria feminina (PERROT, 2005). Por isso, mantinham um controle permanente do que escreviam e limitavam o acesso a esses escritos que muitas vezes elas, para não sofrerem com a indiferença e com a incompreensão, davam fim aos seus escritos antes que esses viessem a se tornarem públicos (PERROT, 2005).

A memória das coisas (PERROT, 2005) é o espaço central reservado as mulheres. Essa relação entre o vivido e a materialidade gerada por essa vivência faz com que as mulheres retenham para si um conjunto de coisas que na verdade são símbolos do cotidiano vivido, sofrido, gozado.

Essas práticas implicam na ideia de uma capitalização do tempo, cujos instantes privilegiados podem ser revividos pela rememoração, reinterpretados, como uma peça de teatro representada sem cessar (PERROT, 2005, p. 38).

Nesse caso, essa materialidade pode ser um simples caderno de anotações, um diário, uma brochura. O que importa é o quê essas “coisas” têm registradas nas suas linhas: as ideias expressas, os fatos ocorridos, as intrigas vividas, em síntese, a memória vivida e ali materializada pela escrita. O que há de diferencial na forma desses registros é a maestria que as mulheres construíram de relatar o detalhe íntimo das coisas e dos fatos. Essa maneira de que elas possuem de perscrutar o tempo e o espaço vivido.

Assim, os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração, da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma trajetória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição (PERROT, 2005, p. 39).

O escrever sobre as coisas, na verdade, é escrever sobre a sociedade em que se vive. É narrar sociabilidades, práticas, experiências sobre um ponto de vista, a partir de uma maneira de ser e de enxergar o mundo. É estabelecer um tipo de relação com o tempo – tecido da vida – e com o espaço onde se vive e se constrói as relações do existir. Nesse caso tempo, espaço e memória “assim como a existência de que ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”, no caso que estamos tratando, *feminina*.

Operária da undécima hora. É assim que Sylvia de Oliveira Ribeiro se define na introdução do seu primeiro livro escrito sobre a região: “*Vida e Morte no Amazonas*” publicado no ano de 1991. Livro que narra as suas memórias de vida e de trabalho na Prelazia de Itacoatiara, mas que ao longo desses anos tornou-se uma importante obra histórica sobre a organização social e eclesial no médio e baixo Amazonas.

Esses escritos nascem a partir de um pedido. Até então, Sylvia não havia pensado em colocar no papel suas vivências como voluntária-leiga no Amazonas. Mas, a partir do pedido feito, percebe que os relatos poderiam ser uma importante fonte de memória e história sobre a Prelazia de Itacoatiara que tinha uma ação pastoral e social bem intensa e, ao mesmo tempo, responderia a uma solicitação desejada pelo público acadêmico.

Em 1985, chegando a São Paulo de uma das minhas vindas do Amazonas, em conversa com a vice-reitora acadêmica da Pontifícia Universidade

Católica, Professora Sílvia Lane, sugeriu-me ela que escrevesse o relato das minhas experiências nesses anos em que me encontro no Amazonas, na prelazia de Itacoatiara. Na sua opinião, seria uma interessante contribuição para a Universidade (RIBEIRO, 1991, pp. 10-11).

Por um momento, lhe abateu certa resistência em escrever. “Afinal, escrever para que e para quem? E o que poderia dizer?” (RIBEIRO, 1991, p. 13). Tal resistência acabara confirmando a dificuldade não somente de Sílvia Ribeiro, mas de outras mulheres, de que há passagens na vida delas, mesmo com a escrita, que se mostram muito fugazes, ou aparentam ser, e nisso repousa “a dificuldade de reencontrar uma memória desprovida de traços” (PERROT, 2005, p.37). Há certa retração na matéria que se deseja escrever como se isso não interessasse ao público porque o escrito pode ressoar como algo demasiado singular, desprovido de existência e abstrato (PERROT, 2005).

O que se tem passado aqui é a vida pequena, humilde, sofrida, muitas vezes solitária, não porém sem beleza e heroísmo. É o povo que teima em caminhar, porque tem fé, porque a esperança é o segredo dos pobres e a busca de comunhão dá sentido à vida (RIBEIRO, 1991, p. 13).

No mesmo relato percebemos uma transição da resistência de escrever para o escrever como missão. Sílvia Ribeiro percebe que as experiências de sociabilidade entre o povo amazonense geraram um acúmulo de outras experiências que acabaram por revelar a dinâmica de vida desse mesmo povo, e por isso, valeria a pena escrever sobre ele partindo de suas vivências. “Este povo merece ser conhecido, por isso aceitei a proposta de fazer este relato” (RIBEIRO, 1991, p. 13). A escrita, nesse sentido, é tomada como missão. Já não mais uma tarefa estritamente íntima, particular e silenciosa, mas torna-se palavra pública.

Porém, mesmo como missão e expressão pública, a escrita não é tarefa fácil. Se no passado a escrita das mulheres era algo restrito ao domínio privado (PERROT, 2008) no presente, quando esses escritos são públicos, correm o risco de serem vistos como elaborados demais e não dignos de reconhecimento. Essa não deixou de ser uma preocupação inicial de Sílvia Ribeiro diante do público sobre o qual escrevera. Ela desejava ser compreendida por ele e queria que ele também compreendesse a história pela sua visão. Aqui havia um desafio a ser encarado: permitir uma conciliação da mulher douta escritora com a mulher leiga e voluntária entre o povo. O ato de escrever se tornaria um lugar para essa conciliação.

Gostaria de escrever para o povo pobre com quem vivo, mas não posso esquecer de que sou da classe média, conheço um pouco de filosofia, tive

algun contato e experiência com outras culturas. Falta-me a linguagem dos pequenos (RIBEIRO, 1991, p.13).

O ato de escrever de Sylvia Ribeiro além de ser um exercício de memória, tarefa sugerida, reconciliação entre habilidades é também um ato de fé, uma profissão de fé. Se acompanharmos bem o que a motiva vir para o Amazonas para trabalhar como leiga e missionária veremos uma profunda motivação experimentada na fé eclesial cristã. Seus escritos narram essa experiência.

Esses escritos são frutos de fé: no espírito, no Reino de Deus, nos irmãos. O povo amazonense tem uma fé profunda, e isso quero lembrar aos eventuais leitores amigos que não partilharem dessa crença; sem este dado presente, não compreenderão o relato (RIBEIRO, 1991 p.14).

Ao mesmo tempo, sinaliza um tipo de sociabilidade desafiadora, ainda nos dias atuais, que é a inserção da mulher numa instituição como a Igreja, marcadamente, masculina. “Sou mulher, solteira e leiga, o que dentro de uma estrutura de Igreja em que trabalho como agente pastoral determina uma situação muito particular” (RIBEIRO, 1991, p. 13). As relações entre as diferentes religiões e as mulheres em qualquer tempo e lugar sempre se caracterizaram como ambivalentes e paradoxais (PERROT, 2008). Pois ao mesmo tempo em que as religiões exercem o poder sobre as mulheres elas também são contra poder nas religiões. Conforme exemplifica Perrot, (2008):

Poder sobre as mulheres: as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos. A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece da ordem da Natureza criada por Deus. [...] as mulheres fizeram a base de um contra poder e de uma sociabilidade. A piedade, a devoção, era, para elas, um dever, mas também compensação e prazer. Elas podiam se encontradas nas igrejas paroquiais, na suavidade dos reposteiros e do conto coral [...]. Encontrar socorro, e mesmo ser ouvida pelos padres, seus confessores e confidentes. A Igreja oferecia um abrigo às misérias das mulheres, pregando, entretanto, sua submissão (PERROT, 2008, pp. 83-84).

Sylvia Ribeiro expressa bem sua percepção e o lugar social que como mulher, solteira, leiga e voluntária ocupa na Prelazia de Itacoatiara. Por outro lado, é o mundo onde se situa para relatar sua vida e seu trabalho voluntário e pastoral. É esse mundo do texto embalado pela vida, pelo trabalho e pela inserção no modo de vida e de reprodução do camponês amazônico que mais nos interessa aqui, pois o que Sylvia Ribeiro narra nos seus escritos acaba iluminando a dinâmica que se desenvolveu entre trabalhadores rurais, organização

social por meio do sindicalismo rural e Igreja. Embora não trate desses temas diretamente o que percebemos é eles acabam sendo transversais e iluminam outras ações que fora desenvolvidas nas pastorais da Prelazia.

Com isso, achamos pertinente nos acercarmos de três obras de Sylvia Ribeiro para explicitar essa interface sindicalismo rural e Igreja considerando a experiência da Prelazia de Itacoatiara: *Vida e Morte no Amazonas* (1991); *E Deus visitou seu povo. História do Povo de Deus em Itacoatiara* (2003) e *Mano Jorge. Biografia de Dom Jorge Marskell* (2008). Nosso intuito não é estabelecer uma análise literária sobre os relatos encontrados nessas obras, pois fugiríamos do nosso propósito inicial. Tomaremos algumas partes dessas diferentes obras identificando os elementos que nos ajudam a compor os sentidos que há entre a organização social dos trabalhadores rurais a partir do sindicalismo rural no Amazonas tendo a eclesialidade e a pastoral elementos fundamentais para essa organização da luta.

2.4.1 Formando lideranças

Se pudermos apontar algum efeito positivo que sofreram os fieis da Igreja latino-americana nos anos que se seguiram pós-conferência de Medellín (1968) e Puebla (1979) e dos encontros de Santarém (1972) e Manaus (1997) na Amazônia, o processo de formação de lideranças teve um lugar significativo nessa positividade. A Igreja latina americana já não desejava mais no seu interior o simples fiel, aquele dedicado apenas as suas devoções diárias entre missas, terços, ladainhas e novenas, se desejava mais do que isso.

Esse novo momento da Igreja pedia que esse fiel devotado fosse transformado num tipo de liderança cristã que pudesse levar para dentro das diferentes estruturas da sociedade uma maneira de ser e de agir inspiradas pela libertação integral do ser humano, sobretudo, lá onde a injustiça e a exclusão social fossem mais presentes.

Com isso, os bispos e demais lideranças pastorais começaram a se preocupar em criar centros de formação pastoral para oferecer esse tipo de serviço às pessoas que se sentiam chamadas assumir esse novo perfil do ser cristão. É uma nova forma de sociabilidade entre os membros da Igreja que vê na partilha do conhecimento uma maneira de gerar mudanças em estruturas cristalizadas na sociedade.

Na Amazônia não será diferente. Surgiram alguns centros de formação pastoral voltados para atender as demandas específicas da região de acordo com o perfil das pessoas que aqui estavam. As lideranças já estavam constituídas nas suas comunidades seja nos

centros urbanos, nas periferias e ao longo das várzeas do Amazonas. A questão que se levantava é como gerar um canal que possibilitasse socializar essas lideranças permitindo que elas viessem a se munir de novas perspectivas, novos métodos e renovados conhecimentos em vista de agirem nas suas bases transformando-as em seu conjunto?

Nesse sentido, a Prelazia de Itacoatiara percebeu que somente formando os seus líderes poderia alcançar com mais eficácia os que se encontravam dispersos na região da Prelazia e integrá-los num plano maior de ação pastoral e social. Com isso, no ano de 1968 foi fundado na cidade de Itacoatiara o Centro de Treinamento da Prelazia de Itacoatiara conhecido como CENTREPI. Antes da fundação desse centro a Prelazia já organizara programas de formação para os catequistas das comunidades que em sua maioria eram jovens que dividiam o tempo entre a escola, o trabalho com a agricultura e pesca e a missão pastoral de catequisar (RIBEIRO, 1991).

Além desses catequistas mais jovens havia também os chamados “veteranos”, na sua maioria homens mais velhos que eram os presidentes das comunidades de base e tinham como principal tarefa a animação da comunidade nas celebrações litúrgicas e dos momentos festivos como as festas dos padroeiros. Em geral, esses homens eram trabalhadores rurais – agricultores, pescadores e extrativistas – que dividiam seu tempo com a missão pastoral. As mulheres também tinham uma participação intensa, embora pouco reconhecidas na atividade pastoral.

O CENTREPI é inaugurado em Itacoatiara no mesmo ano da Conferência de Medellín – 1968 –, fato que pode ser compreendido como uma forma de responder concretamente a tarefa de formar lideranças que vinham a atuar de maneira consciente no meio pastoral e social. Segundo Sylvia Ribeiro, em janeiro de 1969 fora realizado o primeiro curso de formação. A sensibilização e convite ocorreram de maneira antecipada nas comunidades a partir de uma “equipe volante” que ia de barco para anunciar os propósitos do centro de formação e destacar a importância dos estudos na vida desses trabalhadores rurais, dos mais jovens aos mais velhos. Para esse primeiro curso o CENTREPI reuniu 109 pessoas (RIBEIRO, 1991).

O conteúdo desse primeiro curso realizado em janeiro de 1969 foi: Bíblia, Português, Canto, Saúde, Liturgia (treinamento para o culto dominical), Agricultura (horta). As aulas foram dadas com a ajuda de irmãs, padres, pessoas do Sesp⁷⁹, Sucam⁸⁰, Acar-Amazonas⁸¹, jovens da cidade e professoras (RIBEIRO, 1991, p. 152).

⁷⁹ Conhecida na época como Fundação de Saúde Pública.

⁸⁰ Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Amazonas.

⁸¹ Associação de Crédito e Assistência Rural.

No final da década de 1960, as comunidades eclesiais de base – CEB's passam a ser um importante espaço de organização da luta social em diferentes regiões brasileiras, pois começam a incorporar na sua missão pastoral um novo mapa de ação formado por tarefas que inclui a organização social, além da pastoral. Há um remapeamento do sentido eclesial e social dessas comunidades que vemos claramente identificado nos temas das formações desenvolvidas nos centros de formação pastoral, a exemplo do CENTREPI, como bem destaca Sylvia Ribeiro na citação acima.

Organizar a luta social significou, nesse caso, concentrar os esforços em vista de eleger um conjunto de ações que permitissem provocar a transformação das diferentes realidades que careciam de uma libertação integral. Essa missão deveria ser assumida pelas pessoas que estavam inseridas na realidade local e, portanto, deveriam ser capacitadas para tal tarefa. Nesse sentido, a equipe de formadores do CENTREPI percebia a importância de visitar, ao menos duas vezes ao ano, as lideranças nas suas comunidades, ao longo das várzeas do Amazonas, que estavam sendo formadas pelo Centro e encaravam essas visitas como uma etapa complementar da formação ocorrida na sede de Itacoatiara (RIBEIRO, 1991). Ao mesmo tempo, servia para a equipe perceber mais de perto a realidade de cada liderança e, assim, adequar melhor os conteúdos que viessem a ser desenvolvidos no futuro.

No relato de Sylvia Ribeiro nota-se que as dificuldades para o exercício da formação de lideranças não eram poucas. Mas o empenho dos membros da equipe de formadores também não era o que gerava um clima de perseverança e crença no projeto de educação libertadora do CENTREPI que aos poucos foi se aperfeiçoando e ganhando novos contornos. Com o passar dos anos foi-se optando por uma metodologia que permitisse o desenvolvimento de atividades centradas na análise da realidade local, conforme destaca: “[...] uma metodologia baseada no diálogo e na reflexão a partir da experiência e vivência concreta dos participantes, para se conseguir uma Igreja autenticamente amazonense” (RIBEIRO, 1991, p. 152).

A metodologia aplicada durante os cursos levava em consideração as diferentes realidades das lideranças sociais e pastorais. Tinha como meta principal a formação integral dessas lideranças para que as mesmas agissem de forma qualificada seja nas suas comunidades de base, seja em outros espaços de organização social. Nesse sentido, os temas das formações deveriam ser diversificados em vista de responderem a maior gama de questões que naquele momento desafiavam as lideranças e suas comunidades. Aos poucos, temas como questão fundiária e questão indígena foram sendo estruturantes nas formações tendo como

principais mediadores nas formações as equipes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Com o passar dos anos o CENTREPI consolida sua experiência na formação de lideranças e seu projeto centrado numa pedagogia libertadora e autônoma (FREIRE, 1996) começa a ter suas linhas melhores definidas:

O Centrepi não deve ser encarado apenas como um local estável (sede), onde se realizam cursos, mas deve ser um tempo de formação visando a unidade da pastoral de conjunto da prelazia (...). O Centrepi deve ser uma troca de experiências. A vida do Centrepi depende dos líderes e do povo e o Centrepi está a serviço deles (RIBEIRO, 1991, p. 154).

A Prelazia de Itacoatiara desenvolveu e intensificou, a partir dos fins da década de 1960, o que Sylvia Ribeiro destaca como “pastoral de conjunto”. Essa forma de ação pastoral exigia dos membros da Prelazia pensarem desde a metodologia dos cursos no CENTREPI até a ação política das lideranças locais conforme o projeto que integrasse a realidade da fé com as realidades da vida buscando a integração dessas duas dimensões e nunca dispersando-as. Outros aspectos dessa “pastoral de conjunto”: corresponsabilidade, ligação da fé com a vida, liderança e povo (RIBEIRO, 1991).

A Prelazia de Itacoatiara formando lideranças de base e na base percebeu que poderia se anteceder quanto à transformação da sua realidade rural. Percebeu também que os sujeitos dessa transformação seriam os próprios líderes locais já forjados nas famílias, nas comunidades dispersas ao longo dos rios e das várzeas, mas que apenas precisavam aperfeiçoar suas experiências a partir da troca de novos saberes.

Embora essa troca fosse realizada em espaços formais como o do CENTREPI o que se buscava, para além da educação formal, era a união da fé com a vida entre as lideranças pastorais e sociais – na sua maioria trabalhadores e trabalhadoras rurais – e que essa possibilitasse ao menos a irmandade entre eles. A crença nessa irmandade possibilitaria “a uma conversão de vida e a um aprofundamento dos compromissos para a mudança da realidade e construção do Reino de Deus” (RIBEIRO, 1991, p. 160).

O povo irmanado ganhara confiança de adentrar em outros tipos de organizações sociais. Em outros momentos, fundaram novas formas de organização no município como associações, partidos políticos e sindicatos. E em outros casos, se candidatam para cargos de dirigentes para tomarem a frente dessas organizações em vista de imprimir uma nova forma de ação social inspirados nessa irmandade cristã. Por outro lado, a formação de lideranças não foi único canal de atomização da luta dos trabalhadores rurais na Prelazia de Itacoatiara. A

reunião como espaço de socialização tornou-se um canal fundamental para a organização da luta entre esses trabalhadores.

2.4.2 Reunindo o povo: as assembleias do povo de Deus

Reunir o conjunto das lideranças pastorais da Prelazia de Itacoatiara significava congregar a todos numa Assembleia Pastoral. Essa era uma forma de congregar todas as comunidades e seus principais representantes. Entretanto, para se chegar a essa grande reunião fora preciso acumular certo tempo e experiência.

Já se tinha como um aspecto marcante na Prelazia reunir as lideranças pastorais para estudos da bíblia, cursos de formação, encontros de análise de conjuntura, encontros de planejamento. Por outro lado, essas reuniões eram bastante pontuais como também seu público. Aos poucos, foi-se percebendo a necessidade de ampliar essa participação, assim como os dias para o desenvolvimento dos trabalhos quando reunidos.

Também começou-se a amadurecer a ideia de se constituir uma equipe de lideranças⁸² com a tarefa central de animar a vida pastoral da Prelazia buscando promover formas de participação das demais lideranças que fossem centradas em relações menos verticais e mais democráticas, uma vez que todos eram chamados à vida em comunidade e, por isso, deveriam também tomar as decisões em conjunto.

No ano de 1979 o Conselho Pastoral percebe que a Prelazia estava pronta para reunir suas comunidades numa assembleia geral. Seguiram-se os meses de preparação e em 1980 houve a convocação efetiva para a *I Assembleia do Povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara*, mas que somente foi realizada em janeiro de 1981.

A convocatória fora realizada através de uma Carta Pastoral escrita pelo bispo D. Jorge Marskell. Nela estava um pequeno texto convite seguido de uma breve pauta em forma de objetivos. O lugar definido para acolher as lideranças foi a Paróquia N. Senhora da Conceição no município de Silves considerada a mais antiga paróquia da Prelazia e o tema chave era “Comunidades que caminham” (RIBEIRO, 1991, p. 171). Após a convocatória seguiram-se os dias de preparação nas comunidades nesses dias eram realizadas as miniassembleias.

⁸² Conhecida como Conselho Pastoral formado pelo bispo, um padre, uma religiosa e seis leigos, sendo um voluntário, agente de pastoral, e as demais pessoas oriundas de diferentes comunidades da paróquia (RIBEIRO, 1991).

Antes de se constituir um simples espaço de reunião para tratar de assuntos voltados a vida e a organização da Prelazia, a Assembleia do Povo de Deus foi aos poucos se constituindo num lugar onde trabalhadores e trabalhadoras rurais ligados também ao trabalho pastoral puderam construir e firmar laços de socialização onde a solidariedade se constituiu na sua principal expressão.

Cada Assembleia realizada possibilitou a criação de redes de relações envolvendo diferentes municípios⁸³ da Prelazia. Isso significava a troca permanente entre pessoas, realidades, trabalhos, experiências coletivas, ações de organização pastoral e política que acabaram por estabelecer outros parâmetros à própria maneira da Prelazia se organizar enquanto uma jurisdição eclesial, a exemplo, da prática descentralizadora da tomada de decisões que não estava concentrada nas mãos do bispo, mas na Assembleia que tinha a autonomia de decidir pelos diferentes caminhos por onde a dinâmica da Prelazia deveria ir.

É interessante notar que o termo “povo” do título maior “Assembleia do Povo da Prelazia” não fora citado sem referências. Há uma explicação bíblica baseada nas experiências do “povo hebreu” que caminhava em busca da terra prometida⁸⁴ e que esse mesmo povo, tempos depois, esperava a vinda do Messias, o libertador. O mesmo acontece com a expressão “assembleia” que era o meio de reunir o povo para comungar dessa fé na espera do libertador e na conquista da terra prometida.

De certa maneira, essa intertextualidade é transferida ao povo e às comunidades que formam a Prelazia de Itacoatiara como uma maneira de reforçar a concepção e as representações relativas à Prelazia ou, ao menos, naquilo que se desejou como projeto. E também se constituiu num exercício teologal provocado pelo método da Teologia da Libertação que procurava aproximar os temas bíblicos e sua interpretação considerando a realidade dos seus interlocutores.

Essa expressão das representações vamos notar nos títulos ou nos temas das Assembleias: “*Comunidades que caminham*”; “*Povo de Deus lutando pela vida*”; “*CEB's: unidos e organizados venceremos*”. Esses temas são a síntese do que se tratava nesse tipo de reunião e revelam a maneira como o povo da Prelazia, em geral, formado em sua maioria por trabalhadores rurais, viviam a dimensão agonística.

⁸³ Sylvia Ribeiro (1991) destaca em seus relatos as quatro primeiras Assembleias do Povo da Prelazia de Itacoatiara por terem sido os espaços fundantes dessa forma de organização das comunidades na Prelazia realizadas, respectivamente em 1981 (município de Silves), 1983 (município de Itacoatiara), 1985 município de Urucurituba) e 1987 (município de Urucará).

⁸⁴ Consultar Livro de Josué, capítulo 24, versículos 1 a 28.

Os desdobramentos desses temas centrais eram encontrados nas *pautas* das Assembleias. A construção da pauta era realizada desde as miniassembleias nas comunidades através da sugestão de temas para discussão, estudo e aprofundamento na plenária da Assembleia. Na fase de preparação a equipe de organizadores elegiam os temas que eram apontados em sua maioria pelas comunidades, assim se definia o tema e os subtemas que iriam compor os debates na reunião maior.

Nesse sentido, é interessante notar que a maior parte dos temas e subtemas das primeiras Assembleias do Povo estava vinculada às problemáticas da realidade regional, sobretudo, camponesa: ver, julgar, avaliar e agir sobre a realidade da Prelazia; Comunidades Eclesiais de Base; Direitos Humanos; Posse da terra; Invasão dos lagos; Família; Juventude; Mulheres; Questão indígena⁸⁵; Saúde; Seguridade social para os trabalhadores rurais; Sindicalização rural e outras formas de organização no campo.

Ao final de cada Assembleia se redigia uma carta com os compromissos que todas as comunidades e suas lideranças deveriam assumir. Ao mesmo tempo, a essas lideranças era repassada a responsabilidade de sensibilizar os demais membros da comunidade eclesial dos compromissos assumidos em Assembleia. Era o momento da circularidade onde os diferentes líderes voltavam às suas rotinas com certas tarefas a serem administradas. Na circularidade do pós Assembleia podia-se notar até que ponto os líderes haviam ou não internalizado sua missão de agente pastoral, o sentido das discussões, os encaminhamentos nas plenárias e das conclusões (RIBEIRO, 1991).

2.4.3 Organizando o povo: as CEB's

A formação das CEB's no Brasil somente se constituiu efetivamente como “um novo jeito de ser Igreja” e uma forma de organização social nas periferias dos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades da zona rural quando se partiu para a valorização das formas de sociabilidade familiares. No caso do Amazonas a sociabilidade familiar experimentada ao longo das várzeas.

Desde a década de 1960 vemos a Igreja Latino-americana valorizar a expressão da religiosidade popular e familiar que provocava a organização em torno de atividades religiosas e educativas. Os elementos como catequese popular, educação de base e o método

⁸⁵ Em plena década de 1980 os Waimiri-Atroari estavam sofrendo as consequências das grandes construções empreendidas em suas terras. Nesse sentido, as Assembleias do Povo foram um importante canal para dar visibilidade a essa dura realidade sofrida pelo grupo indígena (RIBEIRO, 1991).

de ligação da fé com a vida (RIBEIRO, 2003) acabaram por se constituir peças importantes para a formação dessas comunidades eclesiais de base. Assim, *comunidade*, nessa situação, tornou-se sinônimo do familiar, do espaço de socialização e de identidade territorial, tudo isso, sendo mediado pelos laços de solidariedade, pertença e união (COMERFORD, 2003) entre aqueles que delas participavam.

Entretanto, nas várzeas do Amazonas – nos chamados *beiradões* – até esse momento da década de 1960 muitas famílias vão encontrar-se dispersas e com baixa perspectiva para a organização social, mesmo para a prática de atividades religiosas. Sylvia Ribeiro relata (2003), que nesse tempo, na Prelazia de Itacoatiara as capelas, presentes ao longo dos rios, eram poucas e as reuniões das famílias se realizavam nas suas próprias casas.

Diante dessa situação, a própria equipe de pastoral da Prelazia⁸⁶ se viu na obrigação de percorrer os *beiradões* em vista de formalizar em *comunidades* aqueles grupos de famílias que já estavam se encontrando aos domingos. Esses encontros eram divididos entre a celebração da Palavra de Deus e os estudos catequéticos. Nas capelas já existentes estabeleceu-se um plano de valorização das famílias atuantes, bem como, a união entre elas. Com isso, aos poucos foi-se vencendo a dispersão e a pouca organização social e, em pouco tempo os espaços comunitários religiosos se tornaram referências para outras práticas de socialização.

Essa prática da equipe de pastoral da Prelazia de navegar pelos *beiradões* visitando as famílias, organizando-as em comunidades e animando as que já existiam em torno das capelas acabou constituindo um remapeamento (COMERFORD, 2003) da própria Prelazia. Como bem relata Sylvia Ribeiro:

Necessidades comuns levaram comunidades próximas geograficamente a se organizarem em grupos de 3, 5 ou mais. As chamadas ‘comunidades-irmãs’ se reuniam para pensar juntas seus problemas, ajudar-se mutuamente e celebrar em conjunto. Os dias de encontros eram também dias de festa (RIBEIRO, 2003, p. 81).

Os encontros celebrativos eram o centro das atividades de cada comunidade. Sempre aos domingos os participantes das comunidades se reuniam para a Celebração da Palavra como forma de oração dominical e quando havia a presença do padre se celebrava a missa. Nesse mesmo dia se realizava os encontros catequéticos e em outras ocasiões as reuniões para tratar de temas referentes a vida da comunidade e da Prelazia.

As festas dos padroeiros nas comunidades era outra forma de socialização que movimentava a vida comunitária da Prelazia. Nessa ocasião, as comunidades visitavam-se

⁸⁶ Padre Omar Dixon, Ir. Letícia de Oliveira e a Leiga Graça Guimarães (RIBEIRO, 2003, p. 79).

mutuamente para participarem da programação das festas intituladas de “novenas” e “trezenas” que eram embaladas por diferentes formas de orações, traslado da imagem do santo, levantamento do mastro, pagamento de promessas, almoços e jantares festivos. A festa do padroeiro era o espaço de socialização onde se percebia até que ponto a rede de relações na Prelazia estava consolidada ou ainda por se consolidar.

Hoje, as comunidades de base que formam a Prelazia de Itacoatiara somam um total de 250 (RIBEIRO, 2003) como fruto da ação pastoral desde a década de 1960. Esse número cresce quando contamos com as comunidades de base fundadas na sede do município de Itacoatiara. Grande parte dessas comunidades foram iniciativas de trabalhadores rurais que foram forçados a migrarem para a sede de Itacoatiara devido as grandes cheias e a falta de perspectiva econômica que se acentuava, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980. Nesse momento, o trabalhador rural conta com muito pouco em termos de políticas públicas voltadas para o campo fazendo com que seu único refúgio se torne a sua própria comunidade de base e, em alguns casos, o sindicato rural.

Mesmo que a motivação inicial tivera sido as questões religiosas, a sociabilidade agonística (COMERFORD, 2003) vivida nas várzeas do Amazonas fez provocar a organização social sobre outros pontos de vistas ao mesmo tempo dentro e paralela à vida religiosa das comunidades. Os membros participantes e líderes das comunidades perceberam aos poucos que precisavam suprir as necessidades de suas famílias com escola, posto de saúde, profissionais como professores, agentes de saúde. Perceberam que as CEB's eram importantes mediadoras nesse processo, pois sua dinâmica de funcionamento unia a vivência da fé com as lides do cotidiano e também poderiam ser espaços de representação legal junto as governo municipal para reivindicar direitos.

As comunidades então cresciam numericamente e delas brotavam lideranças sociais. Como estamos falando de anos pós 1964, o governo estadual começou a enxergar esse tipo de organização com certa desconfiança. Seriam organizações de base “comunista”? O estado totalitário viera a se interrogar na época (RIBEIRO, 2003). Apesar da desconfiança governamental, as CEB's na Prelazia de Itacoatiara se tornaram em pouco tempo espaços legítimos de organização com expressivas forças religiosa, social e política.

Apesar da desconfiança do governo local, o mesmo percebeu que essas comunidades poderiam se constituir em celeiros de lideranças políticas aliadas ao governo durante as campanhas políticas na região. A prefeitura passa a instaurar uma permanente campanha de cooptar as lideranças sociais das CEB's como uma forma de manter o controle político nas comunidades. Nas observações de Sylvia Ribeiro percebemos que as CEB's passam a sofrer

um conjunto de afrontamentos políticos (OLIVIER DE SARDAN, 1995) orquestrados por políticos da região que tinham o poder municipal nas mãos:

[...] O presidente da comunidade passou a ter “carteirinha” e foi convidado a ser praticamente um preposto ou representante da prefeitura junto ao povo das comunidades [...]. Essa interferência dos políticos, principalmente em época de eleição, trouxe muitos problemas para o povo e dividiu muitos comunitários. Algumas comunidades sofreram até ameaças de perder escola, caso não fossem eleitas pessoas de determinados partidos. Em certas ocasiões, o povo se sentia num conflito, quase como se estivesse de escolher entre a Igreja e a prefeitura. Mesmo quando não se chegava a esses extremos, permanecia uma certa ambiguidade entre a comunidade civil e a cristã (RIBEIRO, 2003, pp. 80-81).

Afirmamos que as CEB's passaram a sofrer afrontamentos políticos na Prelazia porque a forma de “fazer política” imposta pelos representantes do poder municipal na época não correspondia à prática das comunidades. As CEB's tinham um projeto político e elas mesmas viam na dimensão política parte integrante da experiência eclesial que percebia nos processos de representação política o lugar de luta pela melhoria da vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Qualquer projeto que se afastasse dessa concepção podemos encarar como uma forma de afrontamento ao projeto político das CEB's, embora essa forma de fazer política tenha dado certa tônica para essas comunidades para que viessem a se constituir no que Olivier de Sardan (1995) conceituou como sendo uma arena política.

Nesse sentido, as CEB's caminharam no sentido de amadurecerem a ideia de convergir “trabalho de evangelização e cidadania” (RIBEIRO, 2003). Elas percebiam que o exercício da fé pedia ações que dessem corpo a expressão “novo jeito de ser Igreja” e que para isso fazia-se necessário a consolidação dos grupos de lideranças que viessem ocupar espaços não somente eclesiais como também políticos, mas sem perder a referência de suas origens.

Com isso, alguns quadros de lideranças eclesiais para a atuação política começam a ser constituídos e nessa constituição formou-se também uma rede de lideranças católicas que vieram atuar diretamente nos STTR's espalhados pela Prelazia, por outro lado, esse mesmo processo aconteceu para além da Prelazia de Itacoatiara. Nos dois casos, temos os elementos comuns para essa constituição: trabalhadores rurais, famílias e comunidades eclesiais de base, apesar de não estarem isentos de conflitos e tensões presentes tanto na vida eclesial como política.

2.4.4 D. Jorge Marskell: missionário, bispo e “mano”

Nas primeiras entrevistas que realizei para essa pesquisa com algumas lideranças sindicais sobre a história do MSTTR no estado percebia que era recorrente em suas narrativas falarem de Itacoatiara, da Prelazia e de D. Jorge Marskell⁸⁷. Nessa ordem, eles afirmavam sobre a importância de cada um na formação dos trabalhadores rurais para o movimento sindical. Precisava ir à Itacoatiara em vista de compreender melhor como essa formação se deu e qual impacto causara na constituição do MSTTR no estado do Amazonas.

Ao mesmo tempo, tal dado de pesquisa ganhou maior força quando durante as orientações com a Profa. Dra. Kátia Helena Cruz Schweickardt⁸⁸ ela me fez um questionamento: “– Onde estão os arquivos de D. Jorge?” Que logo se precedeu de um pedido: “– Busque os arquivos de D. Jorge e da Prelazia de Itacoatiara”. Nesse momento, tive a certeza de que as referências tanto das lideranças sindicais e de minha orientadora sobre Itacoatiara não surgiram à toa para compor a pesquisa. A história de Itacoatiara, sua Prelazia e seu Bispo tinham muito a dizer sobre a formação do movimento sindical.

Cada pesquisa tem suas descobertas ao menos para o pesquisador. O que eu julgava tão familiar – pois já vinha de outras pesquisas de campo em Itacoatiara – tornou-se exótico ao perceber que muito pouco sabia dessa relação entre a história dos trabalhadores rurais em Itacoatiara e sua organização com a Prelazia. No fundo despertei para os dois, para aquilo que era familiar e para o que era exótico (DA MATTA, 1978).

Falar desse momento histórico da Prelazia de Itacoatiara é narrar a vida de D. Jorge Markell. As duas trajetórias se confundem. Por outro lado, já temos uma bela narrativa biográfica de D. Jorge (RIBEIRO, 2008). Não acho pertinente tecer um amplo comentário sobre ela. O que julgo conveniente aqui é salientar três aspectos que saltam aos olhos quando vemos os arquivos e relatos sobre a vida do bispo: Jorge missionário, Jorge bispo e Jorge “mano”.

O recém-ordenado Padre Jorge Eduardo Marskell chega ao Brasil no ano de 1961. Sua vinda fora ocasionada por um pedido do Arcebispo de Manaus – D. João de Souza Lima – que na época, considerando o imenso campo de trabalho pastoral que havia e da pouca quantidade de religiosos, solicitou à Pontifícia Comissão para a América Latina (Roma),

⁸⁷ George Edward Marskell nasceu em Hamilton, Província de Ontário no Canadá no dia 08 de novembro de 1935.

⁸⁸ Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas.

missionários para trabalharem na região e, especificamente, na Prelazia de Itacoatiara que seria em pouco tempo criada (RIBEIRO, 2008).

A Prelazia de Itacoatiara foi constituída por Paulo VI em 13 de julho de 1963 (RIBEIRO, 2008). Os municípios que compreendiam a Prelazia eram: Itacoatiara, Urucurituba, Itapiranga, Silves, Urucará, São Sebastião do Uatumã e Itapeassu que nesse tempo era um município independente, mas que logo depois fora incorporado as abrangências de Urucurituba. Nessa ampla geografia amazônica o Padre Jorge aprendeu a ser missionário. Nela já havia uma intensa prática da fé devocional: novenas, reza do terço, procissões, missas. Os padres eram conhecidos pelas “missões” das desobrigas.

Nesse primeiro momento, tanto o Padre Jorge como os demais padres missionários⁸⁹ que vieram com ele optaram de não questionar e nem alterar a rotina da prática devocional do povo. A vida missionária lhes pedia, antes de tudo, respeito e observação para depois se inserirem na vida do povo e, assim, propor alguma mudança. E elas vieram com o tempo. Não propriamente em Itacoatiara, mas na conjuntura eclesial maior. Pois, nessa década, tanto o encerramento da última sessão do Concílio Vaticano II (1965) como a realização das Conferência dos Bispos Latino-americanos em Medellín (1968) e Puebla (1975), o Brasil se, politicamente, sofria uma ditadura civil e militar.

A Prelazia de Itacoatiara era administrada pelo Prelado Padre Paulo McHugh (RIBEIRO, 2008). O Padre Jorge era então vigário – coordenador geral das atividades da Prelazia – mas teve que se ausentar devido a outras atividades administrativas fora da Prelazia o que lhe rendeu seis anos de afastamento⁹⁰. Mesmo afastado, permanece o elo missionário que foi a causa que lhe trouxe ao Brasil e à Amazônia. As mudanças conjunturais na Igreja e na política brasileira acabam suscitando nas diferentes realidades eclesiais novas ações pastorais.

Quando o Padre Jorge retorna ao Brasil, em 1975, e se torna o administrador apostólico da Prelazia (RIBEIRO, 2008), já temos uma ampla difusão das ideias da Teologia da Libertação e de práticas pastorais nela inspiradas na região. A Prelazia e sua equipe pastoral se empenham na implantação dessas novas práticas a começar pela visita às comunidades, pois acreditavam que o projeto de uma Igreja mais popular somente poderia advir com a participação das bases.

⁸⁹ Miguel O’Kane, Vicente Daniel e Douglas MacKinnon (RIBEIRO, 2008).

⁹⁰ Padre Jorge teve que exercer funções administrativas na Sociedade das Missões Estrangeiras – Missão de Scarboro.

Em 1978 o Padre Jorge é ordenado Bispo da Prelazia de Itacoatiara (RIBEIRO, 2008). Seu projeto episcopal era por uma igreja sempre mais popular e organizada nas bases. Ao mesmo tempo, sentia as fortes mudanças que passava o Brasil e a Amazônia com o golpe civil e militar. Com isso, os bispos católicos da Amazônia não tardaram em responder as questões que lhes eram impostas com essas mudanças. Os compromissos assumidos no Encontro de Santarém em 1972 começam a ganhar corpo.

Na Prelazia, procurava-se unir sempre a experiência da fé com as lides do cotidiano. As visitas às comunidades ao longo dos “beiradões” tornaram-se mais constantes assim como a formação de comunidades eclesiais de base. D. Jorge percebia que a Prelazia deveria oferecer formação às futuras lideranças pastorais, e também criar serviços e pastorais⁹¹ de cunho social que viessem a responder com mais eficácia a situação do povo que vivia na Prelazia. O conjunto dessas pastorais sociais revelavam algumas carências que sofria a população dos municípios que formavam a Prelazia e a forma como a Igreja na Amazônia procurou responder aos apelos da realidade a qual estava inserida.

Mesmo que a dimensão administrativa da Prelazia tomasse boa parte do tempo de D. Jorge, o mesmo não se deixava consumir pelas atividades dessa dimensão. Tinha consciência que sua primeira missão era a pastoral o que exigia dele estar entre o povo: trabalhadores rurais, pescadores, mulheres, crianças, idosos, jovens, catequistas, agentes de pastorais. Por isso, as viagens de D. Jorge aos municípios e suas comunidades eram intensas. A Prelazia tinha uma embarcação⁹² que servia para essa atividade que diferente da “desobriga” – missão que visava a distribuição dos sacramentos da Igreja – essas visitas tinham um caráter mais pastoral de acompanhar o povo, sua organização, sua luta e seu cotidiano.

Os relatos biográficos sobre D. Jorge narram que ele se esforçava a cada tempo em se inserir no que John Cunha Comerford (2003) denomina de sociabilidade cotidiana do povo da Prelazia. Pois, percebia que somente assim poderia ter o povo ao seu lado e, conseqüentemente, sonhar juntos um projeto de libertação. Uma prova dessa socialização e inserção era a maneira que as comunidades de base e os trabalhadores rurais se referiam no dia-dia a ele: “mano”, o “mano Jorge”. Sylvia Ribeiro destaca em seus relatos que nas comunidades do município de Uruará circulava um informativo que em uma de suas edições havia a publicação de um artigo dedicado ao bispo cujo título era “Mano Jorge” (RIBEIRO, 2008, p. 13).

⁹¹ Pastoral da Saúde; Pastoral da Mulher; Pastoral da Criança; Pastoral do Menor; Pastoral da Família; Pastoral da Juventude; Pastoral Operária; Pastoral Indigenista; Pastoral Carcerária; Comissão Pastoral da Terra – CPT (RIBEIRO, 2008).

⁹² Chamado de “Calamatã” (RIBEIRO, 2008).

Figura 23 – Entrada do Memorial dedicado à D. Jorge Marskell.



Fonte: Trabalho de campo, Associação D. Jorge Marskell, Itacoatiara, 2013.

Tal expressão do vocabulário regional tem uma forte conotação afetiva e revela a maneira como a pessoa, às vezes alguém que não é nascido no local, foi inserida, acolhida pelo grupo, já se configurando como uma pessoa de casa, muito próxima, pertencente à família, irmão. Ao mesmo tempo em que há a conformidade do processo de sociabilidade do bispo entre as comunidades e seus membros, eles o reconhecem como membro efetivo delas a partir da família conformando também um processo de familiarização, dando provas de que quando nos referimos as comunidades (rurais e de base) estamos tratando também na mesma escala no conjunto das famílias que as formam.

Com o passar dos anos a Prelazia de Itacoatiara tornara-se uma porção territorial e eclesial cujas linhas de delimitação foram marcadas pela experiência de fé e pela organização social em torno da luta envolvendo os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Um importante reflexo dessa forma de organização é que, na atualidade, o espaço que compreende hoje a Prelazia é reconhecido também como Território Rural. Nesse tipo de

território (MDA/SDT, 2013) ⁹³ há o esforço do estado em programar políticas públicas destinadas à realidade rural considerando a história social de determinado território e seus grupos sociais que lá vivem cuja definição geográfica realizou-se por instrumentos mais de caráter social e cultural do que pela instrumentalização legal.

Todos os municípios que compõe a Prelazia de Itacoatiara formam na atualidade parte de dois territórios rurais: Território Manaus e Entorno (Itacoatiara, Silves, Urucurituba e Itapiranga) e Território do Baixo Amazonas (São Sebastião do Uatumã e Urucará). Apesar das tentativas do estado de territorializar as políticas públicas no ambiente rural – estamos nos referindo às décadas de 1980 e 1990 – o que percebemos é que bem antes do despertar do estado, as populações e outras instituições já procuravam efetivar formas de organização social que viessem a garantir a defesa de direitos de vida e de reprodução no espaço rural, embora naquele dado momento histórico, os sujeitos envolvidos não tenham denominado como “território” ou expressão similar.

Com a experiência da formação da Prelazia de Itacoatiara vemos a antecipação de uma recente discussão que envolve os “processos de territorialização na Amazônia” (ALMEIDA, 2008; SCHEWEICKARDT, 2012). Na década de constituição da Prelazia – 1970 – já notamos alianças entre sujeitos com organizações sociais que resultaram na criação de outras organizações. Nesse processo que estamos tratando o que vimos foram trabalhadores rurais e suas famílias se organizando e deixando se organizar em comunidades eclesiais de base que formaram o conjunto de unidades da Prelazia que constituiu um vasto território de atuação. A mesma Prelazia formou esses trabalhadores rurais que se habilitaram para atuarem em outras arenas da organização social como pastorais sociais, associações e STTR’s.

Aqui temos o registro da constituição de uma territorialização específica (ALMEIDA, 2008) que bem antes do advento das questões ambientais e sua consequente territorialização (SCHEWEICKARDT, 2012), já se constituíram numa resultante dos processos sociais – famílias, comunidades, Igreja – que vieram a não somente delimitar o espaço como também a imprimir uma maneira muito própria e dinâmica de gestar o uso dos recursos naturais nesse mesmo espaço (PERROTA, 2011).

Com isso, a Prelazia de Itacoatiara, tornada hoje Território Rural, confere aos processos territoriais na Amazônia uma história diferente cujas linhas narram a construção e a reconstrução a partir dos laços de sociabilidades vividos nos processos sociais rompendo com

⁹³ MDA/SDT. *Relatório Analítico Final Território Rural Manaus e Entorno*. Manaus: CAI/NUSEC/UFAM, 2013.

a estática história definida pelos economicismo, biologismo e geografismo (ALMEIDA, 2008; SCHEWEICKARDT, 2012).

No próximo item veremos como a materialidade da memória coletiva dos trabalhadores rurais ligados à Prelazia de Itacoatiara nos dá mostras de como esse processo de territorialização e seus desdobramentos constituíram-se ao longo dos anos tratados aqui.

2.5 Memória dos trabalhadores: contribuição dos arquivos de memória da prelazia de Itacoatiara

Parte da materialidade⁹⁴ da memória coletiva dos trabalhadores rurais vinculados à Prelazia de Itacoatiara nos ajuda a compreender por quais processos sociais passaram esses trabalhadores, o lugar da história que ocuparam na e para além da circunscrição da Prelazia, as lutas objetivadas em movimentos, as transformações dos quais foram protagonistas ou não, as configurações históricas desenhadas por eles.

De maneira que essa materialidade nos aponta para um conjunto de elementos os quais nos ajudam a entender quem são esses trabalhadores, o tipo de ruralidade de que estamos tratando, sua peculiaridade histórica e social, seu modo de produção e de reprodução, bem como, as identidades produzidas. Não se trata de encarar a referida materialidade apenas como residual (MEDEIROS, 2010). Trata-se, no caso pesquisado, de entendermos a luta empreendida por esses trabalhadores a partir do engajamento eclesial, mas que se estendeu para outras arenas políticas e sociais. Esse entendimento acaba por nos apontar importantes questões para a compreensão da sociedade nacional a partir do campo, e nesse caso, partindo do mundo rural amazônico.

Um ponto que vamos nos debruçar é que os arquivos de memória da Prelazia de Itacoatiara nos ajudam a reconstruir alguns momentos históricos da vida dos trabalhadores que viram na sindicalização outra possibilidade de luta e de organização social. A ideia é buscar parte da construção dessa memória, recompô-la considerando as fontes pesquisadas e estabelecer quais os possíveis lugares que poderão ocupar numa narrativa histórica das lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais amazônicos. Vale ressaltar que embora essas lutas aparentem certa descontinuidade (MEDEIROS, 2010) no seu desenvolvimento, elas se

⁹⁴ Os arquivos encontrados durante a pesquisa que nos auxiliarão a compor os elementos memoriais da história da Prelazia de Itacoatiara junto aos trabalhadores rurais. Suporte dos arquivos (MARQUES; STAMPA, 2010): Bibliográfico (2 unidades); Iconográfico (4 cartazes) e Hemeroteca (cadernos informativos da Prelazia de Itacoatiara – diversos “Semeando” e “CIPO”).

mostram ricas em circunstâncias e acontecimentos e os mesmos deverão ser ligados e circunscritos em seus contextos.

Os arquivos que iremos tratar como fontes serão: dois livros e a hemeroteca formada pelos cadernos informativos da Prelazia de Itacoatiara.

2.5.1 Comissão Pastoral da Terra

Quando lemos o livro *E Deus visitou seu povo – História do povo de Deus em Itacoatiara*⁹⁵, o sentimento que nos colhe é de visitação do tempo por meio de uma linguagem simples que revela a memória dos fatos e os acontecimentos da vida de um povo que pôde construir a sua história social e política tendo como mediador o espaço eclesial. Ocupado por diferentes trajetórias de vida, esse espaço, viu surgir à confluência de forças sociais que possibilitaram a construção de identidades políticas que motivavam e respaldavam as lutas sociais (NOVAES, 1997) em torno de um projeto com forte apelo eclesial, mas que não se descuidava da organização, cujos apelos vinham do campo.

O livro traz no seu conjunto importantes registros que narram a aproximação entre Igreja Católica e os trabalhadores do campo acionando os diferentes organismos que se constituíram para concretizar essa aproximação e atender demandas. Dentre esses organismos a Comissão Pastoral da Terra – CPT ganha um importante destaque por ter sido uma pastoral social que na sua origem apontava para as diferentes contradições que estavam ou que eram envolvidos os trabalhadores rurais e as relações que eles estabeleceram tendo como elo norteador a própria pastoral como alternativa de organização (NOVAES, 1997).

Sylvia Ribeiro narra que a CPT surge em Itacoatiara no ano de 1975 após D. Jorge Marskell ter participado do encontro da pastoral em Goiânia (RIBEIRO, 2003). A ideia era concentrar esforços e ações num grupo que procurasse solucionar e mediar, sobretudo, as dificuldades e os conflitos que envolviam os trabalhadores rurais da Prelazia e para além dela. A CPT nasceu em Itacoatiara já com status de uma pastoral intermunicipal e inter-regional.

No ano de 1977, em Manaus, foi realizado o primeiro Encontro Regional da CPT envolvendo diferentes municípios do estado, embora a concentração dos representantes tenha se dado pelos municípios do baixo e médio Amazonas. Nesse encontro, percebeu-se que sem dados qualificados acerca da “situação do lavrador” não se poderia traçar as devidas ações para a mudança da realidade. Com isso, na ocasião do encontro se pensou na elaboração e

⁹⁵ Publicação de 2003 de Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro.

aplicação de um questionário que possibilitasse nas prelazias e dioceses a coleta de informações a respeito da realidade do trabalhador rural amazonense, cuja sistematização dos resultados da pesquisa serviriam tanto para apontar a situação do campo no estado quanto de se pensar em ações para se tomar diante dos desafios que seriam apontados no decorrer da pesquisa. Os dados coletados foram organizados em um relatório que Sylvia Ribeiro (2003) sintetizara nessas palavras:

O relatório apresentado nos dá um quadro da realidade vivida pelo homem amazonense, posseiro e ribeirinho. Fala da situação precária do trabalhador que, devido à enchente, tem que se deslocar durante meses para a terra firme ou é jogado para a cidade onde enfrenta falta de moradia, emprego etc. O caboclo geralmente não tem documentos, nem pessoais, muito menos terreno onde vive, tornando-se presa fácil dos que cobiçam a terra (RIBEIRO, pp. 143-144, 2003).

A síntese aciona alguns elementos do universo agonístico (COMERFORD, 2003) desses trabalhadores rurais e a maneira como eles procuravam solucionar as lides do cotidiano. Revelava também que, nesse momento, muitos desses trabalhadores se achavam desprovidos de um conjunto de políticas sociais voltadas ao campo e aquelas os quais tinham acesso não eram suficientes para solucionar as questões de vida e trabalho desses camponeses.

Nos chama atenção na mesma síntese as formas nominais que o trabalhador rural no Amazonas era identificado nessa época, como: “homem amazonense”, “posseiro”, “ribeirinho”, “caboclo”. Essas representações mostravam que havia uma conformação das identidades sociais e sua luta, ainda que algumas delas fossem bastante embrionárias. As formas de constituição da ação de determinado grupo social pode determinar ou não o uso de expressões vinculadas à identidade que marca a conformidade entre a luta e os que dela fazem parte (ALMEIDA, 2008). Mas em outros momentos, podem também apenas conformar identidade e construção da cultura que se mobiliza e se enriquece com o encontro de outras culturas (FRAXE, 2004).

O relatório não se limita a identificar apenas as dificuldades de ordem agonística que sofrem os trabalhadores rurais. Mostra também que questões estruturais da economia e da sociedade amazonense acabaram influenciando e, em alguns casos decisivamente, na produção e na reprodução dos seus modos de vida. As questões como a monocultura da juta e a precarização do trabalho para seu cultivo; a Zona Franca de Manaus que provocou o esvaziamento de mão de obra, principalmente, jovem na família camponesa amazônica; a

inoperância de órgãos federais como o INCRA; a exploração do trabalhador rural migrante atraído pelas remotas promessas da colonização.

As últimas questões que tratava o relatório se referiam a visão fatalista do trabalhador rural amazonense sobre sua realidade que apenas via nas autoridades e nas organizações da época a solução imediata para os seus dilemas. Entre essas organizações estava o STTR que era compreendido como um espaço de troca de benefícios e não de constituição da luta no campo (RIBEIRO, 2003).

A CPT diante desse quadro se viu na missão de agir. A ideia era tornar a CPT no Amazonas um espaço de “experiências sociais coletivamente vividas” (NOVAES, p. 55, 1997) que provocasse a transição do simples “lavrador” superando a visão de que eles apenas esperavam que fizessem algo por eles, para o trabalhador rural consciente, organizado em classe e sindicalizado.

Na prelazia de Itacoatiara começaram cursos com alguns lavradores de várias áreas sobre a vocação do trabalhador rural amazonense, descobrindo sua história, os valores de sua cultura, despertando seu amor à terra e a necessidade de se fixar nela, tomando medidas como o plantio de bens de raiz. Nesses dias de estudo procurava-se também desenvolver a união e solidariedade entre os trabalhadores, mostrando a importância da organização para superar a dependência em que viviam, a necessidade de conhecer os órgãos oficiais que atuavam no meio rural e qual sua função (RIBEIRO, p. 145, 2003).

As experiências sociais coletivamente vividas no âmbito da CPT narradas por Sylvia Aranha (2003) mostraram que, aos poucos, uma identidade coletiva estivera sendo formada entre os trabalhadores rurais do médio e baixo Amazonas. Essa identidade se estabelecia no âmbito dos grupos organizados que foram surgindo ao longo das ações da CPT na região. Como exemplo, tínhamos o Grupo dos “Cacetinhos”⁹⁶ no município de Urucurituba; a Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Paraná da Eva (ASCOPE) e a revitalização e redefinição dos trabalhos do STTR de Itacoatiara que a partir de 1986 passou a ter como secretário Antônio Peixoto o que possibilitara a intensificação de ações conjuntas entre sindicato e CPT.

Com o tempo, o próprio STTR passou a catalisar as ações que envolviam os trabalhadores rurais tendo como principal parceiro de ação a CPT. Pois, a pastoral centralizar as iniciativas e as atividades não fazia bem para o conjunto dos trabalhadores. A coordenação

⁹⁶ Grupo formado por catequistas veteranos do município de Urucurituba que assumiu a missão de fiscalizar as ações do governo e da sociedade como num todo partindo do município. O nome do grupo se refere a ideia de “cacetear” os erros da sociedade. O grupo funcionou até o ano de 1981 (RIBEIRO, 1991).

da comissão entendia que a iniciativa deveria sempre partir da classe. E tanto a pastoral como o próprio sindicato deveriam apoiar de maneira institucional as demandas que viessem a surgir. Nesse caso, delineava-se uma orientação onde a religião fornecia as condições efetivas para que as diferentes expressões de resistências sociais tomassem forma entre os trabalhadores (NOVAES, 1997).

Nesse sentido, os arquivos revelam um significativo registro de um movimento que se constituiu em defesa dos rios e lagos da região, sobretudo, no município de Silves. Embora, esse movimento já tenha sido amplamente estudado por Ana Paula Perrota (2009; 2011) cujo trabalho abordou o processo de como os moradores das áreas de várzea do Amazonas “passaram a relacionar a situação de conflito enfrentada nos ambientes pesqueiros aos dilemas da conservação do meio ambiente” (PERROTA, p.2, 2011). Interessa-nos aqui associar a luta desse movimento de preservação dos lagos como um movimento cuja motivação primeira originou-se do universo religioso, isto é, da intervenção da Igreja no processo de organização dos trabalhadores rurais.

Sylvia Ribeiro (2003) narra que a partir de 1968 intensificam-se a entrada de barcos pesqueiros nos lagos nas áreas rurais da prelazia promovendo a pesca predatória. Eram barcos de grande porte, geleiros, equipados com redes de arrastão (a bateria, o espinhelão e as malhadeiras de fibras) com muitos homens trabalhando em conjunto. No começo, não se sabia que tipo de pesca eles promoviam. Com o passar dos anos os sinais ficaram cada vez mais evidentes: era pesca predatória. Pois aos poucos, o peixe foi ficando escasso. Além da mortandade cada vez mais intensa das espécies de pequeno porte ao longo dos rios.

Cada ano que se passava o dilema em torno do pescado se intensificava a ponto da população nas várzeas da prelazia não ter mais pescado disponível para sua subsistência, “o povo começou a passar fome” (RIBEIRO, p.147, 2003).

[...] o peixe após a introdução da cultura da juta no Amazonas pelos japoneses se tornou mais e mais importante para alimentação, porque o caboclo dedicando-se ao plantio da fibra, deixou de cultivar feijão, milho, cará e outros alimentos. Com a falta do peixe, houve crise de alimentação. Chegou-se ao absurdo de comerem enlatados produzidos nos frigoríficos do sul do Brasil e sardinhas em lata (RIBEIRO, p.147, 2003).

A pesca predatória foi aos poucos alterando drasticamente a vida da população. Logo, percebeu-se a finitude dos estoques pesqueiros. Havia a urgência de uma reação. No entanto, o enfretamento a esse conflito só se realizou efetivamente a partir de 1981 quando nas conclusões da primeira Assembleia Pastoral da prelazia realizada no município de Silves

apontou, na parte relativa aos direitos humanos, a necessidade de organizar o povo em vista de o mesmo tomar os caminhos necessários para o enfrentamento da pesca predatória nos lagos e rios da região (RIBEIRO, 2003).

Reagir contra os grandes empresários da pesca combatendo suas embarcações e práticas não era tão simples como se imaginava. A luta tornou-se tão intensa a ponto de ser comparada a uma guerra, “a guerra do peixe” (RIBEIRO, 2003). Com isso, levantava-se a questão de como criar estratégias para a defesa de um recurso natural que desde sempre fora a base alimentar do camponês amazônico que de tão abundante alimentava o imaginário do ribeirinho de que nunca haveria um fim. Mas o fim havia chegado a alguns lugares e, em outros, estava anunciado.

Tratava-se, então, de efetivar a organização social em torno da defesa do estoque pesqueiro criando primeiro uma consciência entre os camponeses de que todo recurso natural é finito, e que o pescado não era diferente. Ao mesmo tempo, a prelazia nos seus encontros mostrava que acordos feitos com os empresários da pesca apenas comprometeriam ainda mais a situação da região e das famílias, uma vez que, esses empresários não tinham nenhum interesse efetivo pela região a não ser pelo pescado. Mas a luta à medida que se desenvolvia os desafios aumentavam também.

De 1981 em diante seguiu-se da parte dos comunitários uma resistência difícil de sustentar: ora eram as autoridades que, desrespeitando as leis, apoiavam os pescadores, ora eram as pessoas da própria comunidade que colaboravam com os predadores, indicando os lugares mais piscosos ou oferecendo seus terrenos para lances, em troca de dinheiro. Os voluntários defensores dos rios e lagos frequentemente arriscavam suas vidas na fiscalização (RIBEIRO, p. 148, 2003).

Mas houve a persistência das lideranças eclesiais e sociais da prelazia. O movimento em defesa dos rios e lagos estava instituído. Agentes de pastorais, catequistas veteranos, trabalhadores rurais assumiram o movimento como uma missão eclesial e de justiça social. A ideia de missão reforçava a cada uma dessas lideranças a ideia de que era preciso dissipar o medo enfrentando esse conflito transpondo o espaço do poder privado – as embarcações pesqueiras e a prática da empresa de pesca predatória – e indo em direção aos espaços públicos dando maior visibilidade para essa crítica questão.

Com o passar dos anos organizaram-se comitês de defesa do pescado nas comunidades, entre comunidades e até nas regiões. Isso provocou situações de tensão, chegando a conflitos armados como última alternativa para afastar os invasores e defender o alimento diário. O povo lutava porque tinha fé,

acreditava que Deus estava ao lado dos pobres porque sentia que a matança dos peixes, provocando a fome, era contra a Vida, bem maior. Mas faltava um aprofundamento das razões da luta e uma necessidade de ampliar os horizontes e conhecer que não estávamos sozinhos na resistência, pois o movimento se estendia por outros municípios, não só na prelazia, como na região toda (RIBEIRO, p. 148, 2003).

Detendo-nos com atenção a narrativa de Sylvia Ribeiro vemos a relação dos elementos fundantes do movimento de defesa dos rios e lagos com a noção de que essa luta fora possível ser travada porque todas as lideranças envolvidas estavam “sob os poderes de Deus” (NOVAES, 1997). Ao mesmo tempo, a luta “divina” conjugava-se com a busca por razões efetivas que respaldassem o movimento apontando para o encontro com a “ lei da nação” (NOVAES, 1997) e sua construção nesse espaço.

Nesse sentido, a CPT teve um papel determinante, uma vez que a pastoral promoveu um conjunto de encontros entre os trabalhadores rurais na tentativa de se efetivar um maior controle no uso dos rios e lagos da região e, conseqüentemente, levando a preservação do estoque pesqueiro. Há registros nos arquivos da prelazia da participação na assessoria desses encontros de intelectuais e professores como, José de Souza Martins da Universidade de São Paulo, Marcus Barros, Sandra do Nascimento Noda da Universidade do Amazonas e de importantes lideranças eclesiais da época como, D. Pedro Casaldáliga da Prelazia de São Félix do Araguaia, além dos educadores populares, Giancarlo Steffani e Irmã Helena Siqueira que acompanhavam mais de perto a dinâmica dos trabalhadores no movimento (PEREIRA, 2011).

[os encontros fora realizados] primeiramente nas áreas da prelazia, depois encontros regionais envolvendo comunitários de todo o Amazonas e Roraima. Para essas reuniões eram convidados técnicos e especialistas no assunto, políticos comprometidos com o povo, buscando uma reforma aquática que levasse em conta a necessidade de controle do ecossistema: fauna e flora, mudança no uso das águas, preservação dos igapós (RIBEIRO, pp. 148-149, 2003).

De fato, em 1990, o movimento obteve uma significativa vitória quando no município de Silves fora sancionado um conjunto de decretos incorporados à Lei Orgânica do Município que legislava em torno do uso, controle e preservação dos recursos pesqueiros nos lagos e rios do município, bem como, da determinação do tempo para a pesca, em vista, da reprodução das espécies e a imperativa proibição da entrada de barcos de grande porte nos lagos e rios da região.

Os arquivos nos mostram que a CPT teve um importante papel na construção de processos organizativos dos trabalhadores rurais cuja inserção eclesial era uma prática

recorrente. Dentre esses processos, o movimento de defesa dos rios e lagos na Prelazia de Itacoatiara se constituiu numa significativa referência no que tange o casamento da luta social com a religiosidade popular.

Nessa relação, ganha destaque a intervenção da Igreja na organização dos trabalhadores rurais e seu envolvimento com eles. Catequistas e agentes de pastorais também trabalhadores rurais fizeram emergir na região uma “reforma aquática” possibilitando ressignificar a relação com o ambiente e seus recursos. Uma experiência localizada, mas que desde as décadas de 1970 e 1980 apontava para questões que mais tarde seriam estruturantes na sociedade como o socioambientalismo (PERROTA, 2009).

Esse balanço vemos registrado nos arquivos de memória do Sr. Guilherme Fernandes Pereira (2011)⁹⁷, sobretudo quando ele narra o último encontro da Comissão Pastoral da Terra em Itacoatiara. Assim ele relata:

Nos dias 25 e 26 de abril de 2001, aconteceu o último encontro da Comissão Pastoral da Terra – CPT, com os Agentes Ambientais, IBAMA, e o Movimento de Educação de Base MEB de Itacoatiara, no qual éramos representantes. [...] A CPT encerrou suas atividades como Pastoral na Prelazia neste último encontro. O fim da CPT foi resultado das mudanças ocorridas na Prelazia com o falecimento do Bispo Dom Jorge Marskell que tinha como linha de ação pastoral uma concepção ligada à Teologia da Libertação e os direcionamentos preferenciais pelos pobres e oprimidos. Nestes quase 30 anos de existência, a CPT deixou um legado importante no contexto das lutas das comunidades do interior de Itacoatiara. Como dissemos no início, ela não era um organismo de luta, mas deixou sua marca de formação conscientizadora. Atualmente muitas comunidade desfrutam de experiências exemplares de organizações que deram e continuam dando frutos [...] (PEREIRA, p. 58, 2011).

Nesse âmbito, o movimento destacado como experiência localizada nos ajuda a compreender e a desvendar como a Igreja, nessa época, assume suas múltiplas dimensões na organização dos trabalhadores rurais procurando conjugar ações de uma eclesialidade institucional – de característica progressista – com o plano da religiosidade popular (NOVAES, 1997). Assim, os dados de memória encontrados nos arquivos da Prelazia de Itacoatiara nos ajudam a identificar tais ações, a maneira como elas foram desenvolvidas e as consequências que povoaram as práticas e sonhos dos trabalhadores rurais possibilitando o

⁹⁷ Os arquivos do Sr. Guilherme Fernandes Pereira foram catalogados e posteriormente organizados no livro intitulado *Os movimentos populares em Itacoatiara – conflitos, lutas e conquistas nas décadas dos anos de 1980 a 2000*. Nessa obra, vamos encontrar importantes dados sobre a história da Prelazia de Itacoatiara junto a organização dos trabalhadores rurais e a maneira como estes se organizaram a partir do STTR do município. É importante também ressaltar o destaque que ele dá aos conflitos pela posse de terra na zonal rural de Itacoatiara e como o sindicato rural agiu na mediação desses conflitos nas décadas de 1970 a 1990.

delineamento de uma identidade social de trabalhadores rurais organizados a partir do universo eclesial e que mais tarde ganha novos rumos e ocupa diferentes espaços.

2.5.2 CIPO: Caderno Informativo do Povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara

O Trabalho com os Arquivos na Associação D. Jorge Marskell – Prelazia de Itacoatiara

Durante a pesquisa na Biblioteca Terezinha Peixoto, espaço pertencente à Associação D. Jorge e onde reúne a maior parte dos arquivos da prelazia no tempo de atuação do prelado, pude ler e analisar 69 edições do Informativo CIPO que nas suas primeiras edições tinha como título “Semeando”. A primeira edição do “Semeando” data o ano de 1974 e o último ano de editoração do CIPO data o ano de 2000 quando sofre mudanças no seu formato de editoração. Reconheço nesse informativo uma fonte de grande valor quanto ao registro de memória da Prelazia de Itacoatiara no tempo de D. Jorge e outros registros que estão para além dessa cronologia e do espaço circunscrito da prelazia, uma vez que, naquelas páginas, vamos encontrar também relatos da história conjuntural do próprio estado do Amazonas. Se fosse me deter sobre as matérias que li durante a pesquisa de campo, penso que o resultado dessa análise daria um capítulo a parte dessa dissertação dada a riqueza de material encontrado.

Para a dissertação me interessaram as notícias sobre a vida e ação dos trabalhadores rurais a partir da prelazia (CPT) e do STTR. Assim, o que darei destaque nessa parte do trabalho compõe parte dos informativos que traziam em sua matéria questões vinculadas sobre os trabalhadores rurais que nesse momento tinham uma estreita relação com a prelazia. Os demais informativos e a sistematização de suas análises, terei que abrir mão dado o limite do espaço e do tempo. Por outro lado, sinto-me no dever de pelo menos traçar um índice ou um mapa de assuntos que fui me deparando nos informativos para que fique como um registro organizado do trabalho que realizei.

Eu dividi os informativos em três grandes blocos: 1) A Hemeroteca/O Acervo; 2) Prelazia de Itacoatiara e 3) Trabalhadores Rurais. No bloco 1 destaco as questões sobre: formato, edições, editoração, iconografias do próprio acervo. No bloco 2 há a reunião das notícias mais destacadas nas edições sobre os acontecimentos na Prelazia de Itacoatiara (Assembleias do Povo de Deus; as Pastorais; D. Jorge; Organização; Visitas pastorais; Celebrações; Caminhadas) e no bloco 3 encontraremos as notícias sobre os trabalhadores rurais (Situação do trabalhador rural na prelazia; Fundação dos STTR's; A atuação da Igreja junto aos camponeses; CPT; Mulheres no STTR; Dia do Trabalhador Rural; Entrevistas com trabalhadores rurais; FETAGRI; Poesia e Iconografias sobre mundo rural; Assembleias eletivas; Mobilizações; Caminhadas; Greves; Manifestações; “Grito pela Vida”; D. Jorge e os trabalhadores rurais.

É importante destacar que para a dissertação irei me deter a analisar as edições que deram destaque aos trabalhadores rurais na sua maneira de se organizar e agir em nome da luta, tendo como principais mediadores a prelazia e o STTR de Itacoatiara. Nesse caso, irei me deter as notícias sobre as Mobilizações; Caminhadas; Greves; Manifestações; “Grito pela Vida”; D. Jorge e os trabalhadores rurais. Como última observação, todas as edições que tive acesso fui autorizado pela diretoria da Associação D. Jorge para fotografar e, posteriormente, digitalizá-las.

O CIPO nasceu em 1974 como “Semeando”. A ideia era compartilhar com os membros das comunidades da prelazia a rotina das atividades pastorais e não pastorais, mas que interessavam ao público. O formato inicial era bastante simples. Apenas duas laudas escritas em máquina de datilografia com alguns desenhos feitos por D. Jorge. Em pouco tempo, esse informativo tornou-se o principal elo comunicativo entre os agentes pastorais. Por isso, era necessário organizá-lo melhor, dar um nome que mais expressasse seu objetivo. Com

isso, em 1978 após um concurso para eleição de um novo nome o informativo o “Semeando” passou a se chamar CIPO: Caderno Informativo do Povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara.

Com novo formato e mais informes, o CIPO era editado mensalmente ou, em alguns momentos, bimensalmente. Os temas que compunham o editorial variavam conforme o calendário das festas litúrgicas da prelazia, além dos acontecimentos próprios vividos nas comunidades como as festas dos padroeiros, mobilizações dos agentes pastorais, visitas pastorais, bingos, festas dançantes e também notas de utilidade pública.

O CIPO também trazia seções com esclarecimentos acerca do processo político local e nacional, da realidade social, apresentava uma análise de conjuntura, explicações sobre os Documentos da Igreja, notas sobre a realidade rural da prelazia, histórias de vida dos moradores da região e estórias contadas pelo povo. Trazia também um calendário de mobilizações e reuniões onde todos eram chamados à participação. Tudo isso numa linguagem acessível em vista de alcançar um maior número de pessoas.

Algumas edições também relatavam na íntegra os momentos vividos durante as Assembleias do Povo de Deus. Ao ler os relatos sobre as Assembleias, percebi que o CIPO foi o principal lugar onde foram disponibilizados os relatórios produzidos das Assembleias. Alguns temas que eram tratados nas análises de conjuntura da época foram também registrados nesse informativo o que nos dá hoje uma noção dos desafios sociais enfrentados naquela época.

Outros informes que encontrei diziam respeito ao “Grito pela Vida” que era uma manifestação que agregava, sobretudo, os trabalhadores rurais em momentos diferentes do ano. A pauta de reivindicações também variava. Desde condições de trabalho e melhores salários, passando pelo acesso aos direitos previdenciários até a defesa dos recursos naturais. Pude identificar no CIPO o registro de 3 manifestações denominadas como “Grito pela Vida” nos anos de 1991, 1992 e 1993.

Confrontando essas notícias veiculadas no CIPO com os relatos das lideranças sindicais que entrevistei, percebi que havia uma relação direta quando afirmavam que os primeiros “Gritos da Terra” foram realizados em Itacoatiara. Na verdade, o nome ainda não era esse, mas o formato pensado e a pauta de reivindicações já havia se consolidado desde a década de 1990 e é nesse momento que a CONTAG juntamente com as suas Federações e Sindicatos passam a colher essas experiências mobilizatórias para compor uma agenda comum de caráter nacional. Nesse sentido, a experiência em Itacoatiara torna-se definitiva e inspiradora.

Como toda experiência social a construção é um elemento latente e não somente dado. Por detrás de cada realidade uma infinidade de elos, consensos e rupturas. Muitas vezes é o exercício da memória coletiva que possibilita a determinado grupo apresentar diferentes faces de sua realidade e tornar possível o reconhecimento do eu coletivo. Nesse caso, o “local” permitiu ao “nacional” reconhecer-se em cada “Grito” e que mais tarde torna-se uma mobilização comum vivida até os dias atuais.

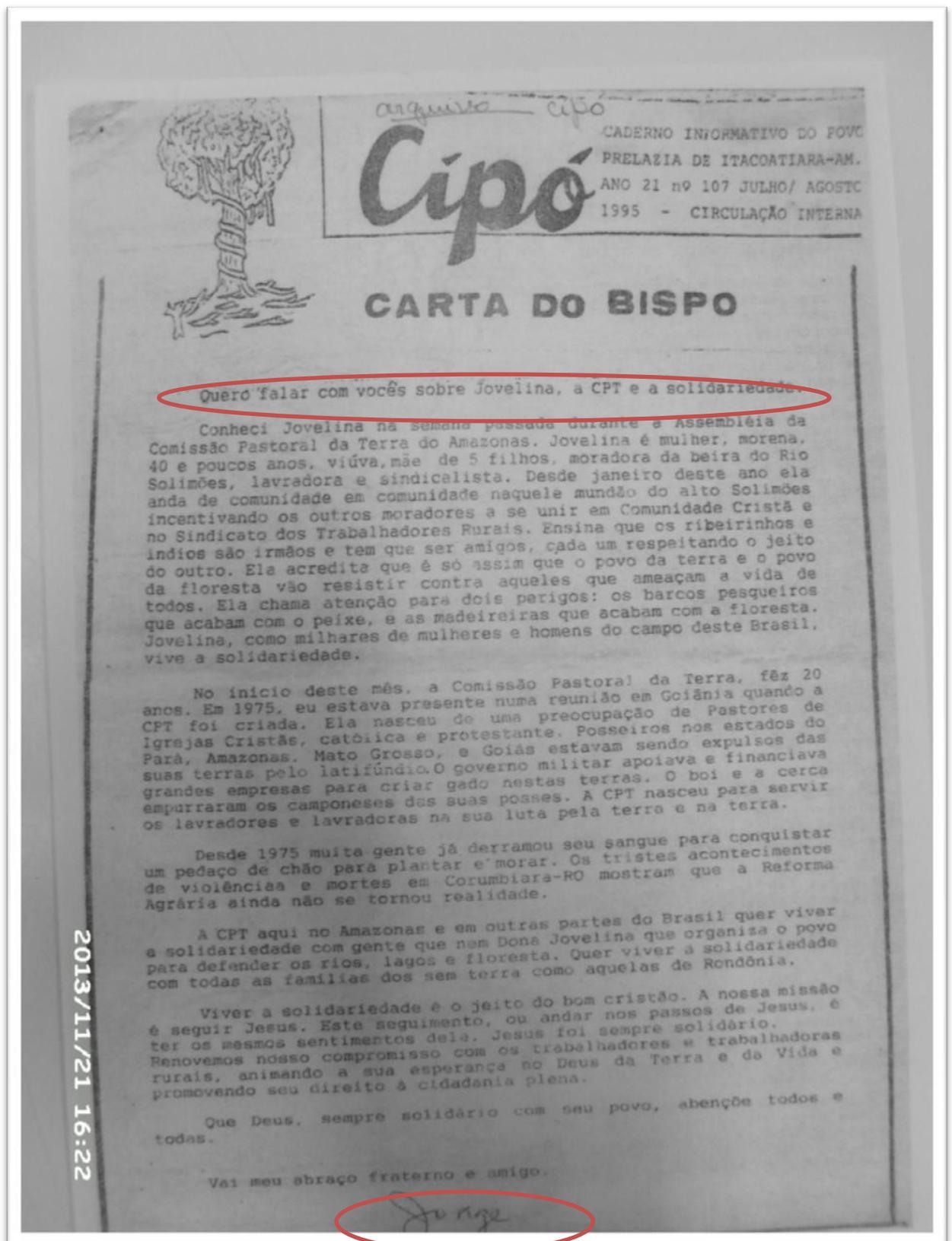
Diferente de outras regiões brasileiras, na Amazônia, a Igreja Progressista não somente apoiou as ações dos sindicatos rurais como se envolve com eles (NOVAES, 1997). Isso se deve ao fato de que boa parte dos trabalhadores sindicalizados tornados, mais tarde, dirigentes sindicais tiveram suas trajetórias de luta iniciadas dentro das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Passar para a luta em outras esferas institucionais foi apenas uma transferência física, uma vez que ideologicamente, se preservaram parte dos valores e das orientações de caráter pastoral.

Na Prelazia de Itacoatiara ação pastoral e luta social se configurava numa mesma realidade. Não se dissociava as duas questões, eram interfaces que narravam a dinâmica tanto da eclesialidade local como das demais organizações sociais como os sindicatos rurais. Nessa configuração dialética, trabalhadores rurais eram agentes de pastoral e catequistas; e esses eram trabalhadores rurais numa fricção de identidades sociais que se amalgamavam e dialogavam entre si.

Como já vimos no começo do capítulo, a década de 1970 irá testemunhar a vivência de uma eclesialidade na América Latina cuja importância maior se atribuirá aos movimentos oriundos das bases – seja nos grandes centros urbanos, seja no campo. A tese “Igreja/Povo de Deus” ganhara rumos concretos, novos espaços de organização foram abertos e efetivados.

Como observa Leonilde Servolo de Medeiros (p. 192, 1998), nessa década: “sacraliza-se a política e, de certa forma, garante-se a vigência de um discurso com características proféticas e a construção de um tipo particular de ética e de identidade”. Fitando os arquivos de memória da Prelazia de Itacoatiara acabamos por nos dar conta da referida “ética” e desse modo identitário de ser e agir.

Figura 24 - Carta de D. Jorge Marskell sobre os trabalhadores rurais e sua luta, 1995



Fonte: CIPO, nº107, Jun/Jul 1995. Trabalho de campo, Itacoatiara, 2013.

A carta de D. Jorge (figura 24) traz alguns elementos que mostram como a prática da Igreja nas várzeas do Amazonas estava associada entre vivência do sagrado com a prática política. Na década de 1990 tinha-se claro que não era possível dissociar a “fé da vida” e, por isso, a chave de compreensão do agir e do lutar eclesial estava diretamente ligada à vida das pessoas que dessa luta faziam parte. A vida, a maneira de lutar no cotidiano de muitos trabalhadores rurais acabara se tornando fonte de inspiração de uma eclesialidade que via na libertação algo sistêmico e não uma prática apenas eclesial.

O tom da carta parte do universo e das formas de sociabilidade camponesas. Faz referência direta a uma trabalhadora rural que acaba representando a vida e a luta dos demais trabalhadores rurais que atuavam a partir da comunidade e do sindicato. O bispo Jorge faz questão de pontuar que a solidariedade é o elemento de maior coesão entre esses trabalhadores e que sua busca constante permite uma intensidade nas formas de reprodução da vida e da luta camponesas.

Como já vimos no primeiro capítulo, a solidariedade camponesa é aprendida ainda no seio familiar, entre as famílias e que no cotidiano é objetivada na vida em comunidade onde ganha novas formas de expressão. E aqui é tratada como um valor estruturante da relação que envolve a prática desses trabalhadores no universo da organização social dentro e fora da igreja.

Outros elementos são apontados no decorrer da carta onde evidencia as múltiplas dimensões da Igreja enquanto mobilizadora dos trabalhadores rurais: a atuação conjuntural junto aos posseiros na Amazônia; a fundação da CPT em diferentes estados brasileiros como Goiás e Amazonas; a efetivação da luta pela posse da terra. Nesse caso, com a atuação da CPT percebe-se que a Igreja exige que os conflitos em torno das questões fundiárias na Amazônia e nas demais partes do Brasil sejam tratados como fatos políticos concretos mobilizadores de ações, “obrigando diversos setores da sociedade a se posicionar com relação a eles e constituindo um novo patamar para as lutas” (MEDEIROS, p. 192, 1998).

A morte violenta de camponeses e a reforma agrária são apontadas como fatos concretos e dimensões que dão a tônica da luta pela terra no Brasil (MEDEIROS, 2006). A Igreja através da CPT e a CONTAG foram importantes organismos que desde a década de 1970 vinham, sistematicamente, denunciando formas de pressões e ameaças sofridas pelos posseiros e trabalhadores rurais para abandonarem suas terras (MEDEIROS, 2006). A carta mostra como a Amazônia, e em particular, o Amazonas possuía um importante lugar nessa luta através dos seus trabalhadores organizados nos sindicatos e nas pastorais da Igreja.

Essa carta de D. Jorge é do ano de 1995. O final da década de 1980 e início dos anos 90 vemos emergir no campo novos sujeitos e mediadores da luta camponesa que se ancorou, nessa época, às questões ambientais (ALMEIDA, 2008; SCHWEICKARDT, 2012). Por outro lado:

[...] a ação da Igreja favoreceu a explicitação de determinados recortes de classes, integrados nas experiências de resistência e ofereceu uma nova linguagem [...]. Indica ainda que essa presença e a configuração de novas identidades podem ser lidas através da incapacidade do sistema político de absorver as reivindicações dos trabalhadores do campo (MEDEIROS, pp. 192-193, 1998).

Tal afirmação nos ajuda a pensar que o conjunto dessas experiências e seus relatos é uma das chaves importantes na interpretação, fazendo da Igreja e sua luta junto aos trabalhadores rurais um lugar de produção de discursos, de retórica e da hermenêutica nativa (COMERFORD, 2003). As formas de sociabilidades advindas dessa interação – Igreja e trabalhadores rurais – gerou formatos de organização social cujo território encontra suas interfaces entre a eclesialidade e o sindicalismo rural.

Nos arquivos pesquisados notamos que o dia 25 de julho no Amazonas tornou-se uma data de celebração da vida do trabalhador rural e aos poucos a memória dessa data tornou-se um espaço de mobilização da classe em torno de manifestações e reivindicação para o campo.

Essa data é nacionalmente celebrada pelos trabalhadores do campo como um dia de luta e memória pelas efetivas conquistas obtidas ao longo dos anos. Ela acaba congregando outras datas que registram os diferentes momentos da história camponesa no país como o decreto de lei do Estatuto do Trabalhador Rural⁹⁸ e do Estatuto da Terra⁹⁹.

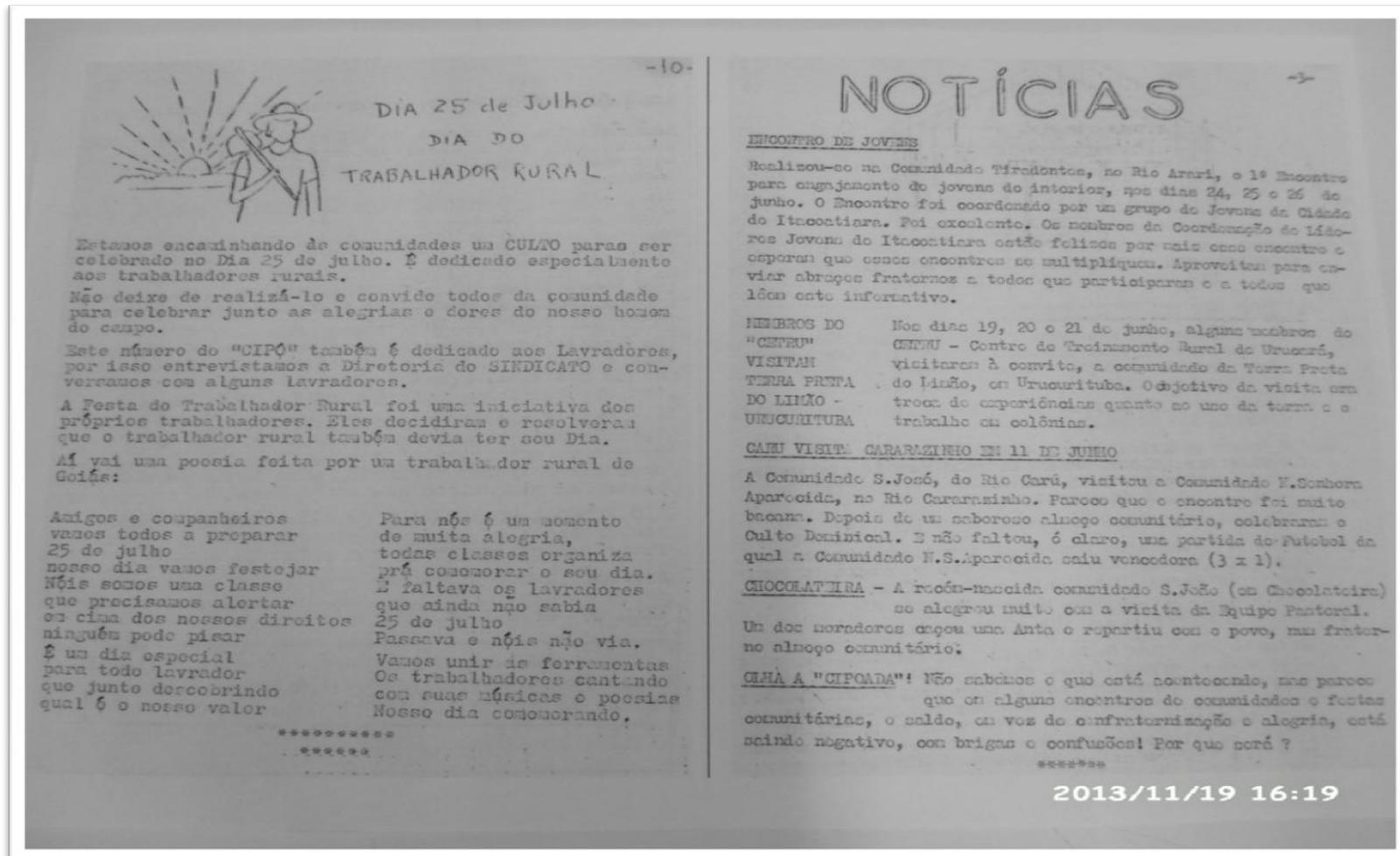
Em Itacoatiara a data marcava a celebração em dois tempos, o momento litúrgico e o social. Havia a sensibilização de cada comunidade da prelazia para que buscassem celebrar esse dia. A cada ano, a dinâmica de comemoração desse dia foi ganhando novo formato. Sempre partindo de um ato litúrgico e passando pela partilha comunitária. Com a adesão participativa dos trabalhadores, o STTR de Itacoatiara em parceria com a prelazia transformou esse momento também num espaço de manifestação. Assim, o dia do trabalhador rural encerrava sua programação com uma caminhada e passeata onde boa parte dos trabalhadores que se faziam presentes expressavam as reivindicações para a classe.

⁹⁸ LEI Nº 4.214 de 02 de março de 1963 e LEI Nº 5.889 de 08 de junho de 1973.

⁹⁹ LEI Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.

O movimento sindical foi percebendo que o dia 25 de julho era um momento de socialização sobre a realidade que se encontravam os trabalhadores e suas famílias no estado. Passou-se a conceber esse dia como um lugar de “denúncia e de reivindicações”. Com isso, o movimento procurava articular da melhor maneira seus trabalhadores. Organizava-se uma programação, redigia-se uma carta manifesto que ao final da jornada era entregue aos representantes políticos locais. Rezar, confraternizar e manifestar tornaram-se as ações principais no dia do trabalhador rural.

Figura 25 – Registro sobre o dia do “trabalhador rural” e convite para celebrar, 1978.



Fonte: CIPO, nº 17, jul/ago 1978. Trabalho de campo, Itacoatiara, 2013.

Figura 26 – Registro das primeiras mobilizações que tempos depois originaram o “Grito da Terra”, 1985.

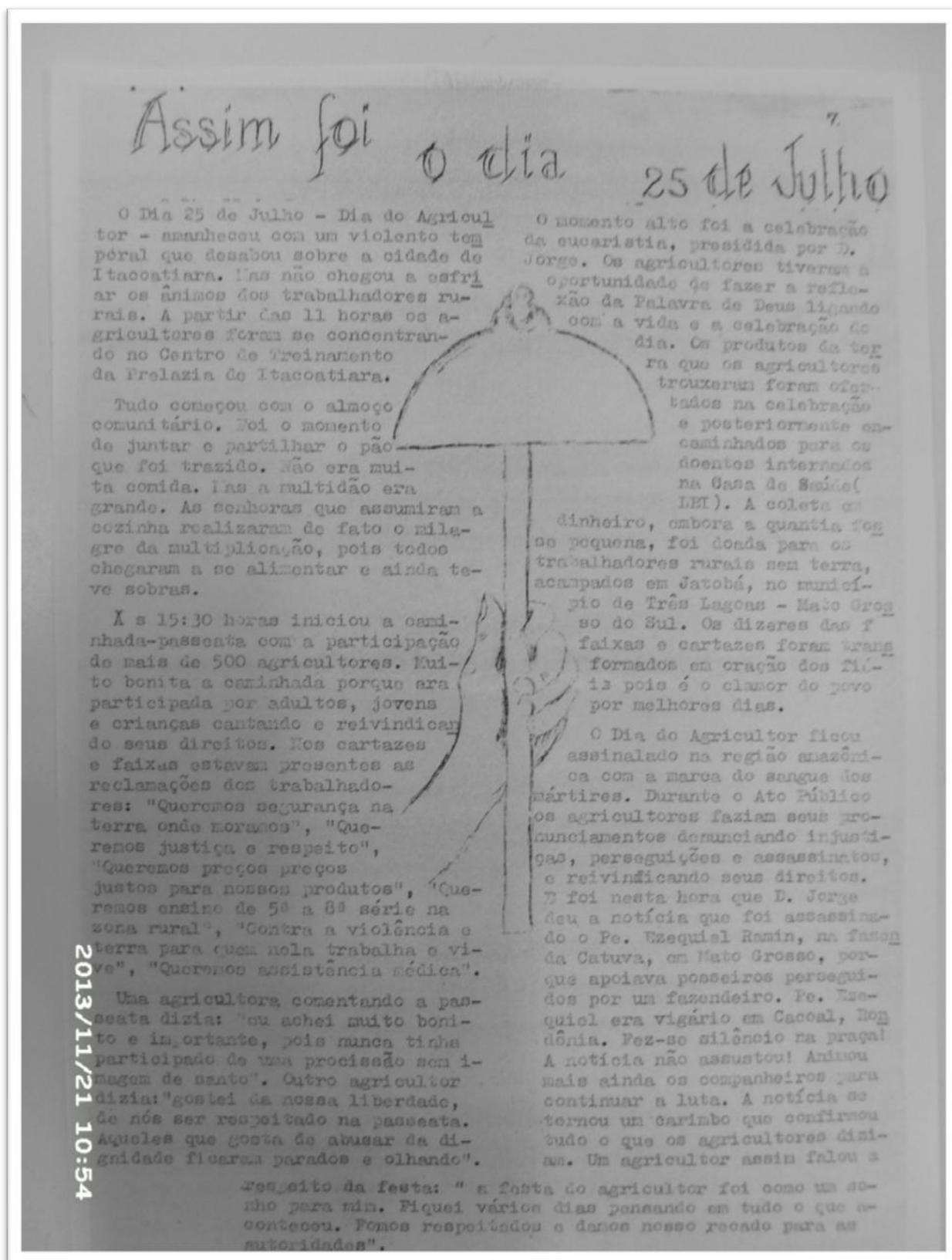


Figura 27 – Registros das primeiras mobilizações que tempos depois originaram o “Grito da Terra”, 1987.

12



25 DE JULHO

DIA DO AGRICULTOR



Companheiros,

nós do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estamos levando até vocês as informações do movimento sindical.

Companheiros, este ano nós trabalhadores temos muitos motivos para fazer o dia 25 de julho, dia do agricultor, um dia de denúncia e de reivindicação.

Este ano, além da situação dos trabalhadores que estamos passando, que é a falta de apoio para se produzir, enfrentamos, ainda, a falta de transporte e também a falta de um mercado para as nossas produções.

Depois do decreto baixado pelo prefeito congelando o preço da farinha, outra cacetada veio agora quando 70% dos agricultores do nosso município plantam juta: o governo lançou os preços mínimos da juta, que não são bons, que são de 70,00, de 65,00, de 60,00 e até de 55,00 ao quilo. As prensas que não vieram como forma de se fazer cumprir os preços mínimos, fez com que o preço da juta baixasse para 50,00. Somente a cooperativa está cumprindo os preços mínimos estabelecidos pelo governo.

Por isso companheiros, nós temos diversos motivos para participarmos da programação que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estará promovendo para o dia do agricultor, que é a seguinte:

a) Dia 24 de julho:

- haverá uma reunião com um representante de cada delegacia e de cada comunidade, para juntos prepararmos uma pauta de reivindicações, que será entregue às autoridades;
- às 15:00 horas será a aprovação da pauta de reivindicações pelos trabalhadores;
- às 17:00 horas será realizado um bingo com os seguintes prêmios:

<u>1º PRÊMIO</u>	- Cz\$ 15.000,00
<u>2º PRÊMIO</u>	- Cz\$ 10.000,00
<u>3º PRÊMIO</u>	- Cz\$ 5.000,00

- à noite haverá uma assembleia.



CM SIAU

2013/11/21 14:39

13

b) Dia 25 de julho, dia do agricultor:

- às 08.00 horas da manhã haverá uma concentração em frente à sede do Sindicato e uma passeata;
- às 14:00 horas haverá uma reunião na sede do Sindicato;
- à noite haverá um forrozinho.

Não se esqueçam, companheiros, vamos participar desse dia que deve ser para nós agricultores um dia para denunciarmos as injustiças que os trabalhadores rurais estão sofrendo e exigirmos o que nós estamos querendo de melhor para os trabalhadores, de modo geral! Lembrem-se, a programação é nossa e que o sindicato são vocês mesmos!

CONTAMOS COM VOCÊS COMPANHEIROS!

Ademar Santos - Diretor do Sindicato.

NOVOS MISSIONÁRIOS

A Prelazia de Itacoatiara tem sempre motivos para louvar e agradecer a Deus pela manifestação da sua bondade para com a sua Igreja.

Desta vez o louvor e o agradecimento devem-se à chegada dos padres ANTONIO, GERARDO e RAUL, para trabalharem junto ao povo de Deus desta Prelazia. Eles são missionários vindos do México, do Instituto Missionário de Guadalupe.

Por isso em nome da Prelazia, a equipe do CIPÓ quer desejar-lhes BOAS-VINDAS à esta Igreja que os acolhe com muito carinho.

Esperamos que logo logo vocês estejam já trabalhando! As comunidades lhes esperam de braços abertos.

**NA
PRELAZIA**

2013/11/21 14:39

Fonte: CIPÓ, nº 73, mai/jun 1998. Trabalho de Campo, Itacoatiara, 2013.

Nos arquivos do CIPÓ notamos sempre uma iconografia representando o “universo agonístico” (o trabalho de cultivo na várzea, as mobilizações sociais, a vida pastoral e de

comunidade) dos trabalhadores rurais. Parte das edições que destacamos mostra a centralidade do STTR de Itacoatiara na mobilização dos trabalhadores tendo como principal parceria a prelazia e suas comunidades de base.

Em preparação ao dia 25 de julho, o CIPO que circulava nas comunidades destacava os temas de pauta que seriam discutidos durante o dia do trabalhador. Vemos expressões como: “CUT”; “Novo sindicalismo”; “Reforma agrária – um direito de todos”; “Queremos garantia de mercado para nossos produtos e preços justos”. A iconografia representada no CIPO retratava ainda a maneira como o poder político local era vivido destacando desenhos que ilustravam as trocas de influências e o mando e desmando político local.

O trabalhador rural também ganhava ilustrações em destaque. Ele era representado sempre em grupo, segurando cartazes e faixas com palavras de ordem e com frases de conteúdo reivindicatório. Seus instrumentos de trabalho compunham o conjunto iconográfico do informativo: enxada, terçado, foice. Além dos elementos naturais como a terra, o sol e o roçado.

Podemos afirmar com isso, que todo esse universo em destaque, nesse tempo, reivindicava uma atenção especial à ruralidade brasileira (WANDERLEY, 2000). Embora esse universo seja permeado de uma experiência particular, o que vemos é que ele desvenda as múltiplas dimensões sociais as quais o trabalhador rural estava inserido.

Entre essas dimensões tínhamos os dilemas sociais a que eram acometidos os que acabavam recebendo um importante destaque nos espaços reivindicatórios. São contradições encontradas no interior do processo de trabalho, do acesso aos bens de produção e de consumo, do direito do bem estar social. Se atentarmos nas próximas páginas aos números do CIPO veremos elementos conjunturais que apontavam para a precariedade de vida a que estavam subordinados esses trabalhadores rurais e suas famílias.

São situações sociais de tensão, ligadas à dada realidade camponesa e dentro de uma determinada conjuntura, que vieram a desencadear reações diversas desde a “migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considera legítimo” (MEDEIROS, p.13, 1989). A reação por parte desses trabalhadores tencionava a hegemonia do pensamento e da prática que concebia o rural como um espaço disperso de população, carente dos bens e serviços, com forte ausência do poder público, subordinado aos centros urbanizados, um lugar precarizado social e economicamente (WANDERLEY, 2000).

Essa visão na Amazônia, e em particular no estado do Amazonas, ganhara força ainda maior, pelo fato de o imaginário político e administrativo brasileiro conceber a região amazônica como um território “sem gente”, inóspito e sem nenhuma perspectiva de

desenvolvimento. As populações rurais que aqui viviam foram invisibilizadas juntamente com os territórios que ocupavam.

Com isso, as organizações sociais como os sindicatos tiveram que empenhar sua luta, ao longo de décadas, mostrando para os gestores públicos que o espaço rural, como o amazônico, era um espaço “povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura que dinamiza as relações sociais locais e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados” (WANDERLEY, p.2, 2000).

Voltando-nos para os arquivos do CIPO vemos as reivindicações em torno da produção rural, infraestrutura, comercialização, bem estar social e reprodução. A questão da reforma agrária era um tema reivindicatório sempre recorrente. É interessante notar um registro no espaço do dia 25 de julho do ano de 1988 que foi dedicado ao “*Dia de denúncia e de protesto contra o retrocesso da reforma agrária na Constituinte*” (CIPO, nº 74 jul/ago, 1988). Como reflete Rudá Ricci (1990), nesse momento, um tema que ganhara força a partir das bases sindicais e assumido pela CONTAG na conjuntura nacional da constituinte, a reforma agrária vai, gradativamente, perdendo força para os interesses da elite agrária brasileira.

A Constituinte inicia seus trabalhos vivendo este paradoxo: apesar da grande expectativa do campesinato e da relativa mobilização da população exigindo mudanças estruturais desde 1978, a partir de maio de 1985 são as forças conservadoras que ganham espaço político, que mobilizam amplos setores do campo e são atendidas pelos políticos do Estado (RICCI, p. 6, 1990).

No mesmo registro do CIPO que narra uma questão nacional em torno da luta pela posse da terra, encontramos a notícia do protesto de trabalhadores rurais em frente à prefeitura municipal de Itacoatiara pelo acesso as melhores condições de mercado local para os produtos regionais, como a farinha.

O informativo acabara revelando a natureza dos dilemas a que estavam sofrendo os trabalhadores rurais nessa época: em termos nacionais a efetiva posse da terra e regionalmente a garantia de melhores condições para a comercialização dos produtos da hoje conhecida agricultura familiar. Ambos os dilemas desvelavam a inexistência de políticas públicas para o ambiente rural ou sua ineficiência quando de sua existência.

Restava aos sindicatos e demais organizações camponesas da Amazônia empenharem-se cada vez mais em vista de tornar essas contradições conhecidas. A maneira encontrada para isso foram as manifestações coletivas concebidas como “Gritos” sempre tematizando um

conjunto de dilemas que viviam os camponeses amazônicos que ao final tornava-se pauta de reivindicação.

Na maneira de proceder do movimento sindical é interessante constatar que os dilemas locais dos trabalhadores rurais eram traduzidos e/ou acompanhavam os dilemas de outros trabalhadores de outras partes do Brasil. Isso acabou gerando vários “gritos” dos trabalhadores rurais que ficaram conhecidos como “Gritos do Campo”. O acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação do CPDA/UFRRJ mostra que na Amazônia fora realizado desde a década de 1990 o “Grito da Amazônia” e o “Grito do Campo” ambos no estado do Pará que envolvia um conjunto de organizações que tinham atuação nas causas camponesas.

Nesse mesmo acervo não encontramos nenhuma referência ao “Grito da Terra” cuja iniciativa é atribuída ao STTR de Itacoatiara e que tempos depois fora incorporado como prática mobilizadora da FETAGRI do Amazonas e da CONTAG. Essa ausência me instigou a recompor de maneira mais atenta essa história, uma vez que todos os dirigentes sindicais que entrevistei me asseguraram que o “Grito da Terra Brasil”, sua origem e formato, tiveram seu começo no município de Itacoatiara no estado do Amazonas a partir do STTR e das comunidades de base da Prelazia.

Figura 28 – Iconografia com elementos que representavam a pauta da luta dos trabalhadores rurais, 1988.



6.

TRABALHADORES RURAIS ABANDONADOS PELAS AUTORIDADES

Apresentamos a seguir, na íntegra, o documento de reivindicações:

"SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITACOATIARA-AM. Esta entidade, em acatamento às determinações de sua Assembleia Geral Extraordinária, realizada em sua sede, neste município, em 24 de julho último, e respaldadas pelo título V, artigo 23, de seu Estatuto Social, traz ao conhecimento de V.Sª, as reivindicações dos trabalhadores rurais de Itacoatiara com o objetivo de sensibilizar este Governo Municipal para tomar as providências de responsabilidades do poder público.

Os pequenos agricultores da região estão em péssimas condições de vida e de trabalho, em decorrência:

- da arbitrariedade do Governo Municipal em decretar o congelamento do preço da farinha de mandioca em Cz\$ 2.500,00, sem levar em conta o alto custo da produção,

valendo-se de um instrumento típico da ditadura militar, que é o decreto-lei;

- da negligência do Governo Municipal quanto à prática do preço na compra da juta, o que não vem sendo observado pelos compradores de Itacoatiara, constituindo, assim, numa transgressão à lei estabelecida pelo Governo Federal;

- da inexistência de uma estrada e de um sistema de transporte terrestre para o escoamento da produção da Região do rio Arari, abrigando mais de 1000 famílias que sofrem o isolamento, especialmente no período da seca, e grandes prejuízos em decorrência disso;

- da precariedade das estradas, do sistema de transporte e iluminação ligando as colônias agrícolas a Itacoatiara, revelando o abandono do Governo;

- do descaso do Governo Municipal em viabilizar a construção de uma feira coberta para abrigar os produtores, resguardando-os da chuva e do sol, não priorizando uma obra de extrema utilidade pública;

- da incerteza quanto às providências que o Governo Municipal está tomando para a criação dos postos médicos, conforme projeto de lei já aprovado pela Câmara Municipal;

- do esquecimento da promessa de firmar convênios com clínicas médicas particulares para atender aos trabalhadores rurais.

CLÍNICA MÈDICA



2013/11/21 14:44

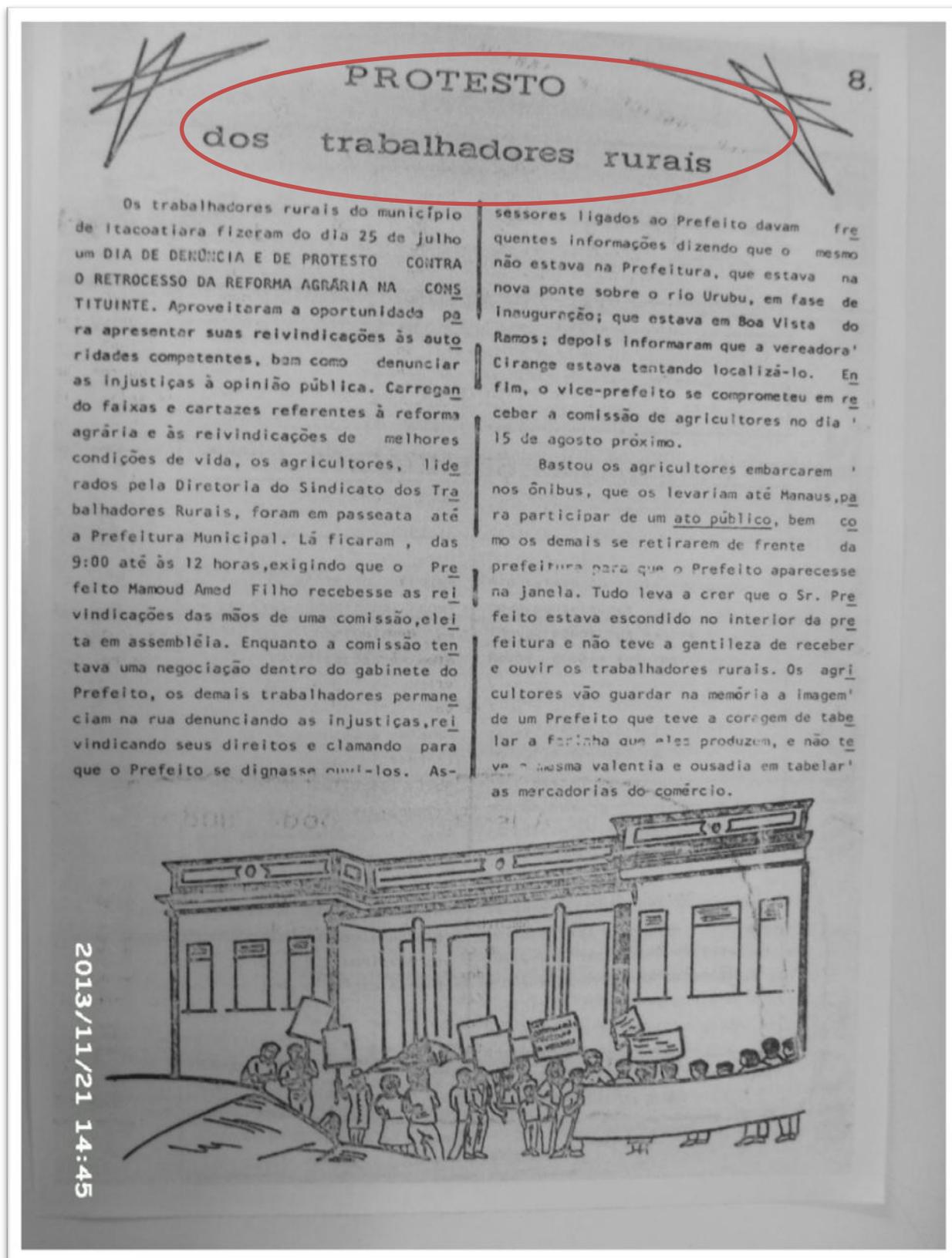
Em decorrência dos fatos acima expostos, exigimos:

1. Revogação do decreto-lei que tabelou o preço da farinha de mandioca.
2. Criação de uma estrada ligando o rio Arari ao rio Amazonas, passando pela Colônia do Itaubal.
3. Fornecimento de um transporte para escoamento da produção durante o período da seca.
4. Asfaltamento das estradas: colônias.
5. Iluminação nas estradas e nas colônias.
6. Ampliação de mais transportes para as referidas estradas e colônias, principalmente nos dias de feira no sentido de ida e volta.
7. Criação de uma feira coberta para os produtores sob a administração dos meses, com o local escolhido pelos meses.
8. Execução do projeto aprovado pela Câmara Municipal de Itacoatiara, ou seja, a criação de postos médicos na área leste, sem esquecer as demais regiões.
9. Cumprimento das promessas feitas nas várias comunidades rurais, no tocante ao atendimento médico em clínica particular, conveniada com o governo.
10. Que seja aceito pela clínica qualquer encaminhamento dado pelo Sindicato e não somente os fornecido pela Prefeitura.

REIVINDICAÇÕES

TRABALHADORES RURAIS

2013/11/21 14:44



Fonte: CIPD, nº 74, jul/ago 1988. Trabalho de Campo, Itacoatiara, 2013.

Por que tal dado ganhou importância durante a pesquisa? Porque além da memória dos dirigentes sindicais ao se referirem ao fato de que o “Grito da Terra Brasil” começou pelo

Amazonas, outra questão me chamara atenção. O fato desse tipo de mobilização ter sido construída desde a década de 1970 tendo o dia 25 de julho – o dia do trabalhador rural – como o marco para a organização e luta.

Em outras palavras, mais do que um projeto dado, aos poucos, os trabalhadores rurais junto com o sindicato rural e as comunidades de base foram amadurecendo um projeto de mobilização coletiva que dava visibilidade à sua realidade e às suas causas. Pelos registros no CIPO vemos que toda a iniciativa partia dos trabalhadores rurais o que acabou culminando em outros tempos numa forma mobilizadora da classe que serviu de modelo para o estado e para as entidades sindicais de caráter nacional.

Como já destacamos, os temas que compunham a pauta reivindicatória eram diversos, embora todos retratassem a realidade camponesa no Amazonas o que dava certa unicidade ao movimento. Ao longo dos anos, os temas foram se aprofundando e ganhando novos contornos e agregando novos sujeitos à luta como os indígenas, professores, operários. Temas como os grandes projetos na Amazônia, saúde, educação, trabalho, salário, previdência social, alimentação foram recorrentes no espaço do dia 25 de julho.

No ano de 1993 o dia de luta tornara-se uma semana de luta (CIPO, 1993). O sindicato rural de Itacoatiara mobilizou os trabalhadores rurais. A Igreja preparava-se para a Semana Social na Prelazia. O movimento em defesa do pescado e contra fome naqueles dias estava organizando uma manifestação. Essas diferentes organizações perceberam que poderiam juntar-se em vista de promover diversas ações num só tempo e lugar. Com isso, o dia do trabalhador rural torna-se o “*Grito contra fome, em favor da vida*” ou “*Grito pela Vida*” (CIPO, 1993). Também nos registros encontramos a participação de outros sindicatos presentes em Itacoatiara: madeireiros, educadores e servidores públicos. Além das associações de moradores e as comunidades de base da prelazia.

O “*Grito pela Vida*” tornou-se um movimento que congregava diferentes organizações sociais tendo como elo comum a realidade camponesa. Seu método de atuação adotado foi o latino-americano apreendido da Teologia da Libertação. Primeiro partia-se da leitura crítica da realidade – “como o povo está vivendo?” – levando os diferentes grupos à reflexão e ao estudo. Após esses encontros se redigia um documento contendo a síntese da reflexão realizada e a pauta de reivindicações junto aos representantes políticos locais.

Num segundo momento, as lideranças do Grito apresentavam publicamente o documento e exigia-se por parte dos governantes – prefeito e vereadores – o compromisso para atenderem os apelos apresentados. Uma vez o documento apresentado, todo o grupo saía em passeata pelas ruas de Itacoatiara tornando o movimento mais visível. No decorrer dos

dias, uma comissão formada por representantes ligados aos grupos que organizavam o “Grito pela Vida” ficava encarregada de acompanhar a efetivação das reivindicações junto à prefeitura e à câmara de vereadores. Ao final da semana se reservava um tempo para celebrar as conquistas, rezar por aquilo que ainda não se tinha alcançado e se realizava uma avaliação em vista da organização do “Grito” do ano seguinte.

Figura 29 – Registros do “Grito pela Vida” que tempos depois originou o “Grito da Terra”, 1990/1991/1992/1993.



4

GRITO CONTRA A FOME, EM FAVOR DA VIDA

VOCÊ OUVIU ESTE GRITO?

Todos os anos, os lavradores de Itacoatiara celebram em julho o dia do agricultor, com assembléias, passeatas, festividades.

Em 1993, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais resolveu fazer diferente: transformar as comemorações em uma semana de luta.

A Igreja por sua vez ia realizar uma Semana Social aqui em Itacoatiara, como preparação à Semana Regional em Manaus.

Havia também o desafio do movimento contra a fome.

Decidiram somar forças, e juntamente com outros sindicatos (madeireiros' e educadores, servidores públicos) associações de moradores e gente das comunidades eclesiais de base, escolheram uma coordenação para encaminhar os trabalhos e puseram mãos à obra.

COMO O POVO ESTÁ VIVENDO?

A primeira etapa foi para se conhecer a realidade da vida do povo nos seus vários aspectos: saúde, educação, transporte, segurança, produção, comercialização de produtos.

Em pequenos grupos foram discutidos os vários aspectos e se trabalhou bastante até a elaboração de um documento. Para não se ficar apenas na crítica, apresentaram alternativas, isto é, sugestões de caminhos novos para transformar a situação.



ENCONTROS NA CÂMARA DE VEREADORES (segunda etapa)

Nos dias 19 e 21 de julho as entidades que haviam feito o documento foram apresentá-lo às autoridades e à população, para que fosse apreciado e melhorado com sugestões de emendas, cortes, acréscimos. Várias pessoas presentes colaboraram assim, para tornar o documento mais claro, mais rico, mais eficaz. Estavam presentes além dos vereadores, o vice-prefeito, representantes da SESAU, EMATER...

E O DOCUMENTO FOI APROVADO!

Na opinião de várias pessoas o ponto alto foi no dia 22, com a apresentação do documento para aprovação.

O Clube Náutico estava lotado pelo povo que ocorreu, em massa, e pelas autoridades e representantes de várias entidades que se dispuseram a colaborar.

O documento foi lido para o público presente e representantes dos vários grupos de saúde, educação, etc reforçaram os pedidos e apelos às entidades que poderiam pôr em prática as sugestões. Aí era a vez das autoridades responderem em que era possível atender as reivindicações e em que dependiam do município, do Estado ou do governo federal.

GRITANDO COM OS PÉS

No dia 23, sexta-feira, saiu uma passeata que andou pela cidade, fazendo algumas paradas como no INSS, no IBAMA, na PREFEITURA, na CEAM. Neste local, os participantes protestaram contra a falta de energia que prejudica tanto a vida da cidade.

A passeata foi também um agradecimento a Deus e à população que respondeu positivamente ao movimento.

ATO PÚBLICO

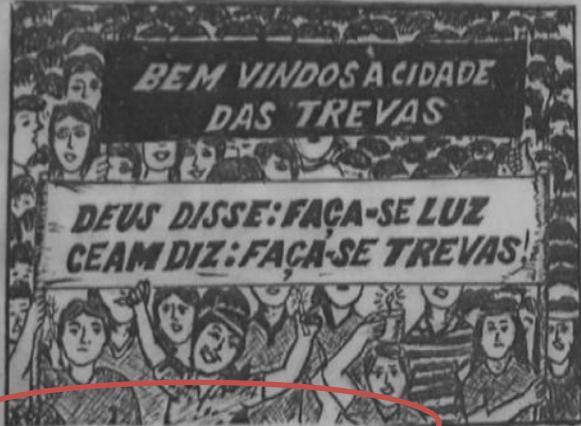
A noite do mesmo dia 23, houve um Ato Público com o qual se encerrou a semana de luta.

E AGORA, O QUE FAZER?

Um trabalho importante foi feito, mas não basta colocar no papel reivindicações e propostas. Você gritou, agora é agir.

2013/11/21 15:37

7



BEM VINDOS A CIDADE DAS TREVAS

**DEUS DISSE: FAÇA-SE LUZ
CEAM DIZ: FAÇA-SE TREVAS!**

GRITO CONTRA A FOME CONTINUA

Nos dias 22 e 23 de julho aconteceu na sede Náutico e na praça de Nazaré o momento forte do GRITO CONTRA A FOME E EM FAVOR DA VIDA. Centenas de trabalhadores rurais e urbanos discutiram, falaram, ouviram e aprovaram um documento que foi entregue às autoridades e Instituições públicas e civis no sentido de suscitar melhoria nas condições de vida da população itacoatiarense.

Passados alguns meses a Comissão que coordenou o "Grito" inicia uma discussão com a finalidade de fazer uma avaliação e planejar a continuação do movimento contra a fome e em favor da vida. Está previsto para este mês de novembro uma reunião com todos os interessados a fim de avaliar a caminhada.

Para a Comissão Coordenadora, o "GRITO" já fez chegar aos ouvidos dos governantes inquietações e, diante disso, algumas providências já foram tomadas.

SAÚDE E SEGURANÇA

Sobre a questão da falta de saúde e condições de funcionamento, houve a intervenção no Hospital "José Mendes" que afastou os políticos que estavam se aproveitando da doença do povo para enriquecer; foi criado, também, o Conselho Municipal de Saúde;

Sobre a segurança, a Comissão a firma que houve mudanças: o delegado já é um outro; o Detran já começou o trabalho de sinalização; foi criado o Conselho do Menor e do Adolescente;

EDUCAÇÃO, PRODUÇÃO E ENERGIA

Em se tratando da educação, as reivindicações foram inseridas no PLANO MUNICIPAL DECENAL que está sendo discutido a nível nacional; Já fala-se na criação urgente do Conselho Municipal de Educação.

Quanto a questão dos roçados para os pequenos produtores ficou afirmado no "GRITO" que os trabalhadores rurais podem fazer roçados até 2ha sem problemas com o IBAMA. Também, o FNO especial está saindo para os mesmos que possuem apenas mão-de-obra familiar.

Sobre a Energia Elétrica, o "Grito" suscitou a vinda do presidente da CEAM à Itacoatiara onde ele afirmou que no máximo 40 dias depois da vinda dele, dois motores estariam funcionando na cidade, melhorando o problema. Vamos ver para crer!

DICAS PARA A DONA DE CASA

- A carne dura ficará macia se você lhe juntar umas três gotas de leite de mamão verde.
- O forno do seu fogão não enferrujará se você tiver o cuidado, depois de usá-lo de deixá-lo com a porta aberta, até que esfrie completamente.

2013/11/21 15:39

A década de 1990 marca de maneira significativa a organização sindical dos trabalhadores rurais e sua visibilidade no município de Itacoatiara por meio do “Grito pela Vida”. Esta ação mobilizadora ganhara maturidade organizativa graças ao dia do trabalhador rural celebrado pelo STTR e pela Prelazia desde a década de 1970. Daí a importância de recompormos essa memória presente nos arquivos desses trabalhadores rurais como forma de reconhecimento e importância histórica dessas mobilizações. Além de pontuarmos alguns elementos do movimento sindical no estado que reforçam sua importância para a conjuntura da luta nacional dos trabalhadores do campo e sua capacidade de mobilização.

Reforça também o reconhecimento histórico do MSTTR do estado do Amazonas como organização social do campo de onde outras organizações puderam se inspirar para continuar mobilizando os trabalhadores rurais. A parceria Igreja e sindicalismo rural favoreceu a explicitação de determinados recortes de classe e de território, ancorados nas experiências de resistências e de mobilizações aqui registradas oferecendo uma nova linguagem através da qual novas contradições encontradas no campo puderam ser explicitadas e superadas (MEDEIROS, 1998) ainda que boa parte desse projeto esteja em pleno curso.

A mobilização e a reivindicação pelo rural no Brasil permanecem. Boa parte dessas mobilizações que há 40, 30 e 20 anos atrás eram marcadamente locais hoje se configuram no espaço nacional da luta no campo. O “*Grito pela Vida*” foi tornado “*Grito da Terra Brasil*” uma mobilização da CONTAG em Brasília-DF, mas que é antecedida pelo “*Grito da Terra*” a partir das FETAGRI’s em cada estado brasileiro.

O formato dessa mobilização preserva o formato histórico: análise da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo; elaboração de um documento síntese sobre essa realidade juntamente com a pauta reivindicatória e a apresentação da mesma numa grande assembleia realizada em Brasília – DF. Todo ato é precedido por uma grande caminhada que congrega inúmeros trabalhadores e trabalhadoras do campo das diversas partes do Brasil.

O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais, assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural. É um espaço de proposição, reivindicação e negociação de políticas públicas para o campo e floresta, além de ser um processo mobilizador, formativo e informativo. A pauta de reivindicações é um documento de construção de propostas para valorizar o espaço rural como um lugar capaz de promover transformações sociais. Ela concentra

demandas relativas a todas as áreas de atuação do MSTTR, inclusive que atendam a todas as idades e gênero. É construída durante o ano a partir da identificação de problemas e demandas do meio rural (CONTAG, 2014).

No ano de 2014 o tema do “*Grito da Terra Brasil*” foi “*Terra, Agroecologia e Soberania Alimentar*” tendo como sentido principal a celebração do Ano Internacional da Agricultura Familiar. A mobilização nacional ganha formato e coesão com as mobilizações locais que ainda permanecem.

Na narrativa como de dona Izete Rodrigues (FETAGRI/AM) vemos destacado o fato de que o “*Grito da Terra Brasil*” ganhou êxito nesses últimos anos porque o trabalho de base dos STTR’s permanece, fazendo com que as diferentes expressões dos trabalhadores do campo e suas demandas sejam reveladas e consideradas num contexto mais abrangente. As conquistas são expressivas e revelam a somatório de esforços desses trabalhadores rurais junto as suas organizações como os sindicatos.

Com o GTB, os trabalhadores e trabalhadoras rurais acumularam muitas conquistas, a exemplo da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); da desapropriação de milhares de hectares de terra para a reforma agrária; da concessão de benefícios previdenciários rurais; e da melhoria das condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas rurais. O Grito da Terra Brasil é uma ação sindical estratégica para a formulação e implementação de políticas públicas fundamentais para a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) (CONTAG, 2014).

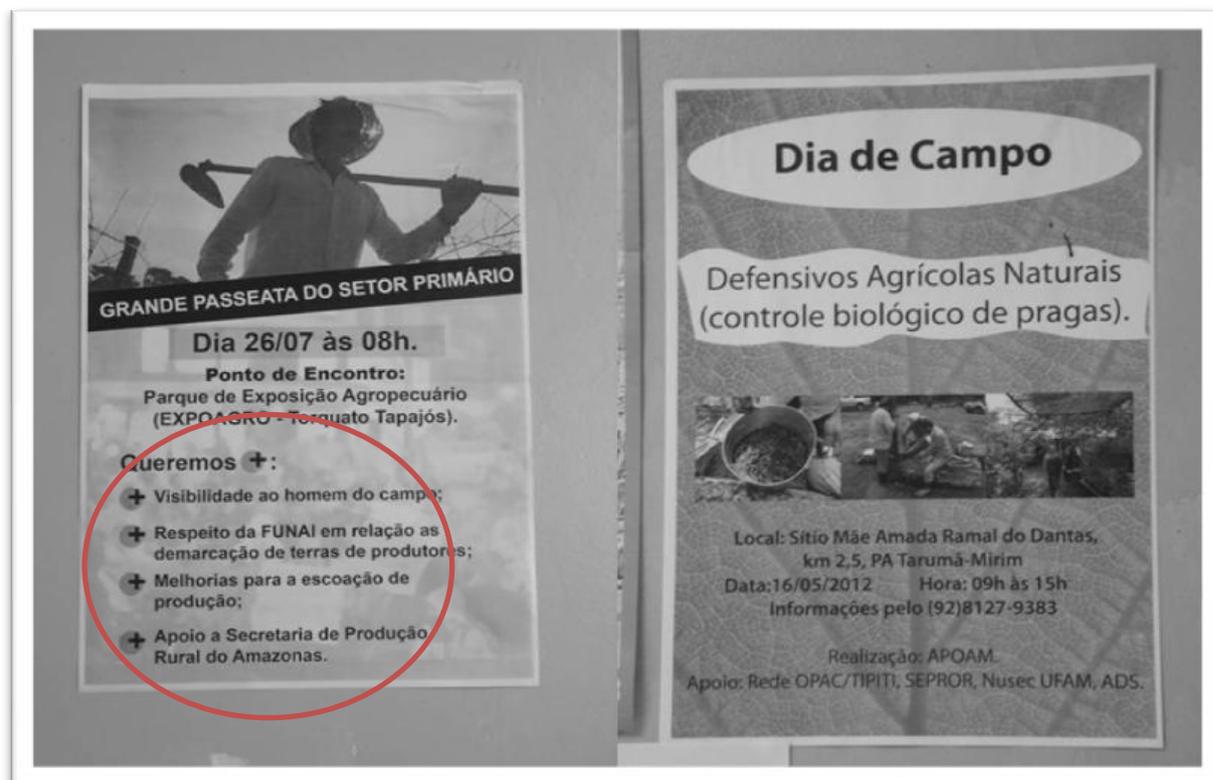
No estado do Amazonas é realizado pela FETAGRI o “*Grito da Terra do Amazonas*” considerando a realidade e a luta dos trabalhadores rurais amazônidas. Paralelo a esse grito identificamos outras mobilizações organizadas pelos STTR’s no estado reforçando sempre as características e a realidade que envolve o camponês amazônico na sua luta, nas suas demandas e no seu projeto de sociedade e de vida.

Figura 30 – Cartazes do 19º (2013) e 20º (2014) Grito da Terra Brasil



Fonte: CONTAG, 2014.

Figura 31 – Cartazes de mobilizações no estado do Amazonas



Fonte: Trabalho de campo, STTR Careiro, Manaus e Iranduba, 2013.

O “Grito pela Vida” acabara se tornando aqui uma das sínteses da memória coletiva da luta desses inúmeros trabalhadores rurais e elemento norteador da interface entre sindicalismo rural e Igreja nas várzeas do Amazonas.

De alguma maneira, essa forma de lutar alcançou e alcança os trabalhadores rurais no presente. Para além das contradições encontradas no campo brasileiro, ao pensarmos o presente e a construção do seu futuro concordamos com Carlos Rodriguês Brandão, de que “todo projeto de construção do futuro só poderá ser motivado e, depois, realizado, como um plano de história, mediante uma reconstrução solidária do passado vivido pelas gerações antecedentes” (BRANDÃO, p.28, 1998 *apud* WANDERLEY, p. 39, 2010). De maneira que “cada geração presente torna-se responsável por si mesma, pelas gerações vindouras e pelo destino não realizado das gerações do passado” (*idem*, p. 31).

Isso nos faz afirmar que nesse projeto de construção do campo brasileiro também se ancora a contribuição de nossa disciplina social reconstruindo memórias, desvelando processos e apontando sentidos e significados presentes nas relações sociais e em suas simbologias.

2.6 Igreja e Sindicalismo Rural no Amazonas: entre símbolos e mudanças

Este anel é feito a partir de uma palmeira da Amazônia. É sinal da aliança com a causa indígena e com as causas populares. Quem carrega esse anel significa que assumiu essas causas. E, as suas consequências. Você toparia usar o anel? Olha, isso compromete, viu? Muitos, por causa deste compromisso foram até a morte.

(D. Pedro Casaldáliga. *O anel de tucum*, 1994).

Andando pelas ruas de Itacoatiara sentia a necessidade de encontrar um símbolo que representasse a caminhada do povo da Prelazia, principalmente, aquela empreendida pelos trabalhadores rurais. O caminho que percorria da casa onde eu estava hospedado até à sede da Associação D. Jorge sempre passava ao lado de uma pequena capela conhecida como Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

Figura 32 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Itacoatiara/AM



Fonte: Trabalho de campo, Prelazia de Itacoatiara, Itacoatiara, 2013.

Essa igreja na época de D. Jorge, segundo os moradores, era um lugar onde ele sempre celebrava a missa, além de ser um ponto de encontro para muitas famílias ribeirinhas que vinham para sede do município a cada mês para resolverem suas pendências. Muitas dessas

famílias não tinham um lugar para ficar e se alimentar, foi pensando nisso, que a equipe pastoral da Prelazia começou a organizar o que eles chamaram de “cantinas” para oferecer comida ao povo que vinha de longe. Uma dessas “cantinas” se encontra funcionando ao lado da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

Em frente a essa capela cruza uma avenida onde no seu começo vemos as torres da imponente Catedral da Prelazia. A cada hora os sinos badalam indicando a marcação do tempo que corre. Pensava comigo que o “sino” poderia ser um elemento simbólico para representar essa relação entre Igreja e sociedade e, no caso estudado, entre Igreja e o Sindicalismo rural.

Continuei minha busca ao longo dos dias. Logo me dei conta, a partir das narrativas colhidas, que atuação da Igreja em Itacoatiara mudara significativamente nesses últimos anos. Segundo o que muitos moradores falam: “deixou de ser a Igreja do povo”. Conversando com alguns associados da Associação D. Jorge, eles me relataram que na Prelazia quase não se faz mais memória a D. Jorge. Pontuaram também que seu túmulo na Catedral se resume apenas a uma lápide muito simples, e até há pouco tempo era um lugar bastante visitado. Pensava comigo que representar a luta do povo através da figura dos sinos da Catedral poderia ser uma grande incoerência.

Foi quando me ocorreu a imagem daquela capelinha e sua história. Também recordei que grande parte dos meus entrevistados usava um anel preto, feito do ouriço do tucumã fruto nativo de uma palmeira da região. Conhecido como “anel de tucum”, ele foi muito usado pelas lideranças pastorais, religiosos e religiosas, padres, bispos e demais militantes sociais que se identificavam com a luta pela justiça social nas décadas de 1970 e 1980 na América Latina e, em especial, no Brasil. Esse anel se tornaria uma espécie de aliança-símbolo do compromisso com a “opção preferencial pelos pobres” e sua causa.

A trajetória da vivência desse compromisso tornou-se filme no ano de 1994 quando a produtora Verbo Filmes lançou o longa metragem em 35 mm chamado de “Anel de Tucum”. O filme retratou o cotidiano de homens e mulheres que fizeram das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e dos movimentos populares uma realidade. O longa se passa no ano de 1992, nesse mesmo ano ocorre o 8º Encontro Intereclesial de Comunidades de Base em Santa Maria – RS onde algumas das cenas foram gravadas durante a realização do intereclesial.

A narrativa cinematográfica mostra uma trama que se desenrola em função do jornalista André¹⁰⁰, tentar desvelar quem está por detrás da organização das comunidades de

¹⁰⁰ Interpretado pelo ator João Signorelli.

base e dos movimentos sociais e populares que têm colocado em risco os interesses da “elite brasileira” nessa época. O auge da narrativa é quando o jornalista vai à Diocese de São Félix do Araguaia entrevistar D. Pedro Casaldáliga. Nesse encontro, D. Pedro é questionado pelo repórter sobre que grupo ou qual pessoa organizava e liderava as CEB’s e os movimentos populares levando o povo a tomar consciência de sua realidade e buscar sua libertação.

Esperando uma resposta cheia de justificativas, o jornalista se surpreende quando D. Pedro aponta para o lugar da capela e nela mostra uma luz vermelha que simboliza a presença de Jesus na Eucaristia. O sinal serviu para indicar o motivo por qual ele, como bispo e o povo em geral, buscavam lutar. Na mesma tomada há a cena que se tornou clássica que mostra o anel de tucum como o símbolo-aliança tomado por todos aqueles que assumiram a causa e a “opção preferencial pelos pobres”. Nela, D. Casaldáliga expressa e sintetiza todo o argumento do filme:

Este anel é feito a partir de uma palmeira da Amazônia. É sinal da aliança com a causa indígena e com as causas populares. Quem carrega esse anel significa que assumiu essas causas. E, as suas consequências. Você toparia usar o anel? Olha, isso compromete, viu? Muitos, por causa deste compromisso foram até a morte (D. Pedro Casaldáliga. O anel de tucum, 1994).

Itacoatiara seria o último município a ser visitado para o trabalho de campo. Acreditava que seria importante um registro fotográfico que sintetizasse todas as histórias apreendidas naquele lugar. Dei-me conta que essa imagem era da pequena Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Não hesitei em fazer o registro.

Assim, retornei a Manaus com dois símbolos que representavam essa interface entre Igreja e sindicalismo rural. O primeiro símbolo, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré que nos remete a caminhada empreendida pelo povo da Prelazia de Itacoatiara, sobretudo, na época de D. Jorge e todas as lições apreendidas nesse tempo, bem como as lutas e conquistas.

O segundo símbolo, o anel de tucum, aliança feita com o ouriço do tucumã – fruto nativo da nossa região amazônica – sintetiza parte da luta dos trabalhadores rurais organizados nos sindicatos. Mesmo que essa aliança de tucum sirva para simbolizar todas as lutas pela libertação dos pobres e marginalizados, percebi que nessa pesquisa esse símbolo ganhava força, pois muitas das lideranças que entrevistei carregavam consigo o anel de tucum lhes remetendo diretamente as causas e lutas dos trabalhadores rurais.

Figura 33 – O anel de tucum.



Fonte: Trabalho de campo, VI Assembleia da FETAGRI/AM, Manaus, 2013.

Em meio a esses símbolos, nos perguntamos se essa aproximação entre Igreja e a religiosidade popular objetivada nas CEB's que nas décadas precisadas aqui vieram a organizar movimentos sociais, teria uma orientação comum na América Latina e, em especial, no Brasil? Para os estudiosos da questão, nesse momento, a interface Igreja, sociedade e política na América Latina se compreendia pelas reflexões advindas da *Teologia da Libertação* (TOURAINÉ, 1989).

Nas décadas de 1960, 70 e 80 vemos surgir nos centros teológicos da Igreja na América Latina um tipo de Teologia cuja principal expressão epistemológica se dará pela categoria *libertação*. Entretanto, esse não será apenas um privilégio reflexivo da Igreja Católica. Outras confissões cristãs como os luteranos, calvinistas, presbiterianos e batistas consideraram a *libertação* como uma categoria que os levaria a relerem as suas realidades confessionais no continente fazendo opções concretas também pelas causas populares.

A questão é que católicos ou não, os cristãos que vivenciaram esse tipo de eclesialidade libertadora viam que era preciso compor uma “teoria da dependência” em vista de explicar por que, mesmo entre os cristãos, havia desigualdades sociais e econômicas. Na teoria da dependência eles enxergavam a possibilidade de denunciar todas as formas de

imperialismo, de dominação do capital que se exercia através dos Estados nacionais que eram, nessas décadas, e, em sua maioria, corruptos e repressivos que oprimiam o seu próprio povo e estavam a serviço do imperialismo (TOURAINÉ, 1989).

Um pensamento político e religioso ao mesmo tempo pode, então, apelar antes para o tema da exclusão do que para o da exploração, pode apelar antes para o protesto global do que suceder à sociedade capitalista, quando esta estivesse acabado sua tarefa histórica de desenvolver as forças de produção (TOURAINÉ, 1989, p. 123).

No horizonte dos teólogos da libertação tais ações caberiam ao povo que seriam os agentes da libertação. E a eles, aos teólogos e demais lideranças religiosas, restaria a responsabilidade de mobilizar e criar as estratégias para que os agentes viessem a agir. Como nem sempre a tarefa do povo era “automática” e imediata, os teólogos e religiosos também se reservariam a tarefa de denunciarem todas as formas de “dominação que destrói a capacidade de ação do povo, que aliena as vítimas” (TOURAINÉ, 1989, p. 124). Nesse tempo, não bastava organizar era preciso também efetivar os canais de denúncias.

Muitos intelectuais foram atraídos por análises que valorizavam seu sacrifício e seu papel profético e que abriam novos espaços de ação ao lado de movimentos de massa, que eram amplamente dominados por líderes nacionalistas ou populistas (TOURAINÉ, 1989, p. 124).

Nesses canais, havia um conjunto de fórmulas e chaves interpretativas sobre a sociedade, a economia, a política, a Igreja e sobre a própria forma de pensar e fazer Teologia. É interessante notarmos a elaboração de algumas sínteses, como: a teologia “é uma reflexão a partir da *práxis* do homem; procura pensar a fé a partir da *práxis* histórica e a partir da maneira pela qual a fé é vivida no engajamento libertador” (TOURAINÉ, 1989, p.124).

A transformação das formas de sociabilidades opressoras se daria pela inserção do *historicismo* (TOURAINÉ, 1989; SOBRINO, 1999), na reflexão da fé vivida nas bases. A questão de fundo – promover a libertação das formas opressoras vividas na sociedade – faz com que se tome uma dada perspectiva histórica para a vivência e compreensão da fé, nesse caso, Jon Sobrino (1999) define como perspectiva *desde las víctimas*:

[...] Es cierto que existe una certa universalidade em el sujeto creyente y en el objeto, Jesucristo, pero de ello no se deduce que la reflexión pueda comenzar desde lo universal. Todo pensamiento está ubicado em algún lugar y surge de algún interés; tiene una perspectiva, um desde donde y um hacia donde, um para qué y um para quién. Pues bien, el desde dónde de esta

teologia es una perspectiva *parcial, concreta e interesada*: las víctimas de este mundo. Todo ello viene exigido por la revelación de Dios y también por la realidad del mundo actual, aunque esto se decide siempre dentro de un círculo hermenéutico. El argumento em favor de esta perspectiva es pues, em ultimo término, indefenso, pero em nuestro mundo es razonable y necesario [...] (SOBRINO, 1999, pp. 14-15).

Sobre essa perspectiva *desde las víctimas* propomos uma reflexão sobre a Igreja e sindicalismo rural no Amazonas marcando o lugar da Amazônia nessa leitura. A Teologia da Libertação aqui, assim como em outras partes do Brasil, associada às comunidades de base, provocou a mobilização em torno de causas coletivas como a dos trabalhadores rurais. Essa via de mão dupla que associava reflexão e ação (DINNELY *et al*, 2012), levava as lideranças sociais a recusa da integração à realidade social.

No Amazonas, as CEB's também assumiram um caráter parapolítico ou infrapolítico (TOURAINÉ, 1989), no sentido de recusarem uma postura mais passiva diante das forças do Estado. Nesse sentido, considerando a experiência da Prelazia de Itacoatiara junto aos trabalhadores rurais e a constituição do MSTTR no Amazonas, podemos encará-los como a tradução e a objetivação de uma fé tornada mobilização social, porque foi libertadora.

Caminhando pelas ruas de Itacoatiara pude experimentar essas reflexões que agora traduzo. Já me antecipei em dizer que muita coisa mudou na Prelazia, na vida dos trabalhadores rurais, no interior do MSTTR. Mudanças que fazem parte da dinâmica de qualquer forma de organização social. Algumas suficientemente boas e outras com sérios limites.

Percorrendo os sindicatos no Amazonas percebi que dentre essas mudanças o perfil da fé libertadora das lideranças sindicais também mudara nesses últimos anos. Relendo meus cadernos de campo encontro essa seguinte observação que bem ilustra o que estou afirmando:

Momento de travessia. Deixo Manaus já numa ensolarada manhã que reflete nas águas do rio negro e atravesso para o Careiro da Várzea distante a 25Km de Manaus. O Careiro é o primeiro município que faz referência direta ao nome do sindicato onde D. Lúcia é presidente. Essa referência ganha importância na história do movimento por aqui devido à intensa produção familiar presente não somente no Careiro como também no município de Iranduba e mesmo em Manaus.

As terras para o lado de lá são bem mais férteis em decorrência da grande quantidade de nutrientes depositados nas áreas terrestres da várzea – mais conhecidas como “praias” – pelo Rio Solimões – rio de água barrenta. A sazonalidade de cheia, seca e enchente permite estabelecer uma dinamicidade muito particular do modo de vida familiar de produção e de reprodução. A conhecida “Vila do Careiro” onde abriga a sede do município é muito pequena. Dependendo do tamanho da enchente do Rio Solimões chega a desaparecer do mapa devido tamanha quantidade de água que toma

conta do lugar. Subo a longa escadaria do porto e logo estou na praça central. Pausa para um café e na espera sou atraído pelo colorido presente nas portas dos improvisados comércios.

O espaço físico do sindicato aqui também parece provisório. Aliás, por causa do regime das águas grande parte das construções dessa pequena vila aparenta certa improvisação. Em geral, as construções são suspensas, assim como, alguns móveis internos, já reflexos da última enchente geralmente medida pela “marca” deixada nas paredes das construções.

As pessoas aos poucos vão chegando e quem dá as boas vindas e os recebe é uma simpática secretária que divide seu tempo com cópias de documentos, impressões, digitalização de textos e emissão de certidões de aptidão à agricultura familiar, cadastro do trabalhador rural na plataforma de dados da Previdência Social. D. Lúcia chega logo em seguida dando continuidade aos registros de aptidão à agricultura familiar. Coincidentemente, nesse dia o maior público era de mulheres. Os assuntos que circulavam na sala “entre elas” era sobre saúde, doença, migração, casos de violência no município, suicídio, religião, fé. O aparelho de televisão que quebra o silêncio do local está sintonizado num canal gospel da Igreja Assembleia de Deus. E uma a uma, D. Lúcia vai atendendo, pacientemente, dando as devidas orientações e a rotina daquele sindicato vai avançando. (Caderno de Campo. Pesquisa de Campo, Careiro da Várzea, 2013. Grifo meu).

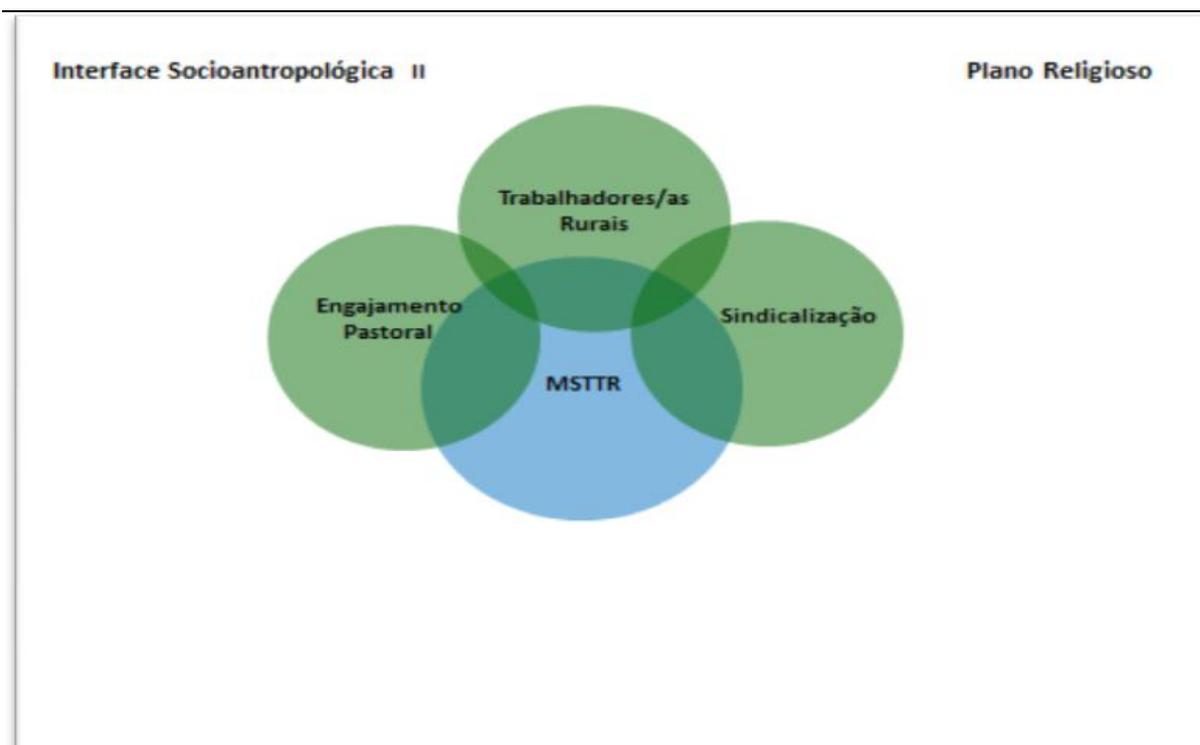
Um simples aparelho de TV e a sintonia num canal gospel da Assembleia de Deus me sinalizavam que, embora a luta social dos trabalhadores rurais ao longo dos anos deva ter se desenvolvido fortemente a partir da vivência da fé libertadora nas comunidades de base da Igreja Católica, essa fé na atualidade já não é mais a mesma de tempos atrás. Entretanto, mais do que explicar as causas dessa mudança o que vejo importante nesse cambio é que a fé também vai ganhando novos contornos e sofrendo remapeamentos revelando as consolidações das lutas passadas e os novos apelos sociais e subjetivos no presente e no futuro.

CONCLUSÃO

Vimos que o cristianismo libertador na América Latina e, conforme essa investigação, na Amazônia favoreceu a construção das identidades política e social entre trabalhadores rurais. Tanto a crença e a expressão simbólica da fé motivaram e respaldaram a luta social nas várzeas do Amazonas.

Os trabalhadores rurais do médio e baixo Amazonas engajados a um só tempo nas atividades pastorais da Prelazia de Itacoatiara são exemplo de como o discurso eclesial de base, motivador da organização social, uma vez incorporado por esses trabalhadores gerou sentidos, coesão e uniformidade à luta da classe trabalhadora rural.

Figura 34 – Interface Socioantropológica II – Plano Religioso



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

Ao mesmo tempo, vimos que essa atitude somente foi possível pelo fato de ter se desenvolvido no continente latino-americano um tipo de eclesialidade cristã que estava comprometida com o projeto de uma Igreja mais popular tendo como eixo central a vivência da fé e o exercício político da cidadania o que possibilitou a formação de identidades políticas na Amazônia.

Identificamos os elementos socio-organizativos que fizeram da Prelazia de Itacoatiara uma importante referência espacial da experiência libertadora da fé na Amazônia. Vimos alguns esforços assumidos, nessa época, que tinham como principal líder religioso D. Jorge Marskell que contava com o amplo apoio de uma rede de comunidades de base que assumiram para si o projeto de uma Igreja que deveria ter como inspiração as experiências de sociabilidades vividas desde as várzeas do Amazonas.

Nesse sentido, a Prelazia uniu esforços em promover ações como vivência comunitária, engajamento pastoral, sindicalização dos agricultores para que esses viessem a ser reconhecidos como trabalhadores rurais sindicalizados. Destacamos a importância da Comissão Pastoral da Terra – CPT – como uma pastoral que irá atomizar toda a luta empreendida entre os camponeses das várzeas do médio e baixo Amazonas tomando para si a

tarefa de organizar a luta, formando os trabalhadores rurais e mediando os conflitos agrários e aquáticos em parceria com o STTR do município.

Destaquei, ainda, que os arquivos da Prelazia, foram uma importante fonte para a investigação me possibilitando tecer essas reflexões com maior segurança e legitimidade. Uma vez que eles mostram as diferentes trajetórias assumidas pela história que envolve a Igreja amazônica e o sindicalismo dos trabalhadores rurais. Os arquivos de que tratamos falavam do universo agonístico dos camponeses amazônicos, sua lides, sua fé, seu engajamento pastoral e de como esse conjunto articulado gerou resistências sociais em torno da luta pelas condições de vida e de trabalho nas várzeas do Amazonas.

Por fim, como expressa Alfredo Bosi: “Parece ser próprio do animal simbólico valer-se de uma só parte do seu organismo para exercer funções diversíssimas. A mão sirva de exemplo” (BOSI, p. 468, 1994), o símbolo – aquilo que unifica – também faz parte do universo agonístico, o que nos leva afirmar que toda luta, qual seja ela, possui sua simbologia.

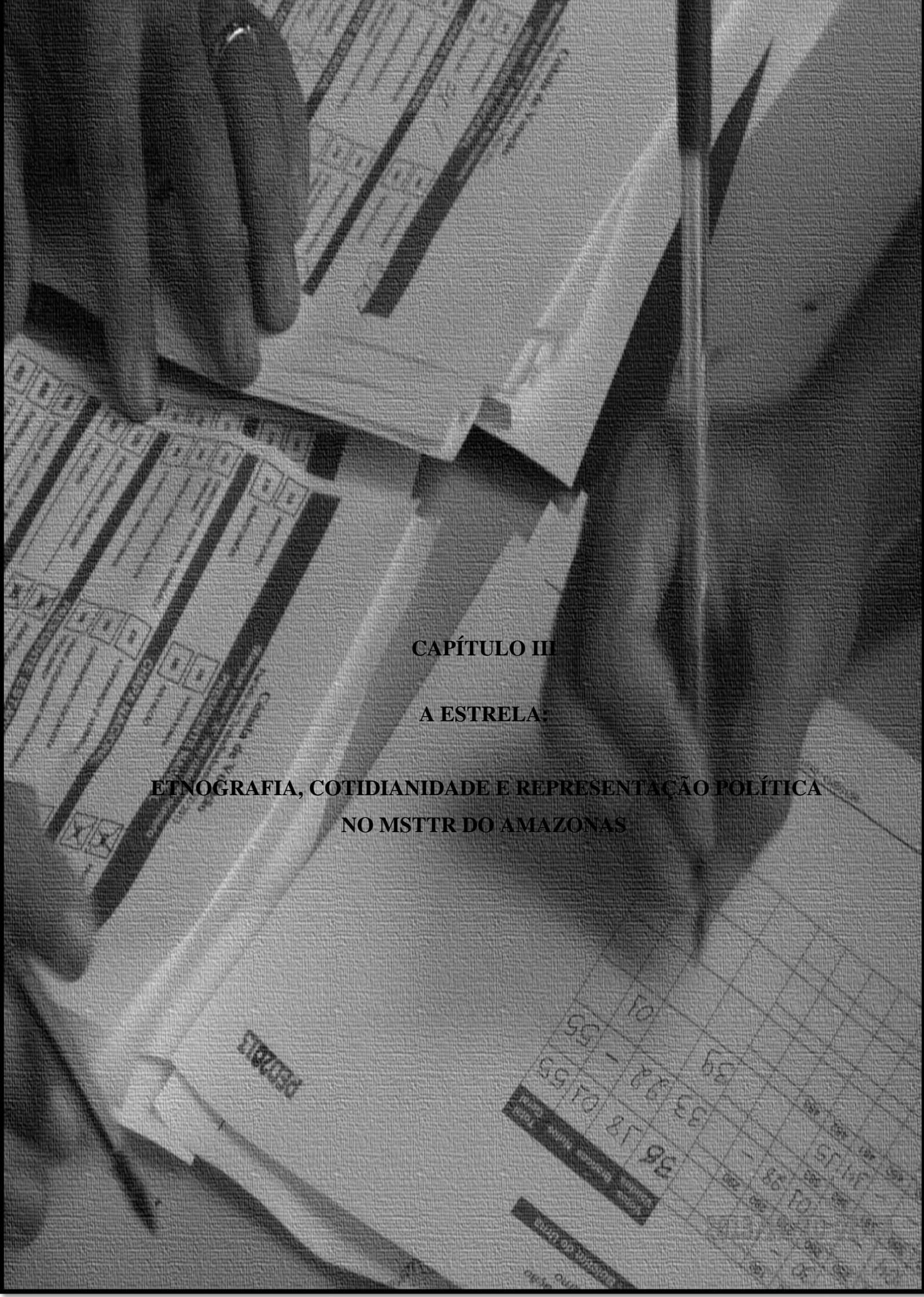
Esforcei-me em identificar quais símbolos poderiam representar a síntese da luta do sindicalismo rural no Amazonas e sua aproximação com a Igreja. Acabei por identificar dois e ambos possuem ligação com o uso das mãos conforme o pensamento de Alfredo Bosi.

O primeiro símbolo foi uma pequena capela erguida pela força e pelas mãos de trabalhadores, que ao final, buscavam nela abrigo, proteção e saciavam suas fomes de pão e de fé. O segundo símbolo – o anel de tucum – era aliança usada entre os dedos de muitas lideranças pastorais na época. Elas fizeram a opção de se colocar a frente da luta em prol de um projeto maior inspiradas pela solidariedade e pela justiça social.

Esses símbolos nos remetem o quanto de sagrado havia na junção entre a religião e o sindicalismo dos trabalhadores rurais na visão das lideranças aqui tomadas.

No próximo capítulo veremos como o MSTTR no Amazonas desdobra sua luta em outras formas de representação como a partidária. Se o engajamento pastoral favoreceu às lideranças sindicais uma maior qualificação no agir nas bases, a representação política partidária ampliará os horizontes institucionais dessas lideranças, sobretudo, da relação com os processos políticos cujo o estado democrático de direito é a grande arena.

Veremos como essas lideranças, antes apenas pastorais, agora sindicais e partidárias, se comportam nessa arena tendo como foco seus dilemas e suas tramas e, ainda, as mediações que usam para circularem e se manterem nessa ceara e as formas simbólicas que guardam consigo considerando seu universo da fé e de outros valores.



CAPÍTULO III

A ESTRELA:

**ETNOGRAFIA, COTIDIANIDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
NO MSTTR DO AMAZONAS**

INTRODUÇÃO

Eu tenho um pensamento muito diferente sobre a política: a minha política não é política partidária é uma política que eu chamo antropológica. É uma política de valorização dos princípios, das coisas, da família, da comunidade, das associações, da sociedade como num todo. Uma política dos movimentos sociais. Não me encaixei na política partidária (FRANCISCO MACENA DOS SANTOS, ex-presidente da FETAGRI/AM, Iranduba, Trabalho de campo, 2013).

Se nos atentarmos para os elementos que seu Macena considera como antropológicos a respeito da política, veremos que essa noção nos remonta para uma concepção centrada no exercício crítico da realidade e de sua integral libertação (LIBÂNIO, 2000). Como vimos no capítulo anterior, boa parte dessas lideranças aprenderam os preceitos da luta e da organização social a partir do engajamento pastoral.

Nesse ponto, não é de se estranhar que noções como essas do seu Macena acabam por determinar algumas posições críticas sobre o assunto do engajamento político. Por outro lado, o mesmo engajamento pastoral, levou a muitas dessas lideranças à militância política e partidária. Embora também critiquem o fazer política em diferentes organizações, como os partidos, mostram, com suas trajetórias de militância, que o envolvimento político era necessário e um caminho possível a ser tomado para a promoção da libertação integral do ser humano.

Entretanto, como observa Antônio Peixoto, “a política não é como a catequese”, ou seja, o engajamento pastoral não se confunde com militância partidária, são realidades diferentes, nos provocando a pensar quais os sentidos que assumem um representante político partidário que tem sua origem de engajamento desde os espaços eclesiais.

No capítulo veremos a forma como as lideranças oriundas do movimento sindical, cujas identidades políticas também foram construídas por meio da ação pastoral, circulam na arena da política partidária. Para isso, percorrerei dois polos inicialmente distintos, mas que ao final se igualaram, no sentido, de me permitir responder as questões em volta da relação entre o sindicalismo rural praticado nas várzeas do Amazonas e a representação política.

O primeiro polo reúne algumas questões, a saber: quais as trajetórias de vida política dos dirigentes sindicais¹⁰¹ que passaram a ocupar e circular na arena da representação político-partidária? Quais seus principais dilemas? De que tramas (estratégias) se valem para manterem-se num espaço institucional que num só tempo é próximo da arena sindical e se mostra também extremamente diverso e diferente? Que mediações carregam para dentro da arena da representação política que ajudam como uma espécie de “trunfo” na hora dos acordos, das trocas e das alianças? E quais as formas simbólicas que lhes são presentes nos seus modos de ser, marcando na arena da representação política uma distinção de outros políticos, pois são valores e símbolos aprendidos deste as formas de sociabilidades do modo de vida camponês?

O segundo polo aponta os caminhos que fui tomando para responder as questões apontadas acima. Fui percebendo que os dados colhidos durante o trabalho de campo me pediam para desenvolver um “olhar” analítico que explicitasse os diferentes modos de pensar e de viver o político a partir do sindicalismo rural.

O esforço de compreender as trajetórias de vida política dos dirigentes sindicais me fez optar pela Antropologia Social e Interpretativa como principal mediadora teórica e metodológica, partindo, sobretudo, dos temas a respeito dos sentidos da representação política e do voto (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996).

Nesse sentido, esse capítulo tem sua centralidade teórica e metodológica na Antropologia, pois me fiz valer para sua construção de temas como: etnografia, escrita etnográfica, experiência etnográfica, campo, interlocutores, mediação.

Vejo a importância de reconhecer que essa mudança de “olhar” se deu *in loco*, durante o trabalho de campo, me levando a entrar em contato com novos elementos. Eles escapavam à minha pouca compreensão sobre os temas que estava prestes a abordar, levando-me a revisão da teoria e da metodologia considerada até o presente.

O resultado foi que enquanto procurava circular no polo das questões que me propus responder sobre sindicalismo e representação política, eu também tinha que me colocar no lugar de etnógrafo e etnólogo – segundo polo – em vista de responder as questões propostas. Nessa narrativa, veremos a articulação dos dois polos: o esforço de estabelecer a

¹⁰¹ Darei destaque às trajetórias de vida política dos seguintes dirigentes sindicais: Izete Rodrigues (FETAGRI/AM), Raimundo Aldo França (STTR/Autazes), Antônio de Oliveira Castro (STTR/ Urucurituba) e Antônio Peixoto (Partido dos Trabalhadores e STTR/ Itacoatiara). É importante ressaltar que durante a pesquisa tive contato com outros dirigentes sindicais que também exerciam atividades de militância partidária em diferentes partidos, entretanto, a maioria dos que entrevistei eram militantes partidários do Partido dos Trabalhadores – PT. Nesse caso, os interlocutores da pesquisa, cujas narrativas de vida e militância irei considerar mais de perto no presente capítulo, todos são filiados e exercem suas atividades políticas pelo Partido dos Trabalhadores.

inteligibilidade das relações políticas a partir do MSTTR e as mediações que encontrei durante o trabalho de campo e fora dele para compreender tais relações.

Veremos que etnografar a vida política dos trabalhadores rurais e dirigentes sindicais somente foi possível porque a pesquisa tornou-se experiência de campo. Essa experiência foi traduzida e tornada texto etnográfico considerando o olhar da disciplina antropológica e seus autores quando narram suas experiências nos ajudando a compreender as nossas.

Destaco também que sem a experiência dos “nativos” e suas narrativas eu não faria a minha experiência de campo, considerando que o encontro entre o sujeito pesquisador e os interlocutores da pesquisa se configura na principal mediação da pesquisa antropológica.

Por fim, nesse movimentar-se entre polos, volto à arena sindical já caracterizada como oficial e difusa. Nesse retorno, considerando agora as relações políticas, veremos que outra característica da arena sindical se estabelece quando dirigentes sindicais e trabalhadores rurais se engajam no partido político.

Essa arena é interpretada como segmentar, pois essas lideranças se deparam com a realidade partidária que é multifacetada e segmentar, combinando um conjunto de diferentes interesses todos legítimos e em disputa.

Uma arena que se intersecta com a sindical, mas que possui legitimidade na dinâmica das relações. Nesse sentido, os dirigentes sindicais se sentem desafiados de maneira permanente ao circularem nessa arena, pois sabem que ao mesmo tempo em que sua luta é colocada à prova poderá também vir a ser um lugar de oportunidades.

Figura 35 – Plano Político Representativo – Segmentação do MSTTR



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

3.1 A pesquisa enquanto experiência: uma Etnografia com trabalhadores rurais

“Em casa, ao redor da mesa entre familiares e amigos”: essa expressão retirada do meu caderno de campo, onde registrava o que vivenciava nos dias de trabalho de pesquisa. Poderia passar despercebida em meio a tantas outras expressões e registros os quais tomei nota, algumas até com certo tom poético, mas que me serviram para compor o conjunto do presente texto.

No entanto, passados os dias em campo, a referida expressão ganhou um significado especial pelo motivo dela ter conseguido sintetizar o que havia experimentado durante a pesquisa. Ela pontuava os lugares e toda a rede de sociabilidade onde fui introduzido para captar o universo organizacional e político do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

O que experimentei em campo não se restringiu apenas aos lugares oficiais que esse tipo de trabalho nos leva a conhecer como as próprias sedes dos sindicatos. Fui percebendo, ao poucos, que a experiência de pesquisar se deu, principalmente, fora dos lugares oficiais da pesquisa, embora reconheça sua importância e mediação para a obtenção dos dados. Ao ser introduzido nos “lugares não oficiais” como as casas dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores rurais sindicalizados fui colhendo uma dimensão da pesquisa que nesse momento era estranha, mas no decorrer dos dias foi se revelando como familiar.

Essa maneira de ser introduzido ao campo me ajudou a perceber que havia uma rede de sociabilidade entre esses dirigentes que extrapolava os limites da sede sindical englobando não somente os trabalhadores rurais, como também familiares e amigos que, num primeiro olhar, pareciam não ter nenhuma ligação com o STTR. Mas a maneira como essas pessoas se ligavam aos dirigentes sindicais deixava escapar traços e elementos da luta empreendida por eles. Essa consciência demorou vir à tona.

Primeiro tive que vivenciar todos esses aspectos que não foram programados para somente depois, escrevendo, tomar consciência de que as mediações no campo estavam se configurando outras e já não mais seriam aquelas que eu imaginava quando ainda programava a pesquisa.

No momento em que precisava coletar os dados sobre sindicalismo rural e representação política a *casa* fora descoberta como espaço político: da partilha dos dilemas sofridas no esforço da representação às tramas e estratégias para a campanha política. Lá conheci os amigos e os companheiros; escutei as histórias da família, dos filhos, dos esposos e, nessa interação, me eram fornecidos dados que me ajudariam a remapear o oficial e o difuso presentes num só tempo no MSTTR.

Compreendi que essas duas realidades do movimento estavam coladas uma na outra. Eu não poderia me furtar de buscar os relatos oficiais sobre o sindicalismo rural, como também não poderia fechar os olhos aos meus novos mediadores em campo. No fundo, percebi que essas duas realidades estavam ali presentes, caminhando juntas sem nenhuma relação de exclusão.

Diziam-me, portanto, que assim também se formara o MSTTR. Com isso, minha tarefa era a de apenas criar um texto que se esforçasse em ser coerente em retratar a “luta sindical” como fonte de memória construída pelos trabalhadores rurais, considerando os elementos oficiais e difusos encontrados nas sedes e nas casas onde trabalhava e vivia cada dirigente com quem pude conversar.

Nesse ponto, me senti desafiado a narrar uma experiência, que no começo é apenas projeto, mas que no correr dos dias vai se concretizando por meio de ações a ponto de perdermos até o controle daquilo que investigamos. Na verdade, não há controle algum, no máximo parâmetros para filtrar as ideias, o restante são etapas sucessivas de encontros entre sujeitos que acabam partilhando de suas vidas.

Como narrar uma terceira história que é o resultado do encontro de outras duas histórias permeadas de “relações de poder e de propósitos pessoais” (CLIFFORD, 2011), de maneira que ela seja suficientemente coerente com seu propósito de apenas narrar as relações sociais objetivadas, mas sem retirar dessa narrativa a dimensão da experiência fazendo-a sua principal mediadora?

Acredito que esse capítulo se esforça a responder essa que considero uma delicada questão que foi se impondo de maneira gradual à minha reflexão. Por outro lado, arrisco responder que a escrita etnográfica, o seu desenvolvimento e o lugar que esse tipo de texto ocupa na pesquisa travando e mediando dilemas possa nos ajudar a encontrar um conjunto de possibilidades de compreensão.

Assim, devo responder que pelas questões da pesquisa estou tratando da representação política vivida a partir do sindicalismo rural. Entretanto, o diferencial que encontrei foi a experiência que tive com os sujeitos pesquisados e a escrita etnográfica que buscou traduzir o que experimentei durante a investigação. Como num movimento dialético a experiência se traduz em escrita e essa se configura como etnográfica que nos devolve para a experiência e que nos permite oferecer inteligibilidade à realidade que nos propomos estudar.

Nesse sentido, James Clifford em *A experiência etnográfica* (2011) nos diz que:

[...] a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. Em resposta a estas forças, a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade. Essa estratégia tem classicamente envolvido uma afirmação, não questionada, no sentido de aparecer como provedora da verdade no texto [...] (CLIFFORD, 2011, p.21).

Julgo pertinente chamar atenção para alguns elementos da citação em vista de compreendermos melhor como se deu a experiência que vivi junto aos trabalhadores rurais que busquei traduzir nas etnografias destacadas nesse capítulo da dissertação.

3.1.1 “a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita”

Aparenta ser até uma condição de existência da etnografia. Por outro lado, ela poderia ser expressa apenas oralmente ou até visualmente. Porém, o que observamos é que a etnografia quando encontra na escrita sua maior expressão vemos o registro da materialidade dos acontecimentos narrados, experimentados e partilhados entre quem pesquisa e quem é seu interlocutor na pesquisa.

No caso citado, a escrita etnográfica me permitiu expressar a memória coletiva captada a partir de um grupo de lideranças ligadas ao movimento sindical de trabalhadores rurais. Essa memória, ao mesmo tempo em que relatava a vida e a história de dado movimento social do campo, também acabara convergindo para a memória do próprio trabalho de pesquisa realizado. A escrita tornou-se um importante canal de registro e de materialidade da memória de quem pesquisou e dos acontecimentos que envolveram as diferentes lideranças ligadas ao MSTTR.

Para escrever é preciso certo distanciamento daquilo que se observa ou mesmo se experimenta, nos exigindo a solidez reflexiva. Esse começo nem sempre é fácil, sobretudo, quando se está realizando o trabalho de campo onde as condicionantes do tempo, dos recursos, do deslocamento nos impõe um ritmo que nos limita nessa etapa mais introspectiva. O que ocorre é que você entra no campo escrevendo, ainda que de maneira embrionária o experimentado, passa por ele escrevendo e sai dele também escrevendo. A etnografia reserva seu lugar para a experiência. A escrita mostra a maneira como ela se deu.

3.1.2 “uma tradução da experiência para a forma textual”

O que ocorre é que você está o tempo todo sendo desafiado por essa dialética de experimentar e registrar. Escrever para ser devolvido ao que experimentou para estabelecer novas sínteses e outras conexões e quem sabe viver novas experiências no campo e para além dele. Entretanto, como traduzir o sentimento de frustração de uma liderança sindical que se percebe não reconhecida pelos seus pares como representante político? De que forma expressar tal sentimento na escrita etnográfica resguardando o sentimento da pessoa sem expô-la, mas procurando também revelar os dilemas que passa dentro da organização social?

São questões como essas que nos mostram que a tradução do vivido pode ser um exercício para toda a vida como pesquisador. O pesquisador necessita encontrar o lugar da palavra na etnografia que a faça traduzir o experimentado nos ajudando a compreender que fatos como a cultura política são construídos a partir das relações locais, mas que estão ligadas há uma noção de totalidade na própria cultura (MAGNANI, 2009).

Traduzir as experiências de trabalhadores rurais na política representativa me exigiu estabelecer a ligação entre os lugares oficiais de atuação desses trabalhadores, bem como, espaços que aparentemente estavam isentos dessa oficialidade, mas que eram ocupados com o intuito de se discutir os temas políticos ligados diretamente a esse tipo de representação.

O esforço foi perceber tanto o oficial como o difuso como espaços legítimos para a trama política. Nesses espaços pude colher e registrar os arranjos, os significados, os termos, as falas e a lógica da representação política oriunda do movimento sindical rural e incorporar tudo isso na etnografia escrita explicitando os padrões, o aparato intelectual, o sistema de valores e a percepção desses trabalhadores rurais.

3.1.3 “O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades...”

De que maneira conformar as múltiplas subjetividades de quem pesquisa e daqueles que são os seus interlocutores em campo? A questão bem expressa um dilema vivido durante a pesquisa. Acostumamo-nos a ler os relatos etnográficos como histórias um tanto mirabolantes de pesquisadores que se entregam à aventura do campo encontrando sujeitos diferentes, “exóticos” e suas culturas. E tudo isso é expresso de maneira que ao final não percebemos os dilemas vividos, e caso são expressos, a resolução desses dilemas se deu quase num passe de mágica.

Mas sabemos que não é dessa forma que acontece. O processo que nos leva a produção etnográfica, como nos lembra James Clifford (2011) é complicado, nos desafia a cada instante e não reserva espaço para ilusões aventureiras, pelo fato de se tratar da construção de relação social entre quem pesquisa e o sujeito pesquisado. E ambos são sujeitos, portadores de individualidades que necessitam do encontro para gerar conhecimento mútuo. Mas não podemos descartar que nesse encontro haja espaço também para conflitos, limitações, jogos de poder. Entrar em campo nunca foi uma experiência tão perigosa.

O perigo está no fato dessas subjetividades não se encontrarem para o diálogo. Mas caso contrário, se há o encontro e a partilha entre experiências o que temos são intersubjetividades (o etnógrafo e seus interlocutores) partilhando e construindo de forma mútua compreensões acerca do tema pesquisado. Colocam-se em comum os entendimentos e as categorizações a respeito da realidade social que se estuda sem imposições de nenhuma das partes. É encontro porque os dois lados tem algo a dizer, a partilhar, a colaborar gerando sínteses que venham a ser respaldadas pela empatia da inter-relação (FLORÊNCIO, 2012).

3.1.4 “...e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor”

Fui percebendo que estava envolvido no encontro com meus interlocutores quando comecei a adentrar em espaços que até então não tinha tido acesso. A casa, a cozinha, a sala, o quintal foram se constituindo lugares onde pude aprender outras realidades sobre o sindicalismo rural e suas lideranças que até aquele momento não havia percebido. Entendimentos e formas de concepções que enriqueceram a pesquisa e a própria história coletiva desse movimento social.

Essa marca do cotidiano trouxe elementos que apontaram para outras possibilidades de compreensão sobre o MSTTR no estado. Por outro lado, eles acabaram por gerar constrangimentos na maneira de interpretar, principalmente, as questões da representação política que envolvia as lideranças sindicais. Tal afirmação se deve ao fato de que a história narrada, partindo dos espaços do cotidiano dessas lideranças, me introduziram em realidades explicativas que fugiam dos esquemas conceituais que já havia me habituado a aplicar na análise feita, até esse momento, sobre sindicalismo rural e representação política.

No decorrer da pesquisa, fui me dando conta que havia uma “antropologia política” desde os espaços domésticos que somente os mais “chegados” tinham acesso a ela. E mais, essa antropologia não era feita por mim, e sim, pelas próprias lideranças sindicais.

Constrangido, mudei minhas estratégias de campo. Assumi mais a postura de um “observador participante” do que aquele que era o centro das atenções. Propus-me, durante escrita, de apenas etnografar o que vivia, em vez de explicar qualquer tipo de relação política entre o sindicato rural e partido político.

Tudo isso estava a meu dispor da maneira como se apresentavam a mim. Porém, nenhum dos fatos narrados e vividos estava sobre meu controle. Ao final, eles deram a tônica do trabalho. Minha tranquilidade está no fato de que mesmo constrangido no campo, por outro lado, isso me dava provas de que eu estava envolvido nele. E que me deixava afetar pelo que havia experimentado permitindo, assim, desenvolver uma narrativa etnográfica onde o diálogo intersubjetivo foi o grande mediador para a compreensão cultural das questões que envolvem trabalhadores rurais e representação política.

3.1.5 “a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade”

Quem respalda a escrita etnográfica? Quem a julga como verdade? Quem lhe confere a autoridade como narradora da realidade social e cultural.

Arriscando uma resposta: ninguém! Se para a escrita etnográfica existir pressupõe-se ocorrer o processo do encontro entre pesquisador e “nativo” que devem estabelecer um diálogo, uma partilha mútua de entendimentos e construções acerca de dada realidade social, logo ambos oferecem possibilidades interpretativas da cultura que deverão ser expressas na escrita etnográfica.

A autoridade está no encontro de intersubjetividades. O interlocutor compartilha de seu horizonte partilhando “verdades” sobre o mundo social e o pesquisador toma para si as “verdades” do seu interlocutor incorporando-as no aparato do seu trabalho, possibilitando até onde lhe seja permitido, uma verdadeira relação de troca, comparando suas próprias teorias com as do interlocutor e, assim, procurando “sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (MAGNANI, 2009, p. 135).

Abaixo estão os relatos de alguns momentos que caracterizo etnográficos. Nesses momentos, capto a partilha dos interlocutores sobre suas vivências com a política partidária. Apesar dos acontecimentos distintos envolvendo essas lideranças, construo esses relatos com a intensão de que a exposição deles, em forma de conjunto, nos possibilite uma leitura gradativa a respeito da relação entre sindicalismo rural e partidarismo político. E também nos

leve a perceber os elementos que ponderei acima a respeito da teoria etnográfica com os elementos da pesquisa.

3.2 Partilhando momentos Etnográficos¹⁰²: Política Partidária e Sindicalismo Rural

Como nasce essa partilha? Durante e no pós trabalho de campo ou nos seus intervalos eu escrevia o que experimentava. Um exercício um tanto trabalhoso e desafiante, mesmo que aprendamos durante o curso de Ciências Sociais, que a escrita etnográfica faz parte do nosso ofício. Esse tipo de escrita nos desafia nos pedindo um constante aperfeiçoamento de nossa capacidade de observar e de inserção nas diferentes realidades do campo, como também da maneira de expressar os fatos, os acontecimentos que observamos e o que experimentamos.

Os momentos etnográficos abaixo são os relatos daquilo que vivenciei e experimentei junto aos sujeitos da pesquisa que me falaram sobre o movimento. Foi o formato que encontrei para me situar na investigação e a maneira como me envolvi nela. O fio condutor dessa “partilha” etnográfica é o engajamento político partidário assumido pelos dirigentes sindicais e demais trabalhadores rurais que possuem algum vínculo com o MSTTR.

Veremos que o plano de fundo desses relatos versa sobre as questões políticas dentro do movimento. Porém, outras questões se ligam a esse ponto central apontando para outros aspectos vividos nos STTR’s espalhados na região. Dentre esses aspectos destacamos: a situação de cada sindicato e dos municípios visitados, alguns aspectos históricos da fundação do movimento no estado, algumas observações sobre o modo de vida e de reprodução dos trabalhadores rurais. Tais aspectos já foram abordados e problematizados em outros momentos nesse trabalho dissertativo. Entretanto, o texto etnográfico nos ajuda a retomá-los de outro ponto de vista nos permitindo lançar um olhar diferenciado, sobretudo, ao campo pesquisado.

O mesmo texto nos permite também saber quem é o pesquisador e que ponto de vista ele toma durante o trabalho de campo que desenvolve. O campo para o pesquisador torna-se uma experiência na medida em que ele se deixa afetar pelo encontro com o sujeito pesquisado tomando como referência na pesquisa seu ponto de vista, sua visão de mundo.

É o encontro de “intersubjetividades” (CLIFFORD, 2011; FLORÊNCIO, 2012), onde a partilha mútua de ideias e de visões de mundo vão oferecendo os elementos que nos

¹⁰² Cada momento etnográfico tem como título parte dos discursos dos entrevistados e esses títulos tem ligação com a experiência etnográfica a qual vivenciei com os sujeitos da pesquisa, assim julguei pertinentes incorporá-las na abertura de cada relato.

permitem reconstruir histórias e contextos, gerando outros entendimentos e categorizações do social. A produção etnográfica nasce como fruto dessa partilha intersubjetiva e, por isso, é tomada como registro de diálogos e da própria experiência tomada no campo. As etnografias abaixo desejam ser essa expressão.

3.2.1 “Deu capim na palheta...”.

Domingo final da manhã em Manaquiri, região central do Amazonas, eu acompanhava a votação do Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores – PED/PT. Há certa tensão no ambiente. Um misto de ansiedade e cansaço toma conta do semblante dos que concorreram ao cargo de presidente do Partido dos Trabalhadores local. Esse mesmo abatimento sentem alguns filiados partidários que lá estavam e os membros da comissão eleitoral. Começa a contagem dos votos. Na mesma sala, um vai e vem de “companheiros”, alguns desconhecidos pelos próprios candidatos. A contagem dos votos prossegue e o opositor de D. Izete Rodrigues começa a passar a sua frente com ampla margem de votos. Semblantes preocupados e, ao mesmo tempo, esperançosos. Os partidários de D. Izete desejam acompanhar a contagem até o final a espera de uma reviravolta. Mas o fim da contagem chega e o jovem opositor ganha. Abraços entre companheiros. Tímida comemoração de um lado e silêncio do outro. Caminhamos de volta. Uma ligação para o diretório de Manaus: “– Deu capim na palheta. Perdemos!”.

O Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores – PED/PT é um processo eleitoral no qual as direções zonais, municipais, estaduais, nacional e os respectivos presidentes, membros dos conselhos fiscais e das comissões de Ética e os delegados são eleitos pelo voto direto e secreto dos filiados efetivos. Conheci tal processo quando ainda estava no município de Autazes-AM. O STTR estava servindo de base para algumas reuniões de composição de uma das chapas que concorreria ao PED. O dirigente sindical Raimundo Aldo e os demais partidários do PT de Autazes estavam traçando estratégias para se candidatarem em vista de vencerem a presidência do partido no município. Na reunião que participei, Raimundo Aldo fez questão de me explicar a maneira como ocorre esse processo de eleições. Mas não pude acompanhar mais de perto devido ao meu retorno à Manaus.

Acabei acompanhando o PED de Manaquiri por convite de D. Izete quando realizei sua entrevista na sede da FETAGRI-AM em Manaus. As entrevistas que havia realizado, até aquele momento, me conscientizavam de uma importante interface entre o movimento

sindical dos trabalhadores rurais do AM e o Partido dos Trabalhadores. Pois, parte das lideranças de ambas as organizações foram formadas ou na base sindical ou na base partidária e, em alguns casos, nos dois espaços. As trajetórias até se confundem em algum momento dessa história. A questão é que surgia a oportunidade de sentir esse processo mais de perto. E chamava minha atenção o fato da atual presidente da FETAGRI/AM desejar a presidência do PT no seu município como estratégia de uma futura candidatura à prefeitura local ou mesmo à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas como deputada nas próximas eleições.

Convite realizado, preparei minha ida ao município. Saí de Manaus quase no final da manhã. Comigo havia algumas questões no pensamento. Como se constrói uma representação política local? Seria a base sindical uma formadora dessa representação? A interface organização sindical e partido político seria possível? Quais seus limites? Por se tratar de filiados a um mesmo partido político isso se caracterizava uma arena política muito bem delineada. Ao mesmo tempo, me dava conta de que nessas poucas horas que me esperavam poderia não conseguir responder a tudo isso. Apenas me animava na crença de que alguma compreensão mínima dessa arena poderia obter. Abstração longa. Chego à Manaquiri.

O município de Manaquiri está cerca de 54 km da capital do estado Manaus. É possível realizar esse trajeto via estrada pela BR 319 ou via fluvial numa viagem que dura aproximadamente três horas. Fiz o trajeto de barco a jato e a paisagem mais comum que se observa são as terras de várzea ocupadas pelas plantações de mandioca, criação de gado leiteiro ou mesmo plantações de hortaliças. O município de Manaquiri tem se destacado nesses últimos anos na economia do estado pela produção familiar, sobretudo, de cítricos e legumes. Além da produção de óleos essenciais extraídos de árvores nativas da região.

Manaquiri também se destacou nacionalmente como o único município brasileiro que em 2003 os eleitores¹⁰³ votaram em 100% no candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva. Tal dado me fazia supor que havia ali um importante reduto do Partido dos Trabalhadores entre os eleitores. Pois, o mesmo fato dos 100% se repetiu nas eleições de 2010. Imaginei que com essa porcentagem unânime a base partidária do PT era forte politicamente e com muitos membros. No entanto, aos poucos, fui percebendo o contrário durante o PED e, isso, ainda na véspera das eleições já na casa da D. Izete Rodrigues.

Apenas duas chapas concorriam no PED do município. D. Izete Rodrigues concorria com um jovem rapaz¹⁰⁴ que recebeu amplo apoio dos comerciantes locais. Os apoiadores de

¹⁰³ Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – TRE/AM, dados de 2003.

¹⁰⁴ Como não pedi autorização de mencionar o nome do candidato nos escritos dessa pesquisa irei me referir a ele como o jovem candidato opositor de D. Izete Rodrigues.

D. Izete viriam das comunidades que estavam distantes da sede. Entretanto, foi-se verificando que muitos desses filiados não haviam pago a taxa mensal que todo filiado deve repassar para o partido¹⁰⁵, o que os impedia de votarem. Os poucos eleitores que restaram, compareceram para a eleição seduzidos por algum retorno imediato oferecido pelas chapas dos candidatos. Fato que revelava o limitado trabalho de base política ou mesmo da formação política. Ao mesmo tempo, poderia ser também outra maneira de buscar adesões com a oferta de retornos imediatos¹⁰⁶.

Sentados à mesa, D. Izete e alguns dos seus aliados contavam numa lista oficial o número de eleitores aptos a votarem. E desses apontavam quais seriam aqueles que possivelmente fechariam com sua chapa eleitoral. Pela contagem e otimismo dos presentes a eleição já estava ganha. Nesse intervalo, sou apresentado: “– Este é um companheiro que veio de Manaus para passear no nosso município”. Todos me olharam e deram as boas vindas e logo a conversa continuou em torno dos eleitores. Ao todo foram contabilizados 62 filiados aptos à votação e eles foram os principais alvos das duas chapas que se inscreveram para concorrerem para o cargo de presidência do PT e demais diretorias em Manaquiri. Sigo observando a conversa. A noite chega e com ela o cansaço também. Restando-nos o descanso, porque o dia seguinte seria longo.

Manhã de domingo. Café, leite, pão, tapioca na mesa. Dona Izete, sozinha e silenciosa, já está acordada tomando café. Também me organizo para começar os trabalhos. Não demora muito e alguns apoiadores de campanha começam a chegar. Grandes expectativas. Há um clima de otimismo entre todos eles mesmo sabendo que o candidato adversário jogou “sujo” comprando votos, afirmavam isso como se já antecipassem o ensaio de uma possível justificativa caso a chapa viesse a perder o processo.

¹⁰⁵ Nesse caso, não estavam quites com o pagamento da anuidade partidária.

¹⁰⁶ Pagamento da anuidade, concessão de transporte, alimentação.

Figura 36 – Panfleto de propaganda durante o PED/PT de Manaquiri/AM

IZETE
PRESIDENTE MUNICIPAL DO PT

CANDIDATO MUNICIPAL **583**

CHAPA MUNICIPAL **683**

RUI Unidade na Luta

MANAQUIRI QUER MAIS E MELHOR

VALDEMIR SANTANA 383
PRESIDENTE ESTADUAL
O AMAZONAS QUER MAIS E MELHOR 483

RUI
180 RUI FALCÃO
280 CHAPA NACIONAL

MANAQUIRI QUER MAIS E MELHOR - 683

POR UM PARTIDO FORTE E COESO EM 2014

Estamos às portas da realização de mais um PED (Processo de Eleições Diretas). No PT esse momento tem um significado especial, porque diferencia nosso partido dos demais por esse precioso instrumento que é a democracia interna. O PED este ano acontece numa conjuntura muito particular. Em 2014 o povo brasileiro vai de novo às urnas para escolher o presidente (ou presidenta) que poderá levar adiante as mudanças iniciadas no Governo Lula e Dilma. É por essa razão que as eleições dos novos dirigentes do Partido (Diretórios Municipal, Estadual e Nacional) acontecem antes das eleições gerais, pois visam preparar o Partido dos Trabalhadores para enfrentar de forma unida os grandes desafios das eleições 2014.

No âmbito do município de MANAQUIRI, o PT precisa avançar:

- Eleger prefeito e vereador do nosso partido;
- Ampliar o leque de atuação frente às demandas sociais;
- Aumentar o número de filiados ao partido e fortalecer a formação política no município e na área rural;
- Comprar e organizar a sede do partido.
- Fortalecer os candidatos do nosso partido, alavancado e colaborando com a eleição de vereadores e prefeito;
- Aumentar a relação e proximidade com os movimentos sociais (especialmente a juventude, os indígenas, as mulheres, os negros.), cultural, ambiental e comunitário.
- Precisamos fazer o projeto do PT avançar na cidade de Manaquiri e fortalece-lo no Estado e no plano Federal.

É pra consolidar e executar esses avanços que concorreremos à presidência do diretório Municipal nesse PED 2013

PED 2013 DIA 10/11/2013
DAS 08:00 ÀS 17:00
LEVE UM DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO

RUI Unidade na Luta

VALDEMIR SANTANA 383
PRESIDENTE ESTADUAL
O AMAZONAS QUER MAIS E MELHOR 483

CARTA AOS FILIADOS

Prezados companheiros e companheiras,
Sou Valdemir de Souza Santana, nascido em 05/12/1960, formado em Engenharia de Produção, trabalho no Polo Industrial de Manaus desde 1978 e desde então atuo como protagonista social e político na categoria dos metalúrgicos. Como sindicalista, participei de várias instâncias deliberativas desde a formação sindical até as direções em que fui eleito. Como dirigente, liderei vários movimentos, concorrendo a Diretoria dos Sindicatos dos Metalúrgicos no Amazonas como oposição sindical em 1986, atuando como diretor deste sindicato em 1992 e desde 2005 atuo como Presidente.

Filiei-me ao Partido dos Trabalhadores - PT em 1996 e sempre estive junto aos projetos de nosso partido, principalmente na jornada para eleger nosso primeiro Presidente, Lula e Dilma, a primeira mulher Presidente do Brasil.

Em 2000, iniciei minha participação na direção da Central Única dos Trabalhadores - CUT/AM e mais tarde participei de todos os pleitos sucessores sendo eleito como Presidente.

Em 2007 fui eleito pela primeira vez como Presidente Municipal do PT em Manaus e atualmente, faço parte do Conselho do Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus bem como represento os trabalhadores do Amazonas pela CUT no Conselho Gestor da SUFRAMA.

Diante do exposto, apresento-me como filiado preparado para concorrer ao cargo de Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores pela chapa "O Amazonas quer mais e melhor".

Fonte: Trabalho de campo, Manaquiri, 2013.

Ao mesmo tempo, observo D. Izete e me dou conta de sua luta em conciliar as diversas representações que possui como mulher na política, esposa e mãe de família, trabalhadora rural, dona de casa, militante, dirigente sindical. Percebo também o amplo apoio dos seus filhos e esposo. Pergunto a ela como se sente naquela manhã e ela me afirma que está confiante porque trabalhou para a vitória. Na sua blusa nas cores lilás e branca está estampada a seguinte afirmação: “Lugar de mulher é na política”. Com isso, saímos para o lugar de votação que será realizada no Sindicato dos Professores de Manaquiri.

O processo eleitoral teve início às 08h30. Aos poucos, os filiados chegavam e votavam. O que observo é que por mais que o processo se configure como local e isso aparente certa tranquilidade. Há um intenso clima de tensão que se instaura entre os envolvidos. A busca por legitimidade política entre os candidatos é acirrada. O opositor de D. Izete é um jovem rapaz que representa a juventude petista no município, mesmo que essa ala quase não seja formada por tantos jovens como se possa imaginar. A tensão e a ansiedade são perceptíveis nos dois candidatos.

Os eleitores, diferente do que eu imaginava ao chegar ao município de Manaquiri, aparentam serem mais expectadores que militantes partidários de fato. Estão ali para cumprir um ato. Apenas votam. Uns poucos expressam sua caminhada como militantes que acreditam num projeto político partidário através do PT para o município onde vivem. Para que essa eleição ocorresse, esses poucos militantes tiveram a tarefa de organizar a documentação dos demais eleitores para que esses se tornassem aptos à votação. Sem isso, nem quórum haveria para o PED no município de Manaquiri. Ficou clara a “troca” pelo voto. Transporte gratuito, alimentação, cesta básica. Por mais que seja um processo que aparentemente ressoe como simples o favor eleitoral é naturalizado como parte desse momento político.

Saio um pouco do ambiente de votação. Fico lá fora conversando com os eleitores que vão chegando e saindo. Os assuntos são variados. Isso me faz perceber as representações sociais de cada um: futebol, religião, piadas e estórias envolvendo os gays, a luta transmitida na TV durante a madrugada. Tais assuntos me fazem refletir sobre a posição de pesquisador que assumimos. Ao mesmo tempo em que ouço essas conversas paralelas sou notado com alguma desconfiança o que limitou meu espaço de circulação. Vou tentando me inserir em meio às dúvidas que surgem ali com minha presença: “– Quem é ele? O que ele faz aqui com essa câmera? É fotógrafo? Algum fiscal?” Acabei guardando, por um momento, meu material e me afastei para fazer algumas anotações no caderno de campo. Sinto que também sou envolvido na tensão já instaurada entre os que ali estavam.

As chapas estavam tentando conquistar um espaço político que não se resume apenas nos votos dos filiados, mesmo que no fim do processo o que decide, o que permite se ter acesso ao cargo de presidência é a maioria dos votos. Por outro lado, alguns eleitores manifestam uma esperança renovada em pessoas como D. Izete para a construção de um partido mais coerente e presente na vida das pessoas. “– Espero que a Izete ganhe e faça o nosso diretório. Ela anda muito por aí e pode conseguir algo para nós”, expressou um desses eleitores. Uma fala simples e direta. Anseios e uma percepção do que D. Izete representa para os seus conterrâneos: alguém que consegue estabelecer muitos contatos para além do município e que pode trazer muitos benefícios para o mesmo.

De alguma maneira ser dirigente sindical possibilitou a D. Izete uma importante projeção política para fora do seu município. Porém, essa projeção se tornou uma “pedra de tropeço” porque a mantém muito distante da base presente nas comunidades e na sede do município de Manaquiri. E mesmo com seus aliados trabalhando por ela isso não significou alguma garantia de confiança em seu projeto partidário para o PT local. Restava agora confirmar ou não tal dinâmica dessa arena política partidária municipal.

A esperada hora da contagem dos votos, enfim, chega. A organização tanto para a votação como para a contagem dos votos careceu de certa organização. Apenas esse fator já anularia qualquer pleito. Mas a contagem é iniciada. Os votos são contabilizados para a direção e presidência do PT local e estadual. Mais uma vez a tensão toma conta de todos no local: candidatos, familiares, apoiadores, membros da comissão eleitoral, pesquisador. Abre-se com um empate. Logo em seguida, o adversário de D. Izete passa a sua frente com larga margem de diferença. Entusiasmo contido e frustração se misturam naquele lugar. Lá fora os apoiadores do jovem opositor de D. Izete acionavam as descargas das motos a cada voto contabilizado como uma forma de comemoração.

Lá dentro do sindicato dos professores de Manaquiri, por um instante, reinava um silêncio expectador para se ouvir o anúncio do desfecho daquele pleito. Resultado final: D. Izete Rodrigues 20 votos e seu opositor 31 votos; os votos nulos e inválidos contabilizaram 11 ao todo. Abraços entre os adversários que naquele momento voltavam a ser companheiros. O jovem bem expressou: “– Apesar de tudo somos do mesmo partido. Vamos trabalhar juntos.” De fato, com esse resultado, D. Izete tornara-se vice-presidente do Partido dos Trabalhadores de Manaquiri por ter ficado em segundo lugar e por haver apenas duas chapas concorrendo as eleições do PED.

O PED/PT no município de Manaquiri, mesmo com sérios limites institucionais, careceu de organização estrutural. Isso acaba sendo um importante reflexo de como a política

e os processos que envolvem sua construção é tratada em muitas partes do estado do Amazonas e no restante do Brasil. Percebi que a população local pouco compreende o sentido político de uma militância partidária. O que ainda está em jogo são as pequenas ajudas e os pequenos favores que acabam decidindo o resultado das eleições locais. O desabafo do esposo da D. Izete me pareceu emblemático para ilustrar a crença nas lideranças locais: “– Ninguém quer a Izete em lugar nenhum aqui!” Mesmo que se trabalhe em nome de uma representação política e se lute pela busca de sua legitimidade há forças locais que demandam ideologias que vão além de um projeto político consequente abrindo precedentes para se pensar numa crise de representação política, sobretudo, aquelas oriundas de organizações sociais consideradas tradicionais como os sindicatos rurais.

Porém, antes de estabelecer algumas construções sociopolíticas do processo tratado, devo reconhecer que apenas essas sínteses não nos ajudam a compreender de fato o que está por detrás de um processo eleitoral, “sua densidade de escolha eleitoral e agenciamento coletivo” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.13) como no caso aqui tratado. O que percebi é que essas lideranças sociais consideradas como tradicionais construídas dentro dos movimentos sociais muitas vezes somente podem contar com suas trajetórias de vida.

O restante das lideranças mais atuais é forjado longe das lutas sociais cotidianas ou são oriundas de outras arenas políticas que fogem do conceito mais tradicional. Isso acarreta na construção de um tipo de representação social e política cujos elementos representativos estão mais ligados às urgências do cotidiano do que sua ideologia. No molecular espaço observado ficou evidente a aliança eleitoral estabelecida com quem possuía maior renda e prestígio social local sintetizada na imagem do jovem opositor. Nessa cara da política não há uma racionalização do ato de votar (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996). Na verdade até ocorre a objetivação por parte dos eleitores, mas a tônica dessa objetivação é dada por outras ordens como a “falta de especificidade” (adesão a um projeto claro) e pela “ambiguidade” (característica do momento, da urgência, dispersão). Em síntese, entre tradicionais e novas lideranças políticas é possível perceber nelas o microcosmo das relações e construções políticas partidárias (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996).

“Essa é a luta de quem luta” expressão da D. Izete na tarde silenciosa do pós-eleição. Mais uma vez ao redor da mesa na cozinha, olhar perdido e muitas questões a serem consideradas. Ensaiava-se ali um possível pedido de anulação do processo dado ao “jogo sujo” do candidato opositor. Mas não chegaram a um denominador comum do que se fazer. Restava aceitar o resultado e aguardar a maneira como o jovem presidente irá presidir o PT no município.

No caso da D. Izete ela tem consciência de sua trajetória de militante. Nessa tarde de avaliação já começava a traçar outras estratégias para se manter visível politicamente. A vice-presidência do PT municipal a deixa numa posição confortável considerando que o jovem recém eleito é inexperiente e pouco conhecido entre os demais partidários fora de Manaquiri o que nos leva a pensar que eleições não apenas se ganha nas urnas, mas também no dia-dia das tramas dentro do partido. Nesse caso, a vantagem estaria com D. Izete por sua trajetória de vida e luta a partir do movimento sindical e em outras circunstâncias dessa arena política e partidária.

A noite chega e um gesto chama minha atenção: D. Izete e seu esposo, depois de toda essa intensa e aparente frustrante jornada, foram à celebração dominical na sua comunidade de base da Igreja Católica. Imediatamente, me remontei à sua primeira entrevista onde dizia que o que lhe dava força para seguir em frente era a busca da fé em Deus.

Olhando essa inserção e a experiência de campo que vivi acabei retornando com mais questões a serem respondidas. Perguntava-me interiormente: como seria possível que sujeitos numa escala restrita municipal, membros de um mesmo partido político com uma consciência clara dos possíveis enfrentamentos em nome desse mesmo partido pudessem sentar num lugar comum e se confrontarem ideologicamente a partir de um projeto político comum que, aparentemente, parece gerar uma interação, porém provoca mais divisão interna do que consensos?

No fundo percebia que esse processo de eleição traria à tona uma importante questão sobre a pesquisa que estava empreendendo. Questão que me acompanharia no decorrer da pesquisa e que me ajudaria a compor o restante dos relatos etnográficos sobre a representação política partidária e movimento sindical dos trabalhadores rurais.

3.2.2 “Eu levava duas pastas: uma pasta com os documentos do sindicato e outra do PT”

Foi na entrevista com D. Lúcia do STTR do Careiro, Manaus e Iranduba que ela havia me chamado atenção para a trajetória de vida e militância de Francisco Macena dos Santos. Nesse dia em diante comecei a articular uma possível entrevista com ele. Nas idas e vindas ao STTR de Manaus acabei encontrando-o de forma inesperada. Nesse dia, estava desprovido dos meus equipamentos (gravador de voz e máquina de fotografia e vídeo) que havia acostumado a levar comigo para a pesquisa de campo, na mochila apenas tinha meu caderno de campo e caneta. Durante quase uma manhã inteira ele me falou de sua trajetória, da

história do movimento no estado do AM, das primeiras fundações dos sindicatos e da FETAGRI.

Apesar da boa conversa com detalhes de dados sobre a história do MSTTR no Amazonas, sentia que precisava registrar a narrativa do seu Macena e que para isso precisava dos equipamentos de campo. Então avisei a ele que aquela nossa conversa deveria continuar em outro momento de forma mais tranquila e se possível no sítio onde morava. Assim, combinamos um segundo encontro para retomarmos a conversa, uma vez que ela se revelava de extrema importância para a compreensão histórica do MSTTR no estado. Passaram-se algumas semanas e fui ao seu encontro.

Tarde chuvosa. Pouco movimento na estrada AM-070 precisamente no Km 28 que leva à Praia do Açutuba no município de Iranduba. Estou indo ao encontro do seu Francisco Macena no sítio onde mora e trabalha como “meeiro” como ele mesmo se define. Num primeiro momento, foi difícil encontrar o lugar. Tive que parar numa pequena venda para pedir informação e logo me situaram onde seria. Ficava num lugar bem retirado que nos exigia atenção para encontrá-lo ao passar pela estrada conhecida como Serra Baixa. Ao me avistar seu Macena expressou: “– Oh! O meu amigo veio!”.

Deu-me as boas vindas. Entrei na sua casa que mais lembrava uma casa no beiradão amazonense. Nas paredes alguns cartazes: do Papa Francisco, da Sagrada Família, de Jesus Cristo, de N. Senhora Aparecida, da Campanha da Fraternidade, escudos de times de futebol, calendários antigos, cartazes da CONTAG e da FETAGRI e um relógio de parede que marcava o tempo. O silêncio que impregnava o sítio era cortado pelas ondas do rádio ligado. Nos sentamos ao chão da varanda que também era a sala da casa que tinha o assoalho levantado. Água, café, leite e bolacha servidos. Posiciono minha câmera e gravador e logo retomamos a conversa iniciada em Manaus. Mas seu Macena fez questão de iniciar uma nova narrativa.

Partindo de sua apresentação, foi narrando os acontecimentos de sua infância, juventude e vida adulta e como esses acontecimentos foram se moldando junto à organização social a partir das comunidades de base da Igreja Católica até chegar à constituição do movimento sindical dos trabalhadores rurais com a fundação dos primeiros sindicatos e a federação no estado. Como dirigente sindical sempre se empenhou na luta da organização da classe dos trabalhadores rurais confiando sempre na atuação forte dos sindicatos e da federação. Assumia tal tarefa como uma espécie de missão que o fazia ir ao encontro dos trabalhadores nos diferentes municípios sem se importar com a distância e as condições de deslocamento.

Em alguns momentos a conversa é interrompida por um gole de café tomado com algumas bolachas. A chuva caía lá fora, barulho entre as árvores, cheiro de terra molhada, temperatura um pouco mais baixa já anunciando o típico inverno amazônico. Nossa conversa prosseguia. Não havia pressa. E prosseguiu com seu Macena falando sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores no estado afirmando que colaborou diretamente com a implantação do PT promovendo a integração e discussão partidária entre campo e cidade.

A questão que fiz sobre representação política e sindicato logo foi interrompida pela fala do seu Macena. Dizia que sua ideia de política era “muito diferente”. Declarou abertamente a crença num tipo de política que se afastava da militância partidária, mas que se centrava na prática de uma política engajada que ele denominou de “antropológica”. Uma política cuja principal ideologia seria a vivência dos princípios ligados à família, ao trabalho, à comunidade, que valorizasse a organização social como associações e o próprio movimento social.

E mesmo, hoje, seu Macena confessando que não conseguiu se “encaixar na política partidária” quando o Partido dos Trabalhadores foi pensado e fundado nos fins da década de 1970 e início da década de 1980, seu Macena e os demais dirigentes sindicais dessa época enxergam a possibilidade de se concretizar um partido político cujo projeto político central se voltaria para os trabalhadores urbanos e rurais. Reconheceram que esse tipo de representação era necessária e precisa, uma vez que, nesse momento histórico da política brasileira, apenas o bipartidarismo (MDB e Arena) já não respondia aos anseios das diferentes classes de trabalhadores e, muito menos, do restante da sociedade brasileira (WITKOSKI, 2000) . Havia a urgente necessidade de se fundar um partido que espelhasse os anseios políticos da classe trabalhadora no Brasil.

Com isso, seu Macena adere ao projeto de constituir as bases de fundação do Partido dos Trabalhadores no estado do Amazonas, principalmente, partindo da realidade rural. O fato de nesse momento ele está como presidente da FETAGRI o possibilitou a participação das discussões realizadas nos congressos de fundação do PT em São Paulo e, ao mesmo tempo, em quase todos os municípios do estado, sobretudo, onde já havia instalado um STTR. Narra que havia um consenso entre as lideranças sindicais da época que se deveria “ajudar ao Lula a fundar o partido no Amazonas” sem a pretensão inicial de se pensar numa futura candidatura a algum cargo representativo. O trabalho de fundação do PT no estado começa com a constituição dos seus primeiros diretórios que eram necessários para tornar o partido legível.

Aliava o trabalho sindical com a conscientização política de se ter um partido que representasse a classe dos trabalhadores rurais. Era viajando pelos municípios que seu Macena

tornava concreta essa consciência entre os trabalhadores. Conciliava o trabalho sindical com a tarefa de sensibilização dos trabalhadores acerca da necessidade de se ter filiados a um partido que os defendessem de maneira efetiva. Por isso, andava com “duas pastas”: uma com os documentos da FETAGRI e outra contendo as fichas de filiação ao PT. Nessa intensa jornada conseguiu fundar ao todo 7 diretórios em 7 municípios do estado: Urucurituba, Silves, Maués, Manacapuru, Parintins, Urucará e Itacoatiara. Com a fundação do PT no Amazonas seu Macena logo se tornou o primeiro dirigente estadual rural do partido no estado do Amazonas.

Ainda nessa época, já com o partido constituído no estado, pensava-se que boa parte das lideranças que ajudaram na fundação comporia as chapas para futuras campanhas eleitorais. Seu Macena dizia que nesse instante ele deixou bem claro que sua missão estava cumprida que era ajudar na fundação do PT no estado e que não abandonaria a direção da FETAGRI para se lançar candidato a algum cargo de representação política. Sua opção era pelo sindicalismo e não pelo partidarismo. Reafirmou também que sempre ajudaria o PT, mas a partir do movimento sindical.

Os primeiros anos de atuação das lideranças do PT no estado apontou seu Macena como candidato, mas o mesmo sempre recusou o convite acreditando que o projeto sindical se configurava maior representação. Para ele o projeto partidário é um contrassenso, que a política partidária não combina com as formas de associativismo, embora seja necessária. No fundo o que seu Macena defende é a vivência de uma coerência política e militante nos dois segmentos, sem cair numa sobreposição de projetos. Reconhece que o risco de confusão entre os que militam nas duas bandeiras, a sindical e a partidária, é grande, mas a sua opção foi a de se manter na organização do trabalhador rural partindo dos STTR's.

Durante nossa conversa apontou que, apesar de todas as mudanças dentro do PT, ele acredita que é possível fazer política em nome do bem comum e não apenas para fins partidaristas em vista do poder pelo poder: “minha política é antropológica e não política partidária”. Quase que uma frase de efeito, esse trecho da entrevista de seu Macena acabou por provocar uma mudança de percurso acerca da reflexão sobre sindicalismo rural e representação política. Mais a frente vou deter-me mais detalhadamente sobre essa reflexão. Entretanto, o que posso me antecipar aqui é que mais do que o curso da lógica (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996) entre sindicalismo rural e partidarismo em torno dos trabalhadores rurais, a narrativa de seu Macena demonstra a dispersão (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996) entre esses dois elementos, para ele esses elementos não deveriam se misturar, mas colaborar entre si.

Já quase no cair da tarde, depois que a chuva abrandou fomos conhecer o restante do sítio onde seu Macena trabalha como “meeiro”. Ao mesmo tempo em que toma conta do lugar ele cria abelhas e cultiva seu roçado em vista da alimentação e venda do excedente para complementar a renda advinda da aposentadoria como trabalhador rural. Mostra o lugar orgulhoso do seu trabalho e descrevendo como realiza a atividade de apicultor. Ainda reserva tempo para trabalhar na organização social dos moradores da comunidade que participa na estrada da Serra Baixa, além, de contribuir como diretor de formação do STTR do Careiro, Manaus e Iranduba. Não foi à toa que me forneceu alguns materiais de formação para minha pesquisa.

3.2.3 “A gente que veio da catequese temos que nos conscientizar de uma coisa: a política não é como a catequese é coisa diferente”.

Minha primeira noite em Itacoatiara chega e na casa onde estou hospedado será realizada uma pequena reunião de avaliação do Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores – PED/PT ocorrido dias antes no município. Uma feliz surpresa foi saber, nessa ocasião, que Antônio Peixoto de Oliveira estava concorrendo ao PED/PT para o cargo de presidente do partido de Itacoatiara e que estaria presente nessa reunião de avaliação. Percebi que ali teria uma oportunidade única de conversar com ele e marcar uma entrevista, em vista, de conhecer sua trajetória na militância partidária junto ao Partido dos Trabalhadores.

Tive a oportunidade de conhecer Antônio Peixoto de Oliveira no ano de 2011 quando ele estava prefeito de Itacoatiara (2008-2012). Naquela ocasião, o que me levava ao município de Itacoatiara era outro trabalho de pesquisa sobre políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Território Rural Manaus e Entorno. Dentre as inúmeras tarefas da pesquisa, uma delas era a entrevista com os gestores públicos responsáveis pelo setor primário de cada município pesquisado no referido Território Rural. Como isso, o prefeito Antônio Peixoto soube do nosso trabalho e desejou nos receber em seu gabinete. Foi nessa audiência que pude conhecer um pouco de sua trajetória como liderança social e política.

Peixoto, como é chamado em sua região, nasce numa pequena comunidade denominada Vila do Engenho no município de Itacoatiara/AM. Faz questão de afirmar que seu trabalho é com a agricultura, portanto, se reconhece como trabalhador rural e que paralelo a isso construiu uma trajetória de vida na política que na sua visão deveria ser “comum” a

todos os homens e mulheres que buscam o bem comum dos seus semelhantes. Tal trajetória é inaugurada dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara e ganha maior notoriedade dentro do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, destaca que seu maior aprendizado foi adquirido como catequista de sua comunidade de base. Reconhece abertamente que a experiência como catequista o preparou para a vida política que mais tarde abraçou. Nesse sentido, aponta que o legado e a lição deixados por D. Jorge Marskell foram um divisor de águas na Prelazia de Itacoatiara no sentido de formar futuras lideranças que viessem a ocupar cargos de lideranças políticas no município.

Durante a reunião com seus apoiadores, Peixoto, começou afirmando que: “– a gente que veio da catequese temos que nos conscientizar de uma coisa: a política não é como a catequese. É coisa diferente”. Proposital ou não a expressão sintetizava não somente o balanço da recém-eleição do PED/PT a qual havia disputado como também toda a sua trajetória junto a política partidária. A expressão acabara se tornando uma síntese de todo um processo marcado por altos e baixos, vitórias e derrotas de Peixoto e seus partidários junto à arena política local cujos pertencimentos se originam desde a catequese passando pela direção do movimento sindical até se firmar no Partido dos Trabalhadores. Embora essas arenas formem diferentes contornos, o que notamos, considerando a expressão de Peixoto, é que as particularidades das arenas – Igreja, movimento sindical e partido político – se intersectam em dado momento ora limitando as fronteiras entre elas ora expandindo-as.

A reunião prossegue com uma ampla avaliação do processo. Peixoto ganhou as eleições para a presidência do PT em Itacoatiara fato que, estrategicamente, o projeta politicamente para as futuras eleições. E o que mais se pensou, nessa ocasião, foram estratégias para se alcançar novos apoiadores dentro do PT e para além dele nos cenários políticos estadual e federal. O clima era de otimismo. Apesar de que, alguns apoiadores que estavam presentes nessa reunião manifestaram a não concordância com os tipos de alianças políticas que o Peixoto estava firmando.

Depois compreendi que nesse encontro Peixoto queria identificar naquele grupo de base quem de fato “fecharia” com seu projeto de uma possível candidatura a deputado estadual nas eleições de 2014. E, para isso, ele percebia que nos próximos meses precisaria se acercar a outras lideranças políticas do Amazonas fato que nem todos os presentes estavam concordando. Assim, restava a esses apoiadores, a permanência ou a saída do grupo. Estratégia compartilhada, pedido de decisão: uns poucos se retiraram, a maioria permaneceu. Os que se retiraram, na verdade, já haviam manifestado apoio às futuras alianças políticas no município visando às eleições de 2014. Nesse sentido, essas alianças não viam a possibilidade

de apoio à candidatura de Peixoto. Os que permaneceram acataram com a decisão política de Peixoto em buscar os representantes políticos necessários à sua futura candidatura, não importando quem fossem.

Dito de outra maneira, aos apoiadores não caberia à tarefa de questionar os tipos de alianças políticas que Peixoto viesse a estabelecer visando sua futura candidatura as eleições em 2014. A eles caberia apenas o apoio integral ao futuro candidato. Por isso, a consulta durante a reunião. Como ele já havia identificado que alguns apoiadores já estavam migrando para outras estratégias que não eram condizentes com as suas, restava a ele marcar espaço afirmando suas diferentes trajetórias como catequista, dirigente sindical e líder político. Por isso, a fala de abertura durante a reunião desejava mostrar que cada uma dessas representações pedia uma forma muito própria para agir na política e que, naquele momento, ele tomava as suas decisões enquanto político agora presidente eleito do diretório do PT local.

Entre rupturas e permanências a reunião, cujos participantes estavam dispostos ao redor de uma longa mesa e abastecidos de café, chegava ao seu fim. Apresento-me ao Peixoto recordando o nosso primeiro encontro no ano de 2011. Ele recorda também. Explico meu propósito e ele logo marca uma conversa na manhã seguinte: “– O que é cedo para você?” Eu respondo que pelas 07h00 da manhã. “– Então lhe aguardo às 07h00 da manhã em minha casa”. A entrevista estava firmada.

Na manhã seguinte, cheiro de café no ar. Saudação matinal. Estou na casa de Antônio Peixoto. Um misto de escritório e residência. As pessoas passam pela frente de sua casa e o saúdam e ele corresponde pela janela. A sala é composta por uma mesa, cadeira e fotografia e quadros com paisagem amazônica na parede que lembram, ainda, o Gabinete no tempo em era prefeito de Itacoatiara. Tomando café me apresento novamente e já expressando minha gratidão por aquele momento.

Iniciamos a entrevista e eu retomo a sua fala da noite anterior para motivar a narrativa de sua trajetória de vida na política: “– A gente que veio da catequese temos que nos conscientizar de uma coisa: a política não é como a catequese. É coisa diferente”. A compreensão é imediata. “– Venho da Teologia da Libertação, a única corrente que discutiu o social a fundo. A defesa da vida por inteiro”. Remonta-se à década de 1970 quando o principal líder expoente da Igreja Católica e da Teologia da Libertação na região, D. Jorge Marskell, motivava as lideranças pastorais da Prelazia a buscarem os meios efetivos para a defesa por uma vida digna de todos.

Nessa época o engajamento político de Peixoto se configurava como pastoral. Mas no decorrer dos anos a formação como catequista e as ideias estudadas e discutidas durante as

Assembleias do Povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara¹⁰⁷ acabaram o motivando a iniciar sua inserção na caminhada política. A década de 1970 em Itacoatiara vai representar um importante período para o trabalhador rural no sentido de sua organização social. Pois, em 1972 temos a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em 1978 D. Jorge, com a colaboração de D. Pedro Casaldáliga, funda a Comissão Pastoral da Terra – CPT na Prelazia para a promoção da defesa dos agricultores e dos recursos naturais da região.

Já nessa década muitos “catequistas veteranos” tornaram-se delegados sindicais. Antônio Peixoto também torna-se um. Afirma que chega ao STTR inspirado pelas ideias cristãs e do Evangelho onde encontrava expressões de que não deveria haver exploração sobre o trabalhador e, sim, o pagamento justo de seu salário. Na fala de Peixoto fica claro que havia uma sintonia entre o trabalho sindical e o trabalho pastoral empreendido pela CPT em torno dos direitos dos trabalhadores, de seu modo de vida e de reprodução.

Com o passar dos anos, as conclusões apontadas durante as Assembleias Pastorais do Povo de Deus da Prelazia sugeriram que os agentes pastorais deveriam se inserir na vida política partidária do município. Tal orientação motivou a Antônio Peixoto a se filiar ao Partido dos Trabalhadores. Não demorou muito a se lançar candidato a prefeito em 1982, mas sem êxito nas urnas. Com isso, em 1988 torna-se presidente do STTR de Itacoatiara até o ano de 1991, mandatos que lhe proporcionou uma projeção política maior. Acreditando nisso, lança-se novamente candidato a prefeito em 1992, mas obtém a 3ª colocação. Em 1996 tenta novamente a candidatura, mas sem sucesso. Em 1997 consegue se eleger presidente do Partido dos Trabalhadores local. Com essa oportunidade, começa a se desenhar um projeto político em vista de consolidar a atuação do PT no município de Itacoatiara. A ideia era trabalhar as bases do partido, compor quadros de filiados, quadro de futuros candidatos, de maneira a tornar a candidatura e o ganho das eleições uma consequência de um projeto maior.

De fato, tal projeto ganhou respaldo político entre seus filiados. Aliado a isso, já havia uma conjuntura política nacional favorável ao PT devido ao primeiro mandato como presidente de Luiz Inácio Lula da Silva (2003). A consequência foi que em 2008, Antônio Peixoto sai novamente candidato a prefeito de Itacoatiara, mas como ele mesmo narra, os tempos eram outros. Há um quadro de filiados consolidados e fortes apoiadores e o PT ganhou um respaldo nacional que favoreceu a muitos de seus candidatos espalhados pelo país. “– Foi uma candidatura única, chapa única. Nossa campanha foi realizada com bandeiras e caminhadas”. Resume a experiência salientando que o único apoio veio dos próprios filiados e

¹⁰⁷ Capítulo II, item 2.4.3. Reunindo o Povo: as assembleias do povo de Deus.

simpatizantes sem financiamentos externos. O resultado foi que depois de 26 anos de atuação política partidária um trabalhador rural, agente pastoral, sindicalista chega ao cargo de prefeito de seu município numa eleição que ele considera histórica porque “derruba a oligarquia familiar” que dominava o município de Itacoatiara há décadas.

Popularmente o mandato foi conquistado. Porém, o grupo hegemônico presente no município representado por uma família não permitiu que a administração municipal do Partido dos Trabalhadores governasse de fato. A administração foi marcada por intensas perseguições, ameaças e cassações. Antônio Peixoto por muitas vezes exerceu o cargo de prefeito através de mandatos de segurança. Como ele mesmo expressou para definir esses momentos: “– Eu dormia prefeito, mas nada me garantia se acordaria também prefeito”. Indaguei a razão de tamanha perseguição e ele respondeu que desde o começo estava ciente de que tinha se colocado contra a tradição política do “mando e desmando” em Itacoatiara e isso deve ter incomodado a elite local. E como ela havia perdido seu espaço precisava reconquistá-lo novamente. Restava, então, criar diferentes situações para deslegitimar a administração petista.

Apesar de todo esse cenário que se tornou desfavorável ao longo do seu mandato, Peixoto conseguiu concluir sua administração e até tentou a reeleição em 2012, mas não pôde ser reeleito. Com isso, Itacoatiara voltou a ser administrada pela família que há anos detém o poder político e econômico da região. Pelo que percebi essa experiência, ainda que dolorosa, não o abateu suficientemente para desistir. Antônio Peixoto permanece exercendo suas atividades como trabalhador rural e líder político. Agora como recém-eleito presidente do Partido dos Trabalhadores de Itacoatiara já começa a enxergar no horizonte de possibilidades para uma nova candidatura. Consciente de que o “tempo político” tem passado por mudanças. Ele mesmo revela que mudou, pois se sente mais maduro, forte e consciente do seu papel como político que lhe motiva a acreditar na luta política e nela permanecer.

Meses depois quando ainda dava forma a esse relato pretendo etnográfico, com as várias abas abertas do meu computador, entre elas a de uma rede social, acesso a página de Antônio Peixoto em busca de sua data de nascimento para compor os dados da pesquisa. Nessa busca, me deparo com o então candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores de Itacoatiara, Antônio Peixoto. Muitas fotografias, registros de reuniões, convenções e comícios, caminhadas, abraços e apertos de mão, visitas aos bairros e aos beiradões de Itacoatiara.

Para compreender esse momento necessitei percorrer o caminho inverso (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996). Olhando as diversas fotografias postadas e

compartilhadas em sua página logo tive que me reportar para aquela reunião de avaliação pós-eleições do PED/PT. Naquela noite em diante abriu-se o espaço para a *trama* (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996) de relações que levassem Peixoto a materializar sua candidatura nas próximas eleições. A candidatura estava materializada. Pensei comigo que seu alvo seria o retorno à prefeitura de Itacoatiara. Entretanto, ao me deparar com os registros em sua página na rede social e o tipo de representação a que estava disputando, logo percebi que sua pretensão política está para além da disputa pela simples representação. Não importa para *quê* se candidata, o que interessa é para *quem* e a adesão desse *quem*.

A trama segue-se desenvolvendo, apontando para a busca pela permanência no “lugar ao sol”, seja pela empatia do eleitor, seja pelas alianças partidárias em destaque mesmo que essas estejam aleijadas em suas ideologias políticas. Compreender essa trama significa que o pesquisador deve perfazer o caminho inverso que Goldman e Sant’Ana (1996) referem-se no trabalho *Antropologia, voto e representação política*. Tramas que são subjacentes aos “processos moleculares” (p. 30). Penso que o caso do Peixoto nos ajuda nesse ponto: como as tramas políticas são construídas e de que arti/manhas são permeadas.

3.2.4 “Como pode ter tanta briga entre companheiros do mesmo partido?”

O trabalho de campo quando não é um lugar onde você se desinstala de seu conforto enquanto pesquisador é o lugar para se deixar *afetar*, comungando da feliz expressão de Goldman (2003) ¹⁰⁸ quando faz referência a Jeanne Favret-Saad (1977) sobre uma das experiências que o campo pode nos proporcionar no momento em que nele adentramos. Além do afeto, o concreto e o senso prático (LÉVI-STRAUSS, 1976; GOLDMAN, 2003; BOURDIEU, 2009), nas relações sociais acabam também nos despertando para outras possibilidades de articulação das ideias para conferir inteligibilidade ao modo de como as pessoas constroem suas relações sociais.

O lado prático vivido pelas pessoas encontradas no campo e o deixar-se afetar por essa vivência me fizeram enxergar o modo como a política partidária, a partir do movimento sindical dos trabalhadores rurais, é construída e vivida. Nesse caso, mesmo as pessoas, que a princípio não estavam ligadas diretamente ao MSTTR e muito menos a nenhum sindicato que pude acompanhar, me ajudaram a perceber que a política feita no MSTTR também circula em outras cearas qual não seja apenas a sindical.

¹⁰⁸ GOLDMAN, Márcio. *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 46 n° 2, 2003.

Essa experiência no campo e tornada, conseqüentemente, etnográfica percebi nos dias em que estive no município de Urucurituba¹⁰⁹/AM. Dessa vez, o objetivo que me levava até ao município era o desenvolvimento de uma oficina de formação sobre controle político e social junto com os conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. A maior parte desses conselheiros era de trabalhadores e trabalhadoras rurais e os dois dias da oficina aconteceram na sede do STTR de Urucurituba.

Ao final da tarde do primeiro dia da oficina, os dois colegas da equipe e eu resolvemos caminhar pela sede municipal. Na ida uma senhora¹¹⁰ que havia participado da oficina acabara também nos acompanhando nessa caminhada. Na verdade, o caminho de retorno a sua casa acabou se tornando o nosso, uma vez que, não tínhamos um destino certo. Nosso intento era caminhar e tomar conhecimento da dinâmica da sede daquele município mesmo que parte dele já fosse conhecido por nós.

Durante a caminhada, essa jovem senhora falava que tinha recebido o convite do seu Antônio – dirigente do STTR de Urucurituba – para participar da oficina. Ele a sensibilizou para participar, sobretudo, porque ela estava tomando a frente da organização de uma recente ocupação na sede do município que, segundo promessa da prefeitura, logo poderia se tornar um bairro caso os moradores viessem a se organizar numa associação. Afirmou que por causa dessa sua situação e do restante dos moradores da ocupação, precisava se acercar a diferentes organizações sociais para apreender a maneira como se organiza um grupo de pessoas e percebia que o STTR ajudava nesse ponto.

Acabamos acompanhando essa senhora até sua casa. Logo chegamos a recente ocupação. Ela nos dizia que naqueles dias as ruas iam começar a receber o asfalto graças ao empenho dos moradores junto à prefeitura. De fato, observamos que já havia sido realizada a terraplanagem e a demarcação do meio fio. Fizemos alguns registros fotográficos e depois entramos em sua casa que logo nos chamou atenção, pois era a reprodução fiel de uma moradia típica de quem habita nos chamados “beiradões” nas várzeas do AM. A casa era suspensa do chão formada por único cômodo dividido com alguns panos e lençóis. O centro era a cozinha, com um forno a lenha. Tivemos a comum sensação de sermos transportados para outro universo e fomos.

¹⁰⁹ Apesar do município de Urucurituba pertencer ao Território Rural Manaus e Entorno (MDA, 2013) ele se situa no Médio Amazonas fazendo limites com os municípios de Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Itacoatiara, Silves, Itapiranga e Urucará considerando os dados de localização da Prefeitura local.

¹¹⁰ Considerando que naquele momento da oficina não tinha a ideia de que essa experiência de campo iria se tornar um dado a ser considerado na pesquisa. Com isso, não tive como pedir autorização dessa senhora para citar seu nome em algum texto que viesse a ser produzido. Resta-me, então, a opção de me referir a ela utilizando o tratamento de “senhora”.

Já instalados e tomando café a conversa prosseguiu. Ela nos explicava que precisou vir para a sede de Urucurituba por causa dos seus filhos mais velhos que precisavam dar prosseguimento aos estudos. Na comunidade onde estava localizado o sítio da família apenas havia uma escola de ensino fundamental e, por isso, parte da família resolveu migrar, uma vez que o seu esposo e outros familiares permaneceram no sítio trabalhando na roça em vista de garantirem a reprodução da família. Ela também nos confirmara que grande parte dos moradores daquela ocupação tinha uma história de migração parecida com a sua: muitos vieram por causa dos estudos dos filhos, outros para tratamento de saúde e outras famílias vieram porque ficou difícil manter o trabalho com a intensa subida das águas nas várzeas que prejudicaram drasticamente a produção familiar restando à alternativa da vida na sede.

Coincidência ou não, o ano em que fomos desenvolver essa oficina em Urucurituba foi 2012, ano de eleições municipais. Naqueles dias, a população local estava se recuperando da “ressaca” do processo eleitoral. Algumas bandeiras com as cores dos candidatos ainda estavam espalhadas em mastros fincados em frente das casas. Durante a nossa conversa, foi inevitável não falar sobre política e as eleições locais, principalmente, porque seu Antônio havia sido, mais uma vez, candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores de Urucurituba. E como a oficina foi desenvolvida na sede do STTR de Urucurituba e a mobilização tivera sido realizada por ele, era pertinente que tomássemos, como exemplo, naquela ocasião, o seu envolvimento com a política. Porém, quem se incumbiu de chamar atenção para isso não fomos nós, mas sim aquela senhora.

Dizia que desde quando chegara à sede de Urucurituba via no seu Antônio uma liderança muito esforçada pela causa do trabalhador rural. Por ser sindicalizada, ela percebeu que o sindicato era uma referência para a organização social. E seu Antônio também acabara colocando à disposição dos moradores da recente ocupação o espaço do STTR para realizar algumas reuniões de mobilização.

Para nossa surpresa essa senhora e seu esposo, que estava de passagem, nos confidenciaram que, apesar de todo esforço do seu Antônio junto aos trabalhadores rurais, eles acabaram não votando nele. Confesso que fiquei surpreso pela “confissão” e a curiosidade nos moveu a perguntar o motivo pelo qual eles não votaram no seu Antônio. E eles logo nos responderam. Junto com seu Antônio concorria à vaga de vereador pelo mesmo Partido dos Trabalhadores outro candidato. Mesmo pertencendo ao PT local e a mesma legenda partidária, os dois candidatos acabaram virando “inimigos” políticos. “– Nos comícios do partido, eles viviam brigando. Nós não entendíamos por que eles brigavam tanto.

Como pode ter tanta briga entre companheiros do mesmo partido? Seu Antônio era o que brigava mais, por isso, não votamos nele”.

A justificativa estava dada. Minha surpresa aumentou ainda mais. E uma simples oficina sobre controle social acabara se tornando trabalho de campo. Naquele momento, a explicação daquela líder comunitária me afetara de cheio. A sua indagação passara a ser a minha naquele momento em diante. Restava ouvir o outro lado dessa história, nesse caso, o seu Antônio. Despedimo-nos, agradecemos pela acolhida e a motivamos a continuar participando no segundo dia da oficina.

No outro dia, acordei com essa conversa na cabeça. “Como pode ter tanta briga entre companheiros do mesmo partido?”. Precisava ouvir seu Antônio. Mas de que maneira? E a oficina? Restará tempo para uma entrevista ainda naquele dia? Por outro lado, sem provocá-lo o seu Antônio nos colocou a par do processo eleitoral que viveu o município. Confirmou-nos que ele e outro candidato disputavam pelo PT aos cargos de vereador. Porém, na sua visão, as vagas estavam garantidas para os dois, caso viessem a se unir na campanha, considerando o projeto do PT em Urucurituba de eleger dois vereadores pelo partido.

Mas o que aconteceu foi que o outro candidato – companheiro de chapa do seu Antônio – ficou temeroso quando percebeu que o candidato opositor a prefeito começou a ganhar intensões de voto frente ao candidato apoiado pelo PT em Urucurituba. Isso o motivou a lutar de todas as formas para garantir sua candidatura, restando à opção de se “bandear” (expressão do seu Antônio), para o lado do candidato a prefeitura que pertencia a outra legenda. Nesse momento, ele se tornara inimigo do seu próprio partido, e não restou ao seu Antônio a tarefa de combater essa candidatura procurando desvelar tal incoerência partidária.

Contudo, a população interpretou a atitude do seu Antônio de outra maneira. Como bem expressou aquela senhora eles se tornaram inimigos mesmo sendo do mesmo partido. E na percepção das pessoas, não é possível associar esse tipo de relação com a vida política partidária, pois elas compreendem que a luta pela população passa primeiro por uma relação de solidariedade e amizade (COMERFORD, 2003) do que por inimizade fato que ocorrera em Urucurituba. Nesse caso, não interessava à população a incoerência política partidária do outro candidato e nem as denúncias feitas pelo seu Antônio dessa situação. Interessava a ela a manifestação da união uma vez que ambos os candidatos pertenciam ao mesmo partido.

Já na visão do seu Antônio ele tomara a decisão correta de denunciar essa atitude interesseira do seu companheiro de partido que se tornara opositor. Para ele a “briga” era apenas em nome da coerência por um projeto político e partidário e nada tinha ligação com outras questões. Esse fato tornara-se suficiente para que a relação entre companheiros de

partido viesse a ser desfeita uma vez que o projeto político comum foi absorvido pelo interesse econômico e eleitoral. O resultado foi que seu Antônio perdeu as eleições para vereador e seu companheiro opositor ganhou.

Em outra conversa com seu Antônio e investigando mais de perto sua trajetória de dirigente sindical e também de líder político, ele me recordara que ao mesmo tempo em que se envolvia na direção sindical também se filiara ao Partido dos Trabalhadores de Urucurituba. Seu projeto político partidário sempre girou em torno da defesa e da luta pelo setor primário do seu município que não é devidamente valorizado pelos gestores públicos municipais.

Com essa bandeira de luta se candidatou em 2012 para o cargo de vereador “sem nenhuma ajuda e nenhum apoio”. Por outro lado, confiava nos filados do PT no município que poderiam reconhecer sua trajetória como uma liderança sindical em defesa do trabalhador rural. No entanto, obteve apenas 50 votos. Um misto de frustração e revolta. “– A própria ‘classe’ não se reconhece no seu representante”, desabafara seu Antônio durante a entrevista.

Revisitando esse relato, sei que essa experiência se configurou como etnográfica. Essa etnografia sobre a política e eleições locais envolvendo trabalhadores rurais e dirigentes sindicais só me foi possível pelo senso prático da percepção das pessoas que manteve contato no campo e pelo fato de me deixar *afetar* – como lembra Goldman (2003) em suas etnografias de campo em Ilhéus na Bahia – pelos discursos e posturas desses “nativos”. Mais do que estabelecer a decodificação (GOLDMAN, 2003) do processo da política local e dos seus sujeitos, tomando como exemplo o movimento sindical de trabalhadores rurais, gostaria de chamar atenção para essa possibilidade do pesquisador em campo vir a converter sua visão de pesquisa e de mundo pela própria experiência do campo.

No caso, o que mudou em mim foi que, mais do que explicar as indagações quase que positivistas da pesquisa, reconheci a importância de que o “devir nativo” (DELEUZE & GUATTARI, 1980 *apud* GOLDMAN, 2003) antes de simples resposta aos questionamentos estabelecidos durante a pesquisa são “um saber sobre o mundo” (GOW, 1998 *apud* GOLDMAN, 2003) e que podem, seguramente, explicar a dinâmica das relações sociais em seus diferentes campos, como o político. Isso não quer dizer que antes não tinha consciência de tal postura, porém há tinha de maneira muito vaga, não marcada pela experiência. A esse cambio do olhar devo pela mediação do trabalho de campo que envolve os “nativos”, sujeitos da pesquisa, suas formas de enxergar o mundo e o deixar-se afetar por eles e seus discursos.

3.2.5 “Pobre não gosta de pobre”

Numa das noites que estava realizando o trabalho de campo em Autazes, Raimundo Aldo¹¹¹ me convidou para participar de uma reunião com alguns partidários do Partido dos Trabalhadores que ocorreria na Sede do STTR de Autazes. A reunião tinha como objetivo pensar estratégias que possibilitassem a constituição de uma chapa eleitoral no município em vista da disputa pela presidência do partido no Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores (PED/PT). Considerando as demais tendências do PT no município essa chapa deveria ser opositora à tendência atual que estava à frente da direção.

Durante a reunião foram apresentadas sérias contradições – má gestão administrativa, morosidade, coalizões partidárias incoerentes, acordos financeiros, disputa de cargos no executivo - da atual presidência do Partido dos Trabalhadores de Autazes que estavam colocando em risco a vida do próprio partido naquele município, a ponto desse grupo reconhecer a sua obrigação de pensar um projeto que procurasse sanar essas contradições ou pelo menos amenizá-las.

Figura 37 – Reunião de preparação para o PED/PT de Autazes.



Fonte: Trabalho de campo, STTR, Autazes, 2013.

¹¹¹ Dirigente do STTR do município de Autazes.

As estratégias levantadas e debatidas tinham que promover não somente a derrocada da tendência atual como também ganhar a confiança dos demais membros partidários e, assim, ganhar as eleições. Achei interessante um pequeno número de militantes se apropriando de uma discussão de caráter tão intenso e, em certo momento, com demasiada animosidade. Temas políticos partidários vinculados ao local, mas que repousa também a marca regional e nacional, ao mesmo tempo. De maneira que, o principal mediador era o próprio Aldo que se descreve como uma “figura rejeitada” politicamente, mas que se sente preparado para a pressão popular.

Estratégias compartilhadas, anotadas e até simuladas ali mesmo entre os companheiros. A imagem do grupo reunido, disposto em círculo, na sala da sede sindical, com uma penumbra de luz tendo Aldo ao centro em sua mesa de trabalho e anotando as estratégias sugeridas pelos companheiros, me reportou a uma cena cinematográfica¹¹². Ao final da reunião, a opção política pelo “enfrentamento” à hegemonia da tendência atual se configurou unânime entre eles. Compreendi que aquele grupo reunido na sede do STTR se configurava como parte da arena política (OLIVIER DE SARDAN,1995), pois sua justificativa de reunir-se e existir se dava pela tarefa agonística da política entre adversários que eram iguais entre si por se tratar do mesmo Partido dos Trabalhadores.

Na manhã que se seguiu dei prosseguimento à entrevista com Aldo. Seria o último encontro programado. Nos dias anteriores ele já me falara de sua trajetória como líder e dirigente sindical. Precisava, nesse final do trabalho de campo, ouvir a trajetória do Aldo militante político. Mesmo que nas narrativas anteriores ele já havia falado em questões sobre seu engajamento político e partidário. O que ainda me chamava atenção e que merecia certo destaque na entrevista era a multiplicidade de atividades que Aldo estava envolvido. Tinha a impressão que isso se justificava pela sua utopia centrada na militância partidária. Daí, o provoqueei nesse sentido.

“– O que coloca você nessas situações de múltiplas atividades, como é o meu caso, são os teus sonhos, as tuas convicções politico-ideológicas”. Aldo me apontara seu modo de pensar e viver o político afirmando que suas convicções giravam em torno da “utopia socialista”. Ela o motiva a ir sempre em frente, abrindo e apontando caminhos; se dedicando a diferentes tarefas e projetos. O preço que muitas vezes paga por isso é ser incompreendido pelos seus familiares, amigos e até por companheiros de mesmo partido. Mas como ele

¹¹² Recordei nesse momento de filmes que retrataram as trajetórias de grupos populares e armados que vieram a combater a ditadura civil e militar no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Entre eles destaco o filme “Batismo de sangue” (2008) de Helvécio Rattón, roteiro de Dani Patarra e Helvécio Rattón que foi baseado na obra literária de Frei Betto que deu título ao filme.

comentara que é muito difícil a essa altura da vida abrir mão de algumas crenças. A questão pra ele é seguir lutando, mesmo que a luta não tenha um fim.

De fato, o pouco que pude conhecer da vida política de Aldo percebi, logo num primeiro instante, certa radicalidade na sua postura frente ao projeto político do seu partido. Afirmando isso, considerando a narrativa onde ele evidencia que mais importante que a disputa pela representação política, seja ela qual for, o político deveria lutar pela construção de um projeto político comum. E os eleitores, por sua vez, deveriam exigir representantes políticos que fossem coerentes com o projeto de sociedade cuja mediação seria a vida política. Entretanto, pelo cenário que hoje a política partidária se encontra essa percepção radical de Aldo ressoa até engraçado, porque vemos exatamente o oposto. O próprio Aldo se coloca como exemplo para compreendermos esse momento da política partidária envolvendo políticos e eleitores. Nas eleições municipais de 2008 ele disputou no seu município e pelo PT ao cargo de vereador. Mas não obteve o mínimo para se eleger.

Não obtive voto porque eu acredito numa série de situações, inclusive a financeira. Nós vivemos entre um povo preconceituoso. Pobre não gosta de pobre. Agricultor soa como inferioridade na sociedade. Então, por muitas razões, a gente precisava do apoio. O primeiro voto deveria ser da própria classe, categoria; e a gente não tem pelo preconceito. Ainda estamos num sistema viciado de clientelismo da política na relação do político de mandato e o cidadão (RAIMUNDO ALDO FRANÇA, STTR de Autazes, trabalho de campo, 2013).

Figura 38 – Adesivo de propaganda partidária de Raimundo Aldo França nas eleições de 2008



Fonte: Trabalho de campo, STTR, Autazes, 2013.

É interessante notarmos na narrativa que em vez de Aldo buscar explicações de natureza política para justificar sua derrota nas urnas, proposital ou não, ele nos aponta questões mais de cunho subjetivo. A subjetivação (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996) presente na fala de Aldo é encontrada nas expressões “preconceito” e quando diz que o “pobre não gosta de pobre”. Seria inimizade? Baixa estima? Não reconhecimento? Falta de crença? Inferioridade? Finda respondendo que é preconceito da classe dos trabalhadores rurais com a própria classe quando não enxergam a possibilidade de um representante político ser um dos seus.

Ainda buscando explicações para sua derrota restam as questões em torno do clientelismo político que na visão do Aldo é o grande mediador do sistema político na atualidade. O “troca-troca”, o “mando e desmando”, a venda do voto, a pouca em nenhuma educação do eleitorado são outras formas de mediar a escolha dos representantes políticos clientelistas e o político que não “entra” nessa lógica não consegue se eleger.

Observar Aldo colocando essas questões foi um tanto interessante, pois parecia que ele estava em outro lugar e não limitado a uma sala. Parecia estar num grande auditório ou num palanque devido a sua expressão com gestos algumas vezes exagerados e enfáticos. Mas, ao mesmo tempo, denotava a sua luta. Expressar daquela maneira suas convicções e desvelar essa política clientelista, ainda que no espaço de uma entrevista, se constituía também luta na crença de que essa expressão poderia expurgar aquilo que desfigura as utopias partidárias.

Mesmo Aldo chamando atenção para a concepção do dever ético que todo político e eleitor deveriam ter em suas posturas essa análise em torno da política e do voto ressoa um tanto conservadora. Gostaria de assegurar o ponto da fala em que Aldo justifica a sua não eleição ao cargo de vereador ao fato dos próprios trabalhadores rurais não expressarem o “gosto” de se ter outro trabalhador rural como seu representante político. Buscar os motivos desses eleitores para optarem por essa escolha me levaria a outra pesquisa de campo. Mas o fato é que o ato de *gostar* nos remete ao “acoplamento necessário entre política e subjetividade” (GOLDMAN; SANT'ANNA, p. 31, 1996), que nos conduzirá a resultados não esperados e/ou surpresos.

A questão é que o processo eleitoral, tendo como exemplo o caso do Aldo, está permeado por questões íntimas que influenciam na escolha desse e não daquele candidato. Aqui há a fuga da objetivação primeira. No entanto, essa percepção em si já se constitui uma explicação e um tipo de objetivação que está alicerçada numa determinada subjetividade do ato de votar. Nesse sentido, clientelismo, manipulação, passividade e opressão em vez de serem formas de desvios éticos do voto poderão vir a ser formas de respostas dos indivíduos e

dos grupos aos poderes estabelecidos desde o sistema político passando pelos sindicatos e alcançando os partidos políticos.

3.3 Dilemas, Tramas, Mediações e Formas Simbólicas das Representações Políticas no MSTTR do Amazonas

O que pode significar um trabalho socioantropológico sobre sindicalismo rural e representação política partidária? No exercício de aproximação dessas duas realidades nos encontramos com um emaranhado de acontecimentos que vão dando a tônica da vida política daqueles que delas participam. Não foi a toa que me senti motivado a estabelecer um lugar de destaque às etnografias construídas durante o trabalho de campo onde busquei me acercar às pessoas que estavam na fronteira das arenas sindical e partidária. As etnografias políticas nos mostram, por um lado, os esquemas e as surpresas dos envolvidos nessa dinâmica sindical e partidária e, por outro lado, revelam um conjunto de julgamentos estabelecidos (GEERTZ, 2008) dos dirigentes sindicais e partidários e, nesse ato, também me incluo.

O aparente caos que está presente nos relatos etnográficos recheados de discursos, de descrições, das imagens dos lugares visitados, das reuniões, dos processos eleitorais pode nos provocar uma sensação inicial de obscuridade quanto aos significados que podemos estabelecer tendo como suporte exatamente esses elementos encontrados nos relatos. Entretanto, se nos atermos mais detidamente a esses mesmo elementos veremos que eles nada mais representam do que um conjunto de concepções desdobradas em atos que nos possibilitarão tornar a interface sindicalismo rural e representação política mais inteligível (GEERTZ, 2008).

Dito de outra forma, na medida em que encaramos o “aparente caos” encontrado nas etnografias políticas, já tratadas nesse capítulo, como tendo existência real e não apenas abstração de quem as narrou e documentou e, no momento em que, as encaramos como “imediação concreta da luta facciosa” (GEERTZ, 2008, p. 135) encontrada no interior da arena sindical que alarga seus limites até atingir as linhas da política partidária, veremos aí se estabelecer as nuances de como a política – sindical e partidária – se dão publicamente.

Com isso, minha intensão, nessa parte do trabalho, é aproximar a essas etnografias de campo e aos elementos políticos nelas contidos as possibilidades de uma abordagem socioantropológica – mas, nesse caso, mais antropológica – assumindo a perspectiva da Antropologia Social ou Cultural acerca da política e seus processos (GOLDMAN;

SANT'ANA; PALMEIRA, 1996). Em vista de oferecer conexões possíveis que possam viabilizar a análise do significado ou dos significados que apresentam a interface do sindicalismo, que envolve os trabalhadores rurais, com a representação política, cujo trampolim foi ou é a vida como dirigente sindical.

Acredito que as etnografias políticas nos oferecem quatro níveis de entendimentos que acabam norteando a realidade e os acontecimentos que envolvem os trabalhadores rurais engajados na representação sindical e na política partidária. Em primeiro lugar, esses trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos-partidários estão envolvidos em diferentes dilemas¹¹³ que norteiam a vida política sindical e dentre todos o que mais pesa é o não reconhecimento representativo pela própria categoria dos trabalhadores rurais. Compreender as formas dessa negação mais de perto nos ajuda a perceber os demais dilemas que esses trabalhadores estão envolvidos.

A trama¹¹⁴ no cotidiano político e sindical – esse consiste o segundo nível de entendimento – também acaba envolvendo a realidade desses trabalhadores. Tramar significa construir diferentes estratégias políticas que permitam oferecer formas e modos de se lidar com os dilemas vividos na arena sindical e partidária, em vista, sobretudo, da manutenção da visibilidade seja ela sindical, seja partidária.

Em terceiro lugar, há as mediações¹¹⁵ que esses trabalhadores usam para compor suas diferentes trajetórias como lideranças desde as suas comunidades de origem, passando pelo sindicato até chegarem ao partido político. Tais mediações acabam viabilizando a dinâmica do trânsito dos dirigentes na comunidade-sindicato-partido político. Uma boa experiência de mediação pode significar que o trabalhador rural, uma vez dirigente sindical e representante político, pode circular nessas diferentes representações e ser continuamente lembrado, causar consensos e determinar posturas e ações no sindicato e fora dele.

O quarto nível de entendimento dessa experiência social passa pela análise das diferentes formas simbólicas¹¹⁶ que acabam perpassando os dilemas, as tramas e as mediações que esses trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos partidários são envolvidos. Mas aqui repousa certa novidade que é a de que não necessariamente as formas simbólicas estão centradas apenas nas trajetórias dos dirigentes sindicais. Elas perpassam e permeiam a vida de outros trabalhadores rurais que possuem algum vínculo com o MSTTR,

¹¹³ PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

¹¹⁴ *Idem*

¹¹⁵ GOLDMAN, Márcio. *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*. Revista de Antropologia, v. 46, nº 2. São Paulo: USP, 2003.

¹¹⁶ *Idem*

embora não almejem a representação política e partidária. Por outro lado, eles podem determinar a vida daqueles que almejam ou já vivem de tais representações.

Estabelecendo esses níveis de entendimento e pontuando as realidades que os animam, considerando os relatos etnográficos já expostos, acredito ser possível oferecer alguns significados sobre a interface sindicalismo rural e representação política partidária entre trabalhadores rurais nas várzeas dos Amazonas. Embora não almejando, tentarei aqui assumir a postura de um etnógrafo e espero que ao final desse labor tenha consigo alcançar a meta que me propus.

Nesse sentido, é o fato inelutável de que o etnógrafo é um observador estrangeiro, capaz de apreender, apenas como objetos, realidades para as quais os nativos são relativamente, mas não necessariamente, cegos que garantiria a possibilidade da etnografia. Esta deveria consistir, pois, na investigação das mediações que se interpõem entre os nativos e sua experiência social, possibilitando assim a análise das diferentes formas simbólicas através das quais os nativos se expressam (GOLDMAN, 2003, pp. 457-458).

3.3.1 Dilemas e Tramas

Se os dilemas vivenciados por esses trabalhadores rurais são um dos níveis de entendimento das relações deles com a política partidária, tendo como ponto de partida o MSTTR, podemos nos indagar o que seriam esses dilemas, qual sua natureza e quais seriam eles? Nesse caso, trata-se de dilemas vividos e assumidos no cotidiano da luta sindical e da militância partidária por esses trabalhadores rurais. São expressões permanentes da luta (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009) nessas diferentes arenas e que geram mecanismos impulsionadores possibilitando a eles, que são há um só tempo dirigentes sindicais e representantes políticos partidários, se firmarem em seus propósitos e projetos políticos, ainda que sejam, a cada instante, colocados à prova. Portanto, são dilemas, eminentemente, políticos que fazem parte das lides da representação política.

Não deixa de ser inquietante a ideia de que os dilemas povoam a vida e a prática política das muitas lideranças sindicais que se lançam à vida política partidária. Inquieta essa constatação porque os dilemas os quais nos referimos nascem no interior do próprio movimento sindical e que acabam ultrapassando outros espaços políticos como os partidos. As lideranças aqui pesquisadas sempre reservaram um espaço em suas narrativas para se queixarem sobre o fato de que a própria classe trabalhadora rural não reconhece a ação política dos seus dirigentes.

O fato provoca a reflexão em torno do “princípio de solidariedade” (GOHN, 2012) dentro do MSTTR e seus desdobramentos e nos ajuda a pensarmos até que ponto a existência dos dilemas da representação política se justifica pela vivência de uma limitada solidariedade interna entre os trabalhadores rurais. Nesse ponto, Maria Glória Gohn (2012), defini o princípio de solidariedade como “o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto” (p. 250). A noção de uma solidariedade que é construída e não dada socialmente nos fornece um dado que lança luz sobre a vivência dos dilemas políticos entre os trabalhadores rurais. Se essa solidariedade é construída, ela apresenta limites e pode alcançar estágios que nem sempre vão condizer com o tipo ideal presente no imaginário social em torno desse valor.

Internamente o movimento sindical pode se articular para fora de si tomando a vivência solidária dos valores, a sua visão de mundo, a comunhão das lides e das dificuldades no cotidiano, e uma vez que se demonstra certa coerência nessa articulação para o mundo exterior gera-se a impressão de um movimento unificado e totalizante (GOHN, 2012). Por outro lado, quando a essa noção solidária se acopla à política partidária, nesse sentido, a solidariedade e o movimento se fragmentam, pois vêm à tona os conflitos e as diferentes tendências internas. Nesse caso, o que está em jogo são as adesões políticas que estão para fora do movimento, cuja fixidez marcada pela “solidariedade de classe” se transmuta para a “adesão individual” (PALMEIRA, 1996) mesmo que apontando para dado partido político.

Os dilemas que aqui tratamos nos ajudam a exemplificarmos os limites impostos a essa solidariedade. As trajetórias da vida sindical e política dos trabalhadores rurais que aqui foram pesquisados acabam nos oferecendo um panorama das diferentes representações políticas presentes nos sindicatos e são oriundas deles. Os discursos acabaram por revelar o lugar de origem desses dilemas, quem os vive e como eles são assumidos no dia a dia, ainda que em um contexto localizado. Ficando apenas na análise das trajetórias de vida desses trabalhadores poderíamos encontrar as respostas acerca dos dilemas vividos na representação partidária.

Mas a experiência de campo ainda me reservou a oportunidade de observar o processo eleitoral de escolha dos representantes para dirigentes do Partido dos Trabalhadores – PT nos diferentes municípios os quais visitei durante a pesquisa. Posso dizer que pude etnografar o Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores – PED/PT nos três tempos que envolve um processo eleitoral: preparação e estratégias (Autazes); o pleito (Manaquiri) e balanço geral (Itacoatiara). Como afirma Moacir Palmeira (1996) em diferentes escalas e

lugares “as eleições representam um momento crucial na vida” (p.44) dos candidatos, dos eleitores, das comunidades.

Considerando essa importância, as eleições acabaram se tornando um lugar onde pude me aproximar também dos dilemas que envolvem seus participantes. Nesse caso, nos interessa mais de perto captar os dilemas sofridos por esses dirigentes sindicais e líderes políticos, mas sem nos descuidarmos dos demais participantes do processo como os eleitores – que aqui são companheiros partidários. Também olhamos para o resultado do pleito – o conjunto dos votos – como um indicador e prova da materialidade das adesões e das disputas o que poderá ou não colocar esses representantes num lugar de visibilidade na arena política partidária. Bem sabemos que o voto tem o significado de uma adesão prévia (PALMEIRA, 1996), embora ele também nos fale das tensões que se estabelecem para sua conquista.

Logo, de que tensões estamos tratando quando envolve trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos-partidários? Nessa espacialidade, é recorrente a tensão entre a busca pelo controle do poder político e representativo local e a inserção aos lugares de poderes estabelecidos e aos que controlam o poder regional e nacional (PALMEIRA, 1996). As etnografias de campo narram que pelos menos dois candidatos ao PED/PT viam na disputa do processo a oportunidade de voltarem e se estabelecerem na arena política nos seus municípios e, assim, estabelecerem uma projeção representativa tendo como base o apoio local.

No caso de Antônio Peixoto (PT – Itacoatiara) demonstrou o significativo apoio dos partidários locais o levando ao ganho do processo. Resta saber se esse apoio se efetivará e ganhará projeção nas eleições de 2014¹¹⁷ onde ele concorre ao cargo de deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Itacoatiara por se tratar de um lugar onde o “mando político” é ditado por uma família, e apesar dessa afirmação denotar uma espécie de fixidez e rigidez do poder local (PALMEIRA, 1996), e como popularmente se afirma “eleição se ganha no voto”, não se trata mais de um processo preestabelecido (PALMEIRA, 1996), envolve muito mais do que o “mando e desmando” de determinado grupo.

O dilema de Peixoto consiste em manter-se na corda bamba dessa tensão entre confirmar a sua volta pela predileção local ou o alcance do poder rígido da família adversária que vai além dos limites geográficos de Itacoatiara que o impedirá retornar a arena da representação política no estado. Independente do resultado, para Peixoto, a projeção já foi alcançada em dois tempos, tanto pelo PED/PT como pela sua candidatura a deputado estadual,

¹¹⁷ Até a conclusão desse capítulo o processo eleitoral de 2014 ainda estava por acontecer, por isso, justifica-se essa linguagem mais projetiva.

pois ambos os processos o projeta para seu objetivo maior que são as eleições à prefeitura de Itacoatiara em 2016. Resta-nos esperar para ver como esse dilema será vivido e administrado, uma vez que ele sempre o será permanente.

Embora dona Izete Rodrigues (PT – Manaquiri) viva o mesmo dilema de Antônio Peixoto, o processo com ela se configurou de outra maneira. Em Manaquiri, dona Izete não foi eleita para a presidência do PT, acabou ficando em segundo lugar assumindo a vice-presidência do partido no município. Seu jovem adversário se elegeu com ampla margem de votos o que lhe assegura um amplo apoio local, mesmo que esse apoio tenha sido mediado pela troca de favores, conforme observaram os apoiadores de dona Izete.

A questão é que dona Izete com ampla experiência sindical e partidária careceu do apoio dos eleitores do seu município para se eleger no PED/PT. Contudo, conta com ampla margem do apoio dos companheiros partidários fora do município de Manaquiri onde projetou toda a sua militância sindical e política. Por outro lado, o jovem recente eleito presidente do PT no município possui a adesão partidária local o que pode o projetar para futuros apoios em futuras eleições. Entretanto, essa mesma adesão não percebi nos partidários do PT que estão fora do município de Manaquiri, como no diretório de Manaus. Nesse caso, esse jovem presidente precisa ser reconhecido por seus companheiros de partido para além de Manaquiri, e penso que a condição para isso é o apoio efetivo de sua vice-presidente, nesse caso, dona Izete.

No entanto, mais do que dizer quem ganha essa “quebra de braços” dentro e fora do PT, a questão é situá-los nos seus dilemas de representação. Se dona Izete pretendia a arena partidária do seu município em vista da disputa pelas eleições a deputada estadual em 2014 e/ou pelas eleições municipais em 2016, volta-se ao dilema inicial de como alcançar a adesão local para efetivar esses desejos eleitorais. No caso do jovem, fica a lacuna do reconhecimento dos seus pares partidários, haja vista que, ele é apenas reconhecido na circunscrição do diretório do PT de Manaquiri. Os casos ilustram bem que a pretensão pelo controle do poder político local e o reconhecimento social e político dos que controlam os poderes regional e nacional antes de possibilidades estabelecidas, no fundo se configuram dilemas conformados às relações políticas e sociais em construção. Portanto, “ganha o pleito” quem souber melhor lidar com as estratégias também políticas que ajudem na vivência dos dilemas.

A representatividade política assumida pelos trabalhadores rurais sofre com a tensão temporal. Quero dizer que há dois tempos há serem administrados no cotidiano político desses trabalhadores: há o tempo político e há o “tempo da política” (PALMEIRA, 1996). Longe de

ser apenas uma abstração conceitual, essa cronologia marca concretamente a inserção, as práticas e os discursos daqueles que assumiram a tarefa política da representação sindical e partidária. São tempos sociais diferentes com alto grau de importância, embora vividos pelos mesmos sujeitos.

É interessante notar essa variação temporal no discurso do seu Francisco Macena quando ele narra que sua “política é antropológica” e, ao mesmo tempo, confessa o seu desencaixe dentro da política partidária, apesar de sua ampla participação na fundação do PT no estado. Uma aparente contradição que mais revela a dificuldade ou o dilema de conciliar as duas dinâmicas pertencentes ao campo político.

Seu Macena parte da premissa de que a política vivida e praticada nos sindicatos rurais é de natureza antropológica, isto é, centrada nos sujeitos e em suas relações. Sua expressão nos faz lembrar Antônio Gramsci (1916-1935; 2011) quando se refere que dentre os elementos políticos é central a relação entre “dirigentes e dirigidos” (p. 232). Essa relação é uma das bases fundantes dentro de qualquer projeto sindical, onde há sempre a possibilidade em aberto dos sujeitos assumirem essa posição dentro da política vivida nos sindicatos.

Por outro lado, mais do que assumir posições políticas, a questão de fundo seria a importância efetiva que se deve atribuir aos sujeitos enquanto seres políticos o que Gramsci traduz em questionamento em suas reflexões: “pretende-se que sempre existam governados e governantes – dirigentes e dirigidos – ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça?” (GRAMSCI, 1929-1935, pp. 324-328, *apud* COUTINHO, 2008, p. 232). Centrando-se o exercício da política no sujeito, os sindicatos poderiam ser o espaço para o desaparecimento dessa divisão, uma vez que se reconhece que todos os seus participantes são potencialmente dirigentes e dirigidos e o exercício sindical poderá possibilitar o desenvolvimento dessa potencialidade.

Esse exercício é marcado pelo tempo político. Esse tempo é maleável, permanente e territorial. É maleável porque acompanha as diferentes dinâmicas dos trabalhadores inseridos nos sindicatos. É permanente devido a rotina das atividades sindicais que deve ser respeitada e assumida, pois ela é a prova de como a luta se materializou em direitos sociais desses trabalhadores e é territorial porque está circunscrito ao espaço sindical.

No caso dos trabalhadores rurais, se acoplam a esse tempo político “princípios” muitos próprios da vida camponesa como os oriundos da vida em família, da comunidade, da religião, das associações. Essa tônica acaba por diferenciar ainda mais o exercício político vivido dentro dos sindicatos rurais, ainda que não se descartem os sérios limites que são impostos a esse exercício.

Agora, quando o trabalhador rural enquanto representação política sindical ultrapassa a fronteira do sindicalismo para o partidarismo, a cronologia que marca essa nova relação muda. O sistêmico “tempo político” vira o pontual “tempo da política” (PALMEIRA, 1996). Muda porque as relações políticas são outras. O trabalhador rural busca assimilar a fixidez do momento. Ele é introduzido a uma nova rotina mais dinâmica e demandada. Além de ser reterritorializado em espaços já conhecidos e/ou desconhecidos e já não mais limitado ao lugar sindical.

O tempo da política é fixo, temporal e passageiro (PALMEIRA, 1996). No tempo da política está em jogo as adesões, as disputas, os meios de acesso à representação política local, regional e nacional. O voto-escolha e o eleitor são assumidos como focos centrais nas campanhas eleitorais. É o momento em que a decisão individualizada confirmará ou não os caminhos tomados pelos candidatos a representantes políticos. E é na busca por essa confirmação que o “tempo político” e o “tempo da política” se friccionam, pois considerando aqui os casos tomados, os representantes dos trabalhadores rurais desejam confirmar as adesões aos seus projetos políticos já partilhados anteriormente quando ainda estavam no território sindical, agora que estão para além dele precisam do parecer dos seus companheiros sindicais e demais eleitores. Esse é um dilema recorrente entre aqueles que optam por atravessar a fronteira que divide a militância sindical da militância partidária.

Justifica-se, nesse sentido, a postura do seu Macena em preferir o “tempo político” vivido dentro do sindicato a que o “tempo da política” circunscrito em outros espaços. Embora, os dirigentes que entrevistei durante o trabalho de campo encarem esse dilema com alguma serenidade, a ponto de não mais enxergarem os limites da fronteira sindicado/partido político. Nesse quase impasse entre pontos de vista e posturas, desejo chamar mais uma vez a atenção para a tensão estabelecida entre o tempo sindical e do tempo partidário que aparentemente parecem ser simples de serem vividos e partilhados, mas na verdade, repousam como um importante desafio presente na vida desses dirigentes sindicais e representantes políticos e que podem trazer questões fundamentais para estabelecer a inteligibilidade entre sindicalismo rural e partidarismo político.

Dilema recorrente nos discursos dos trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos-partidários é o fato da própria classe dos trabalhadores rurais não reconhecer como seus representantes políticos os próprios trabalhadores rurais. Em níveis diferentes, eles sofrem com esse dilema e diversas são também as questões que identificamos em seus discursos na tentativa de encontrar respostas que justifiquem tal realidade.

As expressões identificadas nas narrativas que justificariam a não adesão dos trabalhadores rurais pela representação política oriunda da classe trabalhadora seriam: política local desacreditada, carência financeira, gosto, preferência, identificação e não identificação, projeção social, preconceito, ética, falta de educação política, clientelismo, sistema político viciado, relação caduca entre políticos e cidadãos-eleitores, mando e desmando.

Em cada justificativa dessa uma tentativa de revelar o que está por detrás dos limites em trazer ao centro da arena política partidária os trabalhadores rurais e nela mantê-los. Com o passar dos dias, refletindo sobre essa questão, fui me detendo cada vez mais ao fato de que mais do que encontrar justificativas, esse conjunto de expressões acabam por revelar as nuances que ainda fazem parte do processo eleitoral brasileiro, e nesse caso, o mundo rural e seus trabalhadores não estão fora disso.

Concordo com Marcio Goldman (2003) quando afirma que essa maneira nativa de estabelecer diversificadas leituras sobre a política brasileira e os processos que a envolve, como o eleitoral, em diferentes escalas e lugares, constitui-se em uma legítima leitura da realidade e dos processos que devem equiparar-se as teorias políticas e antropológicas. Porque de maneira precisa acabam revelando e produzindo “visões realmente alternativas” dos processos políticos dominantes (p.468).

Quem revela isso são os trabalhadores rurais que padecem com os dilemas da representação. Seus discursos mostram que cada processo eleitoral é único e nada está estabelecido. O voto do trabalhador rural não necessariamente está devotado a outro trabalhador rural. Seria limitar por demais um processo que está permeado de emoção (PALMEIRA, 1996), consensos, dissensos, impermanências, e outros aspectos de quem vive uma aventura que tem como principal protagonista o eleitor. Esse encara o ato eleitoral mais do que uma simples escolha. A disputa eleitoral está além da classe, do grupo, da família, da comunidade, pois envolve antes de tudo uma decisão individual “tomada com base em certos critérios e em um determinado momento” (PALMEIRA, p. 45, 1996) que nem a classe, o grupo, a comunidade ou a família tem controle.

As etnografias políticas mostram que os dirigentes sindicais não conseguem compreender os eleitores dessa maneira – e aí está a tensão vivida por esses representantes. O voto antes de ser uma manifestação concreta da consciência de classe, possivelmente alcançada durante o tempo político dentro dos sindicatos, é uma decisão individual. E que caso ela se manifesta sobre a inspiração da classe isso se dá também por intermédio de um processo quase de sedução que exige tempo e certa dose de paciência histórica. Como relata Palmeira (1996): “é um processo diferenciado, que assume feições diversas para diferentes

posições ou categorias sociais, e que pode assegurar maior ou menor margem de escolha e de individualização” (46).

Controle do poder político local e busca pelo reconhecimento político em outras escalas do poder; vivência do tempo política e do tempo da política e adesão política da classe são alguns dos dilemas sentidos e sofridos pelos trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicaiss-representantes-políticos-partidários percebidos ao longo das etnografias políticas escritas e analisadas aqui.

O exercício requerido foi mostrar que dilemas são esses e fazer compreender que por si só eles já revelam algumas verdades presentes nos processos políticos que envolvem esses trabalhadores rurais e a sociedade como num todo. Nosso exercício prossegue agora acionando a rede das tramas desses trabalhadores rurais. As tramas de alguma maneira falam dos modos como se mantem uma representação política, ainda que muitas vezes, a política dominante reserve a esses trabalhadores apenas as bordas da arena político partidária.

Que espaço de sociabilidade os trabalhadores rurais ocupam para articularem as tramas que os introduz ou os mantém na arena da representação política? Considerando as etnografias políticas veremos que os STTR's constituem-se como espaços que são ocupados também para a trama política. As *reuniões* permanecem como um encontro entre trabalhadores e não trabalhadores rurais que se reúnem com o intuito de pensarem as estratégias diante da arena política a que estão inseridos.

Nesse caso, há uma pequena diferença em relação ao tipo de reunião que nos fala John Cunha Comerford (1999) quando “refere-se a um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida” (p. 48), nesse caso, o sindicato. Boa parte das reuniões os quais participei havia um clima de informalidade e até de sigilo para que o “adversário” não tivesse conhecimento. Logo, as formalidades exigidas para a organização e a realização de uma reunião para tratar de assuntos do sindicato não cabia nesse tipo de reunião política. O espaço do STTR apenas servia como espaço de referência e de apoio logístico e a informalidade e o sigilo já eram em si elementos que compunham a trama e as estratégias políticas.

Embora saibamos que na disputa pela representação o que está em jogo são os votos dos trabalhadores rurais e, nesse sentido, o STTR tem seu lugar de importância que não é meramente espacial. Ou seja, a importância repousa sobre os trabalhadores rurais sindicalizados – os eleitores por excelência – e as lideranças sindicais (presidentes e dirigentes) que farão todo o trabalho de base política em vista de gerar adesões entre a classe. Com isso, reunir para tramar politicamente tem uma importância estratégica, pois gera um

tipo de sociabilidade que constrói e amplia as redes de relações que estão para além do STTR. Ao mesmo tempo, se estabelecem parâmetros, formas e mecanismos para a disputa do poder político local e para além dele, além de haver o acionamento, sobretudo, por parte dos dirigentes sindicais, dos discursos e dos símbolos que representam a classe como uma forma de persuadir quem participa desse momento e que em outros será o multiplicador das ideias pensadas. Como destaca Comerford:

[...] é a construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (COMERFORD, 1999, p. 47).

No STTR de Autazes os partidários do Partido dos Trabalhadores reuniam-se para tramarem ações e estratégias em vista de retirar a presidência do partido das mãos de uma tendência que segundo eles “nada faziam pelo município”. As reuniões foram convocadas em sigilo e a pauta de discussão era construída no momento em que todos estavam presentes. O dirigente Raimundo Aldo coordenava os trabalhos motivando os presentes a se manifestarem, ao mesmo tempo, fazia anotações e pontuava algumas questões que ajudavam no debate e na organização das estratégias contra a tendência adversária.

Chamava atenção à forma como Aldo recorria à memória dos acontecimentos políticos no município que envolvia os partidários que estavam à frente da presidência do PT local. Nesse exercício, ele pontuava que a tendência eleita fazia o “jogo” dos demais políticos locais, comungava do mando e do desmando, estabelecia alianças políticas – na sua visão – incoerentes e que pouco se importavam com a classe dos trabalhadores do município. Ele também recordava que muitos eleitores e militantes do PT se acostumaram com essa situação e que já não mais estranhavam esses tipos de posturas. O estranhamento deles se manifestava quando alguém se colocava contra a essas atitudes do partido justificando que poderia haver a perda de unidade caso a maioria viesse a se colocar contra a essas posturas.

O discurso de Raimundo Aldo no decorrer da reunião era de persuadir os que ali estavam de que era preciso combater esses militantes que naturalizaram essa forma de fazer política dentro do partido. Aos poucos, os demais integrantes da reunião foram colocando outras situações que envolviam os atuais membros do PT afirmando que boa parte desses militantes estava tranquila porque tinham a garantia dos cargos de confiança em diferentes serviços públicos no município e fora dele graças as adesões feitas com outros projetos políticos.

Fui percebendo, nessa reunião, que na arena política que alguns desses trabalhadores rurais estavam envolvidos repousava diferentes formas de se pensar a política e o poder que emana dessa relação. São projetos que acabam coexistindo, cuja adesão pode ser para mais e para menos dependendo das motivações internas dos partidários e também dos eleitores (PALMEIRA, 1996). Não podemos nos descuidar de que a disputa em questão era pelo voto e que as tramas requeridas durante a reunião era buscar formas de convencer a maioria dos eleitores petistas de que a mudança no partido se fazia necessária.

Ao final, o grupo optou claramente pelo enfretamento da tendência adversária. Tramou-se que o grupo deveria organizar novas reuniões, mas agora com o grupo adversário o convocando para se desenhar um projeto político comum para o PT em Autazes. Na verdade, isso era apenas a justificativa para convencer a tendência adversária para se reunir com eles. O que se desejava era estabelecer nos espaços dessas reuniões no STTR o confronto por meio do debate de ideias e, ao final, lançar a candidatura da chapa de outra tendência em vista de possibilitar o efetivo enfretamento político.

Assim fechou-se uma agenda de encontros, mas que por limite do meu tempo no município de Autazes, não pude acompanhar o desenrolar das reuniões que ocorreram. Além desse passo, o grupo reunido desejava estabelecer contato com lideranças do PT regional para buscar adesões tendo presente a consolidação da nova chapa que surgia para a disputa no PED/PT no município de Autazes. E assim, os dias se seguiram e com eles novas tramas políticas.

Fora do espaço das reuniões e já durante a disputa eleitoral (no caso a ser tratado no município de Urucurituba na disputa eleitoral municipal para o cargo de vereador envolvendo dois representantes ambos do PT) a trama política também ganha seu espaço no sentido de percebermos as multiplicidades que há por detrás do ato de votar e da pluralidade das motivações que há no universo dos eleitores (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996).

Entretanto, chama nossa atenção que essa diversidade também povoa o imaginário das motivações partidárias dos que concorrem ao cargo de representantes políticos. Isso significa que nem sempre o projeto político assumido por esses candidatos possui unidade e coerência no sentido da filiação partidária assumida. A filiação é a mediação tomada, a porta por onde se entra para a representação política. Manter-se fiel ou não ao projeto político partidário vai depender se esse projeto político ajuda ou não o político manter-se na arena da representação. Em alguns casos, a trama leva a esses políticos a tomarem outros caminhos e a considerar outros critérios de filiação em vista da manutenção, ainda que mínima, do poder político na arena da representação.

Em Urucurituba identifiquei essa situação. Enquanto seu Antônio – dirigente do STTR – tinha como principal bandeira de luta as causas dos trabalhadores rurais e procurava manter-se fiel ao projeto do PT no seu município, seu companheiro de partido, que também disputava o cargo de vereador nas eleições de 2012, fizera alianças com os candidatos opositores em vista de garantir os votos que o elegeria vereador abrindo mão tanto do projeto partidário do PT como da bandeira de luta pela população rural. Para seu Antônio se os dois trabalhassem juntos eles garantiriam as vagas na Câmara e comporiam uma bancada histórica no município não vista antes.

Segundo seu Antônio o que motivou o seu companheiro de partido – agora adversário político – a migrar para o lado opositor foi a “ganância” de querer se eleger a qualquer preço sabendo que o lado adversário tinha mais condições financeiras para a manutenção da campanha política, condições que o PT local não tinha. No fundo, o adversário do seu Antônio não tramou politicamente contra ele – penso que nem o via como inimigo político – mas contra a própria conjuntura financeira que não o favorecia plenamente.

Política do mais esperto, como se diz popularmente? Pode ser. Mas antes de inquirir algum julgamento, devo concordar com Goldman e Sant’Anna (1996) “de que existem diferentes modos de se pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes” (p. 30). No caso etnografado, vejo claramente a opção de se defender às condições de existência de uma candidatura em detrimento a sua defesa puramente ideológica partidária considerando que a realidade econômica do PT em Urucurituba era crítica e que não havia apoio algum do diretório regional e, mesmo da CUT, conforme observou seu Antônio.

Seu Antônio de Oliveira Castro fez a opção de se manter coerente ao projeto que já havia assumido. Sua trama, nesse momento das eleições para vereador, consistiu em tornar “inimigo” seu companheiro de partido revelando nos comícios e nos espaços públicos de debate as incoerências do agora candidato opositor. Conforme a etnografia política sobre Urucurituba, seu Antônio procurava atacar seu companheiro de diferentes maneiras, entretanto, essa trama de denunciar acabou se voltando contra seu Antônio, uma vez que a população de modo geral não compreendeu a atitude dele.

O povo não conseguia vê-los como inimigos políticos, mas companheiros partidários e, ao mesmo tempo, concebia o espaço das eleições municipais como um lugar de união entre os candidatos que deveria ser mais forte do que as divergências políticas. Uma espécie de solidariedade política em nome do município que seria o projeto maior e comum. Porém, o nível de criticidade do seu Antônio não permitiu que o mesmo encarasse o projeto eleitoral

dessa forma fazendo com que ele viesse a se isolar e não ter adesão da população e nem mesmo dos trabalhadores rurais, sujeitos alvo da sua bandeira de luta fora e dentro do sindicato.

É interessante notarmos que essas diferentes tramas eleitorais e seus efeitos mostram como a política reserva um bom espaço para a subjetividade que conduz a diversos resultados em todos os níveis desde os representantes até aos eleitores. Identificamos um tipo de mobilidade na arena política – que nesse caso, envolve diversos sujeitos e entre eles os trabalhadores rurais – que pode ser vista como criativa afrontando a ideia de que nos espaços rurais o exercício político é demais pacífico e opressor. O que vemos são tramas que mobilizam diferentes ações, posturas e discursos tendo em vista a manutenção e a visibilidade na arena do poder local o que muitas vezes a conjuntura política nacional não considera relegando sempre à margem dos processos políticos. Essa poderá ser uma maneira de ambos – representantes e eleitores – reagirem dentro e fora da arena política partidária.

Indo por caminho e tramas semelhantes, Antônio Peixoto do Partido dos Trabalhadores de Itacoatiara não hesitou em construir alianças partidárias, tendo em vista sua candidatura a deputado estadual nas eleições de 2014, que não estariam ligadas ao projeto político do seu partido. Ele enxergava que essas alianças o projetariam para seu objetivo maior e percebia que sua aliança segura era com seus eleitores no município. Ficava clara que sua trama ia em direção ao desejo da projeção política para além do município de Itacoatiara significando estabelecer parcerias com políticos que historicamente o rejeitou quando da época que fora prefeito.

Também numa reunião, a “portas fechadas” com um pequeno número de militantes, alguns trabalhadores rurais, como o próprio Peixoto, pude identificar essa estratégia tomada. Era o momento de avaliação das eleições do PED/PT em Itacoatiara. Antônio Peixoto conseguiu ser eleito presidente do PT no município. Esse fato automaticamente lhe renderia um destaque político, uma vez que Itacoatiara é uma das principais cidades do médio Amazonas e, bem como, da região metropolitana de Manaus. Nessa reunião se avaliaria o PED e tendo em vista as eleições estaduais de 2014, Peixoto iria expor suas opções de alianças políticas no estado.

E assim procedeu. Após a avaliação, expôs as diferentes conjunturas políticas do estado e falou das coligações partidárias que concorreriam para os cargos de governo e senado. Pontuou para o grupo as vantagens e as desvantagens políticas da filiação a cada coligação e, ao final, expressou sua opção em se lançar candidato pela coligação onde se encontravam alguns partidos que em 2008 não o apoiou para as eleições municipais. Algumas

peessoas que estavam presentes na reunião ficaram surpresas com a notícia e logo reagiram afirmando pela não concordância com a opção do futuro candidato ao cargo de deputado estadual.

Peixoto escutou todos os presentes e deixou livres aqueles que não se sentiam mais a vontade de continuar o apoiando considerando essa nova opção política. De fato, nessa reunião, alguns militantes do PT de Itacoatiara resolveram não mais apoiar a candidatura de Peixoto. Por outro lado, Peixoto já sabia que parte de seus apoiadores mais chegados já estava fechando algumas alianças com candidatos que para ele não o favorecia politicamente na conjuntura estadual. Com isso, ele precisava peneirar sua militância tendo em vista uma conjuntura maior e essa reunião se configurava numa boa oportunidade. Logo, em si a reunião se constituiu num espaço de trama para identificar quem era quem, nesse momento em que as divergências em torno das alianças políticas se tornavam evidentes.

A trama obteve seu efeito na medida em que Peixoto identifica o apelo de cada militante e as suas opções levando com que o mesmo abrisse mão dos companheiros que vieram a não concordar com sua opção, sobretudo com aqueles que bem antes haviam fechado aliança com representantes partidários que não o favorecia. Também pontuou que sua candidatura ao cargo de deputado estadual era estratégica – portanto, outra trama – no sentido de projetá-lo na conjuntura política do estado, firmando novas parcerias e alianças partidárias e adentrando em espaços políticos ainda não ocupados, afim de que essa mesma conjuntura o firme como uma forte opção política em Itacoatiara para as eleições municipais em 2016.

Essa maneira das diferentes lideranças políticas se comportarem na arena política partidária nos leva a observar que toda trama política gera consensos e divergências numa mesma proporção. Nos ajuda também a pensarmos o que está em jogo num processo eleitoral e na própria democracia representativa no que tange seu processo de construção e de expressão, principalmente, na disposição de votar. Penso que os dilemas, vistos na primeira parte do subcapítulo, estão nessa arena como refletores que ajudam a identificar o que ainda se busca alcançar dentro da representação política. Os dilemas revelam o que ainda não se alcançou e as tramas mostram as tentativas de manutenção daquilo que já é realidade.

Nesse sentido, os trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos-partidários movem-se na arena partidária através de múltiplos fluxos – dilemas e tramas – que vão se ligando um a outro confirmando ou não os projetos tomados ou negados, cuja opção é capaz de gerar novos fluxos, redefinir adesões, gerar conflitos, mediar outros dentro da arena política. Via de regra, o que está em jogo é o saber movimentar-se diante das exigências da

representação. Entretanto, o que vimos ainda se configura num processo de aprendizagem dessas lideranças sindicais dentro da arena os quais estão inseridas.

3.3.2 Mediações e Formas simbólicas

No decorrer dessa investigação fui percebendo que os dirigentes sindicais se valem de inúmeras mediações e formas simbólicas (GOLDMAN, 2003) em se tratando da permanência e da circularidade na arena política partidária. Apesar de que essas mediações e formas simbólicas estão presentes em diferentes tempos nas suas trajetórias de lideranças sociais desde a família e a comunidade de base, passando pelo sindicato até o partido político. O que chama nossa atenção, no entanto, é que algumas dessas mediações e formas estão sempre presentes em qualquer tempo e lugar na vida desses dirigentes. Penso que são essas mediações e formas simbólicas que mais nos interessam para compreendermos a experiência social dessas lideranças com a política partidária.

A família camponesa e a comunidade eclesial de base constituem-se nas primeiras mediações de que se valem os dirigentes sindicais para circular em na esfera partidária. Essas duas formas de organização permitem que essas lideranças possam sustentar a visão de mundo camponesa e seus valores. O que acontece é que as experiências sociais de representação e o exercício como lideranças vividas na família e na comunidade de base acabam se tornando estratégias que fazem esses dirigentes transitarem dentro da política partidária, estabelecendo encontros, alianças e trocas, ampliando os horizontes da representação e mesmo da pauta de luta na procura por novas adesões políticas.

Afirmamos que o aprendizado da base política se realiza na família e na comunidade. O passo seguinte empreendido por esses dirigentes seria a busca por outras formas de organização social para amadurecerem suas práticas de luta. Considerando nossos interlocutores, o passo que eles deram, nesse sentido, foi a inserção no movimento sindical rural. O exercício das atividades como dirigentes permitiu a eles comporem novas frentes de atuação organizacional e política, passando pelas relações com o Estado até com a economia regional e nacional. A prática da direção sindical, suas lides, a relação com estrutura sindical mais ampla (estadual e nacional), tornaram-se para essas lideranças também formas de mediações para a entrada na arena partidária.

Os horizontes da representação se ampliam e somam-se com as demais mediações como as vividas na base familiar e comunitária. Por isso, temos insistido na tese de que há um

só tempo, esses dirigentes carregam nas suas experiências sociais uma somatória de representações que não podem ser concebidas isoladamente, mas em seu conjunto. Há um só tempo eles são trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos-partidários.

Entretanto, enquanto circulando na família e na comunidade eles são reconhecidos apenas como trabalhadores rurais e líderes pastorais. No sindicato são ao mesmo tempo trabalhadores com a atividade de dirigentes sindicais. Já o partido político é o único espaço onde essas identidades se conformam e se agregam. Pois nele o que está em disputa são as múltiplas formas de representações e interesses exigindo dos partidários, ainda que de uma forma ideal, a coerência com suas trajetórias e histórias para que busquem adesões nas alianças políticas no interior do partido e, para além dele, o maior número de eleitores e seus votos.

“Ganha” essa disputa quem estiver disposto a assumir a história vivida na base e o aprendizado colhido nela. Embora, a política partidária seja poluente e capaz de romper e alterar processos, não podemos descartar a ideia de que essa mesma política é um lugar de oportunidades (GOLDMAN, 2006). Nesse sentido, a articulação dessas diferentes formas de mediações poderá oportunizar a organização camponesa um lugar na representação política. Tal esforço, tentamos identificar nesse capítulo ao etnografarmos a maneira como se comportam os dirigentes na arena do partido político.

As formas simbólicas trazidas por esses dirigentes sindicais podem ser concebidas como os contornos que formam as linhas tênues entre o conjunto das representações que eles assumem na arena sindical e político partidária. Ao mesmo tempo, essas formas não se limitam apenas a esses dirigentes, elas perpassam a vida de outros trabalhadores rurais que não almejam a representação política nem no sindicato e nem no partido, mas que possuem alguma relação com essas duas esferas da organização camponesa.

Para Clifford Geertz, as formas simbólicas seriam “as palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujo termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, em cada um desses lugares” (GEERTZ, 2012, p. 63). Considerando o universo social aqui pesquisado, as formas simbólicas acabam sendo, portando, uma maneira de representar o mundo social como num todo dos trabalhadores rurais que foram os interlocutores dessa pesquisa.

Se retomarmos as etnografias políticas, veremos a ocorrência de fatos que nos remetem ao *pertencimento* como uma forma simbólica. Nas narrativas há sempre uma referência ao local de nascimento, de crescimento, de aprendizagem e isso não decorre como mera formalidade que pedia, naquela ocasião, respostas às perguntas realizadas pelo

pesquisador. Ao contrário, as referências apontadas asseguram o pertencimento a dada realidade social e a todos os processos que acarretaram na formação da personalidade, da vocação ao coletivo e à organização social e à representação política.

A *solidariedade* também se constituiu como uma forma simbólica que mais nos revelou as práticas e as retóricas de conflitos do que solidárias. Porém, adotar a solidariedade como um parâmetro das relações significava ter mais atenção e estranhamento a qualquer forma de relação não solidária entre os trabalhadores rurais.

Basta lembrarmos a visita que fiz a casa de uma trabalhadora rural onde na ocasião ela me narrara seu estranhamento quanto à intriga política entre seu Antônio – dirigente sindical do município de Urucurituba – e um companheiro de mesmo partido. O espírito de solidariedade, que é esperado ser encarnado por “companheiros de mesmo partido”, nesse caso, não havia, o que acarretou aos eleitores estabelecerem críticas a esse tipo de comportamento revelando-o como inadequado. Seu Antônio “perdeu” as eleições – conforme me narrou a trabalhadora rural – porque não foi solidário. Já seu companheiro/adversário foi concebido como a vítima das intrigas e, por isso, mereceu os votos e ganhar o pleito.

Dois momentos da narrativa de Raimundo Aldo – dirigente sindical do município de Autazes – me fez perceber que o *compromisso* era outra forma simbólica presente na trajetória de vida desses trabalhadores rurais. “– O que coloca você nessas situações de múltiplas atividades, como é o meu caso, são os teus sonhos, as tuas convicções político-ideológicas”. Esse trecho da narrativa de Aldo traz presente uma visão ideal do exercício da representação política onde se deveria “lutar pela construção de um projeto político comum”.

A coerência de vida e a construção de um projeto coletivo da política podem ser traduzidos como apelos para o compromisso, ainda que isso ressoe utópico. O grau de compromisso com esse tipo de projeto pode nos revelar a noção da política e da reputação dos que nela se envolvem. A hierarquização e as variadas formas de compromisso podem gerar diferentes formas de adesões dentro e fora do partido, assim como, de votos. Assumi-lo ou não, acaba por se tornar uma opção pessoal e já não mais coletiva.

Finalizo essa reflexão, destacando a consciência que tenho dos riscos de expor e analisar apenas um pequeno conjunto de elementos que compõe as representações políticas oriundas do interior do MSTTR. Percebi que as redes de interações, trocas e conflitos presentes nesse movimento social e que quando são transportados para o universo partidário acabam por revelar um repertório de outras possibilidades que “ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos” (MAGNANI, p. 132, 2009) na arena sindical e para além dela.

As etnografias de onde partimos procuraram mostrar esse duplo movimento, como diria Magnani (2009), *de perto e de dentro*, mas considerando os discursos dos interlocutores da pesquisa que procuraram narrar os dilemas que sofrem, as tramas que pensam, as mediações que contam e as formas simbólicas que guardam no momento em que extrapolam a fronteira entre o sindicalismo rural e o partidarismo político.

3.4 De volta a Arena: concentrada-difusa-segmentar

O MSTTR no estado do Amazonas como arena concentrada se usa dos elementos próprios que configuram a tônica institucional de um movimento sindical: formada por um conjunto de dirigentes que compartilham diferentes atividades próprias da direção representando uma determinada área de atuação sindical tornando efetiva a agenda de luta em outros espaços institucionais e políticos. A rotina sindical é vivida através das convocatórias de reuniões a cada tempo respeitando a dinâmica de cada sindicato que tem sua autonomia organizacional. Em momentos mais específicos e pontuais, ao longo do ano, temos as assembleias e as plenárias que tratam dos assuntos voltados à dinâmica e rumos do movimento no estado envolvendo, se possível, todos os sindicatos da região.

Para além dos elementos que caracterizam a arena sindical como concentrada, temos ainda aqueles que nos ajudam a compreender essa mesma arena como difusa. Usando algumas mediações da arena concentrada, o difuso se caracteriza pela inserção na dinâmica sindical de uma materialidade e de sociabilidades que apontam para as permanências e as mudanças sentidas dentro de cada sindicato. A materialidade, encontrada nos prédios onde abrigam os sindicatos, nos registros dos arquivos e nas demais coisas, caracteriza-se como difusa porque narra a história latente do movimento que deve ser redescoberta e trazida à tona, se usando de traços nem sempre perceptíveis num primeiro contato com a biografia desses objetos. O mesmo difuso encontramos nas formas de sociabilidades presentes nesse lado da arena sindical. Nesse caso, entrar na arena, fazer parte e nela permanecer e circular dependerá em certa medida das relações de amizade e de parentesco experimentados entre os trabalhadores rurais e dirigentes.

Aparentemente estamos falando de duas arenas sindicais – concentrada e difusa – entretanto, a arena é somente uma, a sindical, que assume no interior de sua dinâmica um conjunto de sociabilidades e os meios para a vivência dessas relações que oferece distintas formas de compreensão do MSTTR. Por outro lado, a dinâmica oficial e difusa no interior de

cada sindicato e no todo do movimento sindical é tão expressiva que nos passa a impressão de estarmos tratando de dois movimentos em um. Essa heterogeneidade nos ajuda a compreender que os sujeitos envolvidos nessa dinâmica são dotados de “poderes relacionais distribuídos de forma desigual” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 174) e que as disputas em comum são expressas por meio de confrontações entre esses sujeitos que estão em interação no interior da arena sindical.

No entanto, quando esses sujeitos disputam e enfrentam questões que ultrapassam a arena sindical atravessando as linhas tênues entre o concentrado e difuso de que maneira podemos concebê-la? Que questões são essas? No caso investigado, são questões relativas à política partidária que se colam à dinâmica da arena sindical - concentrada e difusa – e que é praticada concomitantemente pelos dirigentes sindicais e os demais trabalhadores rurais estando ou não ligados a ela. Conforme nos chama atenção Marcio Goldman (2006) a política partidária é polissemântica e transitória, é poluente e disruptiva (pp. 119-121). E a política em si é concebida como um lugar de visibilidade e possibilidade (pp. 128-129). Assim, para o movimento sindical adentrar ao espaço da política partidária significa levar a pauta de luta da classe trabalhadora rural para outros espaços políticos e ampliar o horizonte da própria atuação sindical.

Já não estamos mais falando apenas a partir dos limites da arena sindical, agora estamos além dela. A linha se ampliou e estabeleceu intercessão com a arena política partidária. Para compreender essa intersecção entre as arenas propomos também as reflexões de Marcio Goldman (2006) sobre a teoria da segmentariedade¹¹⁸ que nos ajuda a perceber de forma processual as relações sociais e políticas que vão sendo construídas “por diversos movimentos, em diversas orientações e modalidades” (DURÃO, 2010, p. 3). Ao considerarmos a dimensão política partidária na arena sindical, esta torna-se uma arena segmentar por passar a se articular com outras formas de organização – nesse caso o partido político – abrindo o espaço para outras formas de sociabilidades e meios como os acordos e as negociações que são próprios da dinâmica que permeia o espaço do jogo político representativo.

Para Goldman (2006), as relações sociopolíticas marcadas pela segmentariedade não residem na cisão de uma suposta unidade. Nesse caso, quando dirigentes sindicais e trabalhadores rurais vão ao partido político, eles não estão rompendo institucionalmente com

¹¹⁸ Marcio Goldman (2006), toma como referência principal a obra de Deleuze, G & Guattari, F (1980) para desenvolver o que ele denomina de teoria da segmentariedade aplicada à análise antropológica da democracia considerando a experiência das eleições e a participação política dos movimentos negros em Ilhéus no sul da Bahia.

o MSTTR, ao contrário, é uma maneira de agregar à luta sindical as “multiplicidades em segmentos” encontradas na representação política que poderá oferecer ao movimento outras “unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis, de acordo com múltiplas estratégias que vão da repressão à resistência, passando pela manipulação e pela cooptação” (pp. 141-182).

Basta recordarmos a gama dos dilemas que sofrem esses dirigentes sindicais quando assumem a bandeira do partidarismo político. No fundo, tais dilemas são unidades que nos oferecem os significados de como uma determinada pauta de luta ganha ou não espaço numa arena já permeada de interesses de outros segmentos. Por outro lado, se olharmos para as tramas veremos as múltiplas estratégias que são articuladas em vista de se obter maior visibilidade na representação política por meio da disputa pelos votos não importando o processo eleitoral em questão, pois o que interessa ao candidato é sua reconhecida notoriedade na arena política.

A mesma reflexão nos ajuda entender qual o lugar das mediações e das formas simbólicas na representação política. Antes desses elementos se diluírem na política partidária, eles podem ser porta de entrada de formas de resistência e de confronto entre visões de mundo antagônicas. Estamos tratando dos valores vividos no mundo sindical e dos valores pregados no mundo político partidário que sempre se caracterizarão por sua diversidade e, por isso, nem sempre serão compatíveis com aqueles.

Por outro lado, se a arena segmentar permite a conformação de tais valores num mesmo espaço para gerar outras multiplicidades em segmentos é possível, por intermédio do confronto, trabalhadores rurais e dirigentes sindicais por meio de suas mediações – família, comunidade e sindicato – e de suas formas simbólicas – pertença, solidariedade e compromisso – oferecerem uma tônica diferencial ao espaço segmental do partido político. Uma vez que tal intersecção é concretizada torna-se segmentar tanto a arena sindical quanto a arena política partidária.

Assim, podemos olhar a dinâmica da arena sindical e suas relações sociopolíticas estabelecendo a conexão entre essas três características: ela é concentrada quando precisa dar conta das questões oficiais que lhe são próprias enquanto movimento de organização social de determinada classe; ela é difusa porque seus elementos institucionais são ultrapassados por práticas ocultas não institucionalizadas, mas que permeiam as formas de sociabilidades e a atuação do movimento e, por fim, ela é segmentar pelo fato dos sujeitos que formam o MSTTR ampliarem seu engajamento político por meio da filiação partidária.

Nesse sentido, ampliam-se os horizontes sociopolíticos dessas lideranças quando elas se deparam com outros movimentos, outras orientações e modalidades de organização social

que disputam a representação política apenas num partido político ou no conjunto de partidos. Nesse caso, a segmentação não impede que os trabalhadores-rurais-dirigentes-sindicais-representantes-políticos-partidários compartilhem suas mediações e suas formas simbólicas na arena e as tornem, até certo ponto, mediação e formas de outros grupos políticos.

Entretanto, a segmentação não protege os grupos dos dilemas sofridos e nem os isenta das tramas que devem conceber e vivenciar. Ao contrário, os dilemas e as tramas pela teoria da segmentação podem ser indicadores de que o processo de entrada, permanência e circularidade na arena política partidária está se efetivando e se estruturando em modalidades também segmentares. Ou seja, os valores do mundo camponês representados por esses trabalhadores rurais e dirigentes sindicais podem compor de maneira hegemônica os valores pregados pela política partidária e, com isso, elegerem os líderes oriundos desse segmento organizacional.

3.5 Em casa, ao redor da mesa entre familiares e amigos: Sindicalismo Rural e Representação Política nas Várzeas do Amazonas

Chego à última etapa desse capítulo conformado com a ideia de que sem a presença da dialética entre experiência e interpretação (CLIFFORD, 2011) não poderia alcançar alguns significados que busquei tecer sobre a relação entre sindicalismo rural e representação política envolvendo trabalhadores rurais nas várzeas do Amazonas. Essa dialética me permitiu enxergar que por detrás de cada ato dessa relação havia uma narrativa ou um texto a ser descoberto e organizado partindo da ideia de James Clifford (2011) de que a cultura é um conjunto de textos a serem interpretados. Nesse caso, o esforço era interpretar parte da cultura política presente no interior do movimento sindical.

Ao mesmo tempo, me deparo com a feliz surpresa de que esses textos não estariam de pronto a meu dispor e sim dependeriam de minha inserção à campo e da experiência colhida nele com meus interlocutores. A inserção no cotidiano das lideranças sindicais e políticas acabou me levando a acionar alguns códigos que depois me ajudaram a compor a narrativa que expus na busca de interpretar o que estava em jogo quando um líder sindical vai ao partido político e nele faz a extensão de sua luta em nome dos demais trabalhadores rurais. Nesse sentido, devo concordar mais uma vez com Clifford (2011), quando afirma que essa “textualização” a ser construída:

Trata-se do processo pelo qual o comportamento, a fala, as crenças, a tradição oral e a ritual não escritos vêm a ser marcados como um *corpus*, um conjunto potencialmente significativo, separado de uma situação imediata discursiva ou performativa (CLIFFORD, 2011, p. 37).

A textualização sobre a representação política no MSTTR somente me foi possível alcançar quando adentrei nos espaços domésticos dos interlocutores da pesquisa e quando esses não se limitaram apenas nas lideranças sindicais, com isso, pude escutar também os familiares e amigos dessas lideranças. Nesse contato, percebi que mais do que explicar o processo que envolve a construção de uma representação política (como o voto e as eleições), o importante seria compreender as tramas a que os representantes estavam envolvidos no sindicato e no partido político. As conversas ao redor da mesa me conduziram à leitura de que elementos como os dilemas e as tramas compunham o jogo político nessas duas arenas, sem descartar as mediações e as formas simbólicas que preenchem de significados as lutas de quem nelas circulam.

Eu me aproximei do “mundo” do texto dessas lideranças sindicais e políticas. Tal expressão foi pensada por Paul Ricouer (2011) para mostrar que o contexto estabelece a tônica da escrita e essa não pode ser separada das condições que a levaram a existir enquanto texto. Aproximando essa reflexão da realidade pesquisada, a cotidianidade dos interlocutores me permitiu ter acesso aos códigos e as partes da cultura política vivida pelas lideranças sindicais possibilitando gerar a textualização dessa cultura. O resultado de tudo isso são os discursos dos interlocutores e as próprias etnografias que mostram a maneira como se desenvolveram essas diferentes etapas e as condições necessárias para esse desenvolvimento.

É importante destacar que os discursos são tornados textos graças à experiência vivida no encontro intersubjetivo entre pesquisador e interlocutores. Isso vale para entendermos que somente podemos dar inteligibilidade ao discurso e torná-lo texto se estivermos na presença dos sujeitos que discursam, evitando cairmos numa interpretação simplesmente aberta e desconexa do seu contexto. O fato de destacarmos essa observação se deve a importância que atribuímos ao contexto englobante do discurso que ao final nos narra “uma realidade cultural” (CLIFFORD, 2011).

Não é a toa que a Antropologia interpretativa concebe as culturas como conjuntos de textos (CLIFFORD, 2011), e eles somente podem ser “traduzidos” na medida do encontro entre sujeitos. A etnografia nos auxilia no sentido de revelar como se constrói esses discursos e como se desenvolvem seus contextos. Não estamos falando de outra realidade destacada na etnografia, apenas destacamos com mais força os elementos como experiência e interpretação; diálogo e polifonia encontrados no seu interior. “Um modelo discursivo de prática etnográfica

traz para o centro da cena a intersubjetividade de toda fala, juntamente com seu contexto imediato” (CLIFFORD, p. 41, 2011).

Um exemplo de tal ocorrência, considerando esse trabalho de pesquisa, se deu no momento em que os discursos das lideranças sindicais e políticas foram tornados textos. Percebi o contínuo uso da locução pronominal *a gente*, que significa *nós*, sempre que essas lideranças se referiam a alguma ação que desenvolviam no interior do sindicato ou do partido político. Eles dificilmente usavam o pronome *eu*, mas sempre destacam o trabalho em conjunto aplicando a locução pronominal pluralizada. Essa ocorrência nos faz pensar que “não há nenhum significado discursivo sem interlocução e contexto” (*idem*, p. 41).

Nas narrativas das lideranças vemos destacados elementos da linguagem que traduzem a experiência da coletividade que nos remetem as formas simbólicas aprendidas desde o espaço familiar, passando pela comunidade até culminar no sindicato e no partido político. O cotidiano também está repleto dessa coletividade que faz transpassar o espaço oficial para os ambientes familiar e amistoso reforçando os laços de um tipo de representação política que se compreende a partir do afeto, da pertença e da amizade. Dai a dificuldade de muitas dessas lideranças sindicais em circular na arena política partidária por esta ser segmentar e objetivada nas suas relações. Enquanto que a arena sindical permanece com os traços de relações também difusas.

Em casa, ao redor da mesa entre familiares e amigos: a expressão traduz bem os processos experiencial, interpretativo, dialógico e polifônico vividos na pesquisa. A experiência se deu pela inserção a campo que me permitiu sair do ordinário da pesquisa tocando em elementos antes poucos ou nunca conhecidos. O trabalho interpretativo somente foi possível e mais completo porque circulei em outras partes da arena nem sempre reconhecidas como oficiais. O diálogo e o encontro de subjetividades me fez reconhecer outros interlocutores e intérpretes da socioantropologia do MSTTR no estado do Amazonas.

O que resultou num trabalho formado por muitas vozes que destacam diferentes perspectivas interpretativas sobre a organização social camponesa nas várzeas do Amazonas a partir do sindicalismo de trabalhadores rurais.

CONCLUSÃO

O capítulo procurou mostrar como se dá a dinâmica na arena sindical quando seus dirigentes passam à representação política. Nessa passagem ela torna-se segmentar. A arena

sindical enquanto segmentar é entendida como um espaço múltiplo, animado por diversas orientações, modos e estruturas por segmentos diversos. Nesse caso, o que está em jogo é a dinâmica partidária. As questões sindicais ganham outro plano, menos central, para dá espaço a tônica e o discurso próprios da representação política.

Os dirigentes sindicais passam a se articularem com outras formas de organização que possuem algum tipo de relação com o partido político. Nessa relação ampliam seus horizontes, aprendem a negociar e estabelecer alianças, tramam estratégias, vivenciam dilemas e oportunizam as pautas da luta sindical.

Também se deparam com um Estado que é segmentar (GOLDMAN, 2006) e que, por isso, o movimento sindical, tendo como mediação a política partidária, necessita “sentar-se a mesa” para negociar espaço e políticas que sejam favoráveis à classe trabalhadora rural.

Um processo conflituoso porque muitos interesses e visões de mundo estão em jogo. É na hora da negociação que os representantes políticos, oriundos do movimento sindical, fazem valer ou não a experiência colhida na base: a capacidade de agregar as múltiplas visões em possibilidades, em unidades que representem não apenas um grupo, mas um conjunto expressivo da sociedade. Para isso, não são descartadas a diversidade dos acordos políticos configurados desde o local passando pelo regional até o nacional. Acordos e tramam que vão da repressão à resistência, passando pela manipulação e até a cooptação (GOLDMAN, 2006).

Entretanto, vimos que nem sempre essa maneira de se comportar na arena segmentar é internalizada pelos dirigentes sindicais os quais entrevistamos. Boa parte deles se mostra resistente em aceitar que a dinâmica partidária é distinta da sindical envolvendo outros elementos. Como, por exemplo, o sistema eleitoral e a escolha dos representantes.

No MSTTR quando se escolhe um dirigente sindical os trabalhadores presam por candidatos que lutam efetivamente pela classe trabalhadora rural. No partido político essa escolha é mediada por questões que não podem ser lidas à luz da classe e, sim, pelos múltiplos fluxos de troca, ajudas e pequenos favores (PALMEIRA, 1996). A ponto de inverter as relações, onde um trabalhador rural não vota em outro trabalhador rural que deseje ser representante político de sua classe.

Tal contradição pode ser compreendida também como uma parte da segmentariedade que compõe a arena sindical. O segmento, nesse caso, nada mais é do que uma parte dotada de significado que possui uma dinâmica própria e acentuada na arena. Compreender o segmento e torná-lo unidade de leitura que pode ser um caminho de compreensão da forma como se desenvolvem as diferentes relações político-partidárias na arena sindical. Penso que

lideranças políticas como dona Izete Rodrigues e Antônio Peixoto estão mais próximas dessa empreita, considerando suas trajetórias de representação política.

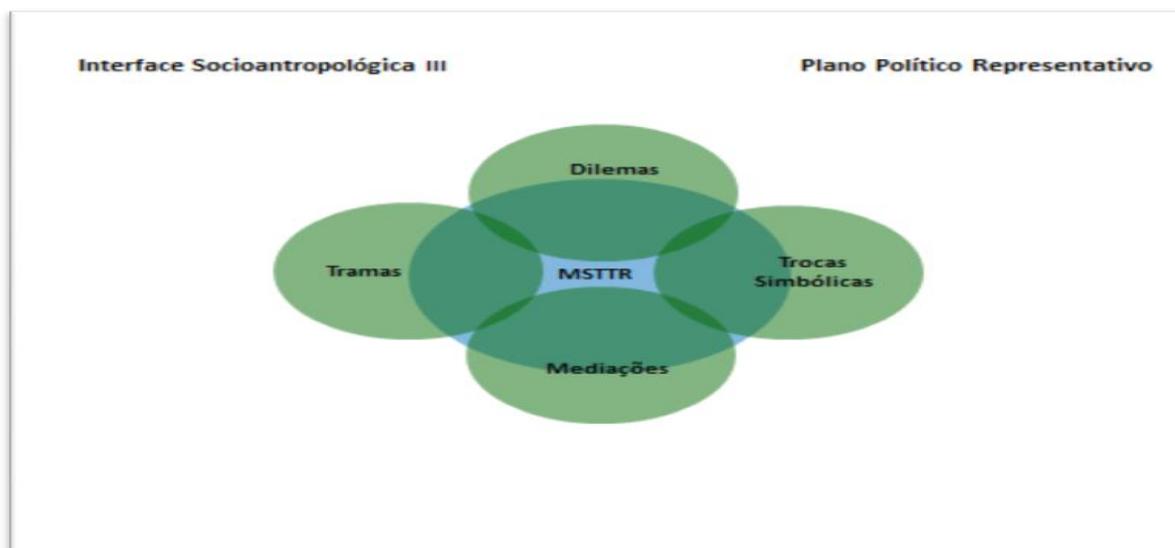
Quando fiz a opção de intitular esse capítulo com a palavra que nos remete diretamente ao símbolo maior do Partido dos Trabalhadores – *a estrela* – foi para assegurar de que a representação política torna a dinâmica do MSTTR no estado do Amazonas um pouco mais plural e peculiar.

Embora saibamos que desde os fins dos anos de 1970 e começo da década de 1980 alguns movimentos sociais atrelaram seus programas político-ideológicos os desenvolvendo a partir das matrizes políticas pragmáticas de partidos políticos (GOHN, 2012), com o MSTTR do Amazonas ocorreu o contrário.

Já fundado no AM, o movimento sindical rural enxerga a fundação do PT como uma possibilidade de levar a sua luta para a esfera da representação política. “Um partido feito de trabalhadores da zona urbana e rural” como narrara seu Francisco Macena. O que aconteceu é que o movimento pauta com seus interesses a forma de organizar o Partido dos Trabalhadores no estado do Amazonas.

Com isso, abriram-se renovados caminhos para o protagonismo político dos trabalhadores rurais e para a representação política no estado ampliando os espaços da luta sindical. A *estrela* acabara se tornando o símbolo da luta de quem percebeu de que no partido político também se poderia defender os anseios e a luta do mundo dos trabalhadores rurais.

Figura 39 – Interface Socioantropológica III – Político Representativo



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são os possíveis elementos interpretativos por meio dos quais podemos compreender parte da formação histórica e social do MSTTR no estado do Amazonas?

[...] Saltando continuamente de uma visão da totalidade através das várias partes que a compõem, para uma visão das partes através da totalidade que é a causa de sua existência, e vice-versa, com uma forma de moção intelectual perpétua, buscamos fazer com uma seja explicação para a outra (GEERTZ, 2012, p. 73).

No decorrer da pesquisa, identificamos *três Planos Organizacionais de Significância* que foram tomados como inspiração para estabelecermos algumas chaves interpretativas acerca da formação histórica e social do MSTTR no estado do Amazonas.

O primeiro plano *organização social* teve como principal representação simbólica a imagem do rio nos remetendo as formas de sociabilidades vividas e reproduzidas nas várzeas do Amazonas onde o movimento sindical rural teve sua formação social e política.

O segundo plano identificado como *religioso* apontamos como a ampliação e a consolidação do sindicalismo rural no estado se realizou graças à atuação da Igreja junto aos trabalhadores rurais na construção de suas identidades social e política. O anel de tucum foi tomado como um símbolo para sintetizar parte dessa história do movimento destacando como a atuação pastoral e política desses trabalhadores rurais uniam duas experiências: a luta social e a vivência da fé.

O terceiro plano organizacional que chamamos de *político representativo* buscou compreender o MSTTR à luz do engajamento e da militância partidária de alguns dirigentes sindicais. Como vimos, os dirigentes sindicais que entrevistamos estavam ligados ao Partido dos Trabalhadores e, por meio, dele buscavam se inserir na conjuntura política do estado como representantes políticos disputando a representação desde dentro do próprio partido chegando até a disputa eleitoral nas esferas municipal e estadual. O símbolo da estrela acaba por nos remeter as diferentes trajetórias na vida política desses trabalhadores rurais e dirigentes sindicais que buscaram no partido político, em sua maioria o Partido dos Trabalhadores – PT, uma forma legítima de ampliar o espaço da luta sindical.

Os três planos organizacionais intersectados nos oferecem não somente os elementos históricos que contribuíram para a formação do MSTTR, como também, nos ajudam a compreender a dinâmica social vivida entre os trabalhadores rurais que buscaram no

sindicalismo rural uma forma de expressão para a organização social no mundo rural amazônico.

O Capítulo I teve como tema central de discussão a formação histórica e social do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Para isso, nos apropriamos das narrativas dos dirigentes sindicais e de alguns estudos sobre a Amazônia que demonstram as diferentes tentativas orquestradas pelo Estado brasileiro, sobretudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, em inserir a região amazônica na dinâmica capitalista promovendo sua modernização.

Entretanto, projetando tal modernização os governos acabaram promovendo a expropriação de significativas populações que encontraram na Amazônia seu lugar de vida e de reprodução. Dentre esses grupos, tínhamos os posseiros e suas famílias que foram obrigados a saírem de suas terras migrando para outros espaços e que buscaram formas de resistência diante dessa conjuntura de exclusão. Vimos que a sindicalização rural desses posseiros, reconhecidos, agora, como trabalhadores rurais, foi uma importante saída para afrontar essa conjuntura e reivindicar direitos.

No Capítulo II ampliamos a discussão proposta considerando o argumento de que para o sindicalismo rural na Amazônia, e no caso tratado nas várzeas do Amazonas, se efetivasse como um legítimo movimento social do campo, a Igreja colaborou na formação da identidade social e política do trabalhador rural por meio de uma específica ação eclesial animada pelo cristianismo libertador.

Graças ao engajamento pastoral nas comunidades eclesiais de base, muitos trabalhadores puderam aprender formas de organização social que favoreceram a constituição de sentidos que davam coesão e uniformidade à luta da sua classe. As lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais no médio e baixo Amazonas, localmente na Prelazia de Itacoatiara, foi um exemplo tomado na discussão para ilustrar bem como a relação entre Igreja e sindicalismo rural forjou na Amazônia identidades coletivas possibilitando o reconhecimento desses trabalhadores como protagonistas dos seus processos sociais e políticos.

No Capítulo III tratamos da representação político partidária considerando as diferentes trajetórias de vida dos dirigentes sindicais e não dirigentes, porém militantes do MSTTR que buscam no engajamento partidário uma forma de ampliar suas atuações políticas, para assim, ampliarem os espaços que podem ou não fazer circular as perspectivas políticas do movimento sindical rural.

Tomando cada narrativa dos interlocutores da pesquisa, fomos identificando os dilemas da representação, as tramas necessárias para se inserirem e manterem-se na política

partidária, além das mediações que se usam e das formas simbólicas que acionam para marcar uma presença coesa dentro da arena político partidária. Vimos que a vivência desses elementos de maneira equilibrada passa a ser um permanente desafio para esses trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e representantes políticos.

Outro desafio que lhes é imposto, é fato que nos processos políticos que envolvem a luta pela representação – como os processos eleitorais – nem sempre são compreendidos à luz apenas dos conceitos sociológicos e políticos, mas pelas representações culturais e simbólicas que acompanham, por exemplo, o ato de votar.

A interface *várzea, família, comunidade e trabalho* nos ajudou a explicitar os espaços e as formas de sociabilidades que contribuíram para a formação do sindicalismo rural no Amazonas. Destacamos a importância do ecossistema da várzea como o lócus de vida e de reprodução de inúmeros trabalhadores rurais amazonenses e mostramos a vida familiar, as formas comunitárias de socialização, o universo agonístico, o trabalho e suas diferentes expressões além das formas simbólicas como a solidariedade, a proteção e a pertença que permitiram a constituição de um tipo de sindicalismo rural que identificamos como varzeano por estar permeado de elementos próprios do modo de vida de quem vive e se reproduz no referido espaço.

A interface *trabalhadores rurais, engajamento pastoral e sindicalização* explicitou de que maneira se deu a construção, consolidação e ampliação da identidade coletiva de trabalhador rural por intermédio da experiência da fé libertadora. Tomando os interlocutores da pesquisa, vimos que os trabalhadores rurais do médio e baixo Amazonas tiveram na Prelazia de Itacoatiara uma importante aliada para concretizarem experiências socio-organizativas partindo das CEB's, das Assembleias Pastorais, das Pastorais Sociais que mais de perto tratavam da realidade social do trabalhador rural. As lições aprendidas nos espaços eclesiais adentraram em outros espaços como os sindicatos ampliando, assim, o espaço de atuação desses trabalhadores. Interessou-nos pontuar que a luta sindical no estado somente efetivou-se e ganhou novos espaços devido ao universo religioso dos trabalhadores rurais e a atuação da Igreja no processo de organização dos trabalhadores.

A interface *dilemas, tramas, mediações e formas simbólicas* tratou de explicitar a dinâmica política e social entre sindicalismo e representação política. Procuramos compreender a arena sindical à luz da representação política partidária assumida por seus dirigentes sindicais. Os dirigentes sindicais quando assumem o engajamento político partidário são inseridos numa dinâmica social que lhes escapa do modelo sindical. Eles acabam por vivenciar os dilemas da representação que lhes exigem uma permanente

vigilância e certa dose de paciência em vista de amadurecem seus projetos de representação partidária. Para isso, recorrem de maneira permanente às tramas do cotidiano político que se desdobram em estratégias para manterem-se circulando no partido até encontrarem um lugar de visibilidade com a adesão maciça de seus pares políticos e eleitores.

As diferentes interfaces e sua articulação nos mostraram a maneira como se formou o MSTRR no estado e, ao mesmo tempo, elas nos ajudaram a compreender a dinâmica do próprio movimento, isto é como uma *arena concentrada-difusa-segmentar*.

Figura 40 – Plano Geral do MSTTR como Arena Socio/Religiosa/Política



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.
Elaboração: Álvaro Jardel C. S. de Oliveira, 2015.

Como *arena concentrada* encontramos os elementos próprios que configuram a tônica institucional de um movimento sindical: conjunto de dirigentes, atividades sindicais, área de atuação, agenda de luta, reuniões, assembleias e as plenárias a cada tempo, respeitando a dinâmica de cada sindicato que tem sua autonomia organizacional.

Como *arena difusa*, o MSTTR é formado por relações e formas de sociabilidades que extrapolam o lado oficial do movimento. Constatamos que relações como de amizade e de parentesco estabelecem importantes mediações quanto ao funcionamento da dinâmica sindical. É importante destacar ainda, que a circularidade e a sucessão sindical ocorrem

também a partir da amizade e do parentesco. Outra constatação foi que a arena sindical difusa é formada por objetos biográficos que nos apontam para diferentes dimensões presentes no mesmo movimento como: local e global; oficial e difuso; anômalo e moderno; passado e presente.

E como *arena segmentar* o MSTTR amplia sua fronteira de atuação quando seus dirigentes e demais militantes passam ao engajamento político partidário como uma estratégia de tornarem mais visíveis a luta dos trabalhadores rurais. A fronteira se amplia e logo ganha uma dinâmica específica e peculiar própria do partido político. Nesse caso, as relações sociais e políticas vão sendo construídas “por diversos movimentos, em diversas orientações e modalidades” (DURÃO, 2010, p. 3). Vimos que ao considerarmos a dimensão política partidária na arena sindical, esta torna-se uma arena segmentar por passar a se articular com outras formas de organização – nesse caso o partido político – abrindo o espaço para outras formas de socialização e estratégias como os acordos e as negociações que são próprios da dinâmica que permeia o espaço do jogo político representativo.

Da sede à casa; da casa à sede; da sede ao partido. Últimas palavras: o MSTTR é um movimento social do campo que pode ser entendido como um mosaico onde retrata no tempo presente as diferentes veredas da organização dos trabalhadores rurais. Num só tempo e espaço, ele se caracteriza por ser heterogêneo, polissêmico e multifacetado (ANTUNES, 2011), pois reflete, na atualidade, a dinâmica social da própria classe trabalhadora rural.

Tal diversidade proporcionou ao movimento inspirar os próprios trabalhadores a buscarem outras formas de organização social não pulverizadas apenas na categoria geral de trabalhador rural levando-os a busca por uma identidade coletiva e política que adensasse a luta de maneira mais pontual e específica. Na Amazônia, isso se deu com o Movimento dos Seringueiros (ALMEIDA, 2008; SCHWEICKARDT, 2012), e em outras regiões do Brasil, com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST (ROSA, 2011).

De qualquer maneira, cabe reconhecermos que a busca por essa diferenciação se realizou graças às lições aprendidas na base sindical rural. Se não evidenciarmos tal reconhecimento podemos cair no risco de apagar da memória social as trajetórias de vida e de trabalho de inúmeras lideranças sociais e políticas que construíram suas histórias dentro do movimento e que serviram de inspiração crítica tornando efetiva o surgimento de outras possibilidades da organização camponesa, em especial, na Amazônia.

Nesse sentido, o MSTTR no estado do Amazonas segue sua trajetória como movimento social do campo procurando, em meio as contradições próprias da dinâmica social a que está inserido, eliminar os fossos econômicos e sociais existentes entre homens e

mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, assalariados (as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG, 2014).

A diversidade a qual nos referimos acima segue como uma característica fundamental para o movimento que vê nela a possibilidade de continuar exercendo sua missão sindical partindo das relações oficiais, difusas e segmentares que fazem emergir questões vitais que colocam os trabalhadores rurais e demais lideranças em movimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008^a
- ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda e GOMES, Mário Conill. *Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul*. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2004, vol.42, n.3, pp. 529-548. ISSN 0103-2003.
- ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)
- BASTOS, Élide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- BASTOS, Élide Rugai. *Sindicalismo no campo no Brasil: direitos trabalhistas e conflitos de terra*. XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, 1983.
- BIBLIOTECA DA UNISINOS. *Manual para elaboração de trabalhos técnicos*. São Leopoldo: Unisinos, 2014.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Tradução: Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CANTO, Otávio do. *Várzea e Varzeiros da Amazônia*. Belém: MPEG, 2007 (Coleção Eduardo Galvão).
- CARNEIRO, Maria José. *Família: ruptura e continuidade*. In: Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CARVALHO, João Carlos M. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes: 1978.
- CASALGÁLIGA, Pedro. *Creio na Justiça e na Esperança*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- CASTRO, Albejamere Pereira de; SILVA, S.C.P da; PEREIRA, H. S.; FRAXE, T.J.P; SANTIAGO, J.L. *A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM*. In: Comunidade ribeirinhas

amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Organizadores). Manaus: Reggo Edições, 2011.

CATÃO, Francisco. *Aos trinta anos de Medellín*. In: CELAM, *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: Trinta anos depois, Medellín é atual?* São Paulo: Paulinas, 2010.

CELAM. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?*. – 3. ed. – São Paulo: Paulinas, 2010.

CELAM. *Conclusões da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. – 14. ed. – São Paulo: Paulina, 2009 (Coleção Sal da Terra).

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução: R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COMBLIN, José. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus Editora, 2005.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2003. (Coleção Antropologia da Política)

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 1999. (Coleção Antropologia da Política).

CONTAG. *Confederação dos Trabalhadores/as da Agricultura – Organização da CONTAG*. Disponível em: < www.contag.org.br >. Acesso em: 06 de abril de 2013.

CONTAG. *CONTAG: 40 anos*. Brasília: Dupligráfica Ltda., 2003.

CONTAG. *Política Nacional de Fundação*. Brasília: Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG (sem ano de referência).

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci. Escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DA MATTA, Roberto. *O ofício de etnólogo ou como ter Anthropological Blues*. Boletim do Museu Nacional. Antropologia nº 27/maio, 1978.

D'AZEVEDO, J. L. 1999. *Os jesuítas no Grão-Pará: Suas Missões e a Colonização*. SECULT, Belém. Col. Lendo o Pará, n. 20. Edição limitada.

DINNELY, Arizete M. *La loucura de Dios en um profeta de Amazonía*. Manaus: Equipe Itinerante, 2012.

DURÃO, Susana. "Marcio Goldman. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*". Etnográfica, vol 14 (1), 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v.5, n. 1, pp. 59-77, jan-abr. 2010.

ENFOC. *ENFOC: repercussões de um jeito de ser escola*. Brasília: CONTAG, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, Vol II: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FETRAF BRASIL. *Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/>>. Acesso em: 06 de abril de 2013.

FLORÊNCIO, Fernando. *Diálogos entre textos e contextos etnográficos*. Portugal: Revista do Centro de Investigação em Antropologia, vol. 16(3), 2012.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. *O saber local. Novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. Tradução: Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GENRO, Tarso. *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: por um novo pacto social no Brasil*. In: Governo e Sociedade Civil: Um debate sobre espaços públicos democráticos. Organizadora: Denise Gomide. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2006.

GOVERNO DO PARÁ. *Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com a terra e a exploração da terra no estado do Pará (1980-2011)*. Belém: Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Estado e Sociedade Civil*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos – 1916/1935 pp. 267-268*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, Claudioney da Silva. *Etnografia da criação do projeto de assentamento agroextrativista da Ilha do Baixio*. Manaus: Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora: Profª Drª Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, 2013.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A atualidade de Medellín*. In: *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: Trinta anos depois, Medellín é atual?* São Paulo: Paulinas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas – EDUA, 2011.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos*. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LEROY, Jean-Pierre. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes/FASE, 1991.

LEROY, Jean-Pierre. *Um movimento que marcou época*. In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, Vol I: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LIBANIO, João Batista. *Eu creio, nós cremos: tratado da fé*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha. *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Entrevista*. Estudos Avançados 11(31). São Paulo: USP, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O peso da cruz e de seus cravos*. In: *A sociologia como aventura – memórias*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio, vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao final da República Velha*. São Paulo: Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARX, K. Tese 11^a sobre Feuerbach. In: *Teses contra Feuerbach*. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

MATHIS, Armin; CASTRO, Edna. *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

MDA/SDT. *Relatório Analítico Final Território Rural Manaus e Entorno*. Manaus: CAI/NUSEC/UFAM, 2013.

MDA/SDT. *Relatório Analítico Final Território Rural Manaus e Entorno*. Manaus: CAI/NUSEC/UFAM, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Catolicismo e política*. Estudos Sociedade e Agricultura, 10, abril 1998.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo*. In: *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Sindicalismo Rural*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 pp. 706-713.

MENDRAS, Henri; GURVITH, Georges. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NODA, Sandra N. *O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas*. In: NODA, H; SOUZA, L.A.G.; FONSECA, O.J.M. (Orgs.). *Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido*. Manaus: INPA, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Huberto. *A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/EDUA, 2000.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. *Anthropologie e développement. Essai em sócio-antropologie du changement social*. Marseille: APAD. Paris: KARTHALA, 1995 (Collection: "Hommes et Sociétés").

PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Doutrina Social e Universidade: o cristianismo desafiado a construir cidadania*. São Paulo: Paulinas; São Paulo: EDUC, 2007.

PERANI, Cláudio. *Bispos da Amazônia: a conversão ao posseiro*. Caderno do CEAS. Centro de Estudos e Ação Social, N°39, set.-out. 1975 e N° 233, janeiro/junho de 2009.

PEREIRA, Guilherme Fernandes. *Os movimentos populares em Itacoatiara: conflitos, lutas e conquistas nas décadas dos anos de 1980 a 2000*. Manaus: BK Editora, 2011.

PEREIRA, Henrique dos Santos. *A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas*. In: Comunidade ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Organizadores). Manaus: Reggo Edições, 2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROTA, Ana Paula. *Movimento de Preservação dos Lagos: Socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas*. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2009.

PERROTA, Ana Paula. *Movimento de Preservação dos Lagos: Socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas*. Curitiba/PR: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Uma categoria rural esquecida* (1963). Camponeses brasileiro: leituras e interpretações clássicas (Volume I). WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgar; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria Nazareth B. (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RIBEIRO, Odenei de Souza. *Região e Conciliação*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2010.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *Mano Jorge: biografia de D. Jorge Marskell*. Manaus: Editora Valer, 2008.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *E Deus visitou seu povo: história do povo de Deus da Prelazia de Itacoatiara*. Manaus: EDUA, 2003.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *Vida e morte no Amazonas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

RICCI, Rudá. *A Contag no governo de transição: um ator à procura de um papel*. São Paulo: Caderno CEDEC, nº 15, 1990.

RICCI, Rudá. *A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64*. In: In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, Vol II: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RICOUER, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. Coleção Textos Filosóficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOUER, Paul. *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Portugal: Edições 70, 2013.

ROSA, Marcelo. *Engenho dos Movimentos Sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SANTOS, Beni dos. *Introdução a uma leitura do documento a partir da opção preferencial pelos pobres*. In: CELAM, Conclusões da Conferência de Puebla: Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Edições Paulinas, 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *Faces do estado na Amazônia: entre as curvas do Rio Juruá*. São Paulo: Annablume; Manaus: FAPEAM, 2012.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *Estado, território e sujeitos sociais emergentes na Amazônia: algumas reflexões a partir do médio Rio Juruá*. In: Neide Esterici; Horácio Antunes de Sant'ana Júnio; Maria José da Silva Aquino Teisserenc. (Org.). Territórios ambientais em construção na Amazônia Brasileira. v. 1, p. 277-306. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs). *Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2006.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2012.

SIMMEL, Georg. *Sociologia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1983.

SOBRINO, Jon. *La fe em Jesucristo: Ensayo desde las víctimas*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

SOBRINO, Jon. *Onde está Deus?* São Leopoldo: Editora Sinodal, 2009.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza e tempo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, 1982.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

TORRES, Iraildes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. *O trabalho das mulheres no sistema da Várzea Amazônica*. In: SCOTT, Parry (Org.), *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e sociedade na América Latina*. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural. Campinas/SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Tradução: Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. Revista Desenvolvimento e Meio ambiente, nº 2, jul/dez. Curitiba: Editora de UFPR, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17: Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: 1996.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Volume I). Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica: Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade Federal de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem).

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Tradução Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*. Salvador: EDFBA, 2010.